

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MÁRCIO SOARES RODRIGUES

ASSIMETRIAS NA TRAVESSIA: A CISÃO DO EMEDEBISMO GAÚCHO

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Márcio Soares Rodrigues

**ASSIMETRIAS NA TRAVESSIA:
a cisão do emedebismo gaúcho**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Machado Madeira

Porto Alegre

2018

Ficha Catalográfica

R696a Rodrigues, Márcio Soares

Assimetrias na travessia : a cisão do emedebismo gaúcho /
Márcio Soares Rodrigues . – 2018.
201.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Machado Madeira.

1. MDB. 2. PTB. 3. Cisão. 4. PMDB. 5. PDT. I. Madeira, Rafael
Machado. II. Título.

AGRADECIMENTO

Agradeço inicialmente a Deus por possibilitar que, nesta jornada que é nossa vida, possamos realizar nossos sonhos, ou pelo menos parte deles. A realização deste trabalho se inclui neste rol de devaneios que, quando criança, sonhava cumprir, mesmo que, naquele momento, isto aparentasse tão distante e improvável.

Para isto, por óbvio, a ajuda de tantas pessoas que, ao longo do tempo, foram sendo incorporadas a nossa vida foi fundamental, e só cabe agradecê-las. Inicialmente a minha esposa, Rosi, e a minha maior obra, Pietro. A compreensão dos mesmos, apoio e parceria foi crucial para que eu pudesse realizar este trabalho. Não há palavras que expressem toda a gratidão por tê-los em minha vida.

Costumo dizer que na minha vida fui adotado duas vezes. A primeira pelos meus pais, Valdir e Ana, que, mesmo diante de tantas limitações, jamais deixaram de me apoiar e vibrar com cada vitória ao longo da minha jornada, e a segunda pelo meu guia, Alceu, que confiou em mim e oportunizou todas as condições para que eu pudesse seguir meus sonhos. A eles, muito obrigado!

Não poderia deixar de agradecer a meu orientador, professor Rafael Madeira. Sua paciência para nortear um estudante “estrangeiro” no campo da Ciência Política, bem como sua disposição em colaborar da melhor forma possível para que este trabalho fosse concluído com êxito foram fundamentais. Da mesma forma não poderia deixar de reconhecer a importância das sugestões e críticas feitas pelos professores André Marengo e Teresa Marques quando da banca de qualificação, ponderações que colaboraram para a conclusão deste trabalho.

Cabe reconhecer a ajuda de colegas de aula pelo suporte e ajuda; de colegas trabalho na Câmara dos Deputados pela paciência e parceria; e tantos outros amigos, como o Rodrigo Sisnandes e o Germano Stevens pelos pernoites em Porto Alegre e Brasília, e inúmeros outros que colaboraram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação.

E, por fim, a PUCRS pela acolhida e, em especial, aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da instituição pela tolerância e cooperação.

Porto Alegre, março de 2018.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo principal responder à seguinte questão: quais fatores colaboraram para a definição dos emedebistas gaúchos pelo PMDB ou PDT quando do retorno ao pluripartidarismo no final da década de 1970? Buscamos responder das seguintes formas. Primeiro, faremos uma análise histórica do período pluripartidário que se inicia após o Estado Novo até os momentos finais do bipartidarismo, visando assim, conforme proposto por Panebianco (2005), priorizar a análise do momento de nascimento das legendas, principalmente as seções gaúchas do PTB e do MDB, bem como seu desenvolvimento em um contexto tão atípico para uma legenda oposicionista, buscando conhecer a estrutura e forma como o poder era distribuído dentro de ambas às organizações, assim como a consequência desta interação no momento da extinção do MDB. Segundo, através da análise da trajetória política da elite emedebista do Rio Grande do Sul, buscaremos encontrar padrões de carreiras políticas que possam elucidar a escolha da agremiação a ser adotada com o retorno do pluripartidarismo, priorizando assim aqueles líderes emedebistas que caminham para o PMDB ou o PDT. Com base na cobertura jornalística dos jornais Zero Hora e Folha da Tarde do período, vamos analisar ainda como os líderes emedebistas justificaram publicamente suas decisões a respeito dos partidos adotados com a extinção do MDB, visando assim, com base nos incentivos coletivos e seletivos de Panebianco (2005), verificar se estes utilizam de argumentos ideológicos e/ou doutrinários para explicar suas decisões, conforme a narrativa construída pelos principais líderes das duas legendas no período, Leonel Brizola e Pedro Simon.

Palavras-chave: PTB. MDB. Cisão. PMDB. PDT.

ABSTRACT

The main purpose of this research is to answer the following question: what were the factors that influenced the members of the MDB party to choose between PMDB or PDT when the multiparty system was restored in the late 1970? We intended to answer that question in two parts. First, we will do a historical analysis that goes from the multiparty system period - that began after the “Estado Novo” regime - until the final moments of the bipartisanship system, in order to, as proposed by Panebianco (2005), prioritize the analysis of the foundation of the political parties, especially the sections of PTB and MDB from Rio Grande do Sul, as well as its development in such an unusual context as an opposing party, seeking to know how power were distributed in both organizations and the consequences of this interaction when the MDB party was extinguished. Then, we will analyze the political history of the MDB members from the elite of Rio Grande do Sul, searching for patterns in their political careers that may elucidate the choices between the two parties, highlighting the MDB leaders that have decided to join PMDB or PDT. Based on the journalistic coverage of the newspapers “Zero Hora” and “Folha da Tarde” from that period of time, we will also investigate how those leaders publicly justified their decision, in order to, considering the Panebianco (2005) study of the collective and selective incentives, verify if they use ideological and/or doctrinal arguments to explain their decisions, according to the narrative structured by the main leaders of those two political parties in that time: Leonel Brizola and Pedro Simon.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Escolha partidária dos membros remanescentes do Diretório Estadual do PTB em 1962 que farão parte do primeiro Diretório Estadual formado pelo PMDB ou PDT..... 113

Quadro 2– Escolha partidária dos membros remanescentes do Diretório Estadual do PTB em 1965 que farão parte do primeiro Diretório Estadual formado pelo PMDB ou PDT..... 116

Quadro 3– Relação nominal dos 92 parlamentares que foram eleitos Deputados estaduais e/ou Deputados federais pelo MDB gaúcho no período que compreende 1966 a 1978..... 132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de migração dos Deputados federais eleitos pelo MDB para o PMDB/PDT 148

Gráfico 2- Percentual de migração dos Deputados estaduais eleitos pelo MDB para o PMDB/PDT..... 148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual de votos recebidos pela soma dos candidatos dos respectivos partidos na disputa pelas cadeiras da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no período que compreende 1947 até 1962.....	44
Tabela 2 - Percentual de votos recebidos pela soma dos candidatos dos grupos partidários na disputa pelas cadeiras da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no período que compreende 1947 até 1962.....	45
Tabela 3 - Percentual de votos recebidos pelos candidatos ao governo do estado do Rio Grande do Sul por cada um dos partidos abaixo no período que compreende de 1947 até 1962.	46
Tabela 4 - Campo político a qual pertencia o governador eleito no Rio Grande do Sul no período que compreende de 1947 até 1962.	47
Tabela 5- Migração partidária dos Deputados federais de todo o Brasil quando da criação do MDB e da Arena, em 1966.....	60
Tabela 6- Participação dos membros remanescentes dos Diretórios Estaduais do PTB em 1962 e/ou 1965 no âmbito dos Diretórios Regionais formados pelo MDB gaúcho no período que compreende 1966 a 1979.....	125
Tabela 7- Participação dos membros remanescentes dos Diretórios Estaduais do PTB em 1962 e/ou 1965 no âmbito das Executivas Regionais formadas pelo MDB gaúcho no período que compreende 1966 a 1979.....	125
Tabela 8- Definição partidária dos membros remanescentes dos Diretórios Estaduais do PTB em 1962 e/ou 1965 que participaram em algum momento dos órgãos diretivos do MDB gaúcho no período que compreende 1966 à 1979.....	126
Tabela 9- Definição partidária dos membros remanescentes do Diretório Estadual do PTB em 1962 que participaram em algum momento dos órgãos diretivos do MDB gaúcho no período que compreende 1966 a 1979.....	127
Tabela 10- Definição partidária dos membros remanescentes do Diretório Estadual do PTB em 1965 que participaram em algum momento dos órgãos diretivos do MDB gaúcho no período que compreende 1966 a 1979.....	127
Tabela 11- Definição partidária dos membros que participaram em algum momento dos órgãos diretivos do MDB gaúcho no período que compreende 1966 a 1979 que não participaram dos Diretórios Regionais do PTB em 1962 e/ou 1965.....	128
Tabela 12- Momento de ingresso dos emedebistas na elite dirigente da seção a nível estadual no período que compreende 1966 a 1979 e a definição partidária dos mesmos com o fim do bipartidarismo.....	129

Tabela 13– Quantidade de cadeiras conquistadas pelo MDB gaúcho na Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados no período que compreende 1966 a 1978.	131
Tabela 14– Posição no quadro político-partidário anterior dos Deputados federais eleitos pelo MDB gaúcho em 1966 e a definição partidária dos mesmos a partir do fim do bipartidarismo.	134
Tabela 15– Posição no quadro político-partidário anterior dos Deputados estaduais eleitos pelo MDB gaúcho em 1966 e a definição partidária dos mesmos a partir do fim do bipartidarismo.	135
Tabela 16– Posição no quadro político-partidário anterior dos Deputados federais eleitos pelo MDB gaúcho em 1970 e a definição partidária dos mesmos a partir do fim do bipartidarismo.	137
Tabela 17– Posição no quadro político-partidário anterior dos Deputados estaduais eleitos pelo MDB gaúcho em 1970 e a definição partidária dos mesmos a partir do fim do bipartidarismo.	138
Tabela 18– Posição no quadro político-partidário anterior dos Deputados federais eleitos pelo MDB gaúcho em 1974 e a definição partidária dos mesmos a partir do fim do bipartidarismo	140
Tabela 19– Posição no quadro político-partidário anterior dos Deputados estaduais eleitos pelo MDB gaúcho em 1974 e a definição partidária dos mesmos a partir do fim do bipartidarismo.	141
Tabela 20– Posição no quadro político-partidário anterior dos Deputados federais eleitos pelo MDB gaúcho em 1978 e a definição partidária dos mesmos a partir do fim do bipartidarismo.	142
Tabela 21– Posição no quadro político-partidário anterior dos Deputados estaduais eleitos pelo MDB gaúcho em 1978 e a definição partidária dos mesmos a partir do fim do bipartidarismo.	143
Tabela 22– Relação completa dos Deputados estaduais e Deputados federais eleitos pelo MDB gaúcho no período que compreende 1966 a 1978 e a posição no quadro político anterior ao bipartidarismo	144
Tabela 23– Posição no quadro político-partidário anterior dos Deputados estaduais e Deputados federais eleitos pelo MDB gaúcho no período que compreende de 1966 a 1978 e a definição partidária dos mesmos a partir do fim do bipartidarismo.	145
Tabela 24 – Posição no quadro político-partidário anterior dos Deputados estaduais e Deputados federais eleitos pelo MDB gaúcho no período que compreende de 1966 a 1978 e a definição partidária dos mesmos a partir do fim do bipartidarismo.	146

ABREVIATURAS E SIGLAS

ADP – Ação Democrática Popular
AIB – Ação Integralista Brasileira
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ARS – Aliança Renovadora Socialista
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
FD – Frente Democrática
IEPES – Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MTR – Movimento Trabalhista Renovador
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Libertador
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Partido Popular
PR – Partido Republicano
PRP – Partido de Representação Popular
PRT – Partido Rural Trabalhista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSDA - Partido Social Democrático Autonomista
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSP – Partido Social Progressista
PST – Partido Social Trabalhista
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PC do B – Partido Comunista do Brasil

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

TRE-RS – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

UDN – União Democrática Nacional

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

USB – União Social Brasileira

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. A DINÂMICA DO MULTIPARTIDARISMO E INSTAURAÇÃO DO BIPARTIDARISMO EM ÂMBITO NACIONAL.....	26
2.1 O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)	28
2.2 AS ELEIÇÕES NACIONAIS.....	37
3. A DINÂMICA DO MULTIPARTIDARISMO E INSTAURAÇÃO DO BIPARTIDARISMO NO RIO GRANDE DO SUL.....	42
3.1. ELEIÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL	44
3.2. O PTB GAÚCHO	49
3.3. UMA NOVA FORÇA NO CAMPO TRABALHISTA	53
4. A DINÂMICA DO MDB EM ÂMBITO NACIONAL	57
4.1. A CRIAÇÃO DO MDB EM ÂMBITO NACIONAL	59
4.2. AS ELEIÇÕES DE 1966 E OS “ANOS DE CHUMBO”	63
4.3. O RENASCIMENTO DO MDB.....	66
4.4. AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS E O AVANÇO DO MDB	69
4.5. O CAMINHO PARA AS ELEIÇÕES DE 1978.....	72
4.6. UMA SÍNTESE DO MDB	74
5. A DINÂMICA DO MDB GAÚCHO	76
5.1. AS ELEIÇÕES DE 1966 E O CASO “CIRNE LIMA”	78
5.2. OS ANOS DE CHUMBO.....	81
5.3. NASCE UM NOVO MDB A PARTIR DO RS	83
5.4. O SUCESSO DO INSTITUTO “DA MOCIDADE”	85
5.5. “UMA TROMBA D’ÁGUA” EM PROL DO MDB EM 1974	87
5.6. MDB COMO POLO DE RAMIFICAÇÕES DA ESQUERDA	89
5.7. AS ELEIÇÕES DE 1978	90
5.8. ANISTIA E REFORMA PARTIDÁRIA.....	92
5.9. O FUTURO DO MDB GAÚCHO	94
5.9.1. <i>Um olhar para o passado</i>	99
5.9.2. <i>Um olhar para o futuro</i>	105

6. A DINÂMICA DAS ELITES PARTIDÁRIAS DO PTB E DO MDB ...	108
6.1. O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO EM 1962	110
6.2. O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO EM 1965	114
6.3. O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	117
6.3.1. 1966	118
6.3.2) 1969	119
6.3.3. 1972	121
6.3.4. 1975	122
6.3.5. 1979	123
6.4. OS PARLAMENTARES DO MDB GAÚCHO	130
6.4.1. 1966	133
6.4.2. 1970	136
6.4.3. 1974	139
6.4.4. 1978	142
7. A DINÂMICA DO DEBATE OPOSICIONISTA.....	152
7.1. O EMBATE OPOSICIONISTA	155
8. CONCLUSÃO	178
REFERÊNCIAS	186
APÊNDICES.....	193

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a cisão do emedebismo gaúcho e os fatores que levaram as lideranças que compunham a elite estadual da legenda a dividir-se quando do retorno do pluripartidarismo no país. Verifica-se que, apesar de ser este um evento de suma importância para a definição do quadro político-partidário estabelecido no Rio Grande do Sul após o fim do bipartidarismo e vigente até o presente momento, o mesmo é pouco abordado nos estudos sobre partidos políticos no país (FIGUEIREDO, 2009; GAVA, 2014; GRILL, 2003, por exemplo).

Cabe destaque para a importância deste debate, tendo em vista ser a fragmentação do emedebismo gaúcho, que acabou por gerar duas legendas – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Democrático Trabalhista (PDT) – a partir das cinzas do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a maior já ocorrida na história político-partidária do Rio Grande do Sul¹, haja vista que as anteriores, neste caso, principalmente a criação do Movimento Trabalhista Renovador (MTR)² a partir da ruptura de quadros com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no início da década de 1960, bem como as posteriores ao cenário analisado neste trabalho, ou seja, o surgimento do Partido Popular (PP)³; do Partido da Frente Liberal (PFL)⁴; do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)⁵, e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)⁶, por exemplo, foram, no momento da divisão, pouco significativas no cenário político-partidário gaúcho⁷.

¹ Para ter uma noção do impacto dela na elite política estadual da época: dos parlamentares eleitos pelo MDB gaúcho nas eleições gerais de 1978, cerca de 40 por cento migraram para o PDT, enquanto o restante se filiará ao sucedâneo, o PMDB.

² Para uma análise a respeito desta cisão, ver: Bastos (1981) e Bombardelli (2016).

³ Legenda idealizada por Tancredo Neves e que foi criada em 12 de fevereiro de 1980, sendo que no ano seguinte foi incorporada pelo PMDB visando com isso fugir dos “casuísmos” legais impostos pelo regime. No Rio Grande do Sul teve como expoente o ex-governador Sinval Guazzelli.

⁴ Agremiação que ainda atua no campo político-partidário nacional, agora renomeado de Democratas, foi fundada em 1985 a partir de uma dissidência do PDS. No Rio Grande do Sul teve como expoentes o ex-governador Jair Soares e o senador Carlos Chiarelli. Ver mais da agremiação em: FERREIRA, Denise Paiva. **PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)**. Goiânia: Alternativa, 2002 e CORBELLINI, Juliano. **O poder como vocação: o PFL na política brasileira (1984-2002)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

⁵ Fundado em 25 de junho de 1988, a partir de uma dissidência do PMDB, principalmente dentro da seção paulista da legenda, capitaneada naquele momento por Orestes Quércia. Foi idealizada por Mário Covas, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Sérgio Motta, sendo que no Rio Grande do Sul teve como expoentes Vicente Bogo, Hermes Zaneti, José Paulo Bisol e João Gilberto Lucas Coelho.

⁶ Fundado em julho de 2004 a partir de uma dissidência do PT após uma série de discordâncias a respeito de políticas adotadas e alianças realizadas no governo Lula que, segundo o grupo capitaneado pela deputada

Mesmo com a relevância desta, conforme constatado acima, a matéria é frequentemente tratada – principalmente pela imprensa – como fruto do antagonismo das gerações estabelecidas no interior da legenda oposicionista⁸, o que ocasionaria diferenças políticas e programáticas entre as lideranças que coabitavam a frente oposicionista, sendo que, com a possibilidade de retorno do pluripartidarismo, ambos os grupos buscam retomar seus espaços e programas em legendas distintas. Ainda busca-se explicar as assimetrias a partir das desavenças pessoais e disputa pelo legado trabalhista entre o líder petebista, ex-governador Leonel Brizola, e o líder emedebista, senador Pedro Simon⁹, que disputariam o comando da oposição no Rio Grande do Sul a partir da iminência do retorno do primeiro ao país¹⁰. Apesar de se constituírem motivos passíveis de serem geradores e/ou incentivadores para a definição partidária da elite emedebista¹¹ gaúcha ao final da década de 1970, os argumentos são, de acordo com esta dissertação, insuficientes para compreender o que levou os quadros que conviveram no interior do MDB a se dividirem com o fim do bipartidarismo.

Desta forma, para responder à questão central deste trabalho, far-se-á uma abordagem histórica a respeito do desenvolvimento dos cenários político-partidário gaúcho e nacional a partir de 1945, ano em que se dá o fim do Estado Novo e a recriação dos partidos políticos,

Luciana Genro (RS) e pela senadora Heloísa Helena (AL), traíam a história de lutas do Partido dos Trabalhadores.

⁷ A importância dos dois partidos criados a partir das hostes emedebistas pode ser conferida tanto no protagonismo eleitoral dos mesmos nas disputas eleitorais para o Palácio Piratini, onde as duas agremiações vencerão três das quatro primeiras disputas a partir do restabelecimento do sufrágio direto nos pleitos para os governos estaduais, com Pedro Simon, em 1986 e Antônio Britto, em 1994 pelo PMDB, além de Alceu Collares em 1990 pelo PDT, bem como pela representação dos mesmos na Assembleia Legislativa e Câmara dos deputados no primeiro pleito disputado sob o contexto do pluripartidarismo, em 1982, quando os dois partidos elegem 20 das 33 cadeiras em disputa para a Câmara dos deputados, além de 33 das 55 cadeiras da Assembleia Legislativa.

⁸ Grill (2008 p. 171) afirma que o “PDT se formou, então, majoritariamente por políticos com origem no período pré-1966 como: Alceu Collares (Porto Alegre), Getúlio Dias (Pelotas), Otávio Caruso Brochado da Rocha (Porto Alegre), Romildo Bolzan (Osório), Daniel Dipp (Passo Fundo), Beno Orlando Burmann (Ijuí), João Satte (Porto Alegre), Sereno Chaise (Porto Alegre), Amauri Muller (Ijuí), Mathias Nagelstein (Bagé), Eduardo Rolim (Santa Maria), entre outros”.

⁹ Elevado a Presidência do Diretório Regional do MDB do Rio Grande do Sul em 1969, comando que manteve pelos próximos 10 anos até a extinção da legenda.

¹⁰ Leonel Brizola retorna do exílio político em 7 de setembro de 1979. No entanto, meses antes, já organizava a recriação do Partido Trabalhista Brasileiro. Em Lisboa, último local do exílio político do ex-governador, organizou nos dias 15, 16 e 17 de junho de 1979 o conhecido “Congresso de Lisboa”, evento que reuniu centenas de trabalhistas brasileiros. (In) BRIZOLA prepara a reunião do novo PTB. Zero Hora, Porto Alegre, 10 de junho de 1979, p.12.

¹¹ Panebianco (2005) estabelece que dentro de uma organização, existem diversas coalizões internas, sendo que, dentre estas, há uma coalizão dominante, que seria a elite partidária. Para efeito deste trabalho, compreenderemos como membros da elite emedebista gaúcha os parlamentares eleitos pela legenda no período – sejam deputados estaduais; deputados federais ou senadores -, bem como os membros titulares do Diretório Regional e da Executiva Regional da seção.

até 1979, ano em que teremos a sanção da reforma partidária e conseqüentemente a extinção dos dois partidos impostos pelo regime ditatorial. A análise destes 34 anos é fundamental para a compreensão do processo de criação e desenvolvimento das legendas no período, em especial o PTB e o MDB, o que poderá colaborar para a compreensão das razões que levaram os quadros oposicionistas gaúchos a atenderem ao que parecia serem as intenções dos “arquitetos” do fim do bipartidarismo em 1979¹², ou seja, a fragmentação da oposição abrigada na camisa de força do MDB.

Sendo assim, os capítulos dois e três abordarão a dinâmica do multipartidarismo e a instauração do bipartidarismo no país e no Rio Grande do Sul, onde priorizaremos a análise do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), bem como das eleições nacionais e regionais do período, neste caso privilegiando o cenário gaúcho, estado intitulado “berço do trabalhismo brasileiro” e *locus* de análise desta dissertação. A anatomia do PTB possibilitará verificarmos tanto a gênese¹³ da legenda inspirada por Getúlio Vargas, bem como sua composição, a estrutura interna de poder e as clivagens que marcaram a agremiação no período¹⁴, percebendo estas como fundamentais para a compreensão da influência da natureza petebista no interior da legenda oposicionista criada para se opor ao regime civil-militar¹⁵. Da mesma forma, o exame das eleições no período permitirá identificar a centralidade da figura de Getúlio Vargas no interior da legenda¹⁶, bem como de seus “sucessores” no comando

¹² Dentre as principais figuras a qual se imputou a idealização e iniciativa de tal projeto está a do Ministro-Chefe da Casa Civil da época, General Golbery do Couto e Silva.

¹³ Ângelo Panebianco (2005) ressalta a importância deste momento e as marcas que estas deixarão ao longo da trajetória da organização. Baseado nisto priorizamos, dentre a análise partidária, o momento de criação da legenda, compreendendo que ela, conforme salienta Panebianco, poderá apresentar vestígios que colaborem na elucidção da cisão ocorrida dentro do emedebismo gaúcho.

¹⁴ Segundo Delgado (1989), dois grupos distintos disputavam espaços na legenda, sendo um grupo intitulado *pragmáticos e fisiológicos*, que utilizavam a figura de Vargas como instrumento para mobilização política e social, e que comungava o ascendente líder na legenda, Leonel Brizola; além do intitulado *doutrinários reformistas*, que defendiam a ideia de um trabalhismo socializante e mais autônomo em relação a Vargas, desta forma independente de carismas pessoais ou estruturas oficiais. Neste grupo, que tinha como grande doutrinador Alberto Pasqualini, se posiciona o então estudante da PUCRS, Pedro Simon, que nutria de grande apreço e amizade pelo líder trabalhista. Simon viria, no final da década de 60, a assumir o comando do MDB gaúcho e o manteria até a dissolução do partido pelo regime.

¹⁵ Apesar da compreensão de que foram os militares que comandaram tanto o movimento que gerou o golpe de 1964, quanto o país nos 21 anos do regime ditatorial, utilizaremos aqui esta definição tendo em vista a inegável participação da sociedade civil, conforme abordado por Daniel Aarão Reis, em *Ditadura e Democracia no Brasil*. Para o autor, falar somente em “Ditadura Civil-Militar” é um equívoco que esconde as bases sociais do golpe, erro fruto de um hábito adquirido com o passar dos anos, segundo ele “uma certa preguiça intelectual e indesejável memória seletiva” (REIS, 2014, p. 105).

¹⁶ Para Maria Celina D’Araújo (1996, p. 26), em obra que analisa a formação da legenda e a relação desta com os sindicatos, o PTB é “um partido de origem carismática e personalista, que orbitou em torno da figura de Getúlio Vargas”. Conquanto Lucilia de Almeida Neves Delgado (1989, p. 47) reforça que “o trabalhismo, tal como se estruturou no Brasil, tinha na figura de Vargas sua referência primeira. A Vargas, à sua obra social e à legislação trabalhista por ele implantada sempre se reportariam os doutrinadores e militantes trabalhistas brasileiros”.

petebista, João Goulart e Leonel Brizola, tanto como candidatos, quanto como “orientadores” das coligações realizadas e caminhos que a agremiação adotará em cada um dos pleitos realizados até o findar do período democrático instalado a partir de 1945 no país.

Igualmente, os capítulos quatro e cinco abordarão, tal como na análise petebista, o processo de formação, sua composição, além do desenvolvimento e institucionalização do MDB¹⁷, tanto no caso da legenda a nível nacional, quanto, fundamentalmente, da seção gaúcha intitulada “sucessora” do petebismo local. Este estudo da anatomia emedebista permitirá identificarmos as possíveis mudanças no interior do MDB gaúcho que poderão fundamentar a cisão ocorrida quando da extinção da agremiação e a criação de duas legendas a partir de suas cinzas, o PMDB e o PDT. Utilizaremos para isto a abordagem organizativa de Ângelo Panebianco (2005) na análise partidária, que explica o funcionamento e as atividades organizativas, sobretudo, em termos de alianças e de conflitos pelo poder entre os diferentes agentes que compõem a organização. Para o Panebianco as dinâmicas relacionadas à luta pelo poder no interior do partido são as principais chaves para entender seu funcionamento¹⁸, bem como, as mudanças que ele experimenta (MANFFRÉ, 2013). Segundo Panebianco (2005) ainda, o passo inicial para analisar o mapa organizativo de um partido é verificar a sua estrutura de poder, constatando assim como este é distribuído em seu interior, como se ele mantém e se reproduz e, especialmente, como se alteram as relações de poder.

No capítulo seis buscaremos identificar padrões de trajetórias político-partidárias dos parlamentares do MDB, bem como dos membros titulares do Diretório e da Executiva Estadual da seção, que possam colaborar no esclarecimento acerca do posicionamento partidário destes quando da retomada do pluripartidarismo, buscando, a partir desta variável, responder a questões que somente a análise da dinâmica do PTB e do MDB não poderiam responder, como quantificar a intensidade da presença de membros da elite petebista no interior do grupo dirigente do MDB gaúcho. Com isto buscaremos mensurar se, de fato, a seção oposicionista se vê diante de uma mudança gradual nos seus quadros, o que poderia ter ocasionado um distanciamento dos antigos líderes petebistas, majoritários na composição

¹⁷ Segundo Panebianco (2005, p. 36): “por institucionalização entendo, de acordo com o uso comum, a consolidação da organização, a passagem de uma fluidez estrutural inicial, quando a recém nascida organização ainda se encontra em construção, a uma fase que a organização se estabiliza, desenvolve interesses estáveis para a sobrevivência e lealdades organizativas igualmente estáveis”.

¹⁸ Panebianco (2005) identifica dois preconceitos que, segundo ele, colaboram na resistência em se estudar a organização partidária: o *sociológico*, que considera a atividade dos partidos apenas como produto das demandas e grupos sociais específicos e os conflitos internos como reflexo de conflitos de classe entre lideranças e base, e o *teleológico*, que consiste, em atribuir, a priori, alguns objetivos ao partido e suas características organizativas serão deduzidas destes objetivos.

inicial da legenda, do grupo dirigente do MDB, fato que poderíamos aludir ter colaborado na intenção destes, agora preteridos, em tencionar e trabalhar pela recriação do PTB¹⁹.

Afora isto, cabe análise do tempo de participação/relação destes líderes no interior destes grupos dirigentes, buscando assim estabelecer relação causal entre o tempo em que estes estiveram participando do processo decisório das mesmas e a opção partidária futura, estabelecendo a hipótese de que aqueles líderes que tiveram maior tempo de relação no âmbito do PTB buscarão a migração para o novo partido organizado por Leonel Brizola, bem como aqueles que por mais tempo estiveram no comando do MDB, buscarão, com a extinção deste, seguir para seu sucedâneo, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Esta hipótese possibilitará analisarmos se as relações de lealdade, parceria e redes de contatos construídas no interior de cada uma das elites partidárias – seja a petebista ou a emedebista – serão reativadas e utilizadas como “trunfo” por cada um dos grupos quando da transição para o pluripartidarismo, visando assim, primordialmente, manter no PMDB/PDT os espaços de poder conquistados no interior das antigas agremiações.

Ainda cabe examinar o momento de surgimento destas lideranças no cenário político-partidário, visando verificar se o fato de um líder ingressar na elite partidária estadual a partir de uma determinada legenda estabelece laços pessoais e afetivos com aquela agremiação e se este fator será preponderante quando da exposição à necessidade de escolha por um dos partidos²⁰. Além destas hipóteses, cabe investigar se o maior tempo de relação no cenário político estadual junto a Pedro Simon, no âmbito do MDB, ou a Leonel Brizola, no âmbito do PTB, é um fator preponderante na tomada da decisão partidária por parte dos atores, ou mesmo se o fator geracional será um elemento decisivo na ruptura dos opositoristas gaúchos.

Para isto, analisaremos a composição dos Diretórios Estaduais e Comissões Executivas Estaduais do PTB gaúcho em 1962 e 1965, sendo estas as duas últimas eleitas antes da extinção da legenda, utilizando as mesmas como parâmetro para análise da elite do

¹⁹ Efetivado como PDT após o imbróglio com Ivete Vargas. Para mais detalhes a respeito da disputa pela sigla do PTB, ver capítulo: Cinzas e brasas: a perda da sigla PTB e o novo PDT, In: BRIGAGAO, Clovis; RIBEIRO, Trajano. Brizola. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

²⁰ Reis, ao abordar a especificidade do surgimento no âmbito de um partido opositorista em um regime ditatorial, afirma que a luta contra a ditadura “se constituiu num evento fundador, singular e valorizante para aqueles que nele se inseriram para contestar contra o regime militar ou a ele resistir e que não cessaram de disputar e lhe atribuir novos sentidos e de combiná-los com novos emblemas de lutas no decorrer de suas trajetórias. [...] Isto é, ainda que espalhados por domínios de atividades diversos esses agentes se reconhecem como contemporâneos de lutas comuns e, sobretudo, configuram *redes de relações* que persistem e podem se constituir num dos principais recursos de lutas detidos” (REIS, 2001, p. 16).

petebismo gaúcho²¹, bem como a composição dos Diretórios Estaduais e Comissões Executivas eleitas pelo MDB gaúcho em 1966, 1969, 1972, 1975 e 1979, sendo estes líderes, junto aos parlamentares eleitos para a Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados pelo partido durante seus 13 anos de existência, também compreendidos como a elite emedebista e, por isto, objeto de análise deste trabalho²².

Por fim, analisaremos no capítulo sete como os membros de ambos os grupos fundamentam suas escolhas partidárias a partir da extinção dos partidos políticos e da retomada para o pluripartidarismo no país. Para isto observaremos as manifestações públicas dos líderes emedebistas, visando assim, tanto identificar como estes construíram suas narrativas que amparassem suas definições partidárias, quanto encontrar subsídios que colaborem na elucidação dos motivos que levaram a cisão do grupo dirigente oposicionista. Estas serão colhidas junto à cobertura política dos principais jornais do Rio Grande do Sul na época, Zero Hora e Folha da Tarde²³, sendo analisadas as manifestações dos líderes no período que compreende o mês de junho de 1979, momento da realização do Congresso de Lisboa, até dezembro do mesmo ano, data em que será sancionada a nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos²⁴ e que dará fim às agremiações gestadas durante a ditadura civil-militar, a Arena e o MDB²⁵. Para a análise destas, utilizaremos novamente a abordagem de Panebianco, entretanto agora, este trata dos incentivos distribuídos e a importância destes para a

²¹ Cabe ressaltar que estas duas direções eleitas, sendo as últimas antes da extinção da legenda, foram utilizadas como parâmetro para análise da elite petebista no Rio Grande do Sul por englobar tanto a composição de um Diretório Estadual eleito no período de normalidade democrática, em 1962, época em que quadros do partido comandavam o governo estadual (Leonel Brizola) e nacional (João Goulart), bem como por ser o último eleito pelos petebistas antes do golpe civil-militar de 1964; quanto a composição de um Diretório Estadual eleito já sob o regime instalado em 1964 no país, que acabou por expurgar as principais lideranças trabalhistas da vida pública, abrindo assim espaço para diversas lideranças petebistas que, no cenário que se avizinhava, serão peças fundamentais na estruturação do MDB, bem como do PMDB e PDT.

²² Veremos que, até mesmo pela forma de sua criação, encontraremos parte significativa dos parlamentares emedebistas que detinham mandatos a nível estadual na época também dentre aqueles líderes que farão parte da elite emedebista.

²³ A escolha pelos dois jornais deve-se, inicialmente, por serem, naquele momento, os dois veículos com mais ampla cobertura política do cenário gaúcho. Também por representarem dois diferentes grupos empresariais no Rio Grande do Sul (Rede Brasil Sul e Caldas Júnior, respectivamente). Da mesma forma, a periodicidade diária dos mesmos possibilita a este trabalho a cobertura mais apurada dos fatos ocorridos, bem como seus desdobramentos.

Deve-se salientar que a não utilização do jornal Correio do Povo, também do grupo Caldas Júnior, se deve a pouca atenção que o mesmo ao debate político no Rio Grande do Sul. O periódico, quando se atinha a questão político-partidária, priorizava a cobertura do partido governista, a Arena, bem como o debate acerca do futuro deste. No mais, o jornal priorizava a cobertura internacional, principalmente relacionado ao andamento da Guerra Fria, bem como de temas pertinentes ao setor primário no Brasil e no Rio Grande do Sul.

²⁴ Lei número 6.767, promulgado dia 20 de dezembro de 1979.

²⁵ Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos sancionada em 20 de dezembro de 1979.

compreensão da estrutura de interna de poder de uma organização, neste caso uma seção regional partidária.

O autor salienta que durante seu processo de construção e consolidação, uma organização voluntária necessita distribuir incentivos para recrutar e manter seus membros na atividade, sendo estes intitulados por Panebianco (2005) como coletivos e seletivos. Enquanto classifica o primeiro de três tipos, sendo: *de identidade*, que está relacionado à afinidade com a organização; *de solidariedade*, que está relacionado à solidariedade com demais participantes, além do *ideológico*, que está relacionado à identificação com uma causa do partido, imputa aos seletivos aqueles incentivos que estão relacionados ao poder, *status* e à disputa por controle de cargos²⁶ (materiais). Levando-se em conta que a distribuição destes incentivos se dá por parte da coalizão dominante, sendo que esta majoritariamente migraria para o PMDB na reformulação partidária, buscaremos na análise da narrativa da elite emedebista identificar se, publicamente, membros dos grupos privilegiaram algum/alguns incentivo(s) nas suas manifestações visando fundamentar suas decisões, bem como buscar averiguar se, implicitamente, estes incentivos estiveram expostos aos líderes emedebistas no momento crucial da decisão.

Para análise citada nesta introdução, serão utilizados inicialmente os pressupostos de Giovanni Sartori (1982), que no clássico texto *Partidos e Sistemas Partidários*, além de distinguir partido político de facção, afirma também que é importante entendermos o partido como um mosaico, composto por subunidades, na qual a “unidade partido” é articulada, ou desarticulada, pelas subunidades (SARTORI, 1982, p. 94).

Da mesma forma, Panebianco (2005) dialoga com Sartori quando argumenta que dentro de uma organização existem diversas coalizões internas, sendo que sempre haverá uma coalizão dominante, que seria a elite dirigente partidária. Sendo assim, a fim de compreendermos como estas partes se articulam internamente nas organizações partidárias, devemos pensar os partidos como uma estrutura hierárquica, com distintos padrões de promoção interna, composta por uma elite própria e com uma estrutura de poder particular (FIGUEIREDO, 2009, p. 24). Esta abordagem será fundamental para esta análise. Isto porque, como veremos, ambas as agremiações serão compostas por inúmeros grupos que se distinguirão no interior destas, usando, cada um destes, tanto instrumentos de afirmação das posições de suas tendências ou frações visando com isto se diferenciar das demais, quanto à

²⁶ Sendo entendidos aqui incentivos como benefícios ou promessas de benefícios futuros.

distribuição de incentivos seletivos, visando, por fim, estabelecer vantagens na luta interna pelo controle das seções.

Busca-se assim demonstrar que ambas as agremiações analisadas – não somente o MDB, mas também o PTB – detinham significativa organicidade e que as relações políticas e pessoais lá estabelecidas, sejam com o seu grupo dirigente ou com a militância partidária, bem como os incentivos distribuídos para seus membros foram preponderantes na definição a respeito do caminho partidário a ser tomado no final da década de 1970. Da mesma forma, ao privilegiar a distribuição de poder dentro do MDB ao longo de sua trajetória, o trabalho propõe uma abordagem diferente ao MDB gaúcho, tendo em vista este ser tratado por parte da literatura especializada como uma agremiação temporária que surge a partir das cinzas do PTB²⁷ e que moldará o futuro PMDB. Como veremos, o MDB gaúcho desenvolveu-se, estabeleceu laços com a sociedade gaúcha, formou inúmeros quadros e internalizou nestes o *modus operandi* que foi característico do emedebismo nacional ao longo de sua trajetória, priorizando o diálogo e moderação como forma de atuação. Estas características, que por si só lhe diferenciam do “radicalismo” que pairava sobre os quadros petebistas nos anos que antecederam ao golpe de 1964²⁸, serão importantes na modelagem por meio do qual as elites irão estruturar o PMDB e o PDT.

Panebianco (2005) pressupõe ainda que para compreender a organização partidária tenhamos de identificar a existência de alguns dilemas organizativos, uma vez que os partidos são organizações complexas, necessitando, assim, uma série de exigências para seu estudo. O autor trabalha com quatro “dilemas organizativos”. O primeiro faz a distinção entre o “modelo racional” e o “sistema natural”. O autor salienta que, enquanto no modelo racional a organização busca atender os objetivos mais específicos – estabelecidos *a priori* -, sendo que seus membros participam todos para a realização destes, no sistema natural é levado em consideração que haja um equilíbrio entre as diferentes demandas, fazendo com que a organização seja uma estrutura que responde e se adapta a uma multiplicidade de demandas dos mais variados *players*. Desta forma, os dirigentes em vez de somente conduzirem a organização rumo à realização dos seus objetivos, conforme aborda o modelo racional, adquirem um papel de mediação, ponderando as mais diversas demandas dos atores:

²⁷ Souza (1976), por exemplo, identifica uma doutrina antipartido em seu estudo a respeito dos partidos políticos no Brasil de 1930 a 1964.

²⁸ Sobre o golpe de 1964, ver: *Brasil: de Getúlio a Castello* (SKIDMORE, 1982); *Brasil: de Castello a Tancredo* (1988); *Visões do golpe – a memória militar sobre 1964* (D’Araújo, 1994); além da coleção *Ditadura*, de Élio Gaspari.

Muitas vezes o verdadeiro objetivo dos dirigentes das organizações não é tentar alcançar os objetivos dos quais a organização se constitui, mas a manutenção da própria organização, a sobrevivência organizativa (e, com ela, a salvaguarda das próprias posições de poder) (PANEBIANCO, 2005, p. 13).

Esta abordagem é interessante para analisarmos a alteração na composição do MDB gaúcho ao longo de sua existência, tendo em vista que, além da ausência gradual dos principais quadros do trabalhismo gaúcho no corpo dirigente da legenda, a seção gaúcha terá, principalmente a partir do início da década de 1970, o ingresso de uma série de atores (estudantes via IEPES; grupos que abandonam a luta armada e ingressam na militância oficial patrocinada pelo MDB; intelectuais; líderes de entidades da sociedade civil, entre outros). Esse fato acarretará uma mudança significativa nos seus quadros e, principalmente, levará seu grupo dirigente, capitaneado pelo então deputado estadual Pedro Simon, a moldar e adaptar a atuação da legenda de forma que contemple os mais variados grupos que emergem no interior da agremiação. Esta ampliação da sua base social, bem como a necessidade de contemplação dos grupos que atuam na legenda, faz com que a mesma atue de maneira distante do antigo PTB no que tange a bandeiras de lutas e intensidade da ação. Isso pode ajudar a elucidar a iniciativa de uma série de lideranças de recriar o PTB, tendo em vista verificarem no MDB, e consequentemente no seu sucedâneo, o PMDB, um partido “engessado” a partir do equilíbrio de interesses ao qual estava exposto.

O segundo dilema, trata dos incentivos coletivos *versus* os seletivos, sendo que enquanto no primeiro os benefícios são distribuídos entre todos os participantes, no segundo a distribuição é somente para alguns dos participantes e ela não é igualitária. No caso da cisão analisada, esta abordagem de Panebianco (2005) é de suma importância para a identificação dos motivos que justificariam a cisão ao final da década de 1970. Isto porque este dilema permite analisarmos as contingências a que estavam expostos os líderes emedebistas quando da necessidade de escolha por um dos partidos, levando-se em conta que poderemos avaliar como são estruturadas as lealdades dos líderes para com a legenda e como estas serão consideradas no momento da cisão oposicionista. Panebianco (2005, p. 19) defende a tese de que os partidos políticos devem, simultaneamente, distribuir os dois incentivos, sendo que, dependendo da organização, este possa variar em grau maior/menor disponibilizado. Com base nos incentivos trabalhados pelo autor, buscaremos ainda verificar como a elite emedebista justificou publicamente sua decisão a respeito do futuro partidário, buscando assim verificar se existe um padrão dentre os membros da elite emedebista que escolheram cada uma das agremiações a respeito dos incentivos motivadores da decisão.

O autor ainda apresenta outros dois dilemas. O primeiro está relacionado à como as agremiações lidam com seus ambientes externos, sendo que Panebianco (2005) discute a adaptação ao ambiente *versus* o predomínio, salientando ele que as características do ambiente serão fundamentais para a determinação da forma de atuação da organização. Esta abordagem do autor é singular para análise do MDB, tendo em vista a atipicidade e limitações da participação no jogo político-eleitoral em um contexto de autoritarismo vigente²⁹.

O quarto e último dilema se refere à liberdade de ação em relação às necessidades organizativas do partido, sendo que o autor ressalta que é importante para a sobrevivência da mesma que esta sempre tenha uma maleabilidade de atuação, não estando assim tão vulnerável frente aos adversários. Neste caso, enquanto veremos um PTB impondo-se como agremiação no processo político-partidário do Rio Grande do Sul, teremos um MDB que se moldará a partir das contingências impostas pela ditadura vigente, fato este que poderá colaborar no distanciamento dos petebistas do grupo dirigente do MDB e, conseqüentemente, na atuação pelo retorno da legenda trabalhista com o encerramento do bipartidarismo.

Com a análise destes dilemas, o autor busca estruturar seu modelo teórico, afirmando que “o modo pelo qual essas exigências são efetivamente sopesadas contribui para definir uma dimensão central da ordem organizativa do partido” (PANEBIANCO, 2005, p. 33). Desta forma, o autor afirma que não podemos estabelecer nenhuma “lei férrea” da evolução organizativa dos partidos, tendo em vista estarem os mesmos expostos a uma série de variáveis que permitirão uma enormidade de resultados possíveis, entretanto, ressalta ele, algumas tendências podem ser observadas e que, combinadas, delineiam um modelo de evolução organizativa (PANEBIANCO, 2005, p. 34).

Assim sendo, a abordagem de Panebianco torna-se fundamental para a compreensão da gênese e evolução das duas agremiações, neste caso especialmente o impacto do ambiente externo no desenvolvimento da legenda, bem como do contexto partidário que se apresenta a elite emedebista nos momentos finais do bipartidarismo.

Portanto, com base nestes preceitos citados, concluímos que a cisão da elite emedebista está relacionada a uma série de variáveis que estarão expostas no momento da decisão acerca do rumo a ser tomado pelos líderes com o fim do bipartidarismo. Tendo em

²⁹ Para Mainwaring (2002), buscando propor uma alternativa para a interpretação teórica dos objetivos dos partidos que não atuam em contextos de democracias estáveis e bem estabelecidas, salienta que este contexto altera dramaticamente o comportamento e estratégias dos partidos políticos. Segundo o autor, em situações como esta, as organizações partidárias jogam em duas frentes: um jogo eleitoral, em que o objetivo é conquistar votos ou posições políticas; e um jogo acerca do regime, visando influenciar o resultado acerca da mudança (ou não) do regime político. Desta forma, utilizaremos esta abordagem para compreendermos a atuação e estratégias utilizadas pela elite gaúcha do MDB priorizando a análise dos jogos nas duas frentes.

vista as expurgações por parte do regime civil-militar, a seção emedebista situada no Rio Grande do Sul, forjada a partir das cinzas do PTB, passa por uma ampla modificação que lhe dará, em 1979, uma plataforma, bem como uma composição e corpo dirigente, que lhe diferenciaria significativamente da antiga seção trabalhista. Com isto, antigos líderes petebistas, alijados do núcleo dirigente do MDB, instigados por Leonel Brizola a partir da possibilidade de retorno do pluripartidarismo ao país, mobilizam-se na organização para retomada do fio da história do antigo PTB. Por conseguinte, grupos que comandavam o MDB local, fortalecidos eleitoralmente, irão utilizar do controle do monopólio oposicionista proporcionado ainda pelo bipartidarismo para, a partir da perspectiva do ingresso de novos/velhos atores no mesmo campo político, utilizar de todos os trunfos e subterfúgios possíveis para manterem os espaços conquistados nos últimos anos e, a partir disto, justificarem e viabilizarem seus projetos. A partir desse ponto, grupos irão se organizar e estruturar seus projetos visando buscar/manter espaços políticos, disputas estas que, em parte, serão estruturadas ainda em torno das clivagens herdadas dentro da antiga seção petebista, principalmente acerca das figuras de Leonel Brizola e Pedro Simon, bem como a partir da evocação dos legados dos “ícones” trabalhistas Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini. Entretanto a tônica decisória dos líderes emedebistas se dará a partir da utilização do cálculo político e eleitoral para, dialogando e articulando junto às redes de lealdades, laços pessoais e partidários forjados ao longo de suas trajetórias político-partidárias, definir pragmaticamente o caminho a ser seguido a partir do retorno do pluripartidarismo no país.

Sendo assim, busca-se contribuir, a partir do estudo de uma seção específica, acerca da importância da análise do desenvolvimento de uma organização, tendo em vista esta permitir, corroborando Panebianco (2005), demonstrar que mesmo aquela forjada a partir das hostes de um grupo supostamente homogêneo, poderá, neste caso impactado tanto pelo ambiente em que atua quanto a partir da interação intraorganizacional, adquirir traços que, com o tempo, lhe diferenciarão significativamente da sua estrutura inicial. Sendo assim, apesar de constataremos características atribuídas à gênese da organização ao longo de sua trajetória, demonstraremos que estas podem tornar-se latentes em determinados contextos, não estando em condições de “condicionar a vida da organização após décadas”, conforme ressalta Panebianco (2005, p. XVII).

Ainda buscamos colaborar com a literatura ao demonstrar a importância de uma abordagem latente no prisma organizativo de Panebianco (2005), que é a relevância da análise das relações interpessoais forjadas no interior da (s) organização, tecendo assim relações de lealdade, laços pessoais e partidários, ao longo das trajetórias dos membros desta elite

partidária para com seus principais expoentes. Estas, como veremos, propiciarão afinidades/antipatias que, ativadas, irão colaborar na afirmação das subunidades, impactando significativamente no desenvolvimento da organização, podendo, inclusive, levar a mesma a cismas/rupturas que mudarão a sua história.

2. A DINÂMICA DO MULTIPARTIDARISMO E INSTAURAÇÃO DO BIPARTIDARISMO EM ÂMBITO NACIONAL

A experiência brasileira com os partidos políticos até 1937 havia sido estruturada essencialmente sob os partidos regionais, onde, controlados em grande parte pelas “oligarquias locais”, estabeleciam suas redes de lealdades sob o comando de “coronéis” visando à disputa dos governos locais – em eleições com índice elevado de fraudes – ou a busca de influência no poder central, sem, no entanto, terem estas seções regionais afinidades estabelecidas e organizadas no campo ideológico com as seções dos demais estados federados e/ou com a agremiação a nível nacional³⁰.

Proibidos, a partir da instalação do Estado Novo³¹, em 1937, os partidos políticos no Brasil voltam ao centro da cena política nacional no final do governo de Getúlio Vargas, em 1945. Pressionado pela conjuntura internacional que recolocara na ordem do dia a questão da democracia liberal, Vargas aceita comandar a transição rumo à democracia no Brasil e, conseqüentemente, o retorno do pluripartidarismo.

Desta forma, tendo em vista a fragilidade das agremiações anteriores ao Estado Novo e o comando de Getúlio Vargas da cena política brasileira nos últimos 15 anos, congregando em seu governo setores conservadores e progressistas, estabelecendo assim um pacto entre as principais forças políticas do país, o retorno à pluralidade partidária no país teve, além do controle dos meios legais pelo ex-presidente, a centralidade política da figura de Vargas como marco para a fundação dos novos partidos políticos.

Ao analisar o quadro partidário que se forma em 1945, Miguel Bodea, apesar de ressaltar que pela primeira vez na história do Brasil Republicano surgiram verdadeiros partidos nacionais³², reforça que:

[...] nascem, aparentemente, com um relativo ecletismo ideológico (com exceção do PC e do PRP) e caracterizam-se também pela grande heterogeneidade de posições

³⁰ Para uma leitura a respeito da dinâmica das eleições ocorridas no período, ver: Leal (1948), em *Coronelismo, enxada e voto*.

³¹ Estado Novo, ou Terceira República, foi o regime político brasileiro fundado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, data em que o Presidente fechou o Congresso Nacional e outorgou uma nova Constituição que lhe conferia o controle total do poder executivo. Ficou caracterizado pela centralização de poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo. Vigorou até 31 de janeiro de 1946.

³² Ianni (1965) observa que a necessidade estabelecida pela legislação de formação de partidos nacionais reforçava a falta de unidade ideológica das legendas, afirmando que analisadas as composições das referidas agremiações, em um mesmo partido poderiam ser encontrados latifundiários no Nordeste, industriais em São Paulo, exportadores no Rio de Janeiro e operários em Porto Alegre.

no interior de cada um deles. O crivo principal da divisão partidária dá-se, em 1945, principalmente em cima da fidelidade ou oposição ao presidente Vargas (BODEA, 1992, p. 16).

Com o controle do jogo da transição para a democracia, Vargas molda o quadro político-partidário brasileiro de acordo com seus interesses – imediatos e futuros –. O mesmo sabia que, para manter vivo seu projeto nacional-desenvolvimentista que iniciara no estado Novo, era preciso criar instrumentos que fossem capazes de bloquear um eventual retorno das oligarquias liberais-conservadoras ao governo federal, tal como acontecera até a Revolução de 1930, conforme ressalta Bodea e Delgado:

[...] é o ponto central das preocupações de Vargas e seus seguidores. Se o Estado Novo, centralizado e autoritário, permitira enquadrar os interesses oligárquicos em um sistema que garantia a hegemonia do setor modernizante sem liquidá-los, mas antes subordinando-os aos interesses estratégicos do poder central, como seria possível lutar pela conservação desta hegemonia dentro do novo quadro institucional liberal-democrático? (BODEA, 1992, p. 22).

A criação e o fortalecimento de um partido de massas urbano tornavam-se, nesta visão, a única maneira de contrabalançar estas forças e evitar que o Parlamento fosse totalmente dominado pelos partidos vinculados à estrutura de poder vinculados à estrutura de poder das oligarquias liberal-conservadoras. (DELGADO, 1989, p. 49).

Sendo assim, para Bodea (1992 p. 23), a única saída possível era a “criação de partidos políticos que pudessem enfrentar as forças liberal-conservadoras que remontavam suas máquinas eleitorais apoiadas nas oligarquias regionais”.

Com isto surgem no Brasil o Partido Social Democrático (PSD), estruturado principalmente a partir das interventorias estaduais e congregando as oligarquias locais apoiadoras do Estado Novo, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), visando à mobilização eleitoral do operariado e outros setores populares urbanos em torno das conquistas trabalhistas do governo Vargas. Ambos surgem sob a batuta de Getúlio Vargas que buscava manter a sua base de apoio distribuída em duas legendas com interesse comum, ou seja, a manutenção do legado do Estado Novo e do pacto social que permitiu a Getúlio comandar o país nos últimos 15 anos que antecederam a 1945. Surge também neste contexto a União Democrática Nacional (UDN), estabelecida sob a bandeira da democracia e fracamente agrupada visando o enfrentamento a Getúlio Vargas e seu trabalhismo populista³³.

³³ Conforme Ângela de Castro Gomes, o populismo “se trata de um conceito com um dos mais altos graus de compartilhamento, plasticidade e sofisticação, não apenas no espaço acadêmico da história e das ciências sociais, como transcendendo este espaço e marcando o que poderia ser chamado uma cultura política nacional” (2001, p. 20). O uso neste trabalho da definição de populismo e/ou populista refere-se não somente ao trabalhismo, bem como ao período democrático que finda em abril de 1964. Estes foram adjetivados – tanto nas versões históricas

Neste capítulo iremos nos deter na anatomia do PTB a nível nacional, bem como nas eleições nacionais do período. Esta agremiação foi destacada não somente por sua importância eleitoral no período, mas, sobretudo, por ser a base pelo qual será formado o MDB – principalmente a seção gaúcha –, bem como por serem originários dos seus quadros os principais atores que irão protagonizar no cenário político-partidário estadual no período em que esteve vigente o bipartidarismo. Estes mesmos atores também irão mobilizar e capitanear a criação das duas principais legendas oposicionistas ao final da década de 1970, o PMDB e o PDT. Apesar de buscarmos a compreensão de toda a dinâmica da agremiação no período, priorizaremos a análise da gênese petebista, concordando inicialmente com Panebianco quando ressalta que:

O modo pelo qual se distribuem as cartas e os resultados das diversas partidas que se desenvolvem na fase genética de uma organização e nos momentos imediatamente seguintes continuam, em inúmeros casos, a condicionar a vida da organização após décadas. A organização sofrerá, certamente, modificações e adaptações profundas, interagindo, durante todo o seu ciclo de vida, com as contínuas modificações do ambiente. Porém, os resultados das primeiras partidas, metáforas à parte, escolhas políticas cruciais realizadas pelos fundadores, as modalidades dos primeiros conflitos visando o controle organizativo e o modo como a organização se consolida deixarão uma marca indelével. (PANEBIANCO, 2005, p. XVII).

2.1 O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

O PTB, no contexto de sua criação, serviu a Getúlio Vargas como forma de disputar espaço político-partidário junto ao crescente proletariado dos grandes centros urbanos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB),³⁴ legenda agora devidamente legalizada e imbuída de um discurso reformador que, já em 1945, conquista um resultado expressivo nas eleições presidenciais³⁵.

Para entender a importância de Vargas na conformação do PTB é relevante o que afirma Ângela de Castro Gomes (2005). Segundo a autora, o PTB surgiu, claramente, como

das direitas ou esquerdas – quando se referem a uma época de personalismos, fraudes, manipulações, subordinação das classes populares e instituições partidárias fracas, bem como uma forma de governo caracterizada pela manipulação das aspirações populares a partir da atuação de políticos carismáticos que, como compensação do apoio eleitoral destes, concedem benefícios sociais de caráter assistencialista.

³⁴ Esta “função” do PTB também é ressaltada por Sereno Chaise, ao ressaltar que “a iniciativa do velho Getúlio de fundar o PTB tinha o propósito justamente de evitar que a massa obreira, principalmente nas grandes cidades, dos centros industriais, engrossasse as fileiras do Partidão.” (KLÖCKNER, 2007, p. 18).

³⁵ O candidato do PCB, Yedo Fiúza, recebe cerca de 570 mil votos, aproximadamente 10 por cento dos votos nominais do pleito. Além deste resultado significativo, elegeu 14 deputados federais e 1 senador (Luís Carlos Prestes), tornando-se, após este pleito, a quarta maior força eleitoral do país, sendo suplantado apenas pelo PSD, UDN e PTB.

uma coroação organizacional de um “longo e cuidadoso esforço de criação de uma ideologia trabalhista no Brasil” (GOMES, 2005, p. 57) que mobilizou recursos humanos, técnicos e financeiros desde 1942, quando Marcondes Filho³⁶ assumiu o Ministério do Trabalho. Deste período até o final do Estado Novo, o Ministro e seus colaboradores mais próximos, auxiliados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), dirigiram um conjunto de políticas públicas que reuniu propaganda, elaboração de leis de proteção ao trabalho e previdência, além de várias outras iniciativas.

Todas estas medidas, segundo a autora, eram vinculadas diretamente a pessoa do presidente. Assim Vargas³⁷ era apresentado como a “encarnação da Nação e o grande inspirador do ideário trabalhista”, tornando-se “símbolo de justiça social e de progresso econômico para a população do país” (DELGADO, 1989, p. 27 e 28). Portanto, quando o Estado Novo inicia de “dentro” a transição para o regime liberal-democrático, o culto a figura de Vargas, ou melhor, ao *getulismo* era uma realidade política ao lado do trabalhismo³⁸. Ângela Gomes (2005) reforça ainda que, mesmo os políticos reformadores do PTB, que, como veremos, questionavam internamente a conduta do seu maior líder para com a legenda, não abriram mão da utilização da figura do ex-presidente durante suas trajetórias, apesar das diferentes conotações que esta recebia no plano discursivo de cada grupo³⁹.

Seja pelos instrumentos utilizados para sua organização inicial, ou mesmo pelo raio de atuação eleitoral que visava o partido logo após sua fundação, o PTB, nos seus primórdios, foi comandado essencialmente por sindicalistas que, organizados pelo Ministério do Trabalho, estruturaram a legenda. Este foi um dos fatores que vieram a prejudicar o desenvolvimento inicial da agremiação, levando-se em conta que a UDN e o PSD, principais partidos no âmbito nacional, foram fundados em torno de políticos com muita prática de recrutamento,

³⁶ Foi vereador em São Paulo e deputado federal pelo PRP na Segunda República. Apoiou a candidatura de Júlio Prestes nas eleições presidenciais de 1930, candidato vitorioso que, entretanto, foi impedido de assumir após o movimento armado deflagrado por Getúlio Vargas. Dois anos após apoiar o Movimento Constitucionalista, deflagrado em São Paulo contra o governo de Vargas. Após a instalação da ditadura do Estado Novo em 1937, é nomeado no DAESP, órgão cuja finalidade era garantir o controle do governo federal sobre o estado de São Paulo. Foi nomeado Ministro do Trabalho em dezembro de 1941.

³⁷ Delgado ressalta que o PTB teve, desde o seu início, duas características básicas profundamente estimuladas por Vargas: uma trabalhista e a outra nacionalista (DELGADO, 1989, p. 55).

³⁸ Segundo Ângela de Castro Gomes (2005), a invenção do trabalhismo no Brasil está cimentada à “ideologia da outorga”, no qual o Estado (e Vargas) apresentava-se como benfeitores, valorizando os trabalhadores brasileiros e presenteando-os com as leis sociais e trabalhistas, o que daria a um pacto simbólico entre os assalariados e Vargas (Batistella, 2013).

³⁹ Cabe destaque a eleição de 1950 no Rio Grande do Sul, onde o candidato do PTB ao Senado Federal, Alberto Pasqualini, reconhecido líder doutrinário do trabalhismo, faz roteiros no interior do estado junto ao candidato do partido à Presidência da República, Getúlio Vargas, ambos reafirmando os laços que os uniam, deixando de lado as divergências a respeito da abordagem trabalhista que havia.

organização partidária e na manipulação de votos. Setores sindicais que haviam aderido inicialmente ao PSD, aos poucos, por constatarem que suas pautas não teriam espaço naquela legenda, passaram a migrar para o PTB⁴⁰. Além destes representantes do proletariado industrial, a legenda começa a receber gradativamente políticos profissionais e, em alguns estados, setores mais progressistas que, com o tempo, irão fazer parte da elite petebista.

Alberto Pasqualini⁴¹, um destes intelectuais que ingressa no partido já em 1946, identificava a ausência de um corpo doutrinário e ideológico que pudesse subsidiar a elaboração de programas para o PTB:

O Partido Trabalhista Brasileiro nasceu com os defeitos da origem da maioria dos demais partidos nacionais. Não provinha de uma campanha ideológica, de um movimento de massas em torno de reivindicações [...] Não há no Partido Trabalhista Brasileiro [...] uma cristalização ou sedimentação ideológica, que seja o substrato das vontades partidárias. (PASQUALINI, 1958, pág. 247).

Após o ingresso do PCB na ilegalidade⁴², e consequentemente sem a disputa desta agremiação no principal mercado eleitoral dos progressistas, o “populismo trabalhista” de Vargas transformou-se no instrumento da ideologia e atividade do PTB, eliminando assim do primeiro plano da política nacional o “reformismo socialista” do PCB. Segundo Delgado (2001), este caráter reformador da legenda retornaria somente após a morte de Vargas e a reaproximação com os comunistas que, em um contexto de politização dos setores populares desencadeada pelo processo de democratização que o país vivia, daria ao PTB cada vez mais a tônica do “reformismo” em detrimento do “varguismo”.

Mesmo toda a diversificação de líderes que passaram a se agrupar no interior da legenda, ocasionada pelo ingresso cada vez maior de setores getulistas no PTB, não foi

⁴⁰ Cabe aqui também destacar que esta migração gradual para o partido tem relação com a atuação dúbia de Getúlio Vargas quanto à preferência partidária no início deste período do pluripartidarismo, o que ocasionava uma dispersão dos quadros próximos ao mesmo nas duas legendas, PSD e PTB. Conforme o andamento do governo de Eurico Gaspar Dutra (PSD), bem como as intenções claras de Getúlio Vargas em tornar-se candidato novamente no pleito presidencial em 1950, parte significativa destas figuras abandona o PSD e caminha junto ao ex-presidente, no PTB.

⁴¹ Descendente de italianos, Pasqualini nasceu em Ivorá, então distrito de Júlio de Castilhos, no interior do Rio Grande do Sul, em 1901. Filiado ao Partido Libertador (PL), foi eleito vereador em Porto Alegre em 1934, tendo seu mandato encerrado com a implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas, em 1937. Com o fim da ditadura de Vargas, organiza a criação da União Social Brasileira (USB) e, 1945, sendo que no ano seguinte se filia ao PTB. Pelo partido foi duas vezes derrotado na disputa para o Palácio Piratini, em 1947 e 1954. Em 1950, chega ao Senado Federal, onde marcará sua passagem, dentre outras ações, pela relatoria do projeto que tratava da criação da Petrobras. Falece em junho de 1960.

⁴² Acatada sete de maio de 1947 pelo Tribunal Superior Eleitoral, após denúncia do então deputado federal Barreto Pinto (PTB), que alegava o caráter internacionalista da agremiação e de a mesma estar a serviço da União Soviética. Em janeiro do ano seguinte, os parlamentares da legenda foram cassados sob a alegação de que o partido a qual foram eleitos, o PCB, não mais existia, estando extintos também os mandatos dos mesmos.

suficiente para que o partido fosse hegemônico a nível nacional, fazendo com que a mesma dependesse para seu avanço eleitoral diretamente da capacidade de seus dirigentes de estabelecerem alianças⁴³. Estas nem sempre eram realizadas com setores vinculados aos trabalhadores, ou mesmo com a figura de Getúlio Vargas, entretanto o ex-presidente foi central na definição dos caminhos a serem seguidos pela legenda até o momento de sua morte.

Fernando Ferrari, ao abordar a influência do personalismo varguista na legenda, ressalta que:

Vargas, com seu enorme prestígio e sua personalidade de tipo carismático, amante do poder pessoal, era o chefe absoluto do PTB e o inspirador máximo de suas diretrizes. Embora desinteressado de dar organicidade ao seu partido, aparentemente omissos frente a seu destino e, portanto, às dissensões internas, era ele quem decidia sempre. Ninguém ousava contrariá-lo. Era o Senhor dos julgamentos, o promotor das sentenças. (FERRARI, 1961, p. 5).

Exemplo deste controle exercido pelo ex-presidente é que, nas eleições presidenciais ocorridas em 1945, a despeito da resistência de setores trabalhistas de diversos estados, Vargas, embora deposto dias antes das eleições marcadas para aquele ano⁴⁴, leva a legenda a apoiar a candidatura vitoriosa do general Eurico Gaspar Dutra, do PSD⁴⁵, em detrimento das candidaturas do Brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional (UDN), e do comunista Yedo Fiúza⁴⁶.

As divergências sobre a proposta de atuação política do PTB e a concepção doutrinária eram motivos de forte disputa interna na legenda. Para uma análise destes desacordos internos, utilizaremos o modelo proposto por Lucília Delgado (2001), que lista três principais tendências no PTB: *os getulistas pragmáticos, os doutrinários trabalhistas e os pragmáticos reformistas*.

⁴³ Quanto às eleições presidenciais do período, o PTB coligou-se com o PSD nas eleições de 1945, apoiando o candidato eleito, general Eurico Gaspar Dutra; nas eleições presidenciais de 1950 coligou-se com o PSP, tendo Café Filho como candidato à vice-presidente na chapa encabeçada por Getúlio Vargas; nas eleições presidenciais de 1955 concorreu coligado com o PSD/PR/PTN/PSP/PRT, oferecendo o candidato à vice-presidente da chapa encabeçada pelo mineiro Juscelino Kubitschek (PSD), que seria João Goulart; nas eleições presidenciais de 1960 voltou a oferecer o mesmo candidato à vice-presidente na chapa encabeçada mais uma vez pelo PSD, agora o marechal Teixeira Lott, que contava ainda com PST/PSB/PRT.

⁴⁴ Deposição ocorrida em “precaução” ao crescimento do movimento “queremista”, que desejava a manutenção de Getúlio no cargo de presidente da república enquanto se estivesse discutindo a nova Constituição, por setores conservadores alegando que o presidente flertava com o movimento e buscava, assim, estender seu mandato para além dos 15 anos em que já comandava o país.

⁴⁵ Este foi o único pleito no período em que o partido não tem nenhum correligionário na disputa majoritária para a presidência da república e/ou vice-presidência da república. Este fato decorre, inclusive, pelo fato de que em 1945 não existia ainda a figura do vice-presidente da república, algo que será incorporado na Constituição promulgada no ano seguinte.

⁴⁶ O candidato do PSD foi eleito com 55 por cento dos votos nominais.

A identificação dessas diferenças contribui para a demonstração de que a estrutura do PTB se formou em meio a uma complexidade de posições e propostas, além de embates regionais que durante a trajetória política do partido expressaram uma dinâmica de conflitos e ajustamentos internos. O predomínio de um grupo ou outro na direção do PTB orientou a linha de atuação do partido nas várias conjunturas da história política e social brasileira, no período de 1945-1964. (DELGADO, 2001, p. 48).

Algumas observações a respeito desta disputa intrapartidária ajudam-nos a compreender os desdobramentos no período bipartidário posterior. A fração hegemônica no partido até o suicídio de Vargas foi a dos getulistas pragmáticos. Estes, apesar de não ser homogêneos quanto a sua extração social, tinham em comum o vínculo estreito com Getúlio Vargas e, em decorrência disto, com o aparelho do Estado. Utilizavam, a partir do cultivo ao carisma de Vargas e da defesa intransigente das conquistas trabalhistas, a estrutura partidária como forma de mobilização do proletariado urbano e instrumento para se aproximar e/ou manter relação com o aparelho burocrático, especificadamente o Ministério do Trabalho e os Institutos da Previdência. Para isto, buscavam alianças com setores conservadores por objetivos meramente eleitorais, desvirtuando assim a essência trabalhista do partido.

Nos anos imediatamente subsequentes ao suicídio de Vargas, novas lideranças e abordagens ganham força e/ou surgem internamente, rompendo com o domínio exclusivo do pragmatismo getulista. Tais lideranças, segundo Delgado (2001), podem ser situadas em duas outras tendências, os *doutrinários trabalhistas* e os *pragmáticos reformistas*.

Para a autora (DELGADO, 2001, p. 184-186), os *doutrinários trabalhistas*, eram intelectuais orgânicos do petebismo e tinham uma orientação trabalhista socializante, propugnando uma maior desvinculação do partido em relação ao Estado. Era uma tendência diminuta, entretanto, apresentava perfil mais homogêneo, o que facilitava a propagação de suas ideias e a pregação no partido. Com influência crescente na legenda desde o final da década de 1940, é, sobretudo, a partir da década de 1950⁴⁷, que começam a influenciar decisivamente na orientação ideológica do PTB. Tinham como característica o fato de não terem vínculo anterior estreito com o Ministério do Trabalho e com o presidente Vargas. Eram basicamente profissionais liberais, afeitos à atividade intelectual em seus estados de origem. Esses políticos tiveram como marca indelével de sua militância partidária a apresentação de propostas de alteração no programa inicial do PTB, procurando desvinculá-lo

⁴⁷ No caso do PTB gaúcho, o grupo ingressa na legenda já em 1946.

do trabalhismo varguista e defendendo o trabalhismo⁴⁸ como uma etapa para o reformismo social, inclusive para a adoção de uma reforma agrária profunda.

Estes defendem também a manutenção da propriedade privada e do capitalismo, desde que ambos tenham “fundamento social”. Alberto Pasqualini teve papel fundamental no debate doutrinário do partido. Ele era compreendido como um dos poucos membros do PTB a elaborar e difundir princípios teóricos trabalhistas. Grijó (2007, p 91), buscando compreender a inspiração teórico-filosófica do pensamento pasqualinista, ressalta a vinculação ao mundo colonial italiano e, principalmente, a formação católica e, com isto, a presença da doutrina social cristão na sua pregação. Diferentemente de Brizola, por exemplo, Pasqualini pregava que a justiça social não seria alcançada pelo conflito entre classes, nem pelo embate ideológico, mas pela conversão dos capitalistas aos princípios “solidarismo”⁴⁹.

Esta tendência, apesar de não se tornar hegemônica na doutrina e prática do PTB⁵⁰, disputa durante todo o período em vida de Vargas com os *pragmáticos getulistas* a preeminência no partido, sendo que, segundo Delgado (2001), a partir de 1950, parte significativa de suas propostas acabam sendo incorporadas pelo PTB visando principalmente à mobilização social e as vitórias eleitorais. A autora ainda ressalta que o PTB “assumiu a defesa das bandeiras das reformas de base muito mais ao sabor do desenrolar de fatos

⁴⁸ Cabe destacar a ampla significação que é empregada para o “trabalhismo” no país, sendo constantemente atribuídas a este as características populistas que Vargas e os políticos ligados a ele lidavam com os trabalhadores. Da mesma forma, com o passar dos anos uma série de temas foram sendo incluídos/excluídos nas pautas trabalhistas como, por exemplo, os preceitos liberais-democráticos, que de desprezados pelos trabalhistas, passou a ser reconhecido; da mesma forma outros temas, como o nacionalismo; o reformismo e outros, foram sendo incorporados e/ou excluídos dos apelos trabalhistas. Utilizaremos a abordagem de Ângela de Castro Gomes (2005), quando salienta que “trabalhismo” significava um conjunto de ideias, crenças, valores, símbolos e estilos de fazer política, que passaram a orientar as ações estatais a partir de 1942, expandindo o setor público e estruturando o desenvolvimento econômico brasileiro, tendo como alvo inicial os trabalhadores urbanos, grupo este que passaria a integrar a cultura político-partidária e sindical brasileiras a partir dos anos 1940. Este conjunto de medidas continha uma série de benefícios sociais, materiais e um amparo de leis trabalhistas para a classe trabalhadora brasileira, colocando assim o Estado como interventor e distribuidor das riquezas nacionais, bem como promotor da justiça social. Gomes (2005) destaca que este conjunto de representações sociais, que compunha a ideologia do trabalhismo, só foi possível graças ao “pacto trabalhista, pensado ao longo do tempo, tendo nele, de modo integrado, mas não redutível, tanto a palavra e a ação do Estado (que sem dúvida teve o privilégio de desencadeá-lo), quanto a palavra e a ação da classe trabalhadora”, em uma relação que não era harmônica, porém resultava em um processo de “interlocação”. Assim, na visão de Gomes (2005), este pacto, amplamente propagado por mecanismos de propagando política, firmaria a tradição política que foi a representante “legítima” dos trabalhadores brasileiros.

⁴⁹ Para uma análise mais completa da obra de Alberto Pasqualini, ver: SIMON, Pedro. **Alberto Pasqualini: Obra Social & Política**. Brasília: Senado Federal – Secretaria Especial de Editoração de Publicações, 1994.

⁵⁰ Ferrari (1961, p. 5), destaca o papel secundário destes no interior da legenda, ao ressaltar que “Grupos renovadores, como o de Alberto Pasqualini, Lúcio Bittencourt e outros que advogavam reestruturações partidárias em bases democráticas, com um programa e com uma ideologia que se constituíssem na filosofia do trabalhismo crioulo, encontravam os passos amarrados pelo heliocentrismo do Presidente. Vargas agarrava-se de maneira endogênica à chefia, que ninguém lhe disputava. O círculo de ferro que criara a maneira de ser, enigmática e matreira, e o seu enorme prestígio nas bases trabalhistas, afastavam sempre quaisquer iniciativas que visassem à agremiação uma administração colegiada”.

conjunturais do que como um programa doutrinário avalizado e elaborado sistematicamente pela maioria dos seus membros.” (DELGADO, 2001, p. 234).

Também a partir do suicídio de Getúlio Vargas surge uma nova geração no partido, sendo intitulado por Delgado (2001) como *pragmáticos reformistas*. Estes buscaram unificar em suas práticas político-partidárias as principais características das outras duas tendências citadas anteriormente, ou seja, o discurso dos *doutrinários* e as práticas dos *pragmáticos*, estabelecendo assim uma simbiose importante e atrativa para uma diversidade de setores da sociedade brasileira, o que fez com que o partido ganhasse visibilidade e possibilidade de implementação de, pelo menos, parte destas propostas. Isto, no entanto, não eliminou as marcas getulistas da agremiação. As críticas a respeito da atuação dos pragmáticos e as práticas que este grupo herdava de Getúlio, ou seja, o unipessoalismo decisório e os critérios de ocupação de cargos públicos continuaram recorrentes. Isso se dava, mesmo que estes estivessem, neste momento, imbuídos – pelo menos no plano discursivo – na luta pelas reformas. Sendo assim, apesar da gradativa diminuição da influência varguista sobre o PTB, o “fisiologismo” jamais deixou de ser uma tatuagem de marcas profundas na vida político-institucional da legenda, conforme define Benevides:

[...] tem sua trajetória marcada por profunda ambiguidade. Vinculado ao Estado, especialmente através da administração do Ministério do Trabalho, sua prática política junto aos trabalhadores urbanos, mediada pela utilização do aparato sindical e do sistema previdenciário, acabou mesclando organização e tutela, autonomia e dirigismo, disciplina e controle numa estranha simbiose. (BENEVIDES, 1989, p. 138).

O perfil político de Getúlio Vargas e dos seus herdeiros políticos eram distintos. João Goulart fora, como presidente nacional do partido, a partir da metade do segundo governo de Vargas, o grande responsável pelo crescimento do PTB, relevando-se um hábil articulador e, diferente de Vargas, interessado em estruturar a legenda. Sob o comando de Goulart o PTB, a partir da utilização da estrutura do Ministério do Trabalho e dos institutos da Previdência, organizou uma forte mobilização de atração para a legenda de inúmeros quadros visando assim também o crescimento eleitoral do partido. Também com Goulart o partido, já sob o efeito da Carta Testamento, aproxima-se dos comunistas, na ilegalidade desde o final da década anterior, o que significará uma guinada importante do trabalhismo concebido por Vargas rumo ao reformismo, sob o mantra do nacionalismo.

Leonel Brizola, com atuação até então restrita ao estado do Rio Grande do Sul, onde comandava o PTB a nível local, divide com seu cunhado, João Goulart, as funções internas na

legenda, deixando as questões nacionais do partido aos cuidados de Goulart enquanto se atinha a “aldeia”. Entretanto, a partir de 1958, ano em que chega ao Palácio Piratini com expressiva votação, bem como após a exitosa Campanha da Legalidade⁵¹, é alçado à figura nacional e divide com o mesmo a liderança máxima do partido que mais crescera ao longo do regime fundado em 1945⁵². Com estilo impetuoso e, diferente de Jango, pouco afeito ao diálogo com os setores mais conservadores da sociedade brasileira da época⁵³, Brizola, aproveitando-se da crescente agitação urbana e rural⁵⁴ pela ampliação dos direitos sociais e políticos estabelece, a partir do reconhecimento nacional pela luta travada pela posse de Goulart, prioridade na agenda das reformas de base no Brasil⁵⁵, e buscará tencionar, a partir de 1962, a busca por uma ação mais efetiva do governo de Goulart nestas ações extremado assim o então crescente reformismo a que o PTB vinha aderindo ao longo dos anos.

O partido, apesar dos constantes embates internos e do papel de auxiliar do PSD no que tange as eleições presidenciais, não deixou de apresentar uma tendência de crescimento eleitoral. Enquanto elege somente 22 deputados federais em 1945, a legenda avança e chega a 116 parlamentares no último pleito disputado, em 1962, estabelecendo-se assim como um dos maiores partidos políticos do país, junto a seu principal parceiro a nível nacional, o PSD, além da UDN. Apesar do crescimento eleitoral, o partido nas suas fases finais encontrava-se imobilizado, tendo em vista as dificuldades estabelecidas pelas divergências internas a respeito das ações a serem tomadas pelo governo Goulart. Segundo D’Araújo, “os últimos momentos de existência do PTB revelam a presença de um vigoroso partido eleitoral,

⁵¹ Movimento capitaneado pelo então governador gaúcho, Leonel Brizola, que buscava garantir a posse do Vice-presidente da República na ocasião, João Goulart, no cargo de Presidente após a renúncia de Jânio Quadros em 1961.

⁵² Vale destacar o que apresentou Ângela de Castro Gomes (2005, p. 135) – colocar a página da citação, quando destaca que “o PTB (neste caso, nacional) do início dos anos 1960 encontrava-se dividido, doutrinária e organizacionalmente, em duas correntes principais: “a esquerda moderada”, que defendia a adoção das reformas de forma conciliatória para assegurar a manutenção da ordem constitucional e uma “esquerda radical”, que aprofundava as demandas por reformas, não aceitando os limites impostos pelos partidos e pela Constituição. O primeiro grupo estava ligado a San Tiago Dantas e tinha como principal liderança o presidente João Goulart. O segundo grupo tinha como principal liderança Leonel Brizola, estando organizada na Frente de Mobilização Popular.

⁵³ Uma incoerência, dentre outras, pode ser verificada na disputa ao governo do estado do Rio Grande do Sul em 1958. Brizola, candidato do PTB no pleito, aceita e corrobora a coligação com o PRP, que representava os integralistas, e o PSP, de Adhemar de Barros.

⁵⁴ Segundo Cánepa (2005), em obra que aborda o desenvolvimento do governo Brizola (1958-1962), a incorporação das massas rurais através da ação do governo do estado tentava reproduzir a experiência do PTB já desenvolvida com os trabalhadores urbanos nos governos Vargas.

⁵⁵ Para análise desta etapa do governo Brizola, ver: CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis Estadual e Nacional no RS (1945 – 1965)**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005.

desorientado pelo conflito interno quanto às estratégias a serem usadas na sua ação política” (D’ARAÚJO, 1996, p. 165).

Desta forma, a análise da trajetória do Partido Trabalhista Brasileiro é de fundamental importância para a compreensão do quadro partidário que surgirá em 1965. Este partido será a base da formação do MDB, no entanto, não a única, e suas divergências internas serão transferidas agora para a nova agremiação que será, tendo em vista a camisa de força do bipartidarismo, ainda mais heterogêneo que o antigo PTB. Sobre este período, D’Araújo ressalta que:

[...] o Brasil não apresentou uma estrutura partidária arraigada, capaz de sobreviver aos anos de arbítrio. A exceção ficou por conta do PTB, que demonstrou ter fôlego e sobrevida para além do regime militar. Isto, porque, [...] representou também um movimento que atingiu a população de diversas maneiras. Em seu nome, grandes questões nacionais foram propagandeadas e vários atores políticos, de alguma maneira, se sentiram nele contemplados, especialmente trabalhadores e sindicatos. [...] o PTB foi o lado institucional do carisma de Vargas. Como tal, foi o principal beneficiário da herança popular do ex-ditador. (D’ARAÚJO, 1996, p. 167)

Da mesma forma, como vimos neste capítulo, os principais herdeiros da legenda idealizada por Getúlio Vargas discordavam da forma de atuação e intensidade tanto da ação governamental comandada pelo partido, bem como da agremiação como um todo, situação que para muitos foi um dos fatores de desorganização e desmobilização do trabalhismo quando do golpe civil-militar de abril de 1964⁵⁶. Estas lideranças, que agrupavam em torno de si quantidade significativa de líderes trabalhistas, não irão ingressar no MDB, tendo em vista o afastamento compulsório de ambos da vida pública após 1964, entretanto parte expressiva de seus “seguidores” participará da nova legenda, perdurando ainda dentro do MDB interpretações divergentes tanto no que tange a forma de atuação do trabalhismo, quanto as discussões a respeito da dimensão da responsabilidade dos grupos trabalhistas, e consequentemente de seus líderes maiores, quanto ao agravamento da crise que motivou a queda do governo de Jango.

Sendo assim, o Partido Trabalhista Brasileiro que, depois de extinto, será a agremiação que mais ofertará quadros para a formação do MDB, principalmente no caso da seção gaúcha, não era, como vimos, um partido coeso, nem mesmo programaticamente. Esta situação nos permite ampliar o debate acerca da divisão do emedebismo gaúcho, não tratando a mesma como uma simples cisão dos trabalhistas. Isto porque, como veremos nos próximos capítulos desta dissertação, havia amplas leituras do trabalhismo no interior da legenda, sendo que todas

⁵⁶ Ver: MORAES, Dênis de; **A esquerda e o golpe de 64**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

elas foram reativadas e utilizadas como justificativas para a definição partidária dos líderes do então MDB ao final da década de 1970.

Cabe ainda análise da dinâmica das eleições nacionais no período, desenvolvimento este que será útil para a compreensão de algo que fora citado por autores trabalhados até aqui nesta análise do PTB, ou seja, a importância da figura de Vargas e o controle da agremiação nas mãos deste até sua morte, tendo João Goulart herdado o posto de comandante da legenda, bem como a ambiguidade do PTB a nível nacional, algo que a diferirá tanto a seção gaúcha da nacional, bem como as lideranças forjadas neste espaço, como Leonel Brizola.

2.2 AS ELEIÇÕES NACIONAIS

Os pleitos presidenciais do período democrático, que finda em 1964, refletem aquilo que fora abordado até aqui, ou seja, a centralidade da figura do ex-presidente Getúlio Vargas, seja como principal eleitor em 1945, como candidato em 1950, ou posteriormente a sua morte pelos desdobramentos políticos que viriam a ocorrer no país a partir da disputa do seu legado.

O período foi marcado no início pela aliança, que se demonstrara indestrutível, entre PSD e PTB a nível nacional – apesar das divergências regionais – e que levaram a vitórias em todos os pleitos eleitorais até 1960, quando Jânio Quadros pelo pequeno Partido Trabalhista Nacional (PTN), em aliança com os partidos conservadores, vence a disputa para Presidência da República⁵⁷. Tendo em vista a tomada gradual por parte do PTB das bandeiras reformistas a partir da metade da década de 50, ocorre o enfraquecimento das relações entre os dois partidos tradicionalmente aliados na disputa pelo governo central, o PTB e o PSD, e o isolamento dos trabalhistas no cenário nacional.

O PTB nos seus primórdios tinha sua base estruturada, sobretudo, nos grandes colégios eleitorais, onde a massa de trabalhadores industriais era significativa e o legado trabalhista do Estado Novo era sentido com maior intensidade. Esta base será fundamental para a vitória do General Dutra, em 1945. Apesar do PTB entrar na campanha do candidato do PSD somente nos últimos dias, tendo em vista a relutância do ex-presidente Getúlio Vargas em dar seu aval junto às massas operárias para que votassem no candidato pessedista, a declaração oficial de apoio do ex-presidente à candidatura de Dutra uma semana antes do pleito foi fator determinante para a derrota do então favorito, brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, naquele momento apoiado por importantes órgãos de comunicação do país.

⁵⁷ Os demais presidentes da república eleitos no período foram: Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), do PSD; Getúlio Vargas (1951-1954), do PTB; Juscelino Kubitschek (1956-1960), do PSD.

Neste pleito, Getúlio Vargas, recolhido em sua fazenda em São Borja, no interior do Rio Grande do Sul, é eleito senador pelo PSD em seu estado natal, e pelo PTB no estado de São Paulo⁵⁸. Conquista ainda o cargo de deputado federal por sete estados⁵⁹, demonstrando a força e a consolidação do ex-presidente como *player* principal da cena política nacional.

O PTB passa, a partir disto, por modificações importantes em sua estrutura interna de poder. O partido, e principalmente o agora senador Getúlio Vargas, verificando a falta de experiência dos sindicalistas na organização partidária, substitui aos poucos esta elite dirigente por líderes com maior experiência e, especialmente, com ligação com o Estado Novo e, conseqüentemente, com Vargas. Estas mudanças atendiam aos interesses do ex-presidente, que, visando às eleições presidenciais de 1950, precisava organizar as bases para o pleito em que buscava retornar à Presidência da República. Delgado, ao abordar a estratégia do ex-presidente na utilização do PTB, ressalta que:

[...] a Vargas não interessava um crescimento imediato e desenfreado da máquina petebista. Recorrer ao PTB ou prestigiá-lo poderia significar, dentro de um contexto no qual o apelo às mobilizações populares seria uma constante, uma ameaça de perigo: o crescimento das reivindicações econômicas e sociais que poderiam, na dinâmica do processo, ultrapassar o controle do governo. Para Vargas, a função do PTB devia ser a de busca constante pela paz social. (DELGADO, 2001, p. 97).

Em 1950, na segunda eleição presidencial após a redemocratização, o PTB confirma a candidatura do seu líder maior, Getúlio Vargas, à Presidência da República, coligado com o Partido Social Progressista (PSP), legenda controlada por Ademar de Barros⁶⁰, que lança para a Vice-Presidência o potiguar Café Filho⁶¹. O PSD concorria naquele pleito com Cristiano Machado e a UDN novamente com o brigadeiro Eduardo Gomes. Apesar da coligação entre os dois outrora aliados PTB e PSD não ocorrer de forma oficial, parte significativa dos pessedistas abandona a candidatura própria do partido para apoiar o ex-presidente Vargas, vencedor do pleito⁶². Esta relação se fortalecerá no início do governo quando, ao montar seu

⁵⁸ Vitórias possíveis graças ao ardid das candidaturas múltiplas e da inexistência de regras quanto ao domicílio eleitoral.

⁵⁹ Pelo Rio Grande do Sul, São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Paraná.

⁶⁰ Interventor federal do estado de São Paulo durante o Estado Novo filiou-se a UDN após a redemocratização do país e esteve em trincheira contrária a Vargas nas eleições presidenciais de 1945, quando apoiou seu então correligionário, o Brigadeiro Eduardo Gomes. Em 1947, após já ter criado o seu partido, o Partido Republicano Progressista, concorre e vence a disputa para o governo do estado de São Paulo. Faleceu em 12 de março de 1969.

⁶¹ Naquele período a votação para presidente e vice-presidente eram separadas, conquanto os eleitores poderiam votar em candidatos de chapas distintas.

⁶² Getúlio Vargas recebeu 48,73% dos votos válidos naquele pleito, enquanto o candidato da UDN recebeu 29,66% e o do PSD 21,49%.

Ministério, Getúlio prioriza os quadros do PSD em detrimento do aliado PSP ou mesmo do PTB, que comandará somente o Ministério do Trabalho⁶³. Os trabalhistas, que haviam conquistado somente 22 cadeiras na Câmara dos Deputados em 1945, elegem 51 parlamentares nesta eleição, tornando-se assim uma força significativa também no Congresso Nacional.

A partir de 1953, quando João Goulart assume a direção do Ministério do Trabalho⁶⁴, o PTB, que naquele momento era também comandado por ele, passa a ampliar de maneira expressiva a filiação de quadros políticos e sindicais. Goulart, apesar das divergências internas no partido, controla a agremiação de forma centralizadora e, com o suicídio de Getúlio no ano seguinte, passa a ser o principal herdeiro da legenda e do legado trabalhista no plano nacional.

Em 1955, em nova eleição presidencial, o PTB, depois de ampla discussão, apresenta a candidatura de seu presidente, João Goulart, à Vice-Presidência da República, retomando a coligação com o PSD que apresenta o ex-governador mineiro Juscelino Kubitschek como candidato à Presidência. O candidato pessedista, apesar da desconfiança de parcela significativa da base petebista, agrada a legenda com seu discurso desenvolvimentista que agregava maiores ganhos indiretos aos trabalhadores. A eleição se estabelece sob formato semelhante ao estabelecido por Getúlio no contexto da redemocratização, estando o PTB e o PSD juntos, fazendo frente a UDN e demais partidos conservadores que lançam Juarez Távora, pelo PDC, como candidato à Presidência.

Com a eleição de Jango⁶⁵ e Juscelino⁶⁶, tem-se, a princípio, um contexto de perfeita harmonia em um governo que contemplaria tanto a elite brasileira, mediante seu plano de realizar “cinquenta anos em cinco”⁶⁷, quanto o proletariado nacional mediante a ampliação da renda e dos serviços sociais. Entretanto a insatisfação crescente do operariado pela diminuição do poder de compra durante o governo, em consonância com um perfil cada vez mais

⁶³ O Ministério que tomou posse junto a Getúlio Vargas em 31 de janeiro de 1951, intitulado pelo mesmo como “ministério da experiência”, continha o PSD ocupando as pastas de Exterior (João Neves da Fontoura), Fazenda (Horácio Lafer), Justiça (Francisco Negrão de Lima) e Educação e Saúde (Ernesto Simões Lopes); a UDN ocupando a Agricultura (João Cleofas); o PSP controlando a pasta de Viação e Obras Públicas (Álvaro Pereira de Souza Lima) e o PTB ocupando o Trabalho (Danton Coelho), além de outros ministros sem vinculação partidária.

⁶⁴ Assume a pasta em 17 de junho de 1953.

⁶⁵ Goulart recebe 3.591.409 votos, cerca de 200 mil a mais que o segundo colocado, Milton Campos, da UDN.

⁶⁶ Kubitschek recebe 3.077.411 votos, cerca de 500 mil votos a mais que o segundo colocado, Juarez da Távora, da UDN.

⁶⁷ Plano de Metas de investimentos estabelecido pelo presidente eleito em 1956 que visava desenvolver economicamente o país através do processo de industrialização.

reformista do PTB, agora próximo dos comunistas e de entidades sociais e de classe, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), e defendendo questões como as reformas de base, que incluía a reforma agrária, tema compreendido pelos pessedistas como uma declaração de guerra para com o partido e sua tradicional base rural, faz com que Juscelino e seu PSD passem a ser cada vez mais reticentes a uma aproximação com o PTB, deixando Jango no ostracismo governamental e colocando ainda mais os petebistas no extremo das reivindicações sociais e reformadoras.

Neste contexto, a eleição de 1960 se apresentava de maneira atípica, pois, apesar da renovação da coligação entre PSD, agora com o Marechal Henrique Lott como candidato à Presidência da República, e o PTB novamente com João Goulart como candidato à Vice-Presidência, a relação conflituosa entre as agremiações chega ao extremo, fazendo assim com que proliferasse no pleito algo que era até então comum somente em poucos estados da federação, ou seja, a insubordinação das seções estaduais em relação à direção nacional e o estabelecimento de “dobradinhas” que visavam somente, a princípio, o interesse destas seções locais dos partidos. Tais fatos podem ser exemplificados no decorrer da campanha com o crescente estabelecimento de “comitês Jan-Jan”, por exemplo, que congregava grupos apoiadores das candidaturas de Jânio Quadros à Presidência, pelo PTN, e João Goulart à Vice-Presidência.

Esta relação acaba prevalecendo e o processo eleitoral acaba, de maneira surpreendente, elegendo o candidato do pequeno PTN à Presidência da República⁶⁸ e reelegendo Goulart para a Vice-Presidência⁶⁹. A eleição também completa de maneira enfática o crescimento gradual do PTB, que, apesar da perda de quadros para o novo Movimento Trabalhista Renovador (MTR), do antigo líder trabalhista Fernando Ferrari, depois de eleger 56 deputados federais em 1954, elegeu 66 em 1958 e em 1962 chegará aos 116 parlamentares, ultrapassando a UDN e disputando com o PSD o posto de maior partido do Congresso Nacional⁷⁰.

Este crescimento do PTB leva o partido a atingir eleitorados diferentes da base inicial da agremiação, levando agora a mesma a uma posição preeminente também em cidades de médio porte no interior do país. Segundo Gláucio Soares (1973), os partidos ideológicos

⁶⁸ Jânio Quadros recebe 5.636.623 votos, cerca de 1.8 milhões a mais que o segundo colocado, Henrique Teixeira Lott, do PTB.

⁶⁹ Goulart recebe 4.547.010 votos, cerca de 200 mil a mais que o segundo colocado, o senador Milton Campos, da UDN, cenário semelhante ao ocorrido no pleito de 1955.

⁷⁰ O PSD, neste pleito, elege 118 deputados federais.

(PDC-MTR-PTN-PSB) cresciam em regiões desenvolvidas e centros urbanos. O PTB ampliava sua penetração nos estados menos desenvolvidos e em cidades médias, enquanto os partidos conservadores, agora sob a concorrência do PTB e dos “novos partidos”, tendiam a retornar para suas bases “naturais”, ou seja, o interior do país rural e sob o comando das “oligarquias locais”.

Desta forma, verifica-se que a dinâmica eleitoral da época se dá a partir da relação entre PSD e PTB, aliados ocasionalmente a agremiações populistas menores, contra a UDN e demais partidos conservadores de menor expressão. Esta afinidade entre os partidos concebidos por Getúlio não se estabelece de maneira natural. O fato de serem ambos oriundos da gênese getulista, tendo em vista as divergências entre as bases fundadoras dos partidos e, principalmente, o crescente radicalismo dos trabalhistas em busca de reformas sociais que acabam por investir contra os interesses dos setores majoritários do PSD.

Constata-se também que o PTB, após Getúlio, apesar da mudança de postura em relação às reivindicações sociais, tornando-se muito mais próximo e suscetível dos setores reformadores, continua sendo um auxiliar do governo e assaz vinculado ao aparelho burocrático estatal. Esta característica transpassa toda a trajetória do partido e pode ser averiguada ao analisarem-se as coligações do PTB visando disputar o governo federal, onde a agremiação, diferente do que pensava e queria grande parte de sua base, continuava coligando-se de forma pragmática com setores conservadores da sociedade brasileira visando, sobretudo, a vitória eleitoral e, com isto, o acesso à máquina pública federal.

3. A DINÂMICA DO MULTIPARTIDARISMO E INSTAURAÇÃO DO BIPARTIDARISMO NO RIO GRANDE DO SUL

O cenário político-partidário do Rio Grande do Sul no período que se inicia a partir de 1945 e findado com a extinção dos partidos a partir do Ato Institucional de número 2, em 1965, apresenta características que são singulares ao estado e que o contrasta com o restante do país. Para Joseph Love (1975), a política interna rio-grandense no período que compreende o retorno à democracia até o golpe militar tendeu a girar em torno da “órbita do Partido Trabalhista Brasileiro”, e de uma coalizão antigetulista. Além deste aspecto eleitoral, outras características do sistema partidário gaúcho o diferenciam do cenário nacional, conforme destacado por Cánepa:

[...] a presença importante entre os partidos conservadores tradicionais de um partido de corte liberal marcadamente regional, o PL; a pouca expressividade da UDN no Estado, onde se iguala em número de votos ao PRP, o qual, quase sem expressão no resto do país, tem no Rio Grande do Sul um eleitorado fiel (especialmente na zona colonial) e que se caracteriza pelo alto potencial de coligação em virtude do formato adotado pela disputa política nas eleições para o governo do Estado; a desgetulização precoce do PSD; e o fato de o PTB constituir-se em maior força político-partidária desde 1947. (CÁNEPA, 2005, P. 122).

Neste período, segundo Cortes (2007), as forças políticas gaúchas se organizam principalmente em função das clivagens ligadas ao padrão político-eleitoral anteriores ao Estado Novo. Sendo assim, às vésperas das eleições de 1945, estabelecia-se no Rio Grande do Sul dois partidos liberal-conservadores de cunho antigetulista, a UDN e o Partido Libertador (PL)⁷¹; as duas forças pró-Getúlio, o PTB e o PSD; uma incipiente esquerda democrática que será absorvida pelo PTB logo em seguida, além dos partidos que completavam os extremos do espectro político gaúcho; o PCB, agregando os comunistas, e o Partido Republicano Progressista (PRP), partido que reunia parte significativa dos antigos “integralistas” e que tinha como base principal as regiões de imigrantes italianos e alemães.

O autor ainda ressalta a mais tradicional das características do cenário político-partidário gaúcho, ou seja, a divisão do eleitorado, e conseqüentemente dos seus representantes, em dois blocos razoavelmente equilibrados e que disputaram as eleições para o Palácio Piratini no período⁷², ressaltando que:

⁷¹ Partido Libertador. Agremiação com pouca expressão no restante do país, mas que no Rio Grande do Sul detinha força considerável.

⁷² Ver: Cortes (2007); Noll e Trindade (2004).

[...] a volta da democracia trouxe uma repetição dos tradicionais padrões políticos gaúchos: através da aliança de antigos opositores contra um inimigo em comum, o estado novamente se dividiu em dois campos políticos. Por exemplo, em 1889 republicanos e conservadores haviam se unido contra as forças de Gaspar Silveira Martins. Em 1923, federalistas e ex-republicanos juntaram-se para opor-se a reeleição de Borges de Medeiros. Em 1929, republicanos e libertadores formaram a tênue Frente Única para apoiar Vargas para presidente, contra Júlio Prestes. Em 1932, Raul Pilla e Borges de Medeiros, antigos inimigos, e seus discípulos, uniram-se contra o trio Vargas-Flores-Aranha, do PRL. Em 1936, a dissidência liberal fez uma aliança com a FU para apoiar Vargas na sua luta contra Flores da Cunha. Finalmente, agora, em 1945, Aranha e Flores juntaram-se com seus antigos adversários, Pilla e Borges, para apoiar Eduardo Gomes e se opor as forças de Vargas. (CORTES, 2007; p. 174).

Nos pleitos estaduais, que ocorreram em 1945⁷³ e 1947⁷⁴, o estado viveu uma experiência com vários partidos como protagonistas⁷⁵, sobretudo devido à fragilidade inicial do PTB e da UDN. Já em 1950, o Rio Grande do Sul retorna à sua tradição de se dividir em dois campos antagônicos⁷⁶, sendo que os partidos menores se tornam periféricos das principais agremiações, ou então se mantinham fora dos dois principais polos, mas não tinham chance de chegar ao poder sozinhos. Esta característica do cenário gaúcho será crucial para a compreensão da transição dos líderes do PTB e demais agremiações menores que orbitavam em torno dos trabalhistas para o MDB, e das forças agrupadas no PSD, PL e UDN, bem como demais partidos periféricos, para a Arena em 1965. Estas formavam agrupamentos de partidos e setores com objetivos meramente eleitorais que, muito sutilmente, compartilhavam de programas comuns, desmascarando assim a propalada rigidez programática e ideológica que se poderia supor dos grupos que formatariam as duas novas agremiações após 1965⁷⁷.

Conforme a análise dos pleitos a nível estadual realizados no período, veremos que, as estratégias eleitorais faziam com que alianças que poderiam ser consideradas “esdrúxulas” ocorressem, por exemplo, a ocorrida em 1958, na ocasião da eleição de Leonel Brizola para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, realizada pelos trabalhistas com remanescentes da

⁷³ Pleito ocorrido visando à eleição de dois senadores da república e vinte e dois deputados federais para representar o Rio Grande do Sul no Congresso Nacional.

⁷⁴ Pleito ocorrido visando à eleição do governador do estado; de um senador da república e dos 55 deputados estaduais.

⁷⁵ No primeiro pleito tem-se um protagonismo completo do PSD, sendo que o mesmo elege 75 por cento dos deputados federais. No segundo pleito, PTB e PSD já dividem o protagonismo elegendo 70 por cento das cadeiras em disputa para a Assembleia Legislativa.

⁷⁶ Pelo menos nas disputas para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

⁷⁷ Exemplo: progressistas versus conservadores.

Ação Integralista Brasileira (AIB), abrigada no Partido de Representação Popular (PRP), grupo fortemente influenciado pelo fascismo italiano.

3.1. ELEIÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL

Além da citada bipolarização, tendência que pode ser constatada principalmente a partir do gradual afastamento do PSD, cada vez mais antigetulista, do PTB, bem como após a demonstração de força eleitoral dos trabalhistas nas eleições de 1947 e 1950, que irá reforçar o que fora afirmado por Xausa e Ferraz (1981), Trindade (1975) e Noll e Trindade (2004)⁷⁸, quando estes autores ressaltavam tendência do cenário eleitoral gaúcho de se dividir em dois blocos antagônicos, outras características do cenário político-eleitoral podem ser verificadas, tais como a relativa estabilidade do comportamento eleitoral do estado; a dominação eleitoral do trabalhismo; o declínio progressivo dos conservadores liberais e a inviabilidade da formação de uma terceira força eleitoral capaz de significar uma alternativa ao eleitorado. Além destas, segundo Cortes (2007), poderiam ser agregadas o persistente padrão de alternância político-eleitoral, fazendo com que a cada pleito, um dos polos do cenário político-partidário gaúcho venha a ser o destinatário da maioria dos votos concedidos pelos gaúchos, algo divergente do período anterior à Revolução de 1930, onde o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) predominou no controle do Palácio Piratini.

Visando confirmar estes padrões, Trindade (1975, p. 193-198) apresenta uma série de dados eleitorais do período tomando como base as votações para a Assembleia Legislativa e para o Governo do estado do Rio Grande do Sul que esclarecem também as afirmações feitas por Cortes (2007), conforme segue:

Tabela 1 - Percentual de votos recebidos pela soma dos candidatos dos respectivos partidos na disputa pelas cadeiras da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no período que compreende 1947 até 1962

PARTIDO	ANO DO PLEITO ELEITORAL				
	1947	1950	1954	1958	1962
PTB	30,90%	34,70%	37,30%	39,60%	35,50%
PL	9,90%	9,70%	12,70%	11,90%	9,20%
PSD	30,70%	29,10%	24,70%	22,40%	17,40%
UDN	8,40%	7,40%	6,20%	5,50%	4,60%

⁷⁸ Trabalho elaborado a partir da análise das estatísticas eleitorais do Rio Grande do Sul no período que compreende 1823/2002.

PRP	8,50%	7,40%	7,30%	5,90%	5,80%
PDC	-	-	1,30%	5,80%	6,70%

Fonte: Trindade (1975, p. 193-198).

Os dados acima nos permitem analisar algumas das tendências apresentadas por Trindade (1975). Quanto à relativa estabilidade do comportamento eleitoral, verifica-se tanto que o PTB mantém um padrão de votações com pequeno intervalo de variação, quanto os partidos que disputavam em campo oposto ao PTB no período mantêm também um padrão de votações que, somados, também são relativamente estáveis.

Segundo o autor ainda, se somados os percentuais dos partidos por ele intitulados como populistas (PTB, PSB, MTR e PSP) e dos partidos intitulados conservadores-liberais (PSD, PL e UDN), colocando o PRP e o Partido Democrata Cristão (PDC) em uma terceira via, pode-se averiguar confirmar a estabilidade pregada.

Tabela 2 - Percentual de votos recebidos pela soma dos candidatos dos grupos partidários na disputa pelas cadeiras da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no período que compreende 1947 até 1962.

GRUPOS PARTIDÁRIOS	ANO DO PLEITO ELEITORAL				
	1947	1950	1954	1958	1962
POPULISTAS (PTB, PSB, MTR, PSP)	37,60%	41,90%	43,90%	46,10%	39,60%
CONSERV-LIBERAIS (PSD, PL, UDN)	49,10%	46,30%	43,80%	40,10%	39%*
TERCEIRA VIA (PRP, PDC)	8,40%	7,50%	8,60%	9,10%	12,50%

Fonte: Trindade (1975).

* Incluindo aí o MTR.

Apesar da estabilidade apresentada nos dados, é significativa a força eleitoral dos trabalhistas, o que resulta das demais agremiações que não acompanhavam Getúlio Vargas compreenderem que somente unidos poderiam ter chances ante o crescentemente poderoso PTB. Desta forma, visando disputar o Palácio Piratini com possibilidade real de vitória frente aos petebistas, o PSD, a UDN e o PL formaram uma aliança anti-PTB, conhecida como Frente Democrática (CORTES, 2007). Esta estratégia demonstra-se parcialmente exitosa, tendo em vista que nos pleitos realizados em que atuaram de forma conjunta, o grupo de partidos obteve duas vitórias, em 1954 com a Frente Democrática (PSD/PL/UDN) tendo Ildo Meneghetti como candidato frente ao ícone trabalhista, Alberto Pasqualini, e em 1962 da Ação Democrática Popular (PSD/PL/UDN/PRP/PDC) novamente com Meneghetti frente às candidaturas trabalhistas de Ferrari, pelo MTR, e Michaelsen, pelo PTB.

Em paralelo a esta força eleitoral do trabalhismo gaúcho, verifica-se também o declínio progressivo dos maiores partidos antagônicos ao petebismo no estado, com PSD e UDN decrescendo cerca de quarenta por cento no período, nas suas representatividades no parlamento gaúcho, conforme tabela 3. Entretanto, corroborando a tendência apresentada por Cortes (2007) quando cita a estabilidade do comportamento eleitoral, estes votos migram, em sua grande maioria, ou para os partidos ligados a terceira via, ou partidos do mesmo campo eleitoral, aqueles que combatiam o PTB, e não para os partidos vinculados ao trabalhismo⁷⁹.

Tabela 3 - Percentual de votos recebidos pelos candidatos ao governo do estado do Rio Grande do Sul por cada um dos partidos abaixo no período que compreende de 1947 até 1962.

PARTIDOS	ANO DO PLEITO ELEITORAL				
	1947	1950	1954	1958	1962
PTB	37,60%	45,80%	42,50%	55,10%	35,40%
PSD	41,20%	39,50%		-	-
FD*	-	-	46,20%	41,20%	-
ADP*	-	-	-	-	37,10%
MTR	-	-	-	-	21,40%
PL	18,90%	11,20%	-	-	-
PRP	-	-	8,50%	-	-
PSB	-	0,10%	0,00%	-	-
PSP	-	-	0,90%	-	-

Fonte: Trindade (1975).

* Grupo de partidos capitaneados pelo PSD e UDN que se formaram visando disputar o Palácio Piratini contra o PTB.

Inicialmente constata-se a força dos trabalhistas que, em sua pior eleição, recebem mais de 35 por cento dos votos dos gaúchos para o Palácio Piratini. Esta eleição, ocorrida em 1962, ainda é atípica levando-se em conta tanto o isolamento do partido na eleição para o Palácio Piratini, quanto pela presença no pleito do MTR, dissidência trabalhista que apresenta Fernando Ferrari como candidato ao governo.

A eleição de 1958 é emblemática desta força do PTB, levando-se em conta que, ao conseguir sair do isolamento atraindo para sua coligação o pequeno, mas importante, PRP e o

⁷⁹ Da mesma forma é digna de nota a força eleitoral do PTB que, sozinho, recebe, em média, um terço dos votos do eleitorado gaúcho para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

populista PSP, Brizola, também fortalecido por seu governo bem avaliado frente à Prefeitura de Porto Alegre, vence de forma expressiva a eleição⁸⁰.

No que tange ao padrão citado por Cortes (2007), de alternância político eleitoral como característica das eleições para o governo gaúcho, a análise dos dados apresentados por Trindade (1975) elucida este padrão ao demonstrar que a cada eleição ocorrida um dos grupos antagônicos no Rio Grande do Sul recebia a maioria dos votos do eleitorado gaúcho:

Tabela 4 - Campo político a qual pertencia o governador eleito no Rio Grande do Sul no período que compreende de 1947 até 1962.

GRUPO POLÍTICO VENCEDOR	ANO DO PLEITO ELEITORAL				
	1947	1950	1954	1958	1962
PTB		X		X	
ANTI-PTB*	X		X		X

Fonte: Cortes (2007);

* Partidos nucleados em torno do PSD gaúcho.

Cabe destacar o contexto das duas derrotas trabalhistas que, neste período, reforçam a expressão da agremiação no Rio Grande do Sul. Em 1954, as eleições para o governo do estado transcorrem após o suicídio de Getúlio Vargas e momento em que a população gaúcha, principalmente, estava ainda abalada pelo fato e, também, pelos transtornos que ocorreram na capital nos dias que sucederam a morte do ex-ditador. Com a conivência do então governador trabalhista, Ernesto Dornelles, milhares saíram às ruas saqueando estabelecimentos comerciais, depredando prédios – principalmente aquelas empresas de conglomerados com capital estrangeiro – e, até mesmo a Rádio Farroupilha, fora invadida e destruída. Nesta conjuntura, enquanto o PTB radicalizava ainda impactado pela morte de seu líder, a oposição utilizou de forma hábil o pânico e receio dos setores médios urbanos e dos pequenos e médios agricultores do estado. Pregando “ordem e tranquilidade” Meneghetti apresentava-se como o candidato defensor da propriedade privada, da família e da religião⁸¹.

Na campanha eleitoral de 1962, onde Egídio Michaelsen representava o PTB buscando suceder a Leonel Brizola frente ao governo do estado, o partido é novamente

⁸⁰ Leonel Brizola venceu o pessedista Peracchi Barcelos recebendo 57,22% dos votos.

⁸¹ Ao analisar os acontecimentos ocorridos após o suicídio de Vargas e os impactos na eleição do mesmo ano, Bodea (1992) afirma que: no campo trabalhista, houve erros de avaliação em relação ao impacto mais imediato dos 24 de agosto. Se for verdade que o gesto extremo de Getúlio conjurara o perigo de um golpe militar por parte das forças da direita, os incidentes que se seguiram, somados à radicalização e emotividade crescentes da campanha trabalhista tiveram o efeito de assustar a classe média e alienar setores mais moderados do eleitorado, efeito este que os líderes trabalhistas certamente subestimaram. (BODEA, 1992, p. 23).

atingido pela radicalização ocorrida no que Cánepa (2005, p. 262) intitula como “segundo período do governo de Brizola”, momento que ocorre posteriormente a renúncia de Jânio Quadros da Presidência da República até o final de seu mandato.

Segundo a autora, este período fica caracterizado com a ascensão da figura de Brizola, o líder máximo do trabalhismo brasileiro após a campanha da Legalidade e a guinada ao reformismo que seu governo toma no Rio Grande do Sul, buscando priorizar, pelo menos na retórica, o avanço das reformas de base e, principalmente, a realização da reforma agrária. A mobilização dos trabalhadores rurais patrocinada pelo Governo do Estado neste momento gera temor nos setores produtivos gaúchos afastando os possíveis aliados da candidatura de Michaelsen e isolando o partido no cenário estadual. Aliado a isto, a candidatura do ex-deputado petebista, Fernando Ferrari, para o Governo do Estado, disputando o eleitorado dos trabalhadores urbanos com o PTB, enfraquece a candidatura petebista que, mesmo diante do contexto desfavorável, é derrotada por somente 22 mil votos.

Para diversos autores⁸² esta característica peculiar de bipolarização do cenário eleitoral gaúcho trouxe, com o fim do pluripartidarismo e a necessidade de que as lideranças das legendas extintas abrigassem dentro de dois partidos somente – o MDB e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) -, a institucionalização do que, de fato, já ocorria no Rio Grande do Sul. Sendo assim, quando da publicação pelo governo militar do AI-2, o cenário gaúcho assistiria a uma transposição relativamente tranquila dos quadros para o novo contexto partidário, sendo que os integrantes do PTB e MTR migram, em quase sua totalidade, para o MDB, partido constituído para fazer oposição ao novo regime implantado em 1964, e, no campo conservador, a Arena, que conviria apoio ao novo governo no Congresso Nacional, agregando, no caso gaúcho, o conjunto de lideranças que militavam então nos agora extintos PSD, UDN, PRP e PL.

Porém, a partir de uma análise pormenorizada da atuação eleitoral do PTB no período, verifica-se que, apesar da agremiação ter uma força eleitoral significativa, as lideranças que compunham a elite petebista, pelo menos no que tange a trajetória política dos candidatos ao governo estadual apresentados pela legenda⁸³, bem como as alianças realizadas para a disputa

⁸² Ver: Xausa & Ferraz (1981); Trindade (1981); Noll & Trindade (2004);

⁸³ A abordagem ideológica e prática política de Alberto Pasqualini, Ernesto Dorneles, Leonel Brizola e Egídio Michaelsen, eram demasiadamente distintas. Se utilizássemos o modelo proposto por Delgado (2001) que estabelece variadas propostas e posições que ocupavam o interior da legenda, dentre elas os intitulados *getulistas pragmáticos*, os *doutrinários trabalhistas* e os *pragmáticos reformistas*, certamente encontraríamos a partir da análise da trajetória dos candidatos apresentados representantes - possivelmente - das três correntes citadas.

dos pleitos realizados⁸⁴, eram bastante diversas e sem um conteúdo programático coeso e claro, prevalecendo assim o pragmatismo eleitoral como tônica de ação da legenda. Essa característica será transposta do PTB para dentro do MDB e amplificada na nova agremiação a partir da sua condição de único partido oposicionista no período e consequente proliferação de grupos que atuam dentro deste canal legal. Desta forma, cabe análise dos grupos que irão estruturar, compor e comandar a atuação do Partido Trabalhista Brasileiro no Rio Grande do Sul durante sua existência.

3.2. O PTB GAÚCHO

A compreensão da trajetória do PTB gaúcho é fundamental para entendermos a dinâmica estabelecida no período bipartidário que se instalará em 1966. O partido no Estado, como vimos, tem uma composição inicial que, conforme o passar dos anos, vai sendo alterada e diversificada, o que acaba tanto por alterar significativamente a sua elite dirigente, quanto por oferecer a agremiação características que viriam a ser fundamentais para a influência exercida pelos trabalhistas gaúchos em âmbito nacional.

A aproximação da corrente sindicalista majoritária no partido, em 1946, com os grupos de intelectuais e profissionais liberais liderados por Alberto Pasqualini, então abrigados na União Social Brasileira (USB), incorporando estes no mesmo ano ao PTB, concede a seção gaúcha uma conotação de “partido de esquerda”, diferente do que ocorre nos demais estados onde, desde o início, o partido é compreendido como simplesmente popular e obra estratégica de Getúlio Vargas (BODEA, 1992, p. 28).

Da mesma forma a transfusão de políticos varguistas oriundos do PSD⁸⁵, levando-se em conta a ruptura entre esta agremiação estadual e o ex-presidente, acaba por elevar a condição do PTB gaúcho, ainda em 1947, para um dos principais partidos no Rio Grande do Sul, algo que viria a ser confirmado nas urnas com as vitórias nas eleições de 1950⁸⁶. Com todos estes quadros enraizados no PTB gaúcho desde os seus primórdios, a legenda contaria com políticos veteranos na organização do partido logo após o seu início, situação esta que

⁸⁴ Como o caso já citado de coligação com o PRP ou mesmo com o PSP, legenda organizada por Ademar de Barros.

⁸⁵ Segundo Oliveira (2008), o rompimento dos getulistas com o PSD gaúcho ocorreu em três momentos: em 1945 com a migração da Ala Trabalhista do PSD para o PTB; em 1946 com o rompimento de lideranças do PSD, como o ex-prefeito José Loureiro da Silva; e a partir de 1949 com a criação do PSD Autonomista (PSDA) que trabalha em favor da candidatura de Getúlio Vargas em 1950 e de outras candidaturas petebistas após este pleito.

⁸⁶ Conquista o Governo do Estado, com Ernesto Dornelles, a cadeira ao Senado, com Alberto Pasqualini, além da maioria das cadeiras disputadas à Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa.

ofereceu maior consistência e organização ao partido no Estado. Tais líderes, como José Loureiro da Silva, do antigo Partido Republicano Liberal (PRL), José Diogo Brochado da Rocha, do antigo Partido Republicano Riograndense, e Alberto Pasqualini, do antigo Partido Libertador, possuíam, principalmente os dois primeiros, vasta experiência nas máquinas políticas da Primeira e da Segunda República. Este fato colaborou decisivamente para com que a seção local tivesse uma rápida organização, consolidação e conseguisse transformar com rapidez o carisma de Vargas em votos para a legenda.

Este afastamento inicial entre petebistas e pessedistas gaúchos faz com que a seção regional do PTB seja forjada como partido de oposição nos seus primeiros cinco e decisivos anos⁸⁷, o que moldará sua atuação durante toda a sua existência. Com isto, o partido, além de se afastar do padrão petebista a nível nacional, que é tecido a partir da estrutura do Ministério do Trabalho, também se diferencia do PSD gaúcho, que monopoliza as posições estatais gaúchas e nacionais no período que compreende os governos do presidente Eurico Gaspar Dutra e do governador Walter Jobim, ambos eleitos pela legenda no primeiro pleito realizado após a queda do Estado Novo.

O crescimento eleitoral do PTB gaúcho nos primeiros anos de sua existência ocorre também por uma série de outros fatores que levam a legenda, que ocupa apenas uma modesta quarta posição em número de votos na primeira eleição, em 1945⁸⁸, para a hegemonia eleitoral já em 1950, onde elege seu candidato a governador, Ernesto Dornelles, bem como os dois candidatos ao Senado de sua chapa⁸⁹.

Ao analisar a trajetória do partido, Delgado ressalta que:

⁸⁷ Do ano de sua criação, em 1945, até as eleições de 1950, pleito em que levará o partido a assumir o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Presidência da República.

⁸⁸ Neste pleito, os dois senadores eleitos (Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles) eram então filiados ao PSD. Dos 22 deputados federais eleitos, 17 eram do PSD; dois da UDN; um do PL; um do PDC e somente um do PTB (Getúlio Vargas), sendo este o 14º mais votado, com 11.847 votos.

⁸⁹ Para Cortes (2007, p. 210-212), esta rápida ascensão é resultado de alguns fatores básicos, sendo o primeiro as dificuldades encontradas pela economia gaúcha no período, que, com a dificuldade de absorver a força de trabalho existente, aumentou significativamente a quantidade de desempregados. Para o autor, este exército de desempregados crescente nas maiores cidades do estado, redutos do trabalho, era propício para o crescimento do partido. Cortes ainda ressalta o índice de alfabetização no estado, grande se comparado com os percentuais das outras unidades da federação, o que possibilitava que uma grande parcela das classes menos favorecidas estivesse apta a votar, dando vantagem aos trabalhistas gaúchos. Outro fator importante foi a cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro em 1947, agremiação que disputava a preferência do proletariado com os trabalhistas, o que deixa mais de 32 mil eleitores gaúchos que haviam acompanhado a legenda em 1945 órfãos de representação partidária. Para concluir, Cortes (2007) ressalta o perfil carismático e agregador da figura de Vargas que, sendo representante legítimo dos interesses dos trabalhadores urbanos e, ao mesmo tempo, cultivando boa relação com os estancieiros “irmãos”, atraía para o partido uma diversidade de atores que completavam um vasto eleitorado que, rapidamente, se aproximaram da legenda.

[...] apesar da ambivalência ideológica e do fato de não se inspirar em corpo teórico acabado e coeso, o trabalhismo não deixa de evoluir na direção de uma síntese das interpelações popular-democráticas, gestadas na luta antioligárquica, com os movimentos sociais das camadas populares. (DELGADO, 1989, p. 183).

Estas divergências ideológicas podem ser verificadas, tal como fora citado anteriormente, na visão das principais lideranças gaúchas a respeito do papel do PTB. Segundo Miguel Bodea, enquanto Vargas “concebia ao PTB como instrumento de articulação dos interesses operários e sindicais dentro de um esquema de alianças com um partido aglutinador das elites modernizantes – o PSD” e tratava como ponto crucial o retorno ao poder federal, Pasqualini idealizava um partido político que seria um instrumento privilegiado e exclusivo de reformas sociais e tratava a participação do PTB nas eleições pela necessidade de desempenhar um papel “educador e moral” das massas que estabeleceria, em longo prazo, uma nova “mentalidade social” que era base fundamental para a implementação da nova ordem trabalhista (BODEA, 1992, p. 156)⁹⁰.

As eleições de 1954, onde o PTB gaúcho, já sob o efeito do suicídio de Vargas, é amplamente derrotado nas urnas para o governo do Estado⁹¹, novamente com Pasqualini, e para o Senado⁹², é um marco para o partido no Rio Grande do Sul tendo em vista a ausência, a partir daquele momento, dos dois de seus principais líderes⁹³. A morte do ex-ditador abre espaço para a emergência de novas lideranças no partido, assim como a disputa entre elas sem a “mediação” do líder incontestado. Desta forma o período marca a assunção de João Goulart no

⁹⁰ Cabe destacar que, apesar da destacada divergência ideológica e programática entre ambos, questões de ordem pessoal também mantinham Pasqualini e Vargas distantes, conforme destaca Sereno Chaise (KLÖCKNER, 2007, p. 45): “Notava que, no início, ele (Pasqualini) tinha um pouco de reservas com o Doutor Getúlio e só mais tarde fiquei sabendo da história completa. Quando ele era Secretário do Interior em 1942 ou 1943, creio que o interventor era Cilon Rosa, houve um problema com um juiz em Cachoeira do Sul, que fora removido e a população não queria, ou coisa parecida. Pipocaram manifestações das entidades de classe, da Associação Comercial. Para resolver a situação, Pasqualini autorizou a realização de um plebiscito: a população é quem vai decidir se ele fica ou sai”.

“A ideia era boa e justa, mas ele só não levou em consideração o período histórico em que o país estava mergulhado. E o velho Getúlio, lá no Catete, em pleno Estado Novo, não tolerou esse negócio de plebiscito, de chamar gente para votar naquele contexto. A posição de Pasqualini ficou na contramão. Não restou a Getúlio alternativa senão a exonerá-lo da Secretaria do Interior. A gente sentia que o Pasqualini tinha certas reservas” (KLÖCKNER, 2007, p. 22).

⁹¹ O vencedor do pleito foi Ildo Meneghetti, do PSD, que recebeu 386 mil votos, 30 mil a mais do que o líder petebista.

⁹² Os candidatos do PTB, João Goulart e Rui Ramos, que, juntos, receberam 645 mil votos, foram derrotados pelos candidatos da “Frente Democrática”, Armando Câmara, do PL, e Daniel Krieger, da UDN, que, juntos, receberam 785 mil votos.

⁹³ Com a nova derrota na disputa para o Governo do Estado em 1954, Alberto Pasqualini, que já se encontrava doente durante o pleito, retorna ao Senado, de onde se afastaria definitivamente da vida pública no final do ano seguinte, acometido por grave doença.

comando do partido a nível nacional e de Leonel Brizola no controle da agremiação gaúcha, além da incorporação gradual do discurso reformista na plataforma eleitoral da legenda.

Entretanto, como era de se esperar ao analisar as divergências nos grupos fundadores do partido, estes novos líderes não estavam livres de contestação interna dos companheiros. Nas eleições de 1955, uma série de políticos foi afastada do PTB tendo em vista a discordância com o então presidente da legenda, João Goulart⁹⁴. Após isto, buscando atrair para si o legado Pasqualinista, em antítese aos herdeiros de Vargas, Fernando Ferrari torna-se a voz dissidente na agremiação ao tornar pública sua crítica a Goulart utilizando como recurso político a oposição entre os “pragmáticos” e “doutrinários”, buscando assim, estabelecer-se como herdeiro do segundo grupo e autorizado a falar sobre o “trabalhismo teórico”.

A disputa se dá principalmente na crítica ao “fisiologismo” da legenda. Entretanto pairam no debate tanto o centralismo e domínio de Jango no partido a nível nacional⁹⁵, quanto também é utilizada a retórica de crítica ao “personalismo” no controle da seção gaúcha⁹⁶, comandada por Brizola e na iminência de uma coligação, segundo Ferrari “espúria”, com o PRP nas eleições do ano seguinte⁹⁷.

Este debate acaba sendo levado à convenção estadual que escolheria o candidato a governador do partido para as eleições de 1958. Loureiro da Silva, apoiado por Ferrari e parte significativa dos intitulados “doutrinários” e seguidores de Alberto Pasqualini, disputa a indicação com o então prefeito de Porto Alegre, Leonel Brizola, apoiado por ampla maioria dos diretórios municipais da legenda do interior do Rio Grande do Sul. O debate retoma a tônica anterior de disputa entre os grupos que, desde o início da existência da legenda no Rio Grande do Sul, reforçam seus atributos visando ampliar seu poder no interior da agremiação. Brizola sai vencedor da disputa por ampla vantagem e, novamente, Ferrari sai derrotado internamente, entretanto esta disputa acaba, juntamente com o capital político acumulado do

⁹⁴ Dentre estes, um dos fundadores da legenda no Rio Grande do Sul, José Diogo Brochado da Rosa.

⁹⁵ Segundo D’Araújo (1996, p. 113-115), na convenção nacional do PTB, realizada em outubro de 1957, Ferrari elabora um projeto de reforma estatutária do PTB visando minar a liderança de João Goulart sobre a legenda. O mesmo propunha a criação de Conselhos Políticos, instâncias que serviriam como “mediadoras” ao poder do presidente da legenda, naquele momento exercida por Goulart, proposta que seria descartada pelos dirigentes do PTB.

⁹⁶ A quem Ferrari (1961, p. 9) cita ser comandada por João Goulart por intermédio do “seu cunhado, *factotum* da Executiva Gaúcha”. Segundo De Grandi (2002, p. 153), crítica semelhante também é feita por Loureiro da Silva, seu correligionário no interior do PTB e que acompanharia o deputado federal no MTR, quando afirma que “Ninguém tem voz no PTB, a não ser a cúpula. Por isso mesmo é que se registrou essa rebelião no Sul. (...) A eleição (vitória dele na disputa para a Prefeitura de Porto Alegre) significa a vitória da rebeldia popular contra o peleguismo, o janguismo e o empreguismo, mantidos e defendidos em nome do povo pela cúpula do PTB”.

⁹⁷ Coligação que, como vimos, acabou ocorrendo no pleito em que Leonel Brizola fora eleito para governador do Rio Grande do Sul, em 1958.

seu mandato de deputado federal, cacifando Ferrari para que, nas eleições de 1958, viesse a ser o parlamentar mais votado do Brasil⁹⁸, elegendo-se, no mesmo pleito, seu adversário interno na legenda, Leonel Brizola, para o governo gaúcho.

No ano seguinte, Ferrari partiria para a disputa contra Jango no PTB visando obter a indicação do partido como candidato à vice-presidente da República no pleito a ser realizado em 1960, cargo que Goulart já ocupava desde 1956. Utilizando da mesma retórica de disputa entre visões diferentes de ação política e da função do partido político, Fernando Ferrari apregoava na campanha uma série de fatores em que se diferenciava de Goulart, tais como o idealismo na política, a necessidade de se recuperar o “trabalhismo puro” e a “doutrina pasqualinista”, além da forma divergente como percebia o legado varguista, focando na transformação social em detrimento do “personalismo e centralismo decisório”.

Apesar da ousadia de Ferrari, ficava claro que o controle da legenda exercida por Goulart não aceitaria alternativa que não fosse o nome do seu presidente para disputa em 1960. Sendo assim, apresentada moção no Diretório Nacional do Partido indicando o nome do deputado federal gaúcho para ser o candidato do partido na majoritária do próximo ano, Ferrari fora amplamente rejeitado por 83 votos a 04, levando o mesmo a renunciar ao cargo de membro do Diretório Nacional do partido e aceitar disputar o cargo nas eleições do próximo ano pelo Partido Democrático Cristão (PDC) contra Jango.

3.3. UMA NOVA FORÇA NO CAMPO TRABALHISTA

Em trabalho realizado por Suely Bastos (1979) a respeito da cisão de Ferrari e seu grupo com a elite dirigente do PTB, a mesma afirma que a divisão interna foi latente, pelo menos, desde o suicídio de Getúlio Vargas, momento este que reaproxima os comunistas do PTB e a tônica em torno do pragmatismo-reformismo assume posição de protagonismo no interior da legenda. Estas divergências se tornaram intransponíveis quando do avanço de Leonel Brizola ao posto de liderança nacional do PTB⁹⁹, momento em que o partido, até mesmo impulsionado pelo contexto de crise, privilegia a política mobilizatória das massas de

⁹⁸ Ferrari recebe 147.996 votos, sendo 85 mil votos a mais que o segundo deputado federal mais votado do Rio Grande do Sul, Wilson Vargas, também do PTB.

⁹⁹ A partir, principalmente, da chegada do mesmo ao Palácio Piratini.

cunho nacionalista, cristalizando desta forma divergências internas no partido que culmina com a cisão no PTB e a criação do Movimento Trabalhista Renovador¹⁰⁰.

A criação da nova legenda trabalhista que é gestada a partir de 1959, sendo efetivada em 1961¹⁰¹, traz reflexos imediatos no PTB gaúcho. Loureiro da Silva, aliado de Fernando Ferrari, aceita, tal como seu parceiro, a indicação do PDC para disputar a Prefeitura Municipal de Porto Alegre contra Wilson Vargas, ungido por Leonel Brizola no PTB. Loureiro, apoiado por setores anti-PTB no Rio Grande do Sul, como o PL oficialmente ou grupos ligados historicamente ao PSD e UDN, sai vitorioso da eleição¹⁰² considerada, por muitos, um teste da popularidade de Ferrari e, principalmente, uma ruptura sem precedentes no berço do trabalhismo brasileiro, o PTB gaúcho.

A força do surgimento de um “novo trabalhismo” no estado, intitulado por seus fundadores como objeto de luta contra os “falsos intérpretes do trabalhismo”, alusão aos “pragmáticos” Goulart e Brizola, refletiria inicialmente também na hegemonia do PTB no cenário político gaúcho. Ocorrida à disputa em 1960 para à vice-presidente da república, Goulart é reconduzido ao cargo, agora juntamente com Jânio Quadros, entretanto na guerra de forças particular do Rio Grande do Sul, Ferrari vence a disputa com Jango¹⁰³. Ferrari atribuiria esta vitória a uma prova de solidariedade à luta em favor de um “autêntico trabalhismo”, da forma como preconizara Pasqualini, reforçando, dessa maneira, ser a sua futura agremiação uma adversária respeitável a hegemonia do PTB no Rio Grande do Sul.

A partir de agora, imaginavam os líderes do PTB que, com as duas derrotas para Loureiro e Ferrari em solo gaúcho, a legenda teria de disputar dentro das próprias classes trabalhadoras, e não mais com os partidos conservadores, a preeminência no voto do proletariado do Rio Grande do Sul. Esta era uma modificação substancial na história da legenda que viria agora, depurada dos “infiéis” fundadores do MTR, a fortalecer a figura do seu vice-presidente João Goulart visando cacifá-lo para o debate tanto contra os novos trabalhistas, quanto ante o conservadorismo crescente de parcela significativa da sociedade brasileira.

¹⁰⁰ Bastos (1981) cita ainda o receio de Ferrari que a política mobilizatória idealizada por Brizola resultasse em uma “revolução social”, salientando ainda que o líder do MTR defenderia uma mobilização “espontânea”, principalmente “de cima”.

¹⁰¹ Deferido o registro pelo Tribunal Superior Eleitoral somente em 20 de setembro de 1961, mediante Resolução número 6.860.

¹⁰² Recebe 95.527 votos, contra 78.408 do candidato petebista.

¹⁰³ No Rio Grande do Sul, Ferrari recebe 557.425 votos, ante os 472.902 votos recebidos por Goulart. No âmbito nacional, Ferrari alcança cerca de 17% dos votos, com 2.137.382 votos.

Para Pedro Simon, na época vereador pelo PTB em Caxias do Sul e que havia apoiado as pré-candidaturas dentro do PTB de Loureiro da Silva e Fernando Ferrari, mas que, no entanto, não acompanhara ambos no novicho MTR, buscando explicar as motivações, sejam ideológicas e/ou personalistas, da cisão, salienta que¹⁰⁴:

Digamos que foram as duas coisas. O Ferrari lutava por espaço. Ele era brilhante, e havia feito uma votação espetacular para Deputado federal. Era o nosso líder na Câmara dos Deputados, e, diga-se de passagem, um líder muito bom. Foi o autor do Estatuto do Trabalhador Rural e tinha um prestígio enorme, razão pela qual queria ocupar espaço, queria avançar.

Do outro lado, estava o grupo de Jango e Brizola, que não tinha nenhuma identidade com o Fernando Ferrari, não admitindo, portanto, o seu avanço. As diferenças eram de duas naturezas, mas, fundamentalmente, foram causadas pela ocupação de espaço. (BOMBARDELLI, 2016, p. 156).

Além da cisão interna, o PTB gaúcho teria, a partir de 1961 com a campanha da Legalidade capitaneada por Leonel Brizola, um gradual afastamento das demais legendas partidárias no Rio Grande do Sul, tendo em vista a crescente radicalização e mobilização das massas visando às reformas de base, no caso gaúcho, principalmente a reforma agrária, patrocinadas pelo governo de Brizola¹⁰⁵. Com isto, partidos potencialmente aliados, como o PRP e o PSP nas eleições de 1958, distanciam-se agora do PTB, temerários dos reflexos que tais reformas poderiam gerar nos setores produtivos do estado.

Desta forma, verifica-se que, apesar da trajetória peculiar do PTB gaúcho que o estrutura de forma diferenciada em relação ao PTB nacional e, também por isto, lhe dá proeminência no controle da sigla no país, a trajetória do partido, tal como a agremiação a nível nacional, foi marcada por constantes embates internos a respeito da ação política e plataforma a guiar a sigla no período. Estes embates, apesar de transcorrerem desde o início da legenda no Rio Grande do Sul, tendo em vista as bases diversificadas que compuseram o partido nos primórdios, se aprofundam a partir do suicídio de Getúlio Vargas e a ausência do líder “mediador”, bem como da saída do cenário político do “doutrinador” Alberto Pasqualini, o que abre espaço para a disputa pelo legado de ambos.

¹⁰⁴ Entrevista concedida por Pedro Simon a Carla Brandalise, Marluza Marques Harres e Luís Alberto Grijó.

¹⁰⁵ Para Cánepa (2005), o governo Brizola somente incorporou a questão agrária como problema político ao final de sua gestão, defrontando-se com as eleições para validar e dar seguimento ao seu programa e movido a sua busca por ascensão no cenário nacional. Ainda, segundo Cánepa: “apesar dos sentidos atribuídos ao movimento dos trabalhadores gaúchos no governo Leonel Brizola, a política de incorporação de massas visando à inclusão dos trabalhadores rurais à sociedade gaúcha guardava as características típicas do PTB, traduzidas, especialmente, em termos de organização e controle dos trabalhadores, articulados a partir de um aparato burocrático institucionalizado pelo Estado” (CÁNEPA, 2005, p. 284).

A disputa por estes legados se dará a partir da interpretação invocada por cada um dos líderes a respeito da obra de seus “orientadores” de forma que eles fossem os legítimos representantes destas heranças políticas, bem como as utilizando inicialmente como trunfo visando à luta pelo poder interno na legenda e, posteriormente, como crédito junto ao eleitorado geral.

Estes embates demonstram o quão diversificado era o PTB gaúcho. Apesar da superioridade eleitoral no âmbito estadual, e como consequência disto, a agremiação era composta por uma série de atores que, exceto o uso do apelo que a legenda exercia no eleitorado gaúcho, nutriam de poucos interesses em comum. Esta análise demonstra o equívoco dos ensaios que são feitos a partir de certa homogeneidade do MDB gaúcho tendo em vista esta seção ter sido forjada a partir das cinzas do PTB. A imprecisão desta afirmação está relacionada ao fato de que, exceto a trajetória partidária e a militância em comum dentro do antigo PTB, estas lideranças compartilhavam de programas e orientações distintos, e até mesmo conflitantes.

Este fato também demonstra a imprecisão de se analisar a divisão da oposição gaúcha em 1979 como uma simples luta entre trabalhistas¹⁰⁶, sejam históricos ou jovens, levando-se em conta, tanto a dificuldade de conceituação do termo, haja vista as inúmeras interpretações a respeito do mesmo, quanto, como veremos nos próximos capítulos, a amplitude dos setores que compunham a nova legenda e estarão presentes no debate a respeito da migração para o PMDB ou PDT.

¹⁰⁶ Abordagem que é frequentemente feita tanto pelo fato de os dois expoentes da cisão, Pedro Simon e Leonel Brizola, serem figuras ligadas ao antigo PTB, quanto pela justificativa pública utilizada pelos mesmos no debate público a respeito da necessidade da criação do PMDB e PDT, em grande parte envolta da tônica de programas trabalhistas que se diferenciavam sutilmente, mas justificavam as opções pelos novos partidos.

4. A DINÂMICA DO MDB EM ÂMBITO NACIONAL

Conforme Lamounier e Meneguello (1986, p. 17) a regra predominante de criação de partidos no Brasil tem sido “de cima para baixo”, estruturado sobre parlamentares e frequentemente por iniciativa do próprio Estado. Sendo assim, no caso brasileiro é imperativo considerar “a estrutura estatal como condicionante da formação, evolução e atuação dos partidos políticos” (SOUZA, 1976, p. 42), ressaltando o autor ainda que no Brasil, o Estado “é um dos principais, se não o principal fator determinante das características do sistema partidário” (SOUZA, 1976, p. 46). Os partidos originários durante o regime militar instaurado em 1964 não fogem a esta regra, tendo em vista que não surgem com base em grupos sociais específicos, seja de classe, trabalhadores ou demais qualquer categoria organizada, mas são impostos pelo Estado brasileiro.

Após o golpe civil-militar que derrubou João Goulart em 1964, inaugurando o período de 20 anos do país sob o jugo do autoritarismo, impunha-se ao novo governo qual a roupagem que seria dada a disputa eleitoral no país, levando-se em conta que, apesar do regime ter sido instalado sob a batuta da “Revolução Democrática”¹⁰⁷, não havia apreço dos comandos militares pela livre disputa eleitoral sem o devido balizamento das ações das forças políticas civis forjadas no sistema partidário instituído por Getúlio Vargas.

A proximidade do pleito que elegeria os novos governantes de onze estados, marcada para o início de outubro de 1965¹⁰⁸, preocupava as lideranças que apoiavam o regime liderado pelo Marechal Castelo Branco. As lideranças civis, capitaneadas pelo então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, alegavam que a ocorrência de eleições diretas em meio ao processo de instalação da revolução poderia apresentar resultados indesejados para o novo governo, minando assim a credibilidade da revolução e das medidas – econômicas¹⁰⁹ e repressivas – implantadas por esta. Isto porque, desde abril de 1964, o estado de espírito da população mudara consideravelmente contra o regime. Inquietação semelhante também se verificava nos meios militares, levando-se em conta o receio destes com o retorno, pelos meios eleitorais, de agentes políticos tidos como “subversivos” e intitulados “inimigos do

¹⁰⁷ Assim intitulado o movimento pelos defensores do regime instalado em abril de 1964 no Brasil.

¹⁰⁸ Esta seria a primeira disputa eleitoral pelo voto direto desde o golpe civil-militar de abril de 1964.

¹⁰⁹ Implícito no receio dos quadros governistas estava também a preocupação com o agravamento do cenário econômico no período que antecede a ocorrência das eleições em 1965. A estagnação da produção e o avanço da inflação, que chega a 55 por cento naquele ano, ocasionando recuo no poder de compra dos trabalhadores, colaboraram para que, nos colégios eleitorais de economias mais dinâmicas, como o caso dos estados da Guanabara e de Minas Gerais, o governo vislumbrasse dificuldades no pleito.

regime” e, com isto, a impossibilidade da restauração da ordem social. Segundo Skidmore (1988), tal pressão dos aliados fez com que Castelo Branco encontrasse uma solução intermediária, mantendo o compromisso das eleições livres para os Governos Estaduais¹¹⁰, mas, entretanto, enviando para o Congresso – onde obteve sucesso com a aprovação – uma série de mudanças na Legislação eleitoral visando atingir aos principais quadros políticos opositoristas que pretendiam disputar as eleições (SKIDMORE, 1988, p. 94).

Transcorrido o primeiro processo eleitoral¹¹¹ em que o resultado poderia ser compreendido como sintomático para o regime militar e o temor dos aliados governistas se concretiza. A aliança PSD-PTB¹¹² sai vitoriosa nos principais estados em disputa no país com os pessedistas Negrão de Lima¹¹³, no estado da Guanabara, e Israel Pinheiro¹¹⁴, em Minas Gerais¹¹⁵. A derrota em colégios eleitorais importantes¹¹⁶ não foi bem recebida pelos militares “linha dura”¹¹⁷ que desde o golpe vinham apregoando a necessidade de se livrar da estrutura político-partidária moldada no regime anterior que, além de evidenciar a necessidade de negociação com as agremiações no Congresso Nacional para aprovação das medidas governamentais, reforçava a atração irresistível da coligação PTB-PSD no plano eleitoral.

Como resposta aos resultados das eleições do início de outubro, o governo Castelo Branco abre mão da “normalidade democrática”¹¹⁸ e decreta o Ato Institucional Número 2 (AI-2) dias após a realização do pleito¹¹⁹, onde impõe a reorganização do sistema partidário eliminando as 13 agremiações então vigentes¹²⁰ e estabelecendo critérios para a criação de

¹¹⁰ Medida temporária que não era consenso na nova cúpula do governo militar. Para análise deste período, ver Skidmore (1988).

¹¹¹ Em 03 de outubro de 1965.

¹¹² Diferente do Rio Grande do Sul, em grande parte do país o PTB e o PSD concorriam coligados, semelhante ao que ocorria nas eleições para a Presidência e Vice-Presidência da República.

¹¹³ Candidato vitorioso com 52,68% dos votos.

¹¹⁴ Candidato vitorioso com 937.555 votos.

¹¹⁵ Entretanto nos nove demais estados onde o pleito foi realizado os aliados do governo revolucionário em sua maioria saíram vencedores.

¹¹⁶ Cabe ressaltar ainda que ambos eram governados por aliados do regime, sendo o estado da Guanabara por Carlos Lacerda e Minas Gerais por Magalhães Pinto, ambos da UDN.

¹¹⁷ Termo utilizado para se referir ao grupo de militares que adota posições mais radicais e intolerantes, e conseqüentemente, menos moderadas, no contexto do governo autoritário brasileiro.

¹¹⁸ Compreende-se aqui por “normalidade democrática” a tentativa do governo de manter ativos e aptos a disputarem as eleições os partidos políticos criados ainda no âmbito do período pluripartidário.

¹¹⁹ Publicado em 27 de outubro de 1965.

¹²⁰ Os partidos extintos foram: PTB, PSD, UDN, MTR, PSP, PRP, PDC, PSB, PRT, PTN, PST, PL e PR. Sobre este episódio, ver: GRINBERG, Lúcia (2009).

novas legendas¹²¹. Apesar da tendência autoritária de parte significativa dos militares desconsiderarem a necessidade de pleitos eleitorais e mesmo de um Congresso funcionando plenamente, a composição de forças envolvidas no golpe autoritário – principalmente civis - constringia o regime para, além da necessidade de legitimação externa do novo governo, manter um regime com espaço para certa concorrência eleitoral¹²², sendo esta, se necessária, moldada e/ou manipulada de forma que não colocasse em perigo o controle absoluto dos militares, agora imbuídos do controle do Estado Brasileiro.

Dentre as medidas inclusas no AI-2¹²³ estavam a instituição da eleição indireta para Presidência da República e a possibilidade do Chefe do Estado Brasileiro cassar mandatos eletivos e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão, além de decretar o Estado de Sítio, sem a autorização prévia do Congresso Nacional¹²⁴.

A partir da publicação do Ato Complementar número 4, em 20 de novembro de 1965, o regime estabelece as condições para criação dos novos partidos políticos – provisórios - no país. Segundo Melhem (1998 p. 64), “a intenção seria consolidar uma base parlamentar de apoio ao regime, inviável no extinto sistema partidário, no qual a UDN, única legenda influente aliada, não garantiria tal suporte.” Com isto os defensores do regime instalado em 1964 unem-se para criar a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)¹²⁵, com o objetivo de dar o apoio político-parlamentar ao governo, enquanto as lideranças de oposição, mesmo sabedores de que com a sua fundação o regime desejava somente manter uma “fachada democrática” fundam o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)¹²⁶, visando manter vivo um espaço institucional de enfrentamento – mesmo que moderado – com o regime¹²⁷.

4.1. A CRIAÇÃO DO MDB EM ÂMBITO NACIONAL

Conforme Kinzo (1988), corroborando Lamounier (1986), devido à exigência institucional para criação das novas legendas, bem como os critérios estabelecidos pelo

¹²¹ Ver Madeira (2002) e Kinzo (1988), entre outros.

¹²² Algo incomum as demais ditaduras estabelecidas no período na América Latina. Para análise do tema, ver Marques (2010).

¹²³ O AI-2 vigeu até 15 de março de 1967, data em que a nova Constituição entrou em vigor.

¹²⁴ Sobre este contexto, ver Daniel Krieger (1977).

¹²⁵ Criado em 04 de abril de 1966.

¹²⁶ Criado em 24 de março de 1966.

¹²⁷ Segundo Linz (1978, p. 42), esta atitude é “característica de regimes que não podem prescindir de uma certa forma de legitimação eleitoral e democrática”.

regime¹²⁸, os partidos estabelecidos a partir de 1966 surgem de “cima para baixo”, com uma elite parlamentar que forma e estrutura as legendas, fazendo com que nas suas trajetórias fiquem marcadas por estes traços¹²⁹. Mário Covas ressalta o vício da nova legenda quando observa que “o que foi dramático na criação do MDB foi o caráter elitista com que a regra ditatorial fixou a forma de criar. Ou seja, na medida em que a criação do partido foi feita a partir da representação parlamentar, o partido ganhou muitos vícios da vida exclusivamente parlamentar” (KINZO, 1988, p. 270). Ainda segundo Kinzo, a falta de orientação ideológica é regra em ambos os partidos, tendo em vista que “a diversidade de origens partidárias que caracterizou a Arena e o MDB não apenas era uma consequência natural do modo artificial pelo qual foi estabelecido o bipartidarismo, mas também refletia a falta de clareza ideológica e representativa dos antigos partidos políticos” (1988, p. 205).

Kinzo (1988) utiliza a análise da migração partidária dos deputados federais para as novas agremiações como forma de explicitar esta falta de identificação ideológica das elites fundadoras do MDB e da Arena. Neste exame verifica-se que 54 parlamentares membros de partidos intitulados pela autora de “conservadores” (UDN, PSD e PSP) quando do AI-2 migram para o MDB, representando 36 por cento dos signatários da legenda, enquanto 63 parlamentares de partidos intitulados “trabalhistas/reformistas” (PTB, PDC, PTN, PST e PRT) migram para o partido que dá sustentação ao regime, a Arena, representando 24 por cento dos fundadores da agremiação, conforme tabela abaixo:

Tabela 5– Migração partidária dos Deputados federais de todo o Brasil quando da criação do MDB e da ARENA, em 1966

PARTIDOS A QUAL PERTENCIAM	NOVOS PARTIDOS		
	ARENA	MDB	TOTAL
CONSERVADORES			
UDN	86	9	95
PSD	78	43	121
PSP	18	2	20
PR	4	-	4
PL	3	-	3
PRP	5	-	5
TRABALHISTAS/REFORMISTAS			

¹²⁸ As exigências estabelecidas eram: serem signatários, no mínimo, 120 deputados federais e 20 senadores da república.

¹²⁹ Daniel Krieger, então senador na época, conta os bastidores da criação da Arena no livro *Desde as missões...* (1977), demonstrando a centralidade dos parlamentares na criação das legendas, o que moldará o desenvolvimento das mesmas.

PTB	38	78	116
PDC	13	6	19
PTN	8	4	12
PST	2	-	2
PRT	2	2	4
MTR	-	3	3
PSB	-	2	2
NÃO FILIADOS	-	-	3
TOTAL	257	149	409

Fonte: KINZO, 1988, p. 32.

Fica evidente desta forma que ambos os partidos surgem com forte característica heterogênea, tendo em vista que as clivagens estabelecidas nos vinte anos do período pluripartidário anterior não se findam com o artificialismo da criação das duas novas agremiações¹³⁰.

Lideranças políticas fazem a opção pela nova agremiação tendo em vista uma série de fatores, seja pela clivagem regional existente no período do pluripartidarismo; pelo interesse na proximidade com o governo central ou mesmo pelo receio das possíveis sanções que poderiam acometer membros da oposição ao regime. Assim, cada um à sua lógica ingressa nas multifacetadas legendas impostas pelo regime. Será somente na segunda metade da década de 1970 que as novas legendas, MDB e ARENA, a partir da renovação significativa de seus líderes, irão se sobrepor aos antigos partidos e, dentro do possível, as clivagens trazidas do período anterior.

Entretanto, por mais que a migração para o MDB tenha sido o caminho mais “natural” aos então parlamentares do PTB, isto não significou protagonismo destes no novo partido. Kinzo (1998, p. 38) exemplifica esta marginalização do petebismo no âmbito da legenda oposicionista ao revelar que dos parlamentares petebistas oriundos dos estados onde o ex-governador Brizola exercia o controle do PTB, como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro ou Guanabara, nenhum se tornou membro da primeira Comissão Executiva Nacional do partido¹³¹, apesar da ampla representação destas bancadas no interior do MDB.

¹³⁰ Para uma análise aprofundada da composição das legendas quando da sua criação, ver, por exemplo, Madeira (2002) e Kinzo (1988).

¹³¹ O primeiro gabinete executivo nacional do MDB, eleito em 1966, era composto por: presidente, senador Oscar Passos (PTB-AC); vice-presidentes, deputados Oswaldo Lima Filho (PTB-AC), Ulysses Guimarães (PSD-SP), Franco Montoro (PDC-SP); secretário-geral, deputado José Martins Rodrigues (PSD-CE); tesoureiro, senador José Ermírio de Moraes (PTB-PE); vogais, senadores Pedro Ludovico (PSD-GO), Argemiro de Figueiredo (PTB-PB), Barros de Carvalho (PTB-PE), além do deputado Antônio Ferreira de Oliveira Britto (PSD-SP).

Este distanciamento dos líderes trabalhistas da elite partidária composta a partir da criação do MDB se dá por alguns fatores. Inicialmente tendo em vista ter sido exatamente os quadros do PTB os mais atingidos pelas cassações e perseguições por parte do regime, ocasionando o desfalque de inúmeras lideranças do embate político-institucional a partir de 1964, tais como Leonel Brizola, João Goulart, entre outros. Esta ausência acabou por abrir espaço para que o MDB fosse comandado por maioria pessedista, como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães¹³², Amaral Peixoto, Tales Ramalho e Nelson Carneiro (Kinzo, 1988, p. 39), lideranças políticas de práticas “moderadas” e adeptas da “cautela” como regra da ação política e que irão moldar o emedebismo durante a Ditadura Civil-Militar.

Além deste fator, cabe destacar que o distanciamento do petebismo brizolista era algo desejado pelas lideranças da nova legenda. Melhem (1998) salienta que até mesmo a participação de sindicatos/movimentos sociais vinculados ao antigo PTB era indesejada pela legenda inicialmente, tendo em vista estes serem vistos por Ulysses Guimarães e demais líderes do MDB como “elementos complicadores” na luta pelo retorno do estado democrático de direito no país. Com isto, os líderes visavam, além de não agitar os círculos militares, possibilitar o estabelecimento de um partido sem qualquer “ranço ideológico”, tornando assim o MDB o desaguadouro de toda e qualquer insatisfação com a ARENA para lideranças das mais variadas matizes ideológicas (MELHEM, 1998, p.78).

Ainda vale ressaltar que o PTB não tinha uma ampla estrutura arraigada em todo o país, sendo que sua presença era mais expressiva nos estados industrializados e dinâmicos¹³³. Desta forma, imerso em uma legenda de expressão nacional e composta pelas mais variadas forças políticas, desfalcado de seus principais líderes e tendo de adequar seu discurso dentro dos limites implícitos estabelecidos pelo regime, as remanescentes lideranças petebistas são absorvidas pelos caciques pessedistas que se adaptam facilmente ao novo contexto.

Conforme já apresentado, o contexto colaborou de forma decisiva a “modelagem” do MDB, que faria o enfrentamento ao regime. Conforme Ferreira (2002) ressalta, o partido, desde o início, apresenta uma forte desconexão entre suas partes, sendo as seções estaduais robustas e, muitas das vezes, sem apresentar qualquer vínculo com os dirigentes nacionais. Segundo a autora, este formato, que já era praticado pelo extinto PSD, então formado a partir

¹³² Para análise da trajetória de Ulysses Guimarães e da forma como conduzia sua carreira política, principalmente durante os 20 anos da Ditadura Civil-Militar, ver Gutemberg (1994).

¹³³ Segundo Benevides (1989, p. 134), o PTB paulista foi “eleitoralmente fraco, politicamente desarticulado e ideologicamente inconsequente”. Para a autora, em São Paulo, estado mais industrializado do país, a presença do PTB não era tão expressiva. Os grupos que disputavam a hegemonia no campo popular giravam em torno de Ademar de Barros e Jânio Quadros, além dos comunistas que, abrigados em várias legendas no estado, controlavam boa parte dos sindicatos. (1989, p. 138-139).

das intervenções do Estado Novo, se dá tanto pelas exigências impostas para a criação dos partidos em 1966, extinguindo as legendas anteriores e exigindo a assinatura mínima de parlamentares, que posteriormente terão de “criar” o partido nas suas bases, bem como pela ausência de eleições nacionais durante a Ditadura Civil-Militar, fazendo assim com que o âmbito estadual, e principalmente o municipal, sejam o *locus* de atuação privilegiado do MDB.

Portanto, o partido que fora “autorizado” pelo regime para lhe opor, internalizaria durante o período da Ditadura Civil-Militar uma série de práticas e características que, se não foram instituídas ainda no contexto peculiar de sua criação, serão a partir do desenvolvimento da legenda no contexto autoritário, moldando assim um MDB diferente ao final da década de 1970.

4.2. AS ELEIÇÕES DE 1966 E OS “ANOS DE CHUMBO”

As eleições ocorridas após a criação de ambos os partidos dão a dimensão da força governista do período e das dificuldades que a oposição, com limites estabelecidos pelo regime, encontra em persuadir o eleitorado a aderir a sua causa. Os sucessivos resultados eleitorais pífios alcançados pelo MDB nas eleições até 1974 são decorrentes de uma série de fatores – internos e externos – e que atingiram diretamente a atuação e desempenho da legenda no período.

Em 1966, primeiro pleito com a participação das novas legendas, o MDB é amplamente batido pela ARENA nas eleições para todos os níveis. Apesar da onda de manifestações que ocorrem no país naquele ano, as eleições legislativas realizadas em novembro sufragam ao MDB somente 132 deputados federais e quatro senadores, em detrimento das 277 cadeiras conquistadas para a Câmara dos Deputados e 19 para o Senado Federal pela ARENA. O resultado das urnas é desanimador para os líderes emedebistas, que se viam diante de um cenário de debilidade organizacional e institucional o que levava a incerteza quanto ao futuro da legenda oposicionista.

Desfalcado de lideranças políticas que foram importantes durante o período pluripartidário anterior e que vieram a ser cassadas pelo regime instalado em 1964 e, em grande parte, exiladas até 1979, o partido tem dificuldades de encontrar internamente interlocutores que tenham prestígio e força eleitoral para capitalizar o receio crescente de parcela dos civis com o desvirtuamento da “Revolução Democrática” a partir dos arbitrários AI-2 e AI-3.

Além disto, soma-se a dificuldade da legenda em unificar o discurso e atuação da oposição brasileira frente ao regime, o que acaba por enfraquecer a atuação da mesma. Diferenças a respeito da intensidade da oposição ao regime são recorrentes e significativas, pelo menos, até as eleições gerais de 1974¹³⁴. Neste período, enquanto parcela significativa dos grupos opositores defendia uma maior agressividade ante o regime visando derrubá-lo, seja por meio das guerrilhas – urbanas e rurais –¹³⁵, outros setores opositoristas advogavam o voto em branco como forma de repúdio ao sistema eleitoral constantemente manipulado pelo governo. Além destes, havia as lideranças que militavam no MDB e defendiam uma maximização das ações da oposição visando vencer o regime, entretanto dentro dos limites estabelecidos pelo governo¹³⁶.

Outro fator que foi significativo na força inicial eleitoral da ARENA, em detrimento do MDB, foi o poder das máquinas administrativas, tanto estaduais quanto nacional, nos resultados das eleições, principalmente no âmbito municipal. Estando sem possibilidade de disputar eleições sob o voto direto para os governos estaduais, para a Presidência da República, ou mesmo para as prefeituras das capitais dos estados, a oposição adotou o município¹³⁷ como espaço privilegiado dentro dos limites estabelecidos pelo regime para a estruturação de poder político durante a Ditadura Civil-Militar, tendo em vista que era a partir dele que o MDB poderia ocupar cargos executivos e implantar políticas para as comunidades.

No entanto, ser um agente político de um partido de oposição aos governos centrais não era algo bem visto perante parcela significativa da população na época, sabedora das dificuldades orçamentárias dos municípios e desejosa que a boa relação intergovernamental trouxesse “boas novas” para as comunidades. Desta forma, como exemplifica Melhem, no caso do MDB paulista, mesmo os poucos políticos locais que se elegem pela legenda opositorista nos anos iniciais do regime, se transferem posteriormente em número elevado

¹³⁴ Após isto, a luta pela redemocratização no país tornou-se plataforma eleitoral prioritária de todos os grupos, amenizando, pelo menos publicamente, os embates internos na oposição.

¹³⁵ Grupos estes que repudiavam o diálogo constante do MDB com o governo, afirmando que a existência do partido legitimava o regime.

¹³⁶ Reis (2007), afirma que, “assim, indica igualmente uma das distinções consagradas nos enfrentamentos intra-esquerdistas dos anos sessenta e início dos anos setenta no que tange às estratégias de combate mais eficazes contra a ditadura, Pode-se chamar, sem nenhum conteúdo pejorativo, de intelectualismo ou de ativismo o conjunto de práticas e discursos centrados, respectivamente, na elaboração intelectual, produção de documentos e análises, variadas formas de conscientização, defesa de diferenciadas formas de expressão cultural como instrumento de protesto, etc. em contraposição aqueles conduzidos para a pronta articulação de ações armadas, defesa do foquismo, formas variadas de guerrilha urbana, etc.” (REIS, 2007, p. 212). A autora liga o primeiro grupo a formação do PMDB no Rio Grande do Sul, e o segundo dando preferência a rumarem para o PDT após a extinção de Arena e MDB.

¹³⁷ Exceto aqueles em que não havia eleições para o executivo municipal, como as capitais (conforme imposto pelo AI-3 em 1966), bem como os municípios de Segurança Nacional (conforme a Lei de nº 5.449, de 1968).

para a Arena, visando assim que a proximidade com os governos nacional/estaduais pudesse trazer maiores benefícios a seus governos (MELHEM, 1998, p. 279). Cabe ressaltar ainda o êxito inicial do governo com a instituição da sublegenda, compatibilizando lideranças locais no interior da Arena, o que colaborou decisivamente para esvaziar o MDB no início de sua trajetória.

Elemento também importante na análise do fracasso inicial dos resultados eleitorais da oposição era o intitulado “milagre econômico brasileiro”¹³⁸ conquistado pelo regime e que até 1974 foi forte fator de desmobilização da sociedade brasileira e, conseqüentemente, da oposição ao regime. Neste período, época em que o país teve crescimento do PIB significativo, grande parte do país se deixou levar pelo ufanismo propagado pelo governo em que estabelecia um novo momento do Brasil na história, instaurado como “Brasil potência”. Apesar da crescente desigualdade social e concentração de renda no país, o avanço da economia e da elevação do nível de vida das classes médias, que em grande parte passaram a apoiar o regime, além das conquistas mundiais do futebol brasileiro¹³⁹ que arraigaram em todo o país um clima de euforia pouco comum na história do Brasil, acabaram por desencorajar a oposição legal a estabelecer um maior enfrentamento para com o governo e, com isto, ter dificuldade de encontrar ressonância na sociedade para sua atuação moderada e sob constrangimento.

Para colaborar com esta falta de conexão da atuação do partido para com a sociedade, a censura aos meios de comunicação¹⁴⁰ e a conseqüente falta de divulgação do trabalho da oposição no âmbito do Congresso Nacional colaborou também para que a mensagem do MDB não chegasse junto aos eleitores e, desta forma, não atingisse a parcela do eleitorado desgostosa com o regime, mas que, pelos fatos citados anteriormente, não conseguia vislumbrar na legenda a legitimação necessária para o enfrentamento à Ditadura Civil-Militar.

Ao mesmo tempo a onda de cassações de políticos opositores logo após o golpe de abril de 1964¹⁴¹ e a contínua repressão do regime estabelecido inibiu uma série de lideranças a aderirem à agremiação opositora, desfalcando o partido de estrutura necessária para o embate eleitoral com o partido governista. Ferreira e Ribeiro expressam a falta de estrutura do

¹³⁸ Denominação dada ao período de expressivo crescimento econômico durante os anos de 1968 a 1973, onde o PIB avançou à taxa média de 10 por cento ao ano.

¹³⁹ Seleção brasileira de futebol masculino conquista o tricampeonato mundial em 1970, em Copa do Mundo realizada no México.

¹⁴⁰ A censura prévia às publicações foi publicada em janeiro de 1970, através do Decreto-Lei 1.007.

¹⁴¹ Somente o AI-1 cassou 37 parlamentares de oposição ao regime.

MDB, em detrimento da superestrutura da Arena, com os dados acerca das eleições de 1970¹⁴², onde salientam que:

[...] houve eleições em 1897 cidades, e o MDB concorreu em apenas 43% desse total (816 municípios). Essa disputa marcou o ponto culminante do predomínio arenista: o partido ficou com 87% das cadeiras do Senado, 71% na Câmara dos Deputados e 70,6% nas Assembleias Legislativas. (FERREIRA & RIBEIRO, 2009, p. 157).

Ao final deste pleito, segundo Skidmore, as eleições evidenciavam que a situação política do Brasil se apresentava da seguinte forma:

[...] primeiro, o governo não hesitaria em usar a força (“operação gaiola”, por exemplo), a fim de intimidar a oposição; segundo, a mais alta taxa de apoio eleitoral à Arena estava no setor rural; terceiro, muitos eleitores estavam alienados do próprio processo eleitoral, como a elevada incidência de votos em branco evidenciava” (SKIDMORE, 1988, p. 231).

Segundo Madeira, o período pós AI-2 torna-se um bipartidarismo pífio, tendo em vista a caracterização de um sistema de partido dominante: “A distribuição de cadeiras no Senado Federal constitui-se um indicador ilustrativo do fato de que sob um bipartidarismo formal, a dinâmica era de um sistema de partido predominante de fato.” (MADEIRA, 2006, p. 60).

4.3. O RENASCIMENTO DO MDB

Após os fatídicos resultados das eleições transcorridas, parte das lideranças emedebistas pregava a dissolução do partido, tendo em vista o maniqueísmo da luta política-eleitoral em um regime autoritário¹⁴³. A ideia aos poucos foi deixada de lado tendo em vista que uma eventual dissolução do partido acabaria com o único abrigo legal de atuação oposicionista no Brasil, entretanto o embate entre as forças internas na oposição acentuou-se com o questionamento crescente a respeito da intensidade da atuação da oposição.

A correlação de forças internas no partido é alterada conforme a composição do MDB vai modificando ao longo de sua atuação. No início da década de 1970, o MDB, após a saída de adesistas que migraram para a Arena nos primeiros anos do regime, após a saída do cenário

¹⁴² Pleito em que o MDB elegeu somente 87 deputados federais, enquanto a Arena conquistou 223 cadeiras na Câmara dos Deputados.

¹⁴³ Skidmore (1988) advoga a favor da tese de que, a ideia fora deixada de lado tendo em vista que com os principais líderes oposicionistas cassados, exatamente aqueles que pregavam um combate maior frente ao regime e que poderiam forçar a uma extinção da mesma, estes acabam por perder força de influência sob os rumos da legenda, facilitando assim com que os líderes remanescentes mantivessem a mesma na ativa e sob seu controle (p. 227).

de inúmeras lideranças que tiveram seus direitos políticos suspensos, bem como a derrota eleitoral de tantas outras lideranças oriundas com vínculos nas legendas agora extintas, vítimas da fragilidade exposta pela nova legenda frente às adversidades impostas pelo regime, torna-se um terreno fértil para a emergência de jovens lideranças que, imbuídas de poder político, acabam forçando a agremiação a adotar estratégias e táticas diferentes na contestação ao regime¹⁴⁴.

Esta alteração da composição colaborou para que, livres das amarras dos extremos que ocupavam a legenda, o MDB conseguisse, mesmo com discordâncias internas a respeito da intensidade da ação da oposição, construir uma plataforma mínima que homogeneizasse os mais variados atores que ainda militavam no partido, sendo esta, conforme Melhem, o repúdio ao centralismo administrativo dos militares e a repressão por eles desencadeada, bem como a prioridade no retorno à democracia (MELHEM, 1998, p. 116).

O grupo intitulado “moderados”, naquele momento já com o controle da agremiação a nível nacional e formado basicamente por ex-pessedistas, recomendava uma linha cautelosa de atuação buscando não instigar o poder central a considerar a atuação da agremiação como pretexto para novos abusos de poder, enquanto os “autênticos” defendiam uma postura mais agressiva frente aos atos do regime. Este segundo grupo, desde a criação da legenda, até 1974, diferencia-se na sua composição, tendo em vista que, de início, era composto majoritariamente por ex-petebistas próximos da linha de atuação do brizolismo. Com o gradual alheamento destas lideranças do núcleo decisório do MDB, acabam substituídos em grande parte por lideranças jovens, sem relação com os partidos políticos pré-1965, que emergem das urnas em um momento de fragilidade da legenda e passam a questionar a forma de atuação da mesma no enfrentamento ao regime e, conseqüentemente, a elite política que comanda a agremiação.

A emergência destas lideranças também faz com que a elite dirigente do partido saia do ostracismo e priorize a estruturação da legenda no interior do país, buscando construir uma rede de contatos e lideranças em todos os municípios brasileiros. Conforme explicita Melhem (1998, p.186) na análise do MDB paulista, a regra de ingresso na legenda se dá pelos mais variados motivos, não sendo a rigidez ideológica condição *sine qua non* para a inscrição no partido. A autora ressalta que a organização da agremiação se dá principalmente a partir de rivalidades locais, onde líderes municipais ingressavam na legenda buscando naquele

¹⁴⁴ Por exemplo, no caso do MDB gaúcho, dos 12 deputados federais eleitos pela seção em 1970, seis eram novatos na Câmara dos Deputados. São eles: Alceu Collares, Lauro Rodrigues, Getúlio Dias, Harry Sauer, Amaury Muller e Eloi Lenzi.

momento disputar os cargos eletivos municipais disponíveis, levando-se em conta que não teriam espaço semelhante na ARENA, desde o seu início composta por elites tradicionais.

O cenário para o MDB altera-se durante a década de 1970. Por um lado, perde força perante a sociedade, e principalmente junto à esquerda, a ideia de luta armada como forma de derrubar o regime e, com isto, ganha força junto a setores da esquerda radical - que até então se encontravam alijadas de uma cobertura legal para sua atuação - a alternativa legal de combate ao governo militar, o MDB. Da mesma forma, o fim do encanto da população com o propagado “milagre econômico”, que em 1974 já dava sinais enfraquecimento e que ainda não havia “dividido o bolo”¹⁴⁵, conforme propugnava o então Ministro da Fazenda, Delfim Netto, levando ao aumento da concentração de renda em detrimento das classes menos favorecidas, principalmente aquelas instaladas nos centros urbanos, induz a crescente insatisfação da sociedade para com o regime, fazendo com que desaguasse no MDB considerável parcela daqueles desapontados com os efeitos econômicos de um regime autoritário.

Igualmente, as publicações rotineiras de notícias no Brasil e no exterior a respeito das medidas repressivas para com a sociedade civil por parte do governo colaboram com o desgaste crescente do mesmo junto à população. Sem conseguir domar os militares “linha dura” encastelados em órgãos repressivos do Estado, o regime percebe crescer junto à opinião pública o clamor pelo fim das torturas de presos políticos em um momento em que a Doutrina de Segurança Nacional¹⁴⁶ parece não ter mais motivo para existir. Diante de movimentos sociais combatidos e já completamente desarticulados pelo movimento repressor, o temor da sociedade cresce à medida que a busca por “subversivos”¹⁴⁷ extrapola o campo de opositores chegando à porta da casa dos brasileiros comuns.

Em paralelo a isto o MDB continuava aproveitando as brechas apresentadas pela legislação vigente para maximizar sua atuação, sempre dentro dos limites estabelecidos pelo governo. Definido o calendário eleitoral para as eleições presidenciais que ocorreriam de forma indireta em janeiro de 1974 e tendo a ARENA já escolhido o seu candidato, o general Ernesto Geisel, o MDB utiliza-se da ocorrência do pleito para lançar a candidatura de seu presidente, deputado federal Ulysses Guimarães, e do presidente da Associação Brasileira de

¹⁴⁵ Refere-se aqui a expressão utilizada pela equipe econômica do governo de que era necessário “primeiro, fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo”.

¹⁴⁶ Formulada dentro da Escola Superior de Guerra (ESG) visava identificar e eliminar os inimigos internos, ou seja, cidadãos que questionavam e criticavam o regime vigente no Brasil na época.

¹⁴⁷ Eram intitulados como as figuras que discordavam do regime, sendo tanto figuras do meio político-partidário, quanto figuras da sociedade civil organizada, profissionais liberais, etc.

Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, respectivamente candidatos à presidente e vice-presidente da república, buscando não a vitória no pleito, mas sim cruzar o país e demonstrar a fraude da eleição de “cartas marcadas” e denunciar os abusos do governo, ou seja, a tortura, a censura, o abandono dos trabalhadores e o favoritismo dos interesses econômicos estrangeiros, entretanto criticando o governo e preservando os militares (SKIDMORE, 1988, p. 302).

Autointitulado como “anticandidato”, visando denunciar a “antieleição, imposta pela anti-Constituição”, os candidatos do MDB percorrem o país com grandes manifestações públicas levando a mensagem do partido naquele pleito, incluindo aí, pela primeira vez, questões de ordem social que, naquele momento, ainda eram estranhas à agremiação. O resultado do Colégio Eleitoral, onde Geisel e seu vice foram eleitos com 80 por cento dos votos, acaba se tornando irrelevante¹⁴⁸ frente à exposição que a agremiação acabou ganhando em todo o país o que seria um trunfo para o resultado a ser conquistado pelo MDB nas eleições parlamentares que ocorreriam dez meses depois¹⁴⁹. Este fato demonstra que o MDB tarda oito longos anos até aprender a utilizar os canais formais de participação política para atuar de forma eficaz ao nível da política formal, tornando este aprendizado uma marca da legenda ao longo dos anos seguintes.

Neste ritmo o partido chega a 1974. Rejuvenescido, entretanto, sem empolgar aos amplos setores da sociedade que sistematicamente se indispunha com o regime militar, o partido caminha para o pleito que entraria para a história do país como o “início do fim” da Ditadura Civil-Militar.

4.4. AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS E O AVANÇO DO MDB

¹⁴⁸ Exceto pelo fato de que 23 deputados do MDB, intitulados como “autênticos”, se absterem de votar no Colégio Eleitoral na chapa registrada pelo MDB. Estes alegavam que a disputa no Colégio Eleitoral por parte do MDB legitimava a eleição de Geisel e a “farsa democrática” vigente no país.

¹⁴⁹ Segundo Alves (2005), abordando sobre os avanços obtidos pela campanha capitaneada por Ulysses Guimarães, ressalta que ela foi fundamental para “renovar esperanças e diminuir o medo e o isolamento paralisantes causados pela repressão.” Em seus discursos Ulysses Guimarães com frequência abordava diretamente a questão do medo, instando os cidadãos a não perder a esperança e a continuar lutando e organizando-se pela liberdade política. O slogan da campanha de anticandidatura visava diretamente à cultura do medo, pretendendo ir de encontro a ela pelo estímulo à resistência: “Navegar é preciso: Viver não é preciso”. A campanha também estimulou a imprensa a desafiar a censura e dar ampla cobertura aos anticandidatos da oposição. Isto contribuiu para o início do que se transformaria em uma grande campanha de imprensa pelo fim da censura e liberdade de expressão (ALVES, 2005, p. 218).

Geisel assume em março de 1974 a Presidência da República propugnando uma “distensão lenta, gradual e segura”¹⁵⁰, visando assim maiores oportunidades de diálogo com a oposição legal, o MDB, e com setores da sociedade civil organizada que aumentavam o tom frente ao regime. No cenário, em curto prazo, um dos debates estabelecidos dentro do governo era de como proceder com relação às eleições parlamentares, agendadas para novembro do mesmo ano. No governo Médici adotou-se a intimidação do eleitorado e hostilização da oposição como métodos de enfrentar o pleito em 1970, brindando a ARENA com uma expressiva vitória. Entretanto o novo presidente se propunha a realizar eleições honestas e justas, sem benefício direto a qualquer das duas agremiações. Segundo Skidmore, “Geisel acreditava que o eleitor brasileiro votaria em bons candidatos, se lhes desse a oportunidade. A ARENA dar-lhes-ia tal oportunidade. [...] O que ele não chegou a compreender foi o estado de espírito da opinião pública em 1974” (SKIDMORE, 1988, p. 336).

O clima de eleições relativamente livres empolgou o MDB. Construindo um discurso que agregava a justiça social ao retorno à democracia, explorando os males sociais decorrentes das políticas impostas pelo regime, o partido atua de forma profissional na exploração do espaço privilegiado de TV, disponibilizado pelo governo para todos os candidatos e, surpreendentemente, é visto pela população como alternativa real e legítima de poder que descarrega votos nos candidatos da legenda. O partido dobra o número de votos para Deputação Federal, onde havia conquistado 4,8 milhões em 1970, vindo a conquistar 10,9 milhões em 1974. Assim, a representação na Câmara dos Deputados avança de 87 para 165 parlamentares. Votação expressiva também granjeou o partido nas eleições para o Senado Federal, onde praticamente triplicou sua representação¹⁵¹ conquistando 4.6 milhões de votos a mais que a ARENA (SKIDMORE, 1988, p. 338)¹⁵². O resultado expressivo do partido atinge também as Assembleias Estaduais, onde o MDB assume o controle dos parlamentos regionais nos Estados-chaves onde o eleitorado urbano era significativo, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro (SKIDMORE, 1988, p. 338). Segundo Caldeira:

¹⁵⁰ Expressão utilizada pelo Presidente Geisel em entrevista coletiva concedida em 29 de agosto de 1974. Ela propunha uma transição para o regime democrático que fosse feita a partir das regras estabelecidas pelo regime, ou seja, as ações visando o encaminhamento para a democracia seriam estruturadas pelo governo civil-militar, e não pela oposição.

¹⁵¹ Subiu de sete para 20 parlamentares no Senado Federal.

¹⁵² Exemplo da eloquente vitória do MDB são as cadeiras em disputa ao Senado no pleito, onde o MDB conquista 16 cadeiras e a Arena somente seis. A disputa para o Senado é um valioso objeto de análise do humor do eleitorado levando-se em conta que é a única de caráter majoritário naquele momento sob o voto direto.

A partir de 1974 o MDB adota a crítica ao modelo de desenvolvimento econômico da ditadura, produzindo uma forte associação entre o partido e as classes populares, principalmente aquelas estabelecidas nas regiões industrializadas. (CALDEIRA, 1980, p. 108).

Maria Helena Alves, ao estabelecer uma análise a respeito do período, relaciona a importância do MDB como expressão eleitoral das mais variadas insatisfações sociais:

Ao restringir as possibilidades de dissensão canalizada através de instituições representativas como sindicatos, organizações estudantis e profissionais, o Estado de Segurança Nacional induziu a um tipo de dissensão que se tornou característico do caso brasileiro: as eleições deixaram de ser um mecanismo periódico para escolha de representantes e se tornaram um ato de protesto, um voto de “desconfiança” nas políticas do Estado. Em tais condições os partidos que mais se identificam com posições antigovernamentais passam a se beneficiar da insatisfação e das condutas dissensórias. (ALVES, 2005, p. 101).

Imbuído de representatividade eleitoral o partido se aproximaria de setores da sociedade civil que decidiram contestar a legitimidade do governo revolucionário, tais como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a ABI e a Igreja Católica, nas denúncias contra o regime, e não vetaria o ingresso nas suas hostes de setores da esquerda e sindical, que outrora haviam rechaçado o partido, mas que, mediante o fracasso da luta armada e os resultados satisfatórios de avanço da luta orquestrada pelo MDB, resolvem atuar junto à legenda na caminhada em busca do restabelecimento da democracia.

Neste caso, mesmo que os líderes da legenda buscassem se afastar dos radicalismos praticados por grupos no pré-1964, a aceitação dos mesmos no MDB se dava pelo pragmatismo eleitoral que já era, naquele momento, arraigado na agremiação. Tal prática se dava tendo em vista que, ceifados os emedebistas dos instrumentos que poderiam lhe colocar em condições de disputar de forma equânime com a ARENA no ambiente eleitoral, a relação com a sociedade civil organizada visando o embate eleitoral seria vital para a agremiação nas eleições que viessem a ocorrer¹⁵³. Da mesma forma, todos os atores concordavam que, mesmo sabendo das diferentes visões de mundo presentes na legenda oposicionista, a singularidade do bipartidarismo brasileiro impunha aos mesmos a convivência de uma enormidade de grupos com um objetivo maior expresso, o restabelecimento da democracia.

Após ser pego de surpresa com o resultado eleitoral negativo nas eleições legislativas de novembro de 1974, o regime preocupava-se com as consequências do avanço do MDB tanto no Congresso quanto junto à sociedade brasileira. Inicialmente com a governabilidade,

¹⁵³ Sobre o contexto do período, ver Madeira (2016).

pois sem o uso do AI-5¹⁵⁴ as bancadas eleitas do MDB poderiam atuar como *veto players*¹⁵⁵ quando da tramitação de Propostas de Emendas Constitucionais (PEC's) no Congresso, tendo em vista que era necessária a aprovação de dois terços para a promulgação da mesma, condição que a ARENA havia perdido nas urnas. Além deste caso, havia a preocupação com as eleições que seriam realizadas nos anos seguintes e a possibilidade do contínuo avanço eleitoral do MDB¹⁵⁶ e a necessidade de se dar uma resposta às críticas dos militares “linha dura” a respeito da frouxidão e o altruísmo com que o governo havia tratado o pleito parlamentar de 1974.

4.5. O CAMINHO PARA AS ELEIÇÕES DE 1978

Buscando soluções para estes casos o regime lança mais uma série de artifícios visando manter viva a “revolução” e restringir assim o campo de atuação do MDB. Inicialmente publica em junho de 1976 a “lei Falcão”¹⁵⁷, que inibiria a presença dos candidatos na TV e no rádio onde, a partir de agora, os mesmos só poderiam aparecer mediante imagem de estúdio e sem som, fechando o cerco assim a um dos principais atributos que levaram o MDB a expressiva votação nas eleições de novembro de 1974. A manobra não impede os emedebistas de avançarem nas eleições municipais ocorridas em novembro de 1976, onde mesmo a ARENA vencendo na maioria das cidades do país, o partido oposicionista vence nos principais colégios eleitorais¹⁵⁸ deixando assim um sombrio futuro eleitoral para a legenda governista, algo que não agradava aos militares.

Verificando que somente mudanças pontuais não dariam fim ao constrangimento que o avanço da oposição criava aos militares, o governo em abril de 1977 invoca os poderes arbitrários ao AI-5, fecha o Congresso e anuncia uma série de reformas constitucionais,

¹⁵⁴ Durante sua vigência cassou o mandato de mais de 350 políticos com mandato eletivos em todo o país.

¹⁵⁵ O artigo de George Tsebelis (1995) traz uma importante contribuição para o debate a respeito do processo decisório nos mais variados contextos institucionais sob a ótica da escolha racional verificando a capacidade dos atores de gerar mudanças em políticas públicas. Ao definir o conceito base do artigo, *veto players* (atores com poder de veto), como atores individuais ou coletivos cuja concordância é necessária para que se altere o *status quo*, o autor afirma que o potencial para mudar a política diminui conforme o número de *veto players*, a falta de congruência entre eles (diferenças entre suas posições políticas) e sua coesão (semelhanças de posições políticas entre as unidades que os constituem).

¹⁵⁶ Após as eleições de 1974, uma nova e robusta bancada do MDB dá amplitude à atuação do MDB junto à sociedade, que pode assim expor a sua posição de oposição e defensora da democracia.

¹⁵⁷ Publicada em 1 de julho de 1976.

¹⁵⁸ Casos das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Campinas e Santos. Ver: LAMOUNIER, Bolivar e CARDOSO, Fernando Henrique (Org.). **Os Partidos e as Eleições no Brasil**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

conhecidas como “pacote de abril”¹⁵⁹. Segundo Skidmore, ao abordar o contexto das corriqueiras alterações na legislação eleitoral do período, ressalta que “todas visavam direta ou indiretamente tornar a ARENA imbatível nas próximas eleições” (SKIDMORE, 1988, p. 373). Dentre as medidas trazidas pelo pacote estavam; a mudança para maioria simples para necessidade de aprovação de Propostas de Emendas Constitucionais, visando assim adequar sob medida a atual composição do Congresso Nacional bem como o tamanho da bancada governista na casa; a inclusão dos vereadores nos colégios eleitorais estaduais e a imposição destes Colégios como o fórum para realização de todas as eleições para governadores de estado, bem como da escolha de um terço de senadores nas eleições de 1978¹⁶⁰; além da inclusão na Constituição das medidas restritivas contidas na “lei Falcão”, entre outras¹⁶¹.

As medidas demonstram resultado satisfatório para o governo¹⁶². Em outubro de 1978 o colégio eleitoral elege o General João Figueiredo para a Presidência da República vencendo o candidato do MDB, General Eules Bentes Monteiro¹⁶³, por 355 votos a 266 conquistados pelo candidato emedebista. No temerário pleito que renovaria o Congresso Nacional e que seria realizado um mês após a eleição que levaria Figueiredo à Presidência da República, a legenda governista obtém outra vitória segura, demonstrando os benefícios que os casuísmos legais estabelecidos pelo “pacote de abril” ofertavam a ARENA¹⁶⁴.

¹⁵⁹ Lançado em 1 de abril de 1977.

¹⁶⁰ Senadores estes que foram eleitos neste molde em somente um pleito, ocorrido em 1 setembro 1978, para um mandato de 8 anos, constituindo assim a maioria no Senado Federal desejada pelo governo para o próximo período. Estes senadores ficaram conhecidos como senadores “biônicos”, designação que servia para ilustrar aqueles que ascenderam ao poder sem a necessidade do desgaste de um pleito eleitoral.

¹⁶¹ Alves, ao abordar o casuísmo e as consequências das constantes alterações na legislação eleitoral propostas, ressalta: “[...] este modelo de administração de crises (especialmente no caso da legislação eleitoral), minou a legitimidade do novo Estado e contribuiu para sua instabilidade inerente. Por um lado, o Estado precisava continuar invocando a função legitimadora das eleições, vinculada a promessa de restabelecimento da democracia, que era, por sua vez, a justificativa original para a tomada do poder. Por outro lado, o Estado não podia correr o risco de perder eleições – em qualquer nível –, pois sua política de repressão transformou as eleições em plebiscitos. Passou assim a reformular permanentemente a legislação eleitoral, para garantir que os candidatos indesejados seriam eliminados e que os do partido governamental venceriam sempre. Ao fazê-lo, entretanto, o Estado subverteu a função legitimadora das eleições, diminuindo assim a cada enfrentamento eleitoral a sua legitimidade.” (ALVES, 2005, p. 106).

¹⁶² No que tange a disputa pelos governos estaduais, o MDB vence somente no Rio de Janeiro, com Chagas Freitas. Na disputa para o Senado Federal o partido governista conquista 14 cadeiras, enquanto o MDB apenas oito.

¹⁶³ O candidato à vice-presidente do MDB era o senador gaúcho Paulo Brossard, antigo integrante do Partido Libertador, desafeto político de Getúlio Vargas, e que havia sido eleito Senador pelo MDB em 1974.

¹⁶⁴ No pleito o governo conquista a maioria nas duas casas do Congresso Nacional, apesar de, por exemplo, no pleito para o Senado Federal os candidatos do MDB terem conquistado cerca de 53 por cento dos votos, enquanto os candidatos da Arena somente 34 por cento.

Apesar de ter flertado durante todo o seu mandato com um discurso liberalizante, porém em paralelo tomando medidas contrárias no campo político, no apagar das luzes de seu mandato o Presidente Geisel retoma a tônica inicial de seu governo e apresenta uma série de medidas visando amenizar a estrutura autoritária constituída desde 1964. A Emenda Constitucional de número 11 trouxe uma série de avanços com objetivo de ampliar e facilitar a participação política. Dentre estas a principal é a abolição do AI-5, acabando assim com a arbitrariedade das cassações de mandato, retirada de direitos civis ou fechamento do Congresso de forma autocrática.

Outros avanços também foram conquistados, como o restabelecimento do *habeas corpus* para presos políticos; o fim da censura prévia para rádio e televisão, bem como da independência do judiciário, entre outras medidas. Apesar do progresso considerado como uma vitória da pressão exercida pela sociedade brasileira, entretanto concedida por um governo militar, o regime ainda manteve vivos instrumentos legais que poderiam, em casos excepcionais, serem utilizados como forma de constranger atores indesejáveis e, mediante situações de riscos, serem invocados em prol da manutenção da ordem.

4.6. UMA SÍNTESE DO MDB

A trajetória explicitada até aqui demonstra a habilidade forjada pelas lideranças no âmbito do MDB. Reavaliando posições a cada nova imposição do regime, o partido avançava utilizando-se de brechas abertas pela Ditadura Civil-Militar visando à vitória eleitoral e, conseqüentemente, o dia em que chegaria ao poder. Sendo comandada por políticos tradicionais e pragmáticos, elite oriunda da escola pessedista, as divergências internas são amenizadas quando estes se fundem com as demais correntes que participarão da legenda visando adotar uma retórica mais palatável junto ao eleitorado em geral, ampliando assim os incentivos coletivos em um contexto de crescente demonstração de fragilidade do regime. Entretanto, tal amplitude da pauta mínima da legenda não ocasionou a ascensão de grupos minoritários no âmbito decisório do MDB, estando estes e suas pautas à margem no partido em detrimento de políticos experientes que comandarão a mesma durante toda a sua existência.

Assim, de forma particular, o MDB foi incorporando questões e atores que mobilizavam as discussões políticas e sociais na segunda metade da década de 1970, embora, segundo Luiz Werneck Vianna, o partido tenha ficado confinado quase inteiramente ao papel da representação parlamentar, sem relações com os movimentos sociais. (VIANNA, 1989).

Na mesma linha, Kinzo afirma que o MDB e as organizações da sociedade civil eram duas forças paralelas de oposição ao regime, atuando em esferas distintas. Os laços entre eles "eram demasiados tênues, consistindo muito mais de uma cooperação entre forças políticas distintas, do que qualquer relação orgânica destinada a desenvolver uma atuação conjunta e articulada." (KINZO, 1998, p. 203).

Traços marcantes da gênese do MDB serão vistos no desenvolvimento da legenda. O caráter elitista e regional da mesma, que se dá a partir do processo de constituição do MDB, além da heterogeneidade serão marcas que a mesma exibirá em toda sua caminhada. Ainda sob a batuta do bipartidarismo, o partido evita tomar posições que possam gerar antagonismos internos e enfatiza sua atuação na única bandeira em que todos acordavam, ou seja, a luta pelo restabelecimento da democracia no país. Importante salientar que esta relativa homogeneidade nas bandeiras defendidas explicitamente pelo partido na segunda metade da década de 1970 se dá somente com a saída dos extremos da agremiação, fundada ainda na primeira metade da mesma década, e a conseqüente ocupação de espaços no partido por políticos jovens e ávidos pela participação política e ocupação de cargos públicos. Estes, com sua imposição e impetuosidade, acabam por, em conluio com os experientes caciques da legenda, moldar um discurso para o MDB que o tornasse mais atraente estabelecendo-se assim como legítima oposição democrática ao regime militar.

Entretanto, como vimos ao longo desta dissertação, a seção gaúcha do PTB, que moldaria o futuro MDB, continha algumas particularidades, fazendo com que a modelagem inicial do emedebismo gaúcho se desse sobre padrões decerto distintos do que ocorreu com a legenda a nível nacional. Desta forma, cabe análise mais detalhada do nascituro e desenvolvimento da seção gaúcha oposicionista, bem como das relações de poder intraorganizacionais, visando, com isto, identificar o porquê uma agremiação que fora moldada fundamentalmente por membros da mais destacada seção petebista, iria, com a possibilidade de retomar suas origens a partir da reestruturação do PTB, ser acometida por expressiva cisão dentre seus quadros.

5. A DINÂMICA DO MDB GAÚCHO

Apesar da citada característica da dinâmica eleitoral no Rio Grande do Sul, no período pré-1965, que acabou por estruturar dois blocos partidários a nível estadual, que irá moldar e organizar a migração para o bipartidarismo imposto pelo regime, a novíça seção do MDB gaúcho não fica isenta da maioria das dificuldades que são recorrentes também a agremiação a nível nacional, conforme afirma Xausa e Ferraz:

A extinção dos dois partidos impostas pelo Ato Institucional de número 2, afora o esperável impacto sentimental, não trouxe ao Estado seguramente nenhuma alteração de relevância nos alinhamentos políticos já existentes. Ao contrário da maioria dos demais estados, ARENA e MDB aglomeraram grupos artificiais ou heterogêneos, no Rio Grande do Sul serviriam apenas para confirmar e oficializar arregimentações já fixadas nas eleições em 1962, e que em 1966 foram substancialmente as mesmas (XAUSA & FERRAZ, 1981, p. 184).

Tal fato pode ser comprovado quando se verifica que os parlamentares gaúchos eleitos, que compunham o bloco interpartidário vitorioso nas eleições de 1962 para o governo gaúcho, intitulado, Ação Democrática Popular (ADP), que tinha a UDN, PL, PDC e Partido Social Progressista (PSP) nucleados em torno do PSD, transferem-se naturalmente para a ARENA, ocorrendo o mesmo com os demais parlamentares membros dos partidos intitulados “trabalhistas-reformistas”, estando neste grupo PTB, o MTR e a Aliança Renovadora Socialista(ARS)¹⁶⁵, que se filiam ao MDB¹⁶⁶.

Da mesma forma, uma análise da composição dos diretórios regionais constituintes da ARENA e do MDB oferece uma dimensão do controle que os antigos blocos partidários detiveram sobre as novas legendas. Xausa e Ferraz demonstram que dos 101 membros do Diretório do Regional do MDB, nada menos que 88 eram oriundos do PTB ou da dissidência, o MTR, fato que também ocorre na ARENA, agremiação que contará com 85 por cento dos membros do Diretório da seção, oriundos dos partidos membros da ADP. (XAUSA & FERRAZ, 1981, p. 186).

¹⁶⁵ Aliança firmada para aquele pleito entre parte do PSB e o PR, partido este encampado pelos comunistas no período. A aliança elegeu apenas um parlamentar em 1962, o aparentemente comunista Marino dos Santos.

¹⁶⁶ Com relação aos parlamentares do Partido Libertador, dois deles, Paulo Brossard e Honório Severo, não se filiam a Arena, estando, quando findado o prazo inicial para aderir a uma das duas legendas impostas pelo regime, sem filiação partidária. Em agosto de 1966, após o caso Cirne Lima, ambos resolvem aderir ao MDB gaúcho, com o compromisso de não concordarem com o programa da legenda oposicionista, mantendo assim viva, sob o instituto da sublegenda, os ideais do tradicional Partido Libertador gaúcho.

A composição inicial do MDB gaúcho que contará, além dos trabalhistas, com os membros do PCB¹⁶⁷, será desfalcada de destacadas lideranças oposicionistas, haja vista a cassação dos direitos políticos de inúmeras figuras ilustres do trabalhismo brasileiro, dentre estas os gaúchos Leonel Brizola e João Goulart¹⁶⁸. Destaca-se que o Rio Grande do Sul, berço do trabalhismo brasileiro, se tornou, após o golpe de 1964, um dos estados mais atingidos por cassações e perseguições políticas. Desta forma, o constituído Diretório Regional do MDB, por ser inicialmente composto majoritariamente por trabalhistas que tinham proximidades com os dois principais líderes exilados, além de inúmeros potenciais “comunistas”, tornou-se um foco privilegiado para os agentes repressivos do governo, tendo em vista a presença de iminentes figuras “subversivas” e indesejadas ao novo regime.

Esta alteração na composição inicial da legenda, mudando consideravelmente a elite dirigente do sucedâneo PTB, bem como o permanente constrangimento do partido com a possibilidade de cassações durante o regime de exceção instaurado em 1964, irão conferir ao MDB gaúcho um desenvolvimento que o diferenciará, em muito, do antigo PTB.

A modificação nas elites que comandarão o partido de oposição no estado se verifica já na primeira direção eleita pelo MDB, que terá na figura do então deputado estadual e representante do Vale do Rio Pardo, região de tradicional colonização alemã, o economista e ex-petebista Siegfried Heuser, seu presidente, tendo como vice-presidentes, além do petebista Marcírio Goulart Ribeiro, o pessedista Hermes Pereira de Souza e o trabalhista renovador Walter Von Muhlen.

Esta composição mantém-se até 1969, onde Siegfried Heuser, já sem mandato eletivo, tem os direitos políticos cassados pelo regime, passando a Presidência do MDB gaúcho para o deputado estadual Pedro Simon, que comandará a seção durante todo o período de duração da Ditadura Civil-Militar. Afere-se desde já que o comando partidário da nova agremiação, apesar de se dar por membros do antigo PTB, não é regido por ilustres figuras do trabalhismo gaúcho. Heuser, que segundo Cortes (2007, p. 312) era um trabalhista “moderado” e “pouco inspirado”, e Simon são lideranças oriundas do PTB, mas que não faziam parte da elite dirigente do partido até a avassaladora onda de cassações que desfalcou o MDB gaúcho¹⁶⁹, bem seus posicionamentos – semelhantes entre ambos - os diferenciavam de algumas das

¹⁶⁷ Agrupamento este que, diferente de correntes trabalhistas e outras correntes de esquerda, defenderá o caminho pacífico para a revolução a partir do MDB.

¹⁶⁸ Atingidos pelo AI-1 (Ato Institucional de número 1), publicado em 10 de abril de 1964.

¹⁶⁹ Heuser havia se tornado presidente do PTB gaúcho somente após as inúmeras cassações que acometeram a seção gaúcha após o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964.

principais lideranças trabalhistas, principalmente com relação ao líder máximo do trabalhismo gaúcho, Leonel Brizola¹⁷⁰.

5.1. AS ELEIÇÕES DE 1966 E O CASO “CIRNE LIMA”

Findado o processo de estruturação inicial do MDB gaúcho, a agremiação tem pela frente o primeiro embate eleitoral importante sob o julgo do novo regime, as eleições para o Governo do Estado marcadas para o início de setembro de 1966. Transformadas em eleições indiretas após a publicação do Ato Institucional de número 3 (AI-3), publicado em fevereiro de 1966, era notório para a oposição que as alterações realizadas na legislação eleitoral visavam impedir a assunção dela ao poder, entretanto os agora emedebistas não imaginavam o quão longe o governo iria para pôr isto em prática.

No âmbito da Assembleia gaúcha, a ARENA tinha uma leve vantagem sobre o MDB, tendo 28 parlamentares versus 27 da legenda oposicionista, o que lhe dava a garantia da eleição do novo governador. O candidato que contava com a simpatia do núcleo duro do governo militar era Peracchi Barcelos¹⁷¹, que cultivava de sólida relação pessoal com o presidente Castelo Branco e era detentor de uma poderosa estrutura no interior do novo partido. Entretanto dissensões na ARENA, ocorridas em grande parte pela dificuldade da convivência dos diversos grupos políticos no interior de uma agremiação, impediram com que o processo de escolha do mesmo fosse “ao natural”, conforme desejava o regime. A legenda estava imersa em uma disputa entre Barcelos e o deputado federal Tarso Dutra, ambos expessedistas¹⁷², sendo este segundo também detentor de um forte grupo de apoio no interior da agremiação governista. Tal embate se intensificava internamente na seção gaúcha, e não perante a sociedade, tendo em vista que o escolhido seria, virtualmente, o Governador do Estado nos próximos anos.

¹⁷⁰ Da mesma forma, verifica-se que ambas as lideranças seguem trajetórias pessoais comuns, sendo os mesmos filhos de famílias de imigrantes europeus; instalados no interior do estado e que migram para as grandes cidades visando estudar; ligados ao catolicismo e, apesar da proximidade com o ex-governador Leonel Brizola, tendiam a ação política orientadora de Alberto Pasqualini em detrimento da propalada política mobilizatória orquestrada por Brizola nos anos que antecederam a 1964.

¹⁷¹ Militar, fez carreira na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Após assumir o comando-geral da corporação, elegeu-se deputado estadual pelo PSD em 1950 e 1954. Em 1958 concorre ao Governo do Estado, sendo derrotado por Leonel Brizola. Elegeu-se deputado federal em 1962 e foi Ministro do Trabalho e Previdência Social no governo Castelo Branco.

¹⁷² Foram os dois deputados federais mais votados pela legenda em 1962, tendo Dutra recebido 57.185 votos e Barcelos 55.114 votos. Naquele pleito somente três outros candidatos obtiveram votações maiores que os dois pessedistas, sendo eles: Floriceno Paixão e Paulo Mincarone, do PTB, e Carlos de Brito Velho, da ADP.

O terceiro candidato na disputa interna da ARENA era Cirne Lima, apoiado pelos antigos militantes do Partido Libertador (PL), entre eles os deputados estaduais Paulo Brossard, Honório Severo e Dário Beltrão, e do Partido Democrático Cristão (PDC), os deputados estaduais Nelson Marchezan e José Sanseverino¹⁷³. Cirne Lima era um jurista respeitável no Rio Grande do Sul, descrito por Cortes, como: “um notável advogado porto-alegrense. Embora nunca tivesse participado ativamente da política, Cirne Lima servira, com competência, por um curto período de tempo, como Secretário da Fazenda no governo pós-revolucionário de Meneghetti” (CORTES, 2007, p. 309).

A julgar que a posição da oposição seria meramente protocolar na eleição a ser realizada pela Assembleia gaúcha, e embora Cirne Lima fosse um quadro da ARENA e tivesse apoiado o golpe de 1964, o MDB, ao invés de indicar um nome de seus quadros para disputar o pleito, oferece a legenda para que o pré-candidato da ARENA fosse o candidato do partido na eleição indireta. Tal ação visava, senão vencer o pleito, atrapalhar o *script* elaborado pelo regime e agudizar a luta interna no partido governista. Tal atitude, desde já, demonstra a rápida adaptação do MDB gaúcho ao novo contexto político, em que diante das limitações impostas estabelecerá a luta com as “armas disponíveis” buscando vencer o regime dentro das regras estabelecidas pelo mesmo. Da mesma forma, a ação demonstra que, apesar da maior rigidez ideológica do MDB gaúcho frente ao MDB Nacional, o pragmatismo que se tornará regra na atuação do partido a nível nacional estará também presente na seção gaúcha desde os seus primórdios.

Com o aceite da candidatura de Cirne Lima pelo MDB e a indicação referendada pelo partido, aliada a promessa de outros dois parlamentares da Arena de consagrar o mesmo na eleição indireta¹⁷⁴, o presidente Castelo Branco, após assistir ao seu candidato Peracchi Barcelos sair vencedor na tumultuada convenção arenista, mira sua artilharia no MDB e na candidatura Cirne Lima. Lançando mão de todos os instrumentos possíveis visando impossibilitar a vitória da oposição no Rio Grande do Sul, o presidente cassa o mandato de forma preventiva de sete deputados estaduais do MDB¹⁷⁵ e, como forma de impedir a traição interna de correligionários em prol da candidatura oposicionista, promulga o Ato

¹⁷³ Nelson Marchezan e Jacob Sanseverino eram filiados ao PDC e migram para a Arena em 1966, bem como Dário Beltrão que, extinto o PL, migra para o partido governista. Brossard e Severo eram filiados ao Partido Libertador e, com o advento do AI-2, mantêm-se independentes das duas legendas criadas.

¹⁷⁴ São eles: Nelson Marchezan e José Sperb Sanseverino.

¹⁷⁵ São eles: Álvaro Petracco da Cunha; Darcy Von Hoonholtz; Hélio Ricardo Carneiro da Fontoura; Cândido Norberto dos Santos; Osmar Lautenschleiger; Seno Frederico Ludwig e Wilmar Côrrea Taborda.

Complementar de número 16¹⁷⁶, que tornava nulos os votos dos legisladores que não votassem em candidatos de suas legendas.

Tais ações sepultaram a possibilidade de vitória da oposição, que viu seu pré-candidato desistir do pleito. Em setembro a Assembleia Legislativa referenda o nome de Peracchi Barcelos com apenas 23 votos de um total de 55 parlamentares¹⁷⁷, sendo que os emedebistas e os dissidentes da Arena não comparecem a sessão¹⁷⁸. Para Cortes, o arenista eleito “foi menos um Governador de Estado eleito do que um interventor consagrado pelo presidente” (CORTES, 207, p. 311). A frustrada tentativa do MDB evidencia alterações substanciais no cenário político gaúcho, em razão da virtual composição feita entre petebistas, liberais e democratas-cristãos em prol de Cirne Lima. Esta relação seria impensáveis quatro anos antes, quando o estado ainda era governado por Brizola. Naquele momento o Rio Grande do Sul, comandado pelo PTB, estava em ebulição após a vitoriosa campanha da Legalidade. Tal campanha foi seguida no estado de mobilizações sociais promovidas pelo Governador, pressionando para a urgência das reformas de base, dentre estas a reforma agrária. Este tensionamento no seio da sociedade gaúcha, como vimos, levou ao completo isolamento do PTB nas eleições de 1962 para o Governo do Estado, onde o PSD saiu vencedor (CÁNEPA, 2005).

Desta forma, fica evidente que a ausência de iminentes líderes trabalhistas do cenário político e a ascensão de figuras de perfil “moderado” ao comando do MDB deu a nova agremiação uma abordagem política diferente do antigo PTB, o que facilitaria a adequação do MDB gaúcho ao regime autoritário, tendo em vista a necessidade de aceite e adequação sistemática às regras do jogo, bem como facilitaria o processo de expansão da legenda que ocorreria na década seguinte, considerando a maior flexibilidade ideológica difundida no interior da legenda no período.

Cabe destacar também que a disputa interna na Arena pela indicação do partido para o cargo de governador do estado evidenciou que, apesar da aparente homogeneidade nos blocos que fundaram o MDB e a Arena no estado, as divisões partidárias oriundas ainda do período

¹⁷⁶ Publicado em 18 de julho de 1966.

¹⁷⁷ Este número não possibilitava sequer a realização da sessão, por absoluta falta de quórum. Desta forma a presença na sessão de três apoiadores da então candidatura de Cirne Lima que estavam filiados à Arena, os deputados estaduais Dário Beltrão, José Sanseverino e Nelson Marchezan, que votam em branco no pleito, possibilita a realização da mesma e eleição de Peracchi Barcelos. Os três parlamentares não se reelegeram no pleito seguinte, tendo, para isto, sido fundamental a atuação do então governador.

¹⁷⁸ Para uma análise mais apurada do episódio “Cirne Lima”, ver Bones, Elmar (2014), em 1966: a conciliação impossível.

pluripartidário anterior eram vigentes e, embora não tão salientes como as agremiações a nível nacional, seriam uma constante no caso gaúcho.

Apesar da derrota, o MDB se vê em uma posição favorável junto à sociedade gaúcha que repudiara as ações do regime visando à eleição de Peracchi Barcelos e se prepara para as eleições legislativas que ocorreriam no mês de dezembro. O partido lança seu presidente, Siegfried Heuser, como candidato único ao Senado Federal e um grande número de candidatos à Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, apesar do desfalque de alguns principais nomes excluídos da vida pública pela Ditadura Civil-Militar.

Apesar de todas as limitações que implicavam a atuação de uma legenda oposicionista em uma campanha eleitoral diante de um Estado autoritário, o resultado foi surpreendentemente positivo para muitos emedebistas. Para o Senado Federal, naquele momento a única eleição de caráter majoritário que dispunha ao partido disputar pela via direta, apesar da derrota, Heuser recebe cerca de 315 mil votos a mais que o segundo lugar, Guido Mondin, da Arena, sendo que o partido governista conquista a cadeira valendo-se da sublegenda, artifício criado pelo regime para acomodar a todas as correntes que ingressaram na legenda governista¹⁷⁹. Entretanto a somatória das votações dos candidatos naquele pleito demonstra, desde já, que a relativa estabilidade eleitoral observada nos pleitos gaúchos ocorrida desde 1945 também havia sido transposta para o regime bipartidário, onde o candidato do MDB recebe 638 mil votos, enquanto somados os votos obtidos pelos três candidatos da Arena totaliza cerca de 672 mil votos, uma diferença de apenas 34 mil votos em um total de 1.5 milhões de eleitores que foram as urnas (NOLL & TRINDADE, 1995, pg. 30), demonstrando assim que o MDB, apesar da ausência das principais lideranças trabalhistas, angariava uma votação semelhante ao padrão sufragado pelo antigo PTB, mesmo a seção gaúcha estando sob comando de um novo grupo dirigente e adotando práticas que o diferenciavam principalmente do líder maior do trabalhismo gaúcho, o ex-governador Leonel Brizola.

5.2. OS ANOS DE CHUMBO

¹⁷⁹ Instrumento casuístico introduzido a partir do Ato Complementar de número 26, em 29 de novembro de 1966 e revogado pela Lei 7.551, de 12 de dezembro de 1986. Visava à coexistência dos grupos oriundos dos antigos partidos no âmbito das novas agremiações, tendo em vista que permitia, no caso das candidaturas majoritárias que ainda permitia-se o voto direto, ou seja, ao Senado Federal e prefeituras – neste caso exceto capitais e municípios de segurança nacional, as cidades de fronteira e as instâncias hidrominerais - que fossem apresentadas mais de uma candidatura para cada cargo por cada uma das duas legendas, sendo que o resultado final somavam-se os votos dados a sublegendas de todas as agremiações, e a totalidade de votos era atribuída ao candidato mais votado.

O início promissor da legenda arrefece nos anos seguintes. Apesar da ebulição com que o país ingressa nos anos iniciais do novo regime, principalmente em 1968, com o florescimento de uma oposição mais consistente junto à sociedade civil e com a relativa liberdade da imprensa que possibilitava a alguns veículos a divulgação de abusos de agentes governamentais, o governo age e publica o Ato Institucional de número 5 (AI-5) no final deste ano¹⁸⁰ e coloca a dita “Revolução” em um novo patamar. O fatídico AI-5 amplia a repressão e tortura indiscriminada, impõe a censura, fecha o Congresso Nacional e expande o rol das cassações.

Sob o jugo de um governo cada vez mais opressor, comandado pelo presidente Costa e Silva, e posteriormente por Médici, o partido nas eleições gerais de 1970 e municipais de 1972 é abatido pelos problemas que acometem grande parte do MDB do país, desde o repúdio da esquerda radical a legenda, que mesmo com o iminente fracasso da luta armada prega o voto nulo nas eleições de 1970. A desconfiança da esquerda democrática, que ainda não via no partido a alternativa legítima de poder a Ditadura Civil-Militar; o acelerado crescimento econômico do país que fazia com que setores da sociedade se mantivessem anestesiados frente aos abusos do regime; a censura que impedia que a publicação das atividades desenvolvidas pela legenda; as constantes alterações nas regras do jogo que dificultava a preparação da legenda para os pleitos, bem como as divisões internas, que no caso gaúcho existiam, mas não eram tão acentuadas, que dificultava a construção de uma plataforma mínima de atuação da legenda.

Perante estas condições era difícil o MDB exercer atratividade perante a sociedade, mesmo em um estado onde o partido era relativamente estruturado e contava com robustas bancadas parlamentares. Esta percepção se confirma nas urnas em 1970, onde a Arena vence a eleição para o Senado Federal com grande margem diante dos dois candidatos do MDB.¹⁸¹ Conquista arenista que irá se repetir para as vagas em disputa na Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados, onde o MDB diminui sua representação em ambas as casas, perdendo respectivamente cinco e três cadeiras. Segundo Figueiredo (2009) ao analisar os resultados desta eleição, ressalta que:

¹⁸⁰ Publicado em 13 de dezembro de 1968.

¹⁸¹ Os candidatos do MDB gaúcho foram Geraldo Brochado da Rosa, ex-PTB, e o então deputado federal pelo MDB, Paulo Brossard, antigo membro do Partido Libertador. Brossard ressalta o momento do MDB gaúcho quando do aceite da sua candidatura era de “vazio e luto na legenda”, tendo em vista o “genocídio do AI-5”, ocasionando “uma situação horrorosa, o pessoal (MDB) num desalento, e com razão” (VALLS, 2004, p. 214).

Percebemos que a política nacional afetou sobremaneira a política estadual, uma vez que além do descrédito para com o MDB, estas eleições ainda contaram com a força da máquina do governo, que desde o plano local até o federal, foi utilizada para atrair votos. (FIGUEIREDO, 2009, p. 60).

Os resultados desta eleição reforçam a mudança gradual que vinha ocorrendo na elite oposicionista gaúcha desde 1964. O MDB, naquele momento já presidido pelo jovem deputado Pedro Simon¹⁸², elege um total de 35 parlamentares no pleito de 1970, sendo 23 para a Assembleia Legislativa e 12 para a Câmara dos Deputados, entretanto destes somente cinco haviam ocupado cargos eletivos pelo PTB sufragados pelas eleições de 1962¹⁸³. Esta contínua marginalização dos antigos petebistas no MDB pode ter sido reforçado, pelo menos nas eleições de 1970, pela atitude do então líder máximo do trabalhismo gaúcho, Leonel Brizola, de sugerir o voto em branco naquele pleito em detrimento do apoio ao MDB¹⁸⁴, desmobilizando assim as bases trabalhistas e fragilizando parte dos petebistas tradicionais que disputaram o pleito. Grill (2005) salienta que em virtude do tempo transcorrido, esvanece a presença de velhas lideranças petebistas, sendo suavizada a sua presença a cada eleição sucessivamente, mas sem deixar de ser uma herança política e um legado preponderante (apud FIGUEIREDO, 2009, p. 62), desta forma, ressalta-se a importância da abordagem de Sartori (1982, p. 93) quando afirma que “mesmo que o partido seja a principal unidade de análise, essa análise é incompleta se não examinar como tais unidades entram no partido e o alteram”, dinâmica que priorizaremos no restante deste capítulo.

5.3. NASCE UM NOVO MDB A PARTIR DO RS

¹⁸² Tinha 40 anos quando da realização deste pleito.

¹⁸³ Pedro Simon e Suely Gomes de Oliveira, que continuaram na Assembleia Legislativa; Armando Bresolin que era deputado estadual em 1962 e elege-se deputado federal em 1970; além dos deputados federais eleitos pelo MDB em 1970, Aldo Fagundes e Harry Sauer, que são remanescentes da bancada petebista eleita em 1962. Fonte: TRE-RS, atas das eleições de 1962/1966/1970.

¹⁸⁴ Segundo Simon, a respeito da decisão de Brizola, o mesmo ressalta que “o ultimato de Brizola ao MDB em 1970 não deixava saída para a política de resistência realista e conseqüente que as oposições executavam. Que nos propunha Brizola? Que escolhêssemos entre essas quatro alternativas: 1° - Voto em branco, que equivalia a renunciar os avanços eleitorais até então realizados; 2° - Autodissolução do MDB, que significaria a retirada de cena da oposição autêntica e sua substituição, eu certamente o regime promoveria, por grupos títeres que fingiriam fazer oposição; 3° - Renúncia coletiva aos mandatos eletivos conquistados pelo MDB e que era uma variável das hipóteses 1 e 2; 4° A guerrilha. Não aceitamos nenhuma das alternativas propostas por Brizola e ele mesmo decidiu pelo voto em branco. (...) Decidir usar sua potente voz de comando e seu prestígio popular altíssimo para desmoralizar o MDB” (GUTEMBERG, 2001, p. 118).

Esta alteração na composição da legenda será intensificada nos próximos anos, onde as lideranças emedebistas, diante da visível fragilidade frente à Arena, iniciam uma série de movimentos visando robustecer a seção regional para os futuros embates ante o regime. É fato que alterações no cenário nacional também colaboraram para que esta ação se tornasse bem-sucedida, como exposto anteriormente no cenário favorável que deságua no crescimento do MDB Nacional nas eleições gerais de 1974. Entretanto, no caso gaúcho, a seção utiliza os resultados ruins colhidos no pleito anterior para repensar sua função e, principalmente, buscar uma maior aproximação com a sociedade civil, visando assim reduzir sua debilidade diante do partido governista.

Parte significativa deste novo posicionamento do partido se dá através da pressão exercida pelas jovens lideranças eleitas no pleito anterior que, inconformadas com o discurso excessivamente conformista da legenda, cobram uma mudança de postura do MDB para um mais eficaz enfrentamento ao regime (Kinzo, 1988, p. 133). Estas novas lideranças, logo intituladas pela imprensa como “autênticos”, com uma perspectiva mais progressista, tem uma grande representação na bancada gaúcha do MDB eleita para a Câmara dos Deputados em 1970, fazendo com que a seção no Rio Grande do Sul seja pioneira no processo de reestruturação/reinvenção da legenda no país. Bizarro faz esta constatação ao afirmar que:

O MDB abriu espaço para a emergência de diversos novos líderes, sem vinculação com a competição política anterior ao golpe que utilizariam o partido de oposição como veículo para se opor às elites tradicionais que dominaram a política – especialmente no nível local – desde o primeiro momento do novo regime. Essas novas elites trouxeram consigo um esforço de reorganização do MDB, visando à melhora de seus resultados a partir do início da década de 1970. (BIZARRO, 2013, p. 28).

Em abril de 1971, a seção regional sedia o I Seminário Nacional de Integração e Debates do MDB, realizado em Porto Alegre, objetivando criar um fórum, que se buscava ser de caráter nacional, para debater a situação política e social do país, além de utilizar este espaço para traçar uma linha de ação política para a atuação da oposição. O evento que, segundo jornais da época (DUARTE, 2001, p. 188), contou com a presença de delegações de todos os municípios do estado, bem como de dirigentes emedebistas de 14 estados, teve ao seu final a publicação da chamada “Declaração de Porto Alegre”, estabelecendo posições que posteriormente tornar-se-iam bandeiras de luta do partido (KINZO, 1988, p. 139), dentre estas a luta pela anistia ampla; a eleição direta para todos os cargos eletivos, além da liberdade de

imprensa e o fim do cerceamento da sociedade civil. (DUARTE, 2001, p. 191) ¹⁸⁵ Cabe destaque que o documento se dedica mais a defesa dos direitos civis e políticos, sem se ater, ou mesmo priorizar, os problemas sociais que afligiam o país e que eram bandeiras expressas do antigo PTB.

Além desta iniciativa o MDB gaúcho continuava sua busca pela reorganização da legenda e, principalmente, pela ampliação de suas relações junto à sociedade civil, naquele momento ainda reticente com emedebismo.

5.4. O SUCESSO DO INSTITUTO “DA MOCIDADE”

Com a participação inicial de estudantes¹⁸⁶ ávidos pelo debate político a partir de interpretações marxistas, capitaneados pela figura de André Forster¹⁸⁷, forma-se no interior do MDB gaúcho o IEPES (Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais), visando segundo Reis, “oferecer um *locus* de debate entre intelectuais, políticos, estudantes e professores universitários” (REIS, 2001, p. 63) e que se caracteriza por ser “um espaço de condensação, de trânsito entre diferentes instâncias e de disputa entre grupos, o que fez do IEPES um vetor de comunicação entre as vozes de oposição (políticas e intelectuais).” (2001, p.62).

A partir de seminários organizados com a participação de intelectuais, grande parte membros do CEBRAP¹⁸⁸, o Instituto irá se destacar pela efervescência nos debates, atividades e posicionamentos promovidos que irão, conforme o passar dos anos, embasar os posicionamentos do MDB gaúcho visando o embate eleitoral frente à Arena.

Reis ressalta a importância da experiência do Instituto inaugurado pelo MDB gaúcho, haja vista:

Em primeiro lugar por se tratar de um Instituto de estudos localizado em um partido político e viabilizado por sua vida interna; em segundo lugar por ter o explícito objetivo de formação ideológica possibilitada pelo diálogo com o meio intelectual; e, em terceiro lugar, por englobar uma variedade de correntes com aspirações

¹⁸⁵ Verifica-se, entretanto, que apesar de constar denúncias de abusos praticados pelo regime, estes são citados como cometidos pelo governo, e não pelos militares, demonstrando assim a moderação adotada pela legenda e o receio da atuação frente ao autoritarismo vigente.

¹⁸⁶ Professores recém-formados e aluno de economia e sociologia (REIS, 2001, p. 63).

¹⁸⁷ O mesmo, neste momento, era funcionário do MDB gaúcho na Assembleia Legislativa.

¹⁸⁸ Instituição de estudos e pesquisas em sociologia, política, economia, entre outros campos, fundada em 1969 por intelectuais, a maioria professores da Universidade de São Paulo (USP) que haviam sido expurgados da vida acadêmica pelo regime instaurado em abril de 1964. Será utilizada como modelo para a criação do IEPES.

diversas, em que a interlocução, por parte da direção do partido, buscava assegurar uma “unidade de ação e linguagem”. (REIS, 2001 p. 61-62).

O Instituto logo logrou êxito. Ampliando suas atividades posteriormente para contar com a crescente presença de indivíduos oriundos de outras esferas de atuação política, como sindicalistas, militantes da esquerda revolucionária, secundaristas, entre outros que irão, em grande parte, militar no setor jovem do partido até 1979, o IEPES torna-se referência para o debate da esquerda gaúcha que encontra, depois de anos de autoritarismo, uma proteção legal para a intervenção política em um regime altamente repressivo estabelecido a partir do supremo arbítrio do AI-5.

Esta medida foi de fundamental importância para que, inicialmente, a esquerda democrática e, posteriormente, a revolucionária se aproximasse da legenda e, com o tempo aderisse à luta democrática no “guarda-chuva” legal disponibilizado pelo MDB. Ainda segundo Reis (2007), o processo de ingresso destes militantes na legenda se dá de forma paulatina, tendo em vista que no início a trajetória do MDB era a de um partido de escassa atratividade, composto por políticos tradicionais, “pouco combativos” que aceitam passivamente as derrotas eleitorais nos anos iniciais do novo regime, além de estar fragilizado haja vista a divisão interna das tendências que coabitavam na legenda. Segundo a autora, com a mudança gradual das lideranças do partido a partir de 1970, quando se dá a eleição de jovens parlamentares que adotam posturas radicais no combate ao regime, além da criação de instâncias de atuação específicas que possibilitaram a inserção de estudantes, intelectuais e militantes provenientes dos mais variados meios sociais e matizes ideológicas, aliado a um cenário de derrotas da luta armada e vitória do MDB nas eleições de 1974, tem-se o contexto que possibilitará a imersão de uma série de novas lideranças na política institucional durante o regime militar (REIS, 2007, p. 237-238).

Referindo-se ainda ao IEPES e seus resultados, Reis ressalta que:

Ele aglutinava esses diferentes posicionamentos, no entanto logo emergiram diferenças no seu interior e se estabeleceu a divisão entre aqueles identificados pela adesão ao MDB e à direção formal no IEPES e aqueles que desejam constituí-lo como uma “instância” relativamente autônoma do partido e, assim, afirmar outros projetos políticos. (REIS, 2007, p. 238).

Apesar das diferenças internas entre os novos grupos que emergem no MDB desde o início da década, participação ampliada que dava ao partido ainda mais o caráter de frente,

bem como reforçava a percepção de grande heterogeneidade da legenda oposicionista¹⁸⁹, os mesmos constituem questões de convergência visando marcar posição em relação ao restante da legenda, tendo, além da contestação da Ditadura Civil-Militar, a afirmação do conteúdo popular e as críticas ao radicalismo, ao populismo e ao trabalhismo como pontos de confluência entre os mesmos¹⁹⁰. A nova gama de temas que estes grupos incluirão na pauta do MDB gaúcho evidenciará ainda mais as diferenças da antiga seção petebista com seu sucedâneo, dificultando assim que estes grupos, que continha desde comunistas, passando por setores empresariais, grupos liberais e até mesmo conservadores, com a possibilidade de retorno do pluripartidarismo mantenha-se unidos sob uma mesma legenda¹⁹¹.

5.5. “UMA TROMBA D’ÁGUA” EM PROL DO MDB EM 1974

O sucesso do IEPES, propagado por Reis ao ressaltar que “foi, sem dúvida, o canal de maior visibilidade de engajamento da esquerda gaúcha na década de 70” (REIS, 2001, p. 74), atrelado a questões conjunturais, como o enfraquecimento da iniciativa da luta armada pela esquerda revolucionária; a maior participação da sociedade civil nas denúncias aos atos arbitrários do governo, especialmente a Igreja Católica e OAB; entre outras questões, colabora tanto para a incorporação de questões sociais na agenda da agremiação, que serão fundamentais nas eleições em 1974, quanto para a inserção e participação junto à legenda de diversos setores da sociedade gaúcha que, até este momento, não viam no partido o espaço político de intervenção política da esquerda.

¹⁸⁹ Reis aborda dois fluxos de entrada de entradas neste período, afirmando ser este, a partir de 1973, o segundo: “período que havia poucas e debilitadas organizações, portanto no qual as intervenções das polícias (com prisões e torturas) eram mais localizadas e menos frequentes, os movimentos pela democratização e ativação da sociedade civil criticavam os erros das iniciativas armadas e pregavam uma transformação pela via institucional, e se caracteriza pelo fortalecimento do único partido consentido (o MDB) como opção viável de luta política” (REIS, 2001, p. 12).

¹⁹⁰ Macedo destaca o receio das elites políticas da época que, buscando uma abertura segura e controlada, viam como perigoso o retorno daquele PTB radical anterior a 1964, principalmente capitaneado por Leonel Brizola e sem a figura de um líder contemporizador, tal como João Goulart. “Seja pelo seu caráter manipulador, corrupto, oportunista, populista; seja pela defesa de aliança entre classes, o que, para seus críticos, impedia os explorados de reivindicarem suas reais demandas, o trabalhismo era considerado uma experiência histórica desvantajosa para os trabalhadores e, por isso, não deveria se repetir. Sendo assim, o projeto de criação do *novo PTB*, proposto por Leonel Brizola, tornava-se alvo privilegiado de grupos de esquerda, empenhados em desbancar seu rival na luta pela hegemonia no campo das esquerdas e pelo título de porta-voz dos movimentos populares (MACEDO, 2012, p. 140-141).

¹⁹¹ Este fato demonstra à importância de se analisar a dinâmica da composição da elite do MDB gaúcho, evitando assim o equívoco de se analisar a legenda a partir somente de sua estruturação, que como vimos baseou-se no trabalhismo gaúcho, e compreendendo a emergência de uma série de atores no âmbito da mesma, nos seus 13 anos de atuação no Rio Grande do Sul, situação esta que mudaria a formatação da legenda até o momento da decisão acerca dos rumos partidários a partir da extinção do bipartidarismo em 1979.

Aliados a estes fatores que animavam a legenda para o pleito, outros, menos tangentes, serão fundamentais para o resultado que será colhido pelo MDB gaúcho. Isto porque a rápida urbanização que o país havia passado na última década, junto a crescente desigualdade social fruto do modelo de desenvolvimento econômico patrocinado pelo regime, mobilizaria milhares de eleitores das maiores cidades do estado a votarem no MDB que, neste momento, já incluía na sua plataforma eleitoral temáticas sociais, possibilitando que se posicionasse como o “partido dos pobres”, em detrimento da “elitista” e governista Arena.

O fenômeno de apoio das classes menos favorecidas, ou “marginalizadas”, aos partidos trabalhistas no âmbito gaúcho, inicialmente o PTB e depois o MTR, já havia sido apresentado por Xausa e Ferraz (1981) quando da análise das eleições do período pluripartidário que se encerra em 1965. Entretanto a vinculação destes eleitores com o MDB era, até 1974, motivo de certa incerteza, seja pela ocorrência de somente dois pleitos estaduais no período, bem como a atipicidade destes, o que leva ao receio dos estudiosos em estabelecer um padrão eleitoral para o novo partido somente com base nas eleições de 1966 e 1970, ou então pelo discurso mais sofisticado praticado pelo MDB até aquele momento, que o diferenciava do que era proposto anteriormente pelo PTB.

Esta conjuntura, bem como o sucesso e os efeitos da “anticandidatura” de Ulysses Guimarães, além do aproveitamento da oportunidade de estar desfrutando da eleição mais “livre” desde a instauração do governo militar¹⁹², proporciona ao MDB gaúcho uma ampla vitória nas eleições legislativas de 1974, acompanhando o progresso da legenda em todo o país. Na eleição para o Senado Federal, simbólica por ser a única majoritária com o voto direto, a vitória do MDB expõe o tamanho da receptividade da agremiação perante aos gaúchos. Mesmo lançando um candidato que não tinha um histórico de lutas junto ao campo trabalhista no Rio Grande do Sul, Paulo Brossard¹⁹³, membro do antigo Partido Libertador (PL) e que havia apoiado o golpe civil-militar em 1964, este recebe quase 500 mil votos a mais que seu adversário da Arena, Nestor Jost, resultado que surpreendeu até mesmo as lideranças emedebistas.

Para a Assembleia Legislativa o partido avançaria 10 cadeiras, contabilizando 33 eleitos no pleito, e para a Câmara dos Deputados conquistaria 19 cadeiras, sete a mais do que nas eleições parlamentares de 1970. Do total de 51 cadeiras conquistadas pelo partido na

¹⁹² A citada liberdade, que era relativa, se refere principalmente ao acesso ao uso da TV e rádio na campanha eleitoral, inclusive pela oposição.

¹⁹³ Brossard ingressa no MDB em agosto de 1966, após o caso Cirne Lima, junto a alguns membros do antigo Partido Libertador (PL). No ocaso da sublegenda, o grupo estabelece uma série de condições para ingressar na legenda oposicionista, o que é plenamente aceito pelo nascente MDB gaúcho. Ver Valls, (2004).

disputa para ambas as casas legislativas, somente quatro dos parlamentares eleitos haviam conquistado mandato eletivo em 1962 pelo antigo PTB¹⁹⁴, o que demonstra a gradual independência que a agremiação constituída a partir de 1966 vai ganhando das elites outrora dirigentes do antigo petebismo no Rio Grande do Sul.

O contexto exposto até este momento dará o tom da agremiação na segunda metade da década de 1970, derradeira para a composição de forças internas na legenda e que irá desaguar na composição do quadro político-partidário que se moldará ao final da década com o retorno do pluripartidarismo no país.

5.6. MDB COMO POLO DE RAMIFICAÇÕES DA ESQUERDA

O grande resultado obtido nas eleições de 1974 finalmente dava ao MDB a tão sonhada credibilidade para se estabelecer como um canal efetivo de participação política (KINZO, 1988, p. 46-47), o que acarretará no ingresso de outros setores ainda marginalizados da vida política institucional e que se abrigarão na legenda visando novos *locus* de lutas (FIGUEIREDO, 2009, p. 65). Reis ao analisar a atuação dos grupos salienta que:

O início dos anos setenta (sobretudo a partir de 1973) também marcou a disseminação dos discursos pela “democratização” e pelo fortalecimento (e eficácia) da atuação da sociedade civil por via segura, isto é, institucional. Seus principais porta-vozes, as “personalidades intelectuais” nacionais, moveram-se definitivamente para dentro do partido de oposição e colocaram em obra a fundamentação de estratégias oposicionistas a serem levadas a cabo pelo MDB. Estes aspectos, somados aos favoráveis resultados conquistados pelo único partido de oposição oficial, convergiram para a identificação do MDB como veículo passível de favorecer não somente a “mobilização esquerdista” contra o regime, como também a afirmação dos seus protagonistas no espaço institucional (REIS, 2007, p. 90).

O engajamento no partido de oposição durante a segunda metade dos anos 70 foi marcado pelo deslocamento da ação coadjuvante dos jovens para uma inserção efetiva nos processos eletivos (com a participação nas eleições de 1976 e 1978) e, conseqüentemente, na configuração do quadro político vislumbrado com a reorganização partidária. (REIS, 2001, p. 138).

Apesar da ampla dimensão dos debates realizados pelo IEPES, bem como das propostas formuladas pelo Instituto, os mais variados grupos de jovens que então passaram a integrar a legenda rejeitavam o papel de linha auxiliar da elite emedebista, mantendo sempre no plano discursivo a externalização de posições que os destoavam do restante da legenda. Cabe destaque também que estes grupos, apesar de inicialmente questionarem o “comodismo”

¹⁹⁴ Pedro Simon, que se mantinha na ALERGS; Antônio Bresolin, que se mantinha na Câmara dos Deputados, além de Aldo Fagundes e Harry Sauer, que eram deputados estaduais pelo PTB em 1962 e elegeam-se deputados federais pelo MDB em 1974.

das lideranças emedebistas, rejeitam qualquer retorno às práticas populistas (REIS, 2001, p. 111), que, segundo os mesmos, vinculava de forma espúria a classe trabalhadora ao Estado e não possibilitava a independência da mesma, conforme pregado por Karl Marx, além do que era o oposto a “politização” almejada pelos novos emedebistas.

No caso gaúcho, a participação destes jovens da esquerda gaúcha viabilizada através do Iepes desde o início da década é diversificada a partir das eleições de 1974 com o ingresso de militantes das organizações clandestinas na legenda, dentre estes os membros do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), que após o fracasso na luta armada e a fragilização dos seus quadros, onde muitos haviam sido presos ou estavam exilados, resolvem ampliar sua tática partidária aderindo à luta institucional. Desta forma, conforme ressalta Gava, “o MDB vai assumir definitivamente o papel de escoadouro das insatisfações de todos os níveis, agregando inúmeros segmentos e posições políticas” (GAVA, 2014, p. 28).

Se para o ingresso de inúmeros atores das mais variadas tendências a análise conjuntural é bastante explicativa, onde uma série de fatores já discorridos fará com que estes desembarquem no MDB, a liderança que o “moderado” Pedro Simon exerce sobre a legenda durante toda a década de 1970 também é elucidativa.

Forjado nas hostes petebistas, auto intitulado-se seguidor do “doutrinário” Alberto Pasqualini, Simon, diferente do perfil de Leonel Brizola, exerce em todo o período um papel conciliador entre as mais variadas tendências sem, no entanto, deixar com que nenhum dos grupos chegasse ao controle do partido. Da mesma forma, a ausência de uma retórica ideológica por parte do Presidente emedebista facilitava o trânsito e diálogo com os mais variados setores da sociedade civil gaúcha, inclusive com os militares.

Desta forma caminha o MDB gaúcho para as eleições de 1978, observando um progressivo avanço da esquerda em detrimento do recuo do trabalhismo pré-1964 em sua composição interna, visando impor o caráter plebiscitário aos pleitos, buscando assim minimizar as divergências internas em prol da luta frente ao governo/regime, os atores marcham para 1978, mas, no entanto, visando o que estava por vir, o retorno do pluripartidarismo.

5.7. AS ELEIÇÕES DE 1978

Por conseguinte, têm-se as eleições legislativas de 1978, a última sob a camisa de força do bipartidarismo. Como evidencia o capítulo até então, os membros que compunham

neste momento a seção gaúcha, o fazendo seja por falta de opção legal ou mesmo por convicção programática e/ou ideológica, tornam a mesma ainda mais diversificada e multifacetada. Deixando as diferenças de lado em proveito da luta eleitoral, que era o mais importante ambiente de contestação do regime por parte da oposição, o MDB gaúcho, mesmo diante das limitações impostas à oposição pelo regime, tendo como exemplo as casuísticas “lei Falcão” ou o “pacote de abril”, consegue outro grande resultado nas urnas, reiterando a força que a agremiação readquire após 1970 e evidenciando a fragilidade eleitoral da Arena.

No caso do Senado Federal, o MDB lança seu presidente, Pedro Simon, para a disputa, diante de três candidaturas apresentadas pela legenda governista. A vitória do então deputado estadual é maiúscula, recebendo o mesmo mais de 1,7 milhões de votos, enquanto os candidatos arenistas, juntos, somam pouco mais de 1 milhão de votos. Simon se consolida assim como a principal liderança da oposição gaúcha, controlando uma agremiação robusta e porta-voz da insatisfação dos mais variados setores da sociedade gaúcha. No que tange as disputas para as cadeiras na Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados, o MDB mantém o padrão de votações já observado nas eleições anteriores¹⁹⁵, tendo o MDB conquistado 18 e 31 cadeiras, respectivamente, no pleito.

O resultado eleitoral satisfatório, tendo em vista a segunda vitória consecutiva na eleição majoritária em disputa e a manutenção da maioria das cadeiras nas duas outras casas legislativas, demonstrava que o MDB gaúcho, apesar de comportar em sua estrutura vários atores, personagens e organizações, ou seja, novas e velhas clivagens que foram aglutinadas forçosamente dentro da legenda, conseguem ser identificadas pelo eleitorado gaúcho como uma força política capaz de enfrentar/vencer o regime.

Destaque-se que das 49 cadeiras conquistadas pelo partido para a Assembleia Legislativa e para a Câmara dos Deputados, somente um (deputado federal Aldo Fagundes) dos eleitos havia conquistado mandato eletivo ainda pelo PTB, sendo deputado estadual pleito de 1962. Assim sendo confirma-se a mudança gradual nos quadros, e consequentemente na elite política, que vai acometendo ao MDB gaúcho desde 1966. Esta mudança pode ser explicada, em parte, pela mudança geracional ocorrida nos 14 anos que compreendem o golpe de 1964 até as eleições estaduais de 1978, bem como pelo avanço constante de novas lideranças (estudantes e movimentos de esquerda, por exemplo) no interior do partido oposicionista. Estes movimentos, aliados ao grande número de cassações de lideranças

¹⁹⁵ Com exceção da atípica eleição ocorrida em 1970.

petebistas gaúchas nos anos iniciais do regime militar, ajudam a explicar a composição da elite do MDB gaúcho antes da reforma partidária de 1979/1980.

5.8. ANISTIA E REFORMA PARTIDÁRIA

Escolhido como seu sucessor por Ernesto Geisel, João Figueiredo assume a Presidência da República no início de 1979 com um compromisso público de manutenção do processo de liberalização política. O modelo de abertura política que será estabelecido no país, como se verificará com o processo de negociação em torno dos dois projetos mais importantes deste período, as leis da anistia e da reforma partidária, é tipificado na literatura como “transição pela transação”, e que, segundo Marques se dá quando:

[...] as elites que estão no poder, diante do aumento dos custos para a manutenção do regime autoritário, dão o ponto de partida ao processo de transição. Ao dar início à transição, tais forças objetivam poder aproveitar-se do poder que ainda têm em mãos para negociar uma boa posição política após o fim do regime autoritário. Assim, conduzem o processo de democratização, introduzindo medidas liberalizantes e fixando limites na atuação dos atores envolvidos. (MARQUES, 2010, p. 64).

Segundo Kinzo (2001), em artigo que aborda a democratização brasileira e o contexto da transição política da Ditadura Civil-Militar para o retorno da democracia no país, a transição brasileira é bastante longa e inicia ainda em 1974, com o que ela sugere sendo a “primeira fase”, que durará até 1982¹⁹⁶. Afirmando o que é corrente na literatura brasileira acerca da condução do governo do processo de transição, a autora, buscando contextualizar o período que precede ao ano de 1979, salienta alguns fatores que foram abordados anteriormente neste capítulo e que serão cruciais para que os militares avançassem na abertura política, tais como o avanço eleitoral do MDB, ou mais precisamente o descrédito crescente da Arena; o fim do milagre econômico; bem como os conflitos internos na instituição militar que, segundo a autora, configura-se em uma das principais razões para “a necessidade de os militares se retirarem da vida política a fim de preservar a própria instituição.” (KINZO, 2001, p. 5).

Este processo, lento até 1978, avança com a revogação do AI-5, fundamental para que o Estado de Direito pudesse ser restabelecido e ganha legitimidade com o crescente apoio da

¹⁹⁶ Fora esta, que nos ateremos mais tendo em vista englobar o marco temporal de análise desta dissertação, a autora estabelece também a existência de outras duas fases, sendo a “segunda”, que se encerrará com posse de um civil na Presidência da República em 1985, bem como a “terceira”, que vai até 1990 com a posse do primeiro presidente da república eleito pelo voto direto após a redemocratização.

sociedade civil organizada para a concessão de anistia aos políticos e ativistas punidos pelo regime (KINZO, 2001, p. 6). O somatório destes fatores impunha aos militares a necessidade de ação, visando com isto manter o controle sobre o processo de abertura política do país e evitando uma crise acentuada que impusesse “rupturas” e a perda de controle por parte do governo.

Desta forma, as proposições apresentadas visavam, por certo, ampliar a participação política no país, mas buscavam, sobretudo, manter vivo o regime vigente pelo tempo necessário para que o mesmo pudesse preparar o retorno seguro aos quartéis. Portanto, verifica-se que, as reformas impostas pelo regime não foram fruto somente do “altruísmo” dos dirigentes militares que, depois de 15 anos no comando, verificaram a necessidade da democracia.

Com este objetivo o governo envia para o Congresso a lei da anistia¹⁹⁷, bandeira de luta do MDB e pauta de grande apelo do país. O projeto não atendia por completo a desejada anistia “ampla, geral e irrestrita”¹⁹⁸ demandada pela oposição, conquanto uma anistia limitada para esta e ampla para os crimes praticados pelos militares. Porém, a proposta, embora aquém do desejo do MDB, continha àquilo que mais interessava de imediato aos agentes políticos da época, possibilitava o retorno de inúmeras lideranças da oposição do exílio e o restabelecimento dos direitos civis dos mesmos.

Este fato, era por si só importante para a oposição, mas logo se verificaria que também atenderia aos interesses do governo. Cinquenta dias após a publicação da Lei que concederia anistia, o governo remete ao Congresso Nacional a Lei da Reforma Partidária, extinguindo o bipartidarismo estabelecido em 1966 e possibilitando a criação de inúmeros partidos políticos no país que atendessem as mais variadas gamas da complexa sociedade que o Brasil já se via diante naquele momento.

A Lei, segundo a literatura existente, tinha um alvo direto, o MDB. O governo, sabedor de que a camisa-de-força imposta pelo bipartidarismo havia transformado as eleições em verdadeiros plebiscitos, tendo de um lado o governo/Arena *versus* a oposição/MDB, além de ter forçado uma enormidade de forças políticas a se agruparem no multifacetado MDB (ALVES, 2005, p. 320), bem como cientes de que o retorno de importantes figuras políticas

¹⁹⁷ Ingressa no ordenamento jurídico brasileiro como Lei número 6.683, promulgada em 28 de agosto de 1979.

¹⁹⁸ Campanha lançada a partir do Comitê Brasileiro pela Anistia em fevereiro de 1978. Este comitê era formado por intelectuais, artistas, jornalistas, políticos, sindicalistas, estudantes e religiosos. Para este grupo a Anistia só poderia ser Ampla, Geral e Irrestrita se fossem efetivados seus princípios programáticos: erradicação da tortura e das leis de exceção; esclarecimento das torturas, dos assassinatos e dos desaparecimentos políticos; localização dos desaparecidos, devolução aos familiares, informação à sociedade; responsabilização e punição do Estado e seus agentes por estes crimes de lesa humanidade; desmantelamento do aparato repressivo.

ao país implicaria em uma diversidade de projetos políticos, extingue ambas as legendas existentes proporcionando, mediante critérios estabelecidos, a criação de quantos partidos políticos fossem possíveis.

Assim, como quando do início do bipartidarismo, onde o Rio Grande do Sul apresenta uma situação distinta em relação ao país, no retorno ao pluripartidarismo ocorre situação semelhante. Esta peculiaridade paira sobre o que farão os grupos que formavam o MDB, tendo em vista que, a então seção havia surgido principalmente a partir dos remanescentes do trabalhismo¹⁹⁹, diferente de parte significativa dos demais estados²⁰⁰, o que gerará, com a possibilidade de reorganização partidária, uma disputa pelo legado trabalhista e pela hegemonia da oposição no estado.

A discussão sobre a possível reorganização do antigo PTB era muito recorrente mesmo nos anos anteriores ao fim do bipartidarismo, tendo em vista a gradual abertura política por parte do regime. Este debate era intensificado nos estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, locais onde as raízes trabalhistas eram mais fortes e Leonel Brizola havia construído e consolidado sua carreira política. Com a possibilidade do retorno do líder trabalhista ao país²⁰¹ e da dissolução de MDB e Arena²⁰², inicia-se um debate a respeito da manutenção da união das oposições sob uma mesma legenda, visando assim angariar forças para derrubar definitivamente o regime, ou então a dispersão da oposição em diversas legendas, como acabou ocorrendo.

Este debate será feito pelas principais lideranças oposicionistas na época, dentre estas, a elite emedebista no Rio Grande do Sul, sendo a figura do agora senador Pedro Simon central neste grupo, bem como dentre aqueles líderes que haviam sido cassados pelo regime instalado a partir de abril de 1964 e que, agora retornava as atividades político-partidárias, tendo como destaque o ex-governador Leonel Brizola.

5.9. O FUTURO DO MDB GAÚCHO

¹⁹⁹ Ver Trindade (1981).

²⁰⁰ Segundo Kinzo (1988), a distribuição dos antigos petebistas, udenistas e pessedistas não se dá de maneira coerente, ao menos em nível nacional, no MDB e na ARENA.

²⁰¹ Leonel Brizola chegou ao país em 7 de setembro de 1979, desembarcando inicialmente em Assunção, no Paraguai, de onde partiu para Foz do Iguaçu e São Borja, cidade-símbolo do trabalhismo brasileiro. Na cidade gaúcha foram realizados os primeiros atos políticos com o líder trabalhista.

²⁰² Medida aprovada pelo Congresso em 22 de novembro de 1979, a partir da intitulada *reforma partidária* patrocinada pelo governo do general João Batista Figueiredo.

Conforme abordado ao longo deste capítulo, constata-se a atipicidade da posição de um partido político de oposição em um contexto de regime autoritário, tendo em vista a necessidade de equilibrar-se perante os inúmeros grupos que o habitavam de forma artificial; tendo de adequar-se aos contínuos casuísmos eleitorais praticados pelo regime; moldando o discurso visando não provocar os militares, mas necessitando convencer a população que era diferente deste, além de buscar a democracia por meio de eleições que, de regra, era proibido vencerem. O partido transita sobre uma linha muito tênue que lhe caracterizará como agremiação e, com isto, impossibilitará futuramente a manutenção no PMDB de correntes mais ideológicas, exceto os casos que continuarão no PMDB como opção “tática” até o momento oportuno de seguir outro caminho²⁰³.

No caso do MDB gaúcho, a trajetória apresentada demonstra a mutação interna pela qual passou a seção, ainda mais se comparada ao seu predecessor PTB. Inicialmente, com o expurgo das principais lideranças trabalhistas pelo regime, o partido passa a ser controlado por figuras de perfil “moderado” que comandarão a agremiação durante todo o período de sua existência. Com o aumento das cassações e os fracassos eleitorais do MDB do final da década de 1960, a legenda se vê diante de uma rápida renovação dos seus quadros, sendo a maioria dos eleitos composta por políticos novatos sem relação com o quadro partidário anterior a 1966. O advento do IEPES e a consequente revisão de posicionamento dos setores da esquerda gaúcha levam inúmeros novos quadros a aderir ao MDB, fazendo com que a legenda, que inicialmente era composta basicamente por membros oriundos do PTB, se torne ainda mais plural. Os resultados positivos nos pleitos de 1974 e 1978 constituem uma série de novas lideranças – muitas representantes destes novos grupos que ingressam no partido desde o início da década – que, com um discurso de crítica ao populismo, indispõem ainda mais os antigos trabalhistas abrigados na legenda que, com a reorganização partidária imposta pelo regime em 1979, irão discutir o caminho a ser tomado pelo grupo.

A ausência de um discurso próximo ao trabalhismo brizolista no âmbito do MDB gaúcho, algo que a nível nacional é uma estratégia deliberada dos líderes do MDB visando não instigar o regime, é prática recorrente também na seção gaúcha durante todo o período, seja pelo receio da reação dos militares, bem como no intuito de amenizar as diferenças ideológicas com os grupos que já militavam no âmbito do MDB ou que viriam a fazê-lo. Independentemente dos motivos que levaram a esta contínua marginalização do trabalhismo

²⁰³ Como farão inicialmente grupos que vieram a fundar a partir de 1985 o PCB e o PC do B.

no MDB gaúcho, nota-se que a tônica trabalhista, apesar de ressaltada como legado do MDB visando o apelo eleitoral que ainda continha, é paulatinamente alijada da agremiação.

Tal deslocamento do trabalhismo no interior da legenda pode ser constatado na disputa que se daria na Convenção do Diretório Metropolitano do MDB de Porto Alegre, ocorrida em 26 de agosto de 1979, dez dias antes do retorno de Leonel Brizola ao país. Conforme exposto por Reis (2007), o pleito irá colocar frente a frente a “chapa 1”, autodenominada “Frente das Oposições pela Organização dos Trabalhadores”, organizada pelos membros dos grupos “Tendência Socialista”, que posteriormente irá constituir o PT no estado, junto ao grupo “Oposições Populares”, composto por jovens que irão defender a permanência no PMDB no momento da abertura partidária, *versus* a “chapa 2”, autodenominada “Trabalhista”, que tem como participantes o ex-prefeito Sereno Chaise, além de outras figuras ilustres do antigo petebismo (REIS, 2007, p. 251).

Além da composição das chapas, o material de divulgação da “chapa 1” para a convenção evidencia as discordâncias entre os grupos quanto as práticas “populistas” que, segundo eles, eram defendidas pelos correligionários trabalhistas integrantes da “chapa 2”. A forma enfática como o material expressa a defesa “independente” e “autônoma” dos trabalhadores, em alusão as práticas lesivas do atrelamento do sindicalismo ao Estado patrocinado pelo petebismo, bem como a denúncia ao “oficialismo do MDB de Porto Alegre” e a prática política de “manipulação dos setores populares” defendidas, segundo o documento, pelos trabalhistas, revelam o distanciamento programático entre os grupos abrigados no MDB, além do isolamento do antigo petebismo dentro da nova composição interna do partido.

Tal posicionamento, além de refletir as limitações impostas pelo regime, pode também ser computado para os dois principais líderes do MDB gaúcho naquele momento, os então Senadores Paulo Brossard²⁰⁴ e Pedro Simon. Brossard, um liberal convicto, foi um dos líderes da oposição na Assembleia Legislativa ao governo Leonel Brizola (1959-1963) e apoiador do golpe civil-militar em 1964. Com a saída de Brizola do cenário político e a indisposição com a Arena a partir do episódio Cirne Lima, migra para o MDB onde se elegerá deputado federal em 1966. Concorre em 1970 a uma cadeira ao Senado Federal sendo derrotado por Daniel Krieger, da Arena, por apenas 30 mil votos, pleito em que Brizola nega o apoio ao mesmo e orienta o voto em branco aos trabalhistas. Volta a concorrer em 1974 onde obtém uma grande

²⁰⁴ Figural tradicional do liberalismo gaúcho, e com um histórico de posições divergentes do trabalhismo, concorre ao Senado pelo MDB em 1970, sendo derrotado por Tarso Dutra e Daniel Krieger, ambos da Arena, e novamente em 1974, onde vence Nestor Jost, da Arena.

vitória, desta vez contando com o apoio do líder trabalhista. Brossard jamais fez segredo da antipatia que nutria por Brizola, o que era plenamente correspondido pelo então líder do PTB.

No caso do MDB gaúcho é evidente a importância da liderança de Pedro Simon na estruturação e mobilização tanto desta quanto do futuro PMDB estadual. Simon, para isto, apoiou-se no capital político acumulado durante o período do bipartidarismo, seja via os elos nacionais que havia constituído com as principais lideranças nacionais da legenda, bem como no relativo sucesso para mobilizar seus vínculos internos e redes de lealdades que foram constituídas durante os mais de 10 anos em que esteve no controle da legenda²⁰⁵. Na disputa com Brizola pelo espólio trabalhista, o mesmo se intitulará herdeiro da abordagem trabalhista de Alberto Pasqualini e seus princípios fundados no capitalismo solidário e justiça social, a qual combina influências do reformismo social europeu e da doutrina social católica, diferenciando-se assim do trabalhismo brizolista, o que lhe possibilitava a uma menor rigidez ideológica, necessária naquele contexto de ampliação da composição do MDB por grupos das mais variadas matizes ideológicas.

Ao longo de sua trajetória, principalmente dentro do PTB gaúcho, Pedro Simon esteve por diversas vezes na trincheira oposta a Leonel Brizola. Na prévia que escolheria o candidato ao Governo do Estado do PTB em 1958, Simon apoiou a pré-candidatura de Loureiro da Silva na disputa interna contra Leonel Brizola, que saiu vencedor desta e chegou ao Palácio Piratini. No ano seguinte, Simon torna-se um dos principais articuladores na Serra Gaúcha da pré-candidatura de Fernando Ferrari à Vice-Presidência da República contra Jango, disputa interna esta que colocava de um lado Brizola e João Goulart, e de outro as figuras que ocasionariam as maiores cisões dentro do trabalhismo gaúcho, Fernando Ferrari e Pedro Simon²⁰⁶. Da mesma forma, o deputado estadual de primeiro mandato Pedro Simon se

²⁰⁵ Faz-se, novamente, referência a Panebianco buscando encontrar explicações para o controle de Simon da seção gaúcha, quando ressalta que: “Todo partido ou movimento que monopoliza uma identidade coletiva coloca os próprios líderes nessa condição. Quanto mais o partido for uma *community of fate*, uma comunidade definida por uma identidade específica, sem correspondentes no mercado externo, mais forte será a posição dos líderes nos jogos de poder verticais (entre líderes). [...] O mesmo mecanismo age nos casos de determinados partidos. Visto que, nesses casos externos ao partido, não há salvação, isto é, não existe uma identidade de troca, o militante fica sem alternativas a uma participação deferente.” (PANEBIANCO, 2005, p. 62). Desta forma, segundo a tese de Panebianco, o ambiente do bipartidarismo impôs uma condição de monopólio oposicionista a legenda emedebista, bem como a luta pela redemocratização, sendo esta a pauta de maior apelo da sociedade brasileira na segunda metade da década de 1970, que acabou por fortalecer o controle dos líderes da agremiação, vide o caso de Pedro Simon, que recebe o comando da legenda do seu cunhado, Siegfried Heuser, e a controla por todo o período restante, sendo que, a partir desta posição, presidirá também o sucedâneo nos seus primórdios, o PMDB gaúcho.

²⁰⁶ Apesar de ter apoiado duas figuras que migrariam para o MTR, como Loureiro da Silva e Fernando Ferrari, Simon ressalta porque não acompanhou os mesmos nas suas candidaturas avulsas pelo PDC e, posteriormente, no novo partido, tendo em vista que “Fui fiel à convicção, de que jamais me afastei, segundo a qual política se

posiciona de forma contrária a criação capitaneada por Brizola do “grupo dos onze”²⁰⁷, registrando, inclusive em Ata do Diretório Municipal do PTB de Caxias do Sul, onde tinha seu domicílio eleitoral, a contrariedade à ação e a indisposição da seção municipal de apoiar uma medida que, para o mesmo, fugia da política institucional e contrariava a ordem política legal do país²⁰⁸. Cabe destaque ainda à inconformidade expressada pelo então deputado estadual emedebista para com a defesa inicial por Brizola da luta armada como forma de combater o regime²⁰⁹. Tais posicionamentos demonstram assim que as divergências entre Simon e Brizola manifestadas quando do embate acerca retorno do pluripartidarismo não eram novas e nem mesmo poderiam ser explicadas somente pela luta por espaços, como poderiam supor alguns observadores²¹⁰.

Destarte, verifica-se que as principais lideranças emedebistas naquele momento não tinham grandes vínculos afetivos com o petebismo de Brizola, agora reintroduzido ao cenário político brasileiro. Este fato será importante na estruturação partidária que se dará a partir da reforma partidária e a tomada de decisão dos líderes do caminho a seguir. Desta forma, como ficou implícito ao longo do texto, é inegável o impacto da figura de Leonel Brizola neste momento de transição, seja como maior expressão viva do trabalhismo no país, bem como por ser o líder da reorganização da antiga legenda, a presença do mesmo no processo de

faz nos partidos e a partir dos partidos. Eu era PTB, o PTB tinha decidido por Jango e só me restava votar em Jango e apoiá-lo externamente assim com o havia combatido internamente” (GUTEMBERG, 2001, p. 57).

²⁰⁷ Grupos criados ainda no final de 1963, período de radicalização política no país, visando amparar e pressionar pela implantação das chamadas reformas de base (agrária, urbana, educacional, bancária, etc.).

²⁰⁸ Segundo Simon, a criação do *Grupo dos Onze* “foi uma tentativa do Brizola de criar uma estrutura paralela e concorrente ao PTB, sob seu comando direto e para servir à sua carreira” (GUTEMBERG, 2001, p. 115).

²⁰⁹ Para uma análise mais detalhada da relação de Brizola ver Élio Gaspari, em *As ilusões armadas. A Ditadura envergonhada*. No capítulo intitulado *Pelas barbas de Fidel*, o autor aborda a relação de Brizola com o regime cubano, ressaltando que esta relação se deu entre julho de 1964 e meados de 1967. Neste período, segundo o autor, Brizola, que sempre foi cético da repetição da experiência cubana em solo brasileiro, obteve apoio de Fidel para a organização e mobilização da esquerda brasileira ou, como citava o líder trabalhista, uma “insurreição com participação de civis e militares”. Para o autor, a parceria estabelecida, apesar do fracasso do objetivo final, atendia aos interesses de Fidel e Brizola. O primeiro porque, com a possibilidade real de levante no maior país da América do Sul, dividia a atenção dos norte-americanos, evitando assim que a ilha cubana ficasse isolada, tornando-se assim presa fácil para os Estados Unidos. O segundo porque, com a maioria dos líderes brasileiros exilados e fora de combate, o apoio de Cuba possibilitava a Brizola manter-se na ativa, estabelecendo-se assim como principal líder opositor brasileiro, além do que, taticamente, possibilitaria manter fechado o caminho a outras lideranças da esquerda brasileira.

²¹⁰ Vale destacar a entrevista de Pedro Simon para sua biografia, quando ressalta que “Minha forma de fazer política nunca foi a mesma do Brizola. Mas a ortodoxia partidária e a lealdade sem tergiversações que sempre marcaram meu comportamento permitiram-me a convivência partidária com ele. (...) Em 1962, Brizola riscou meu nome da chapa de deputados estaduais do PTB. Temia o que realmente aconteceu: que minha candidatura impedisse a reeleição do deputado Guilherme do Vale, seu amigo e que era deputado pelo PTB de Caxias do Sul. Só fui incluído graças ao Egídio Michaelsen, que colocou a coisa nos seguintes termos: como candidato à governador tinha ou não o direito de indicar um nome na chapa de estaduais? “- Pode”, admitiu Brizola. (GUTEMBERG, 2001, p. 113-114).

reestruturação partidária acaba por retomar o fio da história do antigo partido, e, com isto, trazer a tona novamente as clivagens e divergências que sacudiram o PTB gaúcho principalmente nos 10 anos que compreendem o suicídio do líder incontestado do trabalhismo brasileiro, Getúlio Vargas, até a extinção das legendas a partir do AI-2, conforme afirma Sento-Sé (1999, p. 55):

Leonel Brizola era desde o movimento de 64, e ainda em 1979, considerado quase unanimemente o inimigo número um do regime. Tido como incendiário e subversivo, Brizola ficou durante um longo tempo como o grande responsável pela radicalização que acabou por levar ao golpe militar. Esta imagem, forjada ainda as vésperas do novo regime, perdurava em 1979 e a ela se aludia com frequência.

5.9.1. Um olhar para o passado

Em trabalho visando discutir as heranças políticas no cenário gaúcho²¹¹, Igor Gastal Grill (2008), ao analisar a “herança trabalhista no Rio Grande do Sul”, reforça a abordagem de Sento-Sé (1999) ao destacar a importância da clivagem em torno do nome de Leonel Brizola no contexto do retorno ao pluripartidarismo, afirmando que para a adesão ao PMDB daquelas lideranças pertencentes às intituladas pelo autor como “famílias de trabalhistas”, um dos principais motivos foram as rivalidades anteriores cultivadas pelos “antepassados”, singularmente com Leonel Brizola (GRILL, 2008, p. 167). O mesmo ainda ressalta que:

Na década de oitenta, os itinerários de Leonel Brizola e Pedro Simon se bifurcaram em duas siglas: PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). As opções partidárias de ambos provocaram a mais significativa cisão entre os “quadros” que se auto-intitulam “seguidores do trabalhismo”. A polarização em relação à “tradição política” decorre de rivalidades e lealdades herdadas ainda no antigo PTB. (2008, p. 167).

Os dois líderes com maior protagonismo no cenário gaúcho no decorrer do processo de reformulação partidária no final da década de 1980, buscaram, em grande parte, nas diferenças do passado a motivação e a justificativa para caminharem em sentidos opostos quando da extinção do MDB, abrindo assim mais uma cisão nos quadros oriundos do antigo PTB.

Estes irão, cada um à sua forma, conforme Grill (2008), disputar o legado trabalhista, tradição política que, ainda em 1979, nutria de ampla simpatia em solo gaúcho, tanto no seio

²¹¹ Textos decorrentes da tese de Doutorado do autor defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em dezembro de 2003.

da sociedade, quanto, principalmente, dentro nos quadros oposicionistas. Desta forma, ambos lançam mão dos seus trunfos como forma de demonstrar a singularidade de seus projetos amparados ainda nas disputas internas do antigo PTB, partido pelo qual iniciaram suas militâncias políticas, buscando tanto na proximidade – política, social, pessoal – quanto na natureza política dos seus ícones trabalhistas, Alberto Pasqualini e Getúlio Vargas, bem como nas tendências que, segundo a literatura, estes mobilizaram e influenciaram no interior da antiga legenda petebista para apresentarem-se, junto a seus projetos partidários, como os legítimos herdeiros e detentores das qualidades e capacidades consagradas àqueles.

A literatura que trata da anatomia do PTB salienta como vimos, de forma quase unânime, a importância de duas figuras como “fundamentais” para a estruturação do trabalhismo no país sob a bandeira do petebismo, Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini. Enquanto ao primeiro, que Grill destaca ser “descendente de uma família de estancieiros, com histórico familiar de lideranças política local, é vinculado à imagem do líder militar” (GRILL, 2008, p. 157), é atribuído, de forma personalista e centralizadora, os legados trabalhistas e sociais dos 15 anos em que esteve à frente da Presidência da República²¹², transformando-o mesmo em “figura mítica” para os trabalhadores e, inclusive pelo suicídio, transformado em “herói”, ao segundo é conferido os princípios teóricos do trabalhismo brasileiro, sendo este uma referência para setores trabalhistas que buscavam nas pregações do líder gaúcho um discurso conciliador entre o comunismo e o liberalismo, pregação esta, fundamentada na doutrina social da Igreja Católica. Grill ressalta ainda as origens de Pasqualini que serão objetos de exploração na busca pelo legado do líder doutrinário:

Descendente de italianos, ligados ao comércio e à pequena agricultura, é advogado formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, simboliza a ascensão social valorizada pelos imigrantes, e a sua afirmação política e intelectual reforça a ideologia do trabalho e dos investimentos em escolarização. (GRILL, 2008, p. 157).

A partir da saída dos dois maiores líderes trabalhistas do cenário político-partidário ainda em meados da década de 1950²¹³, lideranças emergentes dentro do petebismo irão dispende esforços, bem como instaurar processos de construção e reivindicação de filiações aos “fundadores” e “ícones”, visando, com isto, obter lucros, sejam estes simbólicos e/ou eleitorais, que possam justificar tanto as suas decisões no campo político-partidário, quanto

²¹² Período que compreende a Revolução de 1930 até o fim do Estado Novo, em 1945.

²¹³ Suicídio de Getúlio Vargas em 1954 e o afastamento das atividades políticas por Alberto Pasqualini para tratamento de doença em 1955.

das *redes* constituídas por estes seja no interior do próprio PTB, ou então nas agremiações que vieram a sucedê-lo.

No caso do PTB, em especial a seção gaúcha, é notória a proeminência e controle daquelas figuras ligadas diretamente a Getúlio Vargas na agremiação. Seja pela proximidade através do vínculo pessoal/familiar, e/ou pela tônica de utilização da máquina pública para estruturação e comando organizacional, mantendo assim o padrão getulista de estruturação partidária, é inegável o sucesso inicialmente de João Goulart, e posteriormente de Leonel Brizola na consagração como herdeiros do legado trabalhista, principalmente aquele ligado a Vargas. Enquanto João Goulart, oriundo, tal como o ex-presidente, de São Borja e de família de estancieiros, fazia parte do círculo familiar do ex-presidente, irá controlar o partido a nível nacional, principalmente após a assunção à Vice-Presidência da República em fevereiro de 1956²¹⁴, no Rio Grande do Sul o comando da seção será exercido pelo seu cunhado, Leonel Brizola.

Assumindo a Prefeitura de Porto Alegre em janeiro de 1956, o líder petebista, apesar da posição social de origem diferente de Vargas e João Goulart, irá consolidar sua hegemonia na seção gaúcha fundamentando-se tanto na ligação pessoal e/ou de proximidade que sustentou com Getúlio Vargas, bem como no parentesco com aquele que era, naquele momento, o maior líder vivo do trabalhismo brasileiro, quanto no contínuo trabalho em prol da estruturação do PTB em todo o Rio Grande do Sul²¹⁵, organização esta estabelecida, em parte, a partir do uso da máquina pública, seja ela pela ocupação dos cargos federais no Estado, viabilizados a partir de sua relação com o cunhado João Goulart, bem como através daqueles espaços conquistados com as sucessivas vitórias eleitorais de Leonel Brizola²¹⁶.

Este comando da sigla pelos “sucessores” de Getúlio Vargas iria, já no final da década de 1950, ocasionar o que até aquele momento foi citado como o “grande cisma” no PTB, com a criação do Movimento Trabalhista Renovador (MTR) capitaneado pelo deputado gaúcho Fernando Ferrari. O líder dissidente, integrante da Ala Moça ainda na fundação do PTB, elege-se em 1947 para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em uma bancada que,

²¹⁴ Deste momento até o golpe civil-militar, ocorrido em abril de 1964, João Goulart ocupará cargos executivos a nível federal, sendo eleito por duas vezes vice-presidente da república, em 1955 e 1960, assumindo posteriormente a presidente da república após a renúncia de Jânio Quadros. Antes havia sido ministro do trabalho no governo de Getúlio Vargas.

²¹⁵ Grill (2008, p. 161) ressalta também “a capacidade de comunicação com as massas e a competência administrativa, bem como o cunho social e nacionalista dos programas que desenvolveu, são elementos articulados à sua imagem” e que o aproximavam da imagem construída de Getúlio Vargas.

²¹⁶ Após a morte de Getúlio Vargas, Leonel Brizola ocupou ininterruptamente de janeiro de 1956 até dezembro de 1962 cargos executivos, sendo, neste período, Prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul. Antes havia sido secretário de Obras do governador Ernesto Dornelles.

dentre outros companheiros petebistas, estavam João Goulart e Leonel Brizola. Entretanto, apesar da trajetória comum no momento de estruturação da legenda, estes líderes estabeleceram vínculos internos junto aos “ícones” e tendências petebistas que foram ativados no momento da cisão. Estes vínculos, segundo Grill (2008), foram apropriados e reivindicados por Ferrari, buscando assim, a partir da sua origem social e biografia, postar-se como o sucessor de Alberto Pasqualini, a quem advogava autor e difusor do “trabalhismo autêntico”.

Fernando Ferrari é, tal como seu “ícone”, descendente de imigrantes de italianos, sendo estes agricultores e comerciantes na cidade de São Pedro do Sul, no Rio Grande do Sul. Aos 12 anos de idade muda-se para Santa Maria, onde inicia seus estudos no internato dos Irmãos Maristas, grupo vinculado à Igreja Católica Romana. Completado o ginásio, o mesmo migra para Porto Alegre, onde cursaria Ciências Políticas e Econômicas no Colégio Rosário, escola que será o embrião da Pontifícia Universidade Católica (PUC). Na Constituinte, já como deputado estadual, atuou como relator da Comissão de Ordem Econômica e Social, sendo orientado por Alberto Pasqualini (VAGNER; PEREIRA, 1985)²¹⁷. Já em 1950, Ferrari elege-se deputado federal no mesmo pleito em que Pasqualini é eleito senador, sendo que, a partir daí, cultivaria uma relação pessoal com o mesmo, apoiando suas ideias e buscando vincular-se ao grupo dos intitulados “doutrinários” do PTB, o que pode ser observado em sua atuação parlamentar.²¹⁸ (BOMBARDELLI, 2011, p. 100).

Conforme ainda ressaltado por Grill (2008), ao final da década de 1970, outro remanescente trabalhista iria romper com o trabalhismo e em especial com Leonel Brizola, sendo este Pedro Jorge Simon. O líder emedebista é descendente de imigrantes libaneses que chegaram a Caxias do Sul, na serra gaúcha, em 1922, imigração semelhante em todas as circunstâncias aquelas experimentadas, principalmente pelos italianos, que elegem também esta região do país para construir suas vidas e das respectivas famílias. Além da similaridade nas trajetórias familiares dos imigrantes, outro laço unia estes novos moradores

²¹⁷ Em trecho do livro *Minha Campanha*, de Fernando Ferrari, o autor faz questão de ressaltar este momento de proximidade com o “ícone”, situando-se assim como “seguidor” do mesmo: “Com que cuidado, com que requinte, com que nobreza deste-nos as primeiras lições, no teu modesto laboratório de ideias em Porto Alegre, para que pudéssemos relatar o capítulo da Ordem Social e Econômica da Constituição Sul-Rio-Grandense, na grande Constituinte de 1947... E depois, com que carinho procuraste formar as tuas equipes, os teus rapazes, os teus discípulos, no amor à coisa pública, às liberdades, ao Rio Grande do Sul e à Nação!” (FERRARI, 1961, XI).

²¹⁸ Dentre as principais bandeiras levantadas por Ferrari no parlamento estava algo defendido desde a década de 1940 por Pasqualini, ou seja, a extensão da legislação social e trabalhista ao trabalhador do campo. O Estatuto do Trabalhador Rural, projeto de autoria de Fernando Ferrari, veio a transformar-se em Lei em 2 de março de 1963, sendo sancionada pelo então presidente da república, João Goulart.

daqueles primeiros imigrantes italianos que começaram a chegar à região no final do século XIX: a religião. Segundo Duarte:

A população libanesa dividia-se em duas comunidades religiosas: cristãos (maronitas, gregos católicos, gregos ortodoxos) e muçulmanos (drusos, sunitas, xiitas). A família Simon, mais os parentes que emigraram para o Brasil, sempre foram extremamente dedicados ao catolicismo, dentro dos padrões da Igreja Católica Apostólica Romana. Pedro, em particular, sempre foi um praticante fervoroso. (DUARTE, 2001, p. 42).

Além da trajetória social e influência religiosa, outro aspecto que ajudaria a contribuir para a vinculação de Pedro Simon à “linhagem” política de Alberto Pasqualini é a formação escolar. Dedicando-se integralmente aos estudos, Simon estudaria sempre em instituições católicas, sendo ainda em Caxias do Sul aluno do Colégio Nossa Senhora do Carmo, local onde estudou por sete anos, concluindo o segundo ano do segundo grau. Com a transferência do pai e das irmãs para Porto Alegre, Simon matricula-se no Colégio Rosário, onde se torna amigo do então diretor daquela instituição, o Irmão José Otão²¹⁹. Nesta instituição, bem como posteriormente na Pontifícia Universidade Católica (PUC), o então jovem Pedro continuará seus estudos, formando-se em Direito com pós-graduação em Economia Política. O mesmo imputa a Alberto Pasqualini seu interesse e ingresso na vida pública, simpatia despertada após Simon, estudante secundarista, ter participado de palestra ministrada pelo “mestre”, ainda em 1948. A partir daí, Simon ressalta ter construído uma relação pessoal com o “ícone”, o que lhe possibilitou participar de reuniões semanais com Pasqualini, encontros estes em que participavam outros jovens intitulados por Simon de “seguidores dos ideais” do líder trabalhista²²⁰.

Conforme exposto acima, verifica-se uma similaridade na trajetória social e política de Pedro Simon e Fernando Ferrari. Estes, a partir de demonstrações de lealdade aos antepassados, neste caso especificamente a Alberto Pasqualini, irão apostar na identificação

²¹⁹ Pedro Simon atribui a este a escolha pelo curso de graduação, salientando que, a princípio, teria preferência pela medicina, entretanto, após conversa do então reitor da PUC com o pai, e posteriormente com o próprio aluno, convence a todos na família de que este teria todas as qualidades para tornar-se um grande advogado. Para mais detalhes, ver Duarte (2001).

²²⁰ As referências de Simon a Pasqualini durante sua vida pública são muitas. Desde o seu primeiro discurso como deputado estadual, ainda em 1963, onde abordou a obra pasqualinista como “guia” para sua atuação política; passando pelo desejo, atendido, de ocupar, quando da chegada ao Senado Federal, em 1979, a cadeira que havia sido ocupada pelo ex-senador do PTB; a elaboração de uma das maiores e mais completa obra de Alberto Pasqualini foi organizada pelo então Senador, lançando a mesma em 2001 pelo Senado Federal, obra esta que contém 1.202 páginas distribuídas em 4 volumes; até seu discurso de despedida da vida pública, quando do findar de seu mandato de senador da república, em 2014, onde reiterou que, mesmo aos 84 anos, orgulhava-se de ser um “aluno, seguidor e discípulo” de Pasqualini.

com o “ícone”, ressaltando as relações pessoais construídas com o mesmo, suas origens ligadas à imigração, sua vinculação ao catolicismo²²¹, bem como a semelhança dos itinerários social e político como forma de, em épocas diferentes, serem ungidos herdeiros do legado “pasqualinista” e, com isto, tributários da corrente trabalhista que idealizava, dentre outras questões, um partido distante do “personalismo”, da maximização das “negociatas” visando o sucesso eleitoral e das agitações sociais, imputando estes atributos ao que seriam características de um PTB brizolista.

Desta forma, é notório que a presença de Leonel Brizola no retorno ao pluripartidarismo, junto a sua imagem de continuador da “tradição trabalhista” que se iniciou com Getúlio Vargas e teve prosseguimento com João Goulart, culmina por estruturar novamente grupo contrário ao projeto trabalhista que, buscando justificar seu projeto divergente ao petebismo, utiliza-se de trunfos semelhantes àqueles empregados na cisão do grupo capitaneado por Fernando Ferrari ainda no final da década de 1950, seja apostando na similaridade das trajetórias entre o “ícone” e seus “sucessores”, agora desertores do projeto petebista, bem como nas abordagens dos “doutrinários trabalhistas” que, apesar de serem estruturadas em um amplo trabalho teórico orientadas por Alberto Pasqualini, são utilizadas pelos dissidentes principalmente para fustigar o “centralismo decisório” de Brizola, o “personalismo” petebista e os acordos eleitorais “espúrios” e “fisiológicos” característicos de Vargas, e que, segundo os líderes dissidentes, foram conservados e aprofundados pelos seus sucessores.

Desta maneira, nota-se que, apesar da retórica programática, os agentes buscaram no passado os recursos para justificarem a disputa por espaços abertos após a saída de cena dos “fundadores” e, principalmente, mediadores do campo trabalhista. Cabe destaque que, apesar da similaridade dos questionamentos, Ferrari e Simon encontravam-se, quando da disputa ante Brizola e a elite trabalhista, em posições dispares. De fato, dentro do PTB, no período pré-1964, estes que se auto intitulavam *doutrinários trabalhistas* jamais assumiram o controle do PTB gaúcho, sendo que, quando do enfrentamento proposto por um destes que se denominava “herdeiro” desta tradição, a força da máquina petebista comandada por João Goulart e Leonel Brizola demonstrou que o comando partidário não aceitaria ceder os espaços conquistados, sendo o único caminho a apartação em duas legendas trabalhistas.

²²¹ Coradini (2003, p. 138), resalta que “a chamada *geração católica* pode ser tomada como um desdobramento específico dos investimentos educacionais das igrejas baseadas nas *colônias*, no caso, com uma estratégia própria de uma ordem, a dos jesuítas, no sentido da educação das *elites* regionais, em processo de expansão para o conjunto do estado através da atuação na capital”.

Porém, no sucedâneo, o MDB, com o expurgo dos principais líderes petebistas do cenário político-partidário a partir de 1964, líderes com trajetórias sociais semelhantes a Pasqualini e Ferrari assumiriam a legenda, dando uma nova face que a distanciava do antigo PTB, tornando-o, até mesmo pelo contexto em que estava inserido, um partido com atuação moderada, distante assim do radicalismo do trabalhismo pré-1964, naquele momento capitaneado por Leonel Brizola²²². A partir deste controle da legenda, líderes que se definiam como sucessores do legado pasqualinista impulsionam uma nova elite partidária comandada pelo “doutrinário” Pedro Simon que, da mesma forma, utilizaram de todos os subterfúgios possíveis para manter os espaços conquistados, tornando, com isto, a cisão entre os quadros oposicionistas algo inevitável²²³.

Verifica-se assim que a divisão que se deu no trabalhismo gaúcho ao final da década de 1950, entre PTB e MTR, e que foi amortecida pela extinção das legendas em 1965, seria retomada em 1980 com nova roupagem, agora respectivamente com o “novo” PTB e o PMDB, levando-se em conta que os perfis dos agentes e os argumentos utilizados se assimilavam. O que difere o sucesso de um destes grupos capitaneados pelo dissidente trabalhista na estruturação de uma legenda, no caso do peemedebismo, é que, diferente de Ferrari, foi possível a utilização do recurso do controle da seção emedebista e do uso desta para frear as tentativas de retomada do fio da história pelos “trabalhistas históricos”, tornando assim capital a bifurcação em duas siglas.

5.9.2. Um olhar para o futuro

Além das divergências históricas entre os líderes que capitaneavam os dois projetos político-partidários, outros pontos seriam relevantes para a definição do futuro partidário no pós-MDB, como, por exemplo, a possibilidade de divisão da legenda em diversos partidos

²²² Cabe destacar que a Frente de Mobilização Popular, grupo que surge em 1962 visando pressionar a realização das reformas de base e que tinha em Brizola seu principal líder, chegou a propor o fechamento do Congresso, visando desmoralizá-lo (ONOFRE, 2012, p. 138).

²²³ Segundo Michels (2001, p. 239) apenas em dois tipos de situações as divergências conduzem à ruptura: “Tal acontece quando os dirigentes de um dos dois lados revelam um grau demasiado elevado de amor à causa e de fanatismo tático ou orgulho pessoal e ódio ao adversário em desmesura, por outras palavras, ou quando os fatores de conflito são sentidos como demasiado fortes e seriamente encarados ou quando se torna psicologicamente impossível para uma das partes continuar a conviver com a outra no seio do combate permanente pelo controle das bases. Aí dá-se o desmembramento da organização e a cisão entre as bases que passam a organizar-se em agrupamentos partidários distintos, cada um dos quais fornecerá de seguida a imagem oligárquica que já conhecemos”.

ocasionaria exatamente aquilo que era proposto pelo regime, fragmentar o MDB e a oposição. Diversos quadros vão defender a manutenção no PMDB como “tática”, visando fortalecer o partido de oposição para preservar/avançar as conquistas graduais e, enfim, vencer o regime e restabelecer a democracia. Vencido o regime, cada um dos grupos seguiria a opção partidária que lhe conviesse. Este foi o argumento utilizado pela maioria das lideranças que optaram pela permanência no PMDB, inclusive o PCB, PC do B, sendo que estes por necessidade, afinal a liberdade para criação de partidos estava dada pelo regime, desde que não fossem comunistas.

No entanto, uma série de outros líderes tinham outros planos e projetos mais imediatos. Alegando publicamente questões ideológicas, expressavam a impossibilidade de permanência em um PMDB cada vez mais inteligível, abrindo outros campos de oposição partidária ao regime. Todavia, havia outras questões como “pano de fundo” deste debate. As eleições para governador que ocorreriam dentro de dois anos e, ao que tudo indicava, seriam realizadas pelo voto direto, mobilizavam setores em torno de Pedro Simon, candidato natural do MDB. O senador já comandava naquele momento toda a gigantesca estrutura partidária que teceu no MDB, estando em uma situação confortável para construir sua candidatura dentro da seção oposicionista, porém, com Brizola no páreo, atuando juntos em uma mesma legenda, Simon sabia que para tornar-se candidato precisaria, acima de tudo, da ciência do líder trabalhista e de seu grupo, situação que evitaria se estivesse em uma legenda que não o PTB.

A análise pragmática para tomada de posição seria uma constante neste momento por ambos os grupos. Brizola, quando vai para o exílio em 1964, é o líder máximo do PTB no estado e uma das principais no país, e, ainda em 1979, era a principal figura do trabalhismo. O ex-governador sabia que o MDB Nacional de então era uma constelação de caciques regionais que, em grande parte, emergira nos últimos 15 anos em que esteve ausente. Nos estados onde mais havia militado, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, o seu PTB havia migrado em massa para o MDB que, quando do seu retorno, era comandado por lideranças consolidadas²²⁴ e que, dificilmente, lhe devolveriam o controle da legenda. Desta forma, Brizola, que havia muito manifestava sua vontade de chegar à Presidência da República, enxergava um MDB inóspito em 1979 para seus projetos políticos.

Por conseguinte, verifica-se um cenário, ao final da década de 1970, com uma série de variáveis a serem consideradas pelos atores. A tomada de decisão dos grupos que,

²²⁴ Pedro Simon no Rio Grande do Sul e Chagas Freitas no Rio de Janeiro.

permaneceriam no novo MDB, agora PMDB, ou migrariam para o novo PTB, no caso o PDT, vai se estruturar a partir da consideração destas. Porém, antes de analisarmos como os atores justificaram publicamente suas decisões partidárias no contexto do retorno ao pluripartidarismo, cabe uma análise a respeito da trajetória da elite emedebista, buscando encontrar padrões de carreiras políticas que pudessem explicar a contento a decisão tomada a respeito do futuro partidário.

6. A DINÂMICA DAS ELITES PARTIDÁRIAS DO PTB E DO MDB

Conforme abordado no capítulo anterior, uma das hipóteses discutidas neste trabalho é de que um contínuo processo de depuração do trabalhismo acometeu ao MDB gaúcho durante sua existência. Esta mudança não se daria somente no âmbito da estratégia de atuação, mas, principalmente, nos quadros que compunham os órgãos decisórios da legenda no período.

Este fato, por si só, seria um fator importante para compreender a divisão ocorrida entre os emedebistas, quando da formatação do quadro político-partidário de retorno ao pluripartidarismo em 1979, supondo-se que, ocorrido o afastamento dos trabalhistas históricos do interior do MDB, estes retornariam junto a Leonel Brizola e reconstruiriam o PTB.

Segundo Grill (2005), em artigo publicado na revista *Dados*, onde analisa a disputa pelo “legado trabalhista” entre grupos políticos no Rio Grande do Sul, ressalta que no cenário gaúcho:

Durante a década de 1960, dois grupos com origem no PTB, mas que divergiam quanto à postura em relação ao regime militar, se opunham no interior do MDB; o primeiro era liderado por Álvaro Petracco da Cunha, Lidovino Fanton e Wilmar Taborda; o segundo por Heuser, Brusa Neto e Simon, entre outros. O primeiro grupo perdeu paulatinamente sua força no interior do MDB e somente voltou à cena com o retorno do exílio de Brizola e a fundação do PDT. O segundo grupo se fortaleceu durante o regime militar e deu origem ao PMDB (GRILL, 2005, p. 554).

O ex-governador Leonel Brizola ressaltava que o MDB se utilizou da estrutura do então PTB para crescer e, aos poucos, tomou as bases trabalhistas e substituiu por lideranças que, segundo ele, “não cultivavam nenhum apreço por nós” (MELHEM, 1998, p. 72).

A afirmação de ambos é mais bem compreendida quando se analisa a dinâmica da atuação da legenda a nível nacional, onde se verificará que o MDB, apesar de forte influência na sua formação de quadros do extinto PTB, será comandado durante toda a sua trajetória majoritariamente por líderes do então PSD²²⁵, comando este que moldará a forma de agir da legenda.

Entretanto, no que tange ao Rio Grande do Sul, a afirmação de que os trabalhistas perderam força no interior da legenda oposicionista não é tão clara. Seja pelo fato de que, diferente do cenário a nível nacional, a legenda no Rio Grande do Sul foi estruturada, como já vimos, majoritariamente a partir das hostes do então PTB, ou então pela presença de

²²⁵ Presidiu o MDB no período, senador Oscar Passos (PTB-AC), e deputado federal Ulysses Guimarães (PSD-SP), tendo como Secretário-Geral no período, José Martins Rodrigues (PSD-CE); deputado federal Thales Ramalho (PSD-PE), além do senador Lázaro Barbosa (PSD-GO), que assumiu o cargo após um afastamento temporário de Thales Ramalho.

lideranças oriundas do trabalhismo no controle da mesma no estado, como Pedro Simon, que fora vereador e deputado estadual ainda pelo PTB, o MDB gaúcho deixa a impressão de que nada mais é do que o sucedâneo da extinta seção trabalhista.

Sendo assim, a análise da composição dos quadros que compunham o MDB gaúcho durante seus 13 anos de existência é fundamental para verificar se, de fato, lideranças que participavam de órgãos decisórios do PTB gaúcho²²⁶ foram marginalizadas do controle da legenda oposicionista a partir de 1966.

Para isto, analisaremos, em um primeiro momento, usando como parâmetro comparativo o Diretório Regional do PTB eleito em 1962, junto à Comissão Executiva Regional, sendo esta a última convenção regional visando à renovação dos seus órgãos antes das cassações que assolam a legenda gaúcha a partir do Golpe Civil-Militar de abril de 1964, bem como os órgãos eleitos pelo PTB gaúcho em 1965, meses antes da extinção das legendas impostas pelo AI-2.

A análise destas instâncias²²⁷ é importante para verificarmos a força dos líderes trabalhistas nos órgãos decisórios dos novinhos PMDB e PDT, além do que ajudará a elucidar se os líderes que já ocupavam espaços na elite petebista²²⁸ irão priorizar a migração para a nova agremiação patrocinada pelo líder trabalhista Leonel Brizola. Da mesma forma, possibilitará a análise do momento da inserção destes no corpo dirigente da antiga legenda, examinando assim se aqueles que partilharam do convívio no comando da legenda com Brizola irão buscar retomar as suas raízes com o fim do bipartidarismo, migrando para o PDT. Também, se aqueles que ingressam no corpo dirigente petebista somente após o ingresso de Brizola no exílio e, por isto, não conviveram com o mesmo nas instâncias decisórias da seção gaúcha, irão buscar a filiação em uma agremiação sem a presença deste, preferindo assim a migração para o sucedâneo do MDB, o PMDB.

Do mesmo modo, analisando a composição dos Diretórios e Executivas regionais eleitas pelo MDB, verificaremos a intensidade da participação dos líderes petebistas no comando da legenda oposicionista durante sua existência. Igualmente, cabe averiguar se os

²²⁶ Entende-se aqui por órgãos decisórios de uma legenda a nível estadual a composição de seu Diretório Estadual, órgão máximo de deliberação política da agremiação a nível estadual, bem como a Comissão Executiva Regional, eleita pelos membros do Diretório Estadual e que comanda o dia-a-dia da atuação da legenda. Para uma análise da competência de ambos os órgãos partidários, ver: Estatuto do MDB, artigos 10, 11, 12 e 13, entregue à Justiça Eleitoral em 14 de março de 1966.

²²⁷ Serão considerados como objeto de análise neste capítulo somente os membros titulares do Diretório Estadual e da Comissão Executiva Regional do PTB ou do MDB.

²²⁸ Entendem-se aqui por elite petebista os membros do Diretório Estadual do partido no Rio Grande do Sul, bem como os membros da Executiva Regional, além dos deputados estaduais e federais eleitos pelo PTB.

líderes que já ocupavam espaços na elite petebista, e que ocuparão tais espaços também no MDB, irão priorizar a migração para a nova agremiação patrocinada pelo líder trabalhista Leonel Brizola, relevando assim laços de lealdade estabelecidos no início de suas trajetórias, ou se irão migrar para o sucedâneo do MDB, o PMDB, visando manter relações estabelecidas na última década. Também analisaremos se o momento de ingresso destas lideranças no comando partidário a nível estadual será fator decisivo na opção partidária que farão ao findar o bipartidarismo, em 1979, estabelecendo a hipótese de que aquelas lideranças que foram alçadas a elite partidária estadual somente no âmbito do MDB irão privilegiar a filiação ao PMDB.

6.1. O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO EM 1962

O Partido Trabalhista Brasileiro do Rio Grande do Sul chega a 1962 em um dos melhores momentos da sua história. Apesar da ruptura no trabalhismo gaúcho, que ocasionou na criação do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), e a derrota na última disputa para a Prefeitura de Porto Alegre para uma liderança histórica do trabalhismo gaúcho, Loureiro da Silva²²⁹, o partido tem motivos em demasia para comemorar no final de maio de 1962²³⁰, data em que foi realizada sua Convenção Regional visando renovar o Diretório e a Executiva do PTB gaúcho.

Após a vitoriosa jornada da “Legalidade” em agosto/setembro de 1961, em que lideranças do partido no estado tiveram papel fundamental, e a garantia da posse do correligionário João Goulart na Presidência da República, a agremiação também comemora os avanços do governo Brizola no Rio Grande do Sul que, apesar de uma atuação moderada no início, buscou na segunda parte do seu governo – período que antecede às eleições estaduais de 1962²³¹ - atuar de forma mais intensa em temas caros para a esquerda brasileira²³² naquele período, como a reforma agrária.

Com a legenda gaúcha comandando os principais postos eletivos do estado e do país, a Convenção Regional somente reforça o controle da seção nas mãos do presidente da

²²⁹ O mesmo vence a eleição pela legenda do PDC com 95.527 votos, enquanto o candidato do PTB, Wilson Vargas da Silveira, obteve 78.408 votos. Loureiro da Silva contou com o apoio da dissidência trabalhista no Rio Grande do Sul que, anos depois, veio originar no MTR.

²³⁰ A convenção fora realizada em Porto Alegre/RS nos dias 24 e 25 de maio.

²³¹ Ocorreram em 7 de outubro de 1962 e foram vencidas por Ildo Meneghetti, do PSD.

²³² Ver: CÂNEPA, Mercedes Maria Loguercio. Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis Estadual e Nacional no RS (1945 – 1965). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005.

república, João Goulart, e de seu cunhado, o governador Leonel Brizola, que são eleitos, respectivamente, presidente e secretário-geral do PTB gaúcho. Os demais postos de relevância da Executiva Regional também são ocupados por lideranças tradicionais do trabalhismo gaúcho, como João Caruso Scuderi²³³, eleito para a 1º vice-presidente do PTB-RS, e o deputado estadual Ayrton Barnasque²³⁴, eleito tesoureiro da legenda.

Nota-se, desta forma, um comando do PTB centralizado em torno de seus principais líderes, Brizola e Goulart, em conjunto com um grupo de trabalhistas históricos, que darão a tônica da atuação da agremiação nos últimos anos de sua existência.

No que tange a formação do Diretório Regional do partido, composto por 100 membros, cabe destacar a presença maciça dos deputados estaduais e federais eleitos pelo PTB no último pleito, em 1958. Nada menos do que 33 parlamentares foram eleitos membros do Diretório Estadual nesta convenção, dado que demonstra a importância do exercício do mandato na ocupação de espaços no interior da legenda no Rio Grande do Sul²³⁵, sendo que os demais membros eram, quase em sua totalidade, referências do trabalhismo gaúcho.

Apesar de ser este o colegiado mais “genuíno” em que a elite trabalhista do Rio Grande do Sul encontra-se representada, levando-se em conta que a Convenção seguinte realizada em 1965 já encontra um PTB desfalcado de uma série de lideranças que tiveram seus direitos políticos suspensos, não significa que os membros deste serão representativos quando da criação das duas legendas que irão disputar o espólio do trabalhismo e/ou emedebismo.

Isto se torna claro quando se verifica que somente oito destes irão constar como membros titulares do primeiro Diretório Estadual pelo PMDB ou PDT em 1980 e 1981, respectivamente. Sendo assim, apesar da discussão pública aberta pelo espólio trabalhista a partir do processo de retorno ao pluripartidarismo em 1979, junto a isto o retorno à vida

²³³ Fundador da União Social Brasileira (USB) junto com Alberto Pasqualini, Fernando Ferrari e Ajadil de Lemos, migra para o PTB já em 1946. Pelo PTB foi deputado estadual por quatro legislaturas – sendo que a primeira se inicia em 1951, estreando na casa junto à Leonel Brizola. Presidente da ALERGS de 20 de abril de 1953 a 20 de abril de 1954; foi também secretário de justiça; de obras e de agricultura durante a gestão de Brizola à frente do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, além de superintendente para a reforma agrária no governo de João Goulart. Foi cassado em maio de 1964, quando presidia interinamente o PTB gaúcho. Faleceu em novembro de 1978.

²³⁴ Fundador do PTB em Cachoeira do Sul, foi eleito vereador (1946) e três vezes deputado estadual (1955, 1958 e 1962) pela legenda, após a instauração do bipartidarismo migra para o MDB e concorre outras duas vezes para uma cadeira na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, elegendo-se em 1966 e ficando somente na nona suplência no pleito de 1970. Com o retorno ao pluripartidarismo em 1979 migra para o PDT, sendo um dos seus fundadores.

²³⁵ Dos parlamentares eleitos em 1958 e que não eram membros do Diretório Estadual eleito em 1962 estão: deputados federais Fernando Ferrari, Jairo Brum e Daniel Dipp, que migraram para o MTR; deputado estadual Pedro Tassis Gonzales e Carlos da Silva Santos, parlamentar este que migrará para o PMDB em 1980.

político-partidária de mais de 100 trabalhistas gaúchos que tiveram seus mandatos cassados, verifica-se que menos de dez por cento dos membros dos Diretórios Regionais²³⁶ das novas agremiações eram lideranças que já ocupavam posições de comando no então PTB gaúcho em 1962, bem como somente dois dos membros das novas Comissões Executivas²³⁷.

No Diretório eleito pelo PMDB estão Siegfried Heuser²³⁸, cunhado de Pedro Simon e que foi o primeiro do presidente do MDB gaúcho e presidiu a legenda até a cassação de seus direitos políticos²³⁹, que ocupa também a primeira vice-presidência da nova legenda, além do ex-deputado estadual Armando Temperani Pereira²⁴⁰, primeiro suplente da Bancada Federal do PTB em 1958.

No primeiro Diretório eleito pelo PDT em 1981 estão Sereno Chaise²⁴¹, ex-prefeito de Porto Alegre, que ocupa também a primeira vice-presidência da nova legenda; e Wilson Vargas da Silveira²⁴², ambos cassados durante o regime instaurado em 1964 e que retomaram seus direitos políticos em 1979. Fora estes, que eram parlamentares em 1962, também fazem parte do Diretório da nova legenda trabalhista os ex-deputados estaduais Benno Orlando Burmann, cassado em maio de 1964, Álvaro Petracco da Cunha, cassado em julho de 1966, além de Alberto Martins da Silva e Leôncio Valério da Silveira, conforme exposto no Quadro 1:

²³⁶ São 45 os membros titulares dos Diretórios Estaduais de cada uma das legendas.

²³⁷ São 16, no total, os membros efetivos das duas Comissões Executivas.

²³⁸ Oriundo da região de Santa Cruz do Sul, formou-se em Economia pela UFRGS. Pelo PTB foi deputado estadual por quatro legislaturas – sendo que a primeira se inicia em 1951, estreando na casa junto à Leonel Brizola. Foi secretário da fazenda durante a gestão de Brizola à frente do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Presidente do PTB-RS em 1964. Foi o primeiro presidente do MDB-RS e candidato a senador da legenda em 1966. Foi cassado em 1969.

²³⁹ Em 17 de outubro de 1969, 16 dias após ter sido conduzido para o segundo mandato à frente do MDB-RS.

²⁴⁰ Natural de Santa Maria, tornou-se amigo particular de Getúlio Vargas depois da deposição do mesmo da presidência da república em 1945. Pelo PTB se elege vereador de Porto Alegre em 1950; deputado estadual em 1954 e, em 1958 conquista a primeira suplência à Câmara dos Deputados, sendo que em 1962 é o sexto mais votado da legenda, conquistando uma cadeira. Foi cassado com base no Ato Institucional de número I. É um dos fundadores do PMDB gaúcho em 1980.

²⁴¹ Natural de Soledade, participa da Ala Moça do PTB no final da década de 1940, onde aproxima-se de Leonel Brizola. Pelo PTB é eleito vereador de Porto Alegre em 1951; coordena a campanha vitoriosa de Leonel Brizola à Prefeitura de Porto Alegre em 1954, o que o leva a ser secretário de governo desta gestão. deputado estadual eleito em 1958, reelege-se em 1962, entretanto abandona o mandato no final de 1963 para assumir a Prefeitura de Porto Alegre, cargo para qual foi eleito em novembro daquele ano. Cassado em abril de 1964.

²⁴² Pelo PTB elege-se deputado estadual em três pleitos, 1950, 1954 e 1962, chegando à Assembleia Legislativa junto a Leonel Brizola. Em 1958 é eleito deputado federal. Em 7 de maio de 1964 tem o mandato cassado.

Quadro 1– Escolha partidária dos membros remanescentes do Diretório Estadual do PTB em 1962 que farão parte do primeiro Diretório Estadual formado pelo PMDB ou PDT.

MEMBRO DO DIRETÓRIO DO PTB EM 1962	PARTICIPAÇÃO NO DIRETÓRIO DO PMDB/PDT EM 1980/1981
Alberto Martins Silva	PDT
Álvaro Petracco da Cunha	PDT
Armando Temperani Pereira	PMDB
Benno Orlando Burmann	PDT
Leôncio Valério da Silveira	PDT
Sereno Chaise	PDT
Siegfried Emanuel Heuser	PMDB
Wilson Vargas da Silveira	PDT

Fonte: Ata do Diretório Regional do PTB gaúcho. Documento disponibilizado pelo Memorial do TRE-RS.

Desta forma, verifica-se que, neste caso, o maior tempo de filiação e, principalmente, de participação nas instâncias decisórias do PTB junto a Leonel Brizola é um fator significativo para que estas lideranças migrem para o PDT, partido propagado como sucessor legítimo da antiga legenda pelo maior líder trabalhista, levando-se em conta que 75 por cento destes remanescentes no cenário político-partidário em 1980/1981 farão parte da direção do novinho PDT.

Vale ressaltar que apesar de poucos líderes migrarem para o sucedâneo do MDB, somente 25 por cento do total, estes têm trajetórias semelhantes daqueles que acompanham Leonel Brizola, demonstrando que a decisão dos atores pela migração para cada uma das legendas se dá também se levando em conta outros fatores, tais como: a relação pessoal de

afinidade (vide o caso de Simon e Heuser que são cunhados, fator que pode ter colaborado para a decisão do mesmo de migrar para o PMDB); a intenção dos cassados de retornarem aos espaços políticos que tinham até o momento da cassação de seus mandatos, algo que, em um MDB (PMDB) renovado e turbinado pelas urnas, poderiam encontrar barreiras, além de outros que serão abordados em capítulo específico neste trabalho.

6.2. O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO EM 1965

A convenção do PTB gaúcho ocorrida em maio de 1965 se dá em um contexto bastante diferente da anterior. Derrotado nas eleições para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1962²⁴³, o partido é fortemente atingido pelo regime estabelecido a partir de abril de 1964 que, tendo em João Goulart e Leonel Brizola – ambos já exilados há mais de um ano neste período - seus dois principais alvos -, vislumbra na seção gaúcha um celeiro de “agitadores”, o que acarretará uma quantidade significativa de cassações dos seus quadros já no primeiro ano do regime. Agravando a este cenário, as lideranças trabalhistas, tanto as remanescentes no país quanto as exiladas, discordavam a respeito dos rumos a serem tomados no enfrentamento ao regime civil-militar, o que imobilizava a legenda como um todo.

Frente a esta conjuntura, os membros do partido reúnem-se nos dias 22 e 23 de maio para renovar o Diretório e a Executiva Regional²⁴⁴. Além da necessidade legal da renovação destes órgãos, o debate se fazia ainda mais necessário tendo em vista que a cassação de parte dos membros eleitos em 1962²⁴⁵. Desde maio de 1964 a agremiação passa a ser comandada pelo deputado estadual Siegfried Heuser, que até então era somente o terceiro vice-presidente da legenda. O mesmo foi alçado à Presidência a partir da morte de Rui Ramos²⁴⁶, que era o segundo vice-presidente do PTB, e das cassações de João Goulart e João Caruso, então presidente e vice dos trabalhistas.

Os principais espaços da Executiva Regional continuam a ser ocupados por lideranças tradicionais do PTB. Além da recondução de Heuser para a Presidência, direção era composta

²⁴³ Vencedor do pleito foi Ildo Meneghetti, do PSD. O mesmo teve 502 mil votos, 22 mil a mais do que o candidato do PTB, Egídio Michaelsen, e 212 mil a mais do que o candidato do MTR, Fernando Ferrari.

²⁴⁴ Estes irão vigor por pouco mais de 5 meses, até a extinção das legendas patrocinadas pelo governo com o AI-2, publicado em 27 de outubro do mesmo ano.

²⁴⁵ Dos 100 membros do Diretório Estadual do PTB eleitos ainda em 1962, antes do golpe de 1964, 23 deles terão suspensos os seus direitos políticos durante o regime civil-militar.

²⁴⁶ Falece em acidente aéreo ainda em novembro de 1962 em Sertão Santana, então distrito de Guaíba.

ainda por Ayrton Barnasque, que é eleito para a 1º Vice-Presidência; Raphael Risco²⁴⁷ para a Secretaria-Geral, e Marcírio Goulart Ribeiro²⁴⁸ como tesoureiro.

A participação dos parlamentares também é significativa. Do total de 100 membros do Diretório Estadual, 26 são deputados estaduais e federais eleitos pelo PTB em 1962 e que, em maio de 1965, mantinham válidos seus mandatos²⁴⁹. No mais a composição da principal instância decisória do partido não traz maiores novidades²⁵⁰, exceto a substituição, em parte, das lideranças cassadas por jovens atores que emergem no interior do PTB a partir do pleito de 1962. Dentre estas, Pedro Simon²⁵¹ e João Brusa Neto²⁵², ambos eleitos para a Assembleia Legislativa pela primeira vez no pleito de 1962 e que, só em 1965, ou seja, após as alterações ocorridas no interior da legenda, é que alcançam a elite do Partido Trabalhista no Rio Grande do Sul²⁵³.

Ambos, após a extinção dos partidos que será patrocinado pelo AI-2, irão comandar o MDB gaúcho durante toda a sua trajetória, bem como a fundação do sucedâneo, o PMDB, fazendo parte junto com Siegfried Heuser do primeiro Diretório Estadual do sucedâneo.

No âmbito do Diretório Regional do PDT, formado em 1981, são três os membros titulares que compunham o último Diretório eleito pelo PTB. Álvaro Petracco da Cunha²⁵⁴ e

²⁴⁷ Figura importante da estrutura do PTB era próxima de Brizola e teve papel relevante na campanha da Legalidade.

²⁴⁸ Primo de João Goulart, pelo PTB foi prefeito de São Borja e deputado estadual por dois mandatos, eleito nos pleitos de 1958 e 1962. Concorreu a deputado estadual pelo MDB em 1966, alcançando a primeira suplência. Faleceu em 1970.

²⁴⁹ Os 11 restantes foram cassados pelo AI-1, são eles: Antônio Visintainer; Armando Temperani Pereira; Clay Hardmann; João Caruso; José Lamaison Porto; Justino Costa Quintana; Milton Garcia Dutra; Ney Ortiz Borges; Paulo Mincarone; Rubens Porciúncula e Wilson Vargas.

²⁵⁰ 56 dos membros eleitos para o Diretório Estadual de 1965 eram membros do Diretório eleito em 1962.

²⁵¹ Oriundo de Caxias do Sul e formado em Direito pela PUCRS, ingressa no PTB gaúcho pela influência de Alberto Pasqualini. Concorreu a vereador de Caxias do Sul em 1959, obtendo êxito. Em 1962 disputa uma vaga na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, também sendo eleito. Pelo MDB-RS será eleito deputado estadual por três legislaturas; senador por quatro mandatos, sendo um pelo MDB e três pelo sucedâneo, o PMDB. Também pela nova legenda será eleito governador em 1986.

²⁵² Oriundo de Caxias do Sul, foi fundador e membro do Sindicato dos Comerciários de Caxias do Sul e da Federação dos Jornalistas. Professor, atua junto a área de educação no governo Brizola (1959-1962). Elege-se deputado estadual pelo PTB em 1962. Busca a reeleição à Assembleia Legislativa em 1966, agora pelo MDB, obtendo uma nova vitória. Em maio de 1969 tem o mandato cassado. É um dos fundadores do PMDB.

²⁵³ Ambos, além de membros do Diretório Estadual do PTB, são eleitos para: João Brusa Neto, 1º Secretário; Pedro Simon, 2º Tesoureiro.

²⁵⁴ Advogado formado pela UFRGS conquista uma cadeira na Assembleia Legislativa em 1962 pelo PTB. Tem o mandato cassado e direitos políticos suspensos a partir do Ato Institucional de número 2 (AI-2). Foi um dos fundadores da seção gaúcha do PDT.

Matheus Schmidt²⁵⁵, ambos cassados pelo regime a partir do AI-2 e AI-5, respectivamente, além de Gil Cunegato Marques²⁵⁶, conforme exposto no Quadro 2:

Quadro 2– Escolha partidária dos membros remanescentes do Diretório Estadual do PTB em 1965 que farão parte do primeiro Diretório Estadual formado pelo PMDB ou PDT

MEMBRO DO DIRETÓRIO DO PTB EM 1965	PARTICIPAÇÃO NO DIRETÓRIO DO PMDB/PDT EM 1980/1981
Álvaro Petracco da Cunha	PDT
Gil Cunegato Marques	PDT
João Brusa Neto	PMDB
Matheus Schmidt	PDT
Pedro Simon	PMDB
Siegfried Emanuel Heuser	PMDB

Fonte: Ata do Diretório Regional do PTB gaúcho. Documento disponibilizado pelo Memorial do TRE-RS.

Diferente do corpo dirigente eleito pelos trabalhistas em 1962, onde a maioria daqueles que participaram dos Diretórios Regionais das novas legendas migraram para o PDT, podendo-se assim estabelecer algum tipo de relação entre a participação no PTB e proximidade com Leonel Brizola e a escolha pelo partido patrocinado por este, o PDT, no caso da composição desta instância em 1965 temos, além de uma divisão igualitária entre os membros que irão participar das instâncias superiores das novas legendas no início da década

²⁵⁵ Militante comunista, filia-se ao PTB e concorre à vice-prefeito de Cachoeira do Sul em 1959. Atua como chefe de gabinete da Secretaria de Administração da gestão de Leonel Brizola junto ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1962 concorre a deputado federal, ficando na sexta suplência. Pelo MDB-RS, se elege deputado federal em 1966. É cassado em dezembro de 1968. É um dos fundadores do PDT.

²⁵⁶ Pelo PTB foi vereador e prefeito de Itaquí. Pelo MDB-RS se elege deputado estadual em 1978. É um dos fundadores do PDT.

de 1980, a participação de seis lideranças que serão fundamentais na formação de PMDB e PDT.

Assim podemos constatar que enquanto aqueles que tinham maior tempo de filiação/relação com o PTB e Leonel Brizola e já ocupavam postos de direção há mais tempo na legenda privilegiam o ingresso no PDT, no caso dos líderes que ingressam no comando do petebismo somente em 1965 a relação não se dá da mesma forma.

Ao analisarmos a participação de Pedro Simon e Brusa Neto para a formação do PMDB, bem como de Matheus Schmidt e Gil Cunegato Marques para a formação do PDT, figuras estas que, conforme apresentado, ingressarão somente em 1965 no âmbito decisório do PTB gaúcho, legenda que, neste momento, já se encontrava desfigurada e desfalcada – inclusive de Brizola - veremos que, apesar de trajetórias semelhantes destes, as escolhas partidárias são diferentes.

Sendo assim, se analisarmos somente a variável explicativa de que a posição proeminente no âmbito do PTB levaria estas lideranças a migrarem para a nova agremiação trabalhista, não encontraríamos um efeito direto, vide o caso de que, no caso desta nominata eleita, os únicos dois líderes que participaram do núcleo dirigente do PTB junto à Brizola em 1982, Siegfried Heuser e Álvaro Petracco da Cunha, tomam rumos diferentes em 1980. Igualmente, analisando as duas nominatas eleitas e a posição destes membros no âmbito das novas legendas, verifica-se que a variável do tempo de permanência à frente do comando regional do partido pode elucidar melhor a decisão acerca do caminho a ser tomado, apesar de líderes com trajetórias semelhantes adotarem legendas diferentes. Nestes casos, outros fatores podem colaborar melhor na elucidação da motivação dos mesmos a aderirem a uma das legendas, tais como a relação pessoal entre as lideranças, além da origem social e formação política e religiosa dos mesmos.

6.3. O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

A literatura sobre partidos políticos do Rio Grande do Sul aborda frequentemente, como vimos, a formação do MDB e da ARENA no estado como um desaguadouro natural de grupos relativamente estáveis, que já se dividiam no ambiente pluripartidário encerrado com o Ato Institucional número 2²⁵⁷. Esta análise se baseia, normalmente, a partir da constatação da transposição das Bancadas na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados para ambas

²⁵⁷ Ver: Xausa & Ferraz (1981); Trindade (1981); Noll & Trindade (2004);

novas agremiações, onde membros do PTB gaúcho nas duas casas, além daqueles filiados ao MTR e a ARS, migram para o MDB gaúcho, bem como aqueles filiados ao PSD, PL, PDC, PRP e UDN filiam-se na ARENA. Portanto, tendo em vista a predominância dos parlamentares do antigo PTB no MDB gaúcho²⁵⁸, tem-se a sensação de que a seção gaúcha do MDB nada mais é do que a continuação do antigo Partido Trabalhista Brasileiro.

Sendo assim, buscando responder a hipótese central deste trabalho, cabe uma análise da composição dos Diretórios e Executivas regionais eleitas pelo MDB, verificando desde a intensidade da participação de grupos no seu interior, bem como buscando estabelecer um padrão de trajetórias de emedebistas que migram para cada uma das duas legendas criadas após o fim do bipartidarismo.

6.3.1. 1966

A formação inicial do MDB gaúcho se confirmou em convenção regional em 23 de abril de 1966, seis meses após a extinção dos partidos políticos pela ditadura civil-militar. O partido ainda realizaria outras quatro convenções regionais visando renovar sua direção, em 1969, 1972, 1975 e 1979, até o momento do restabelecimento do sistema pluripartidário. Desde os primórdios a agremiação, apesar de ser controlada por integrantes do extinto PTB, não deixa de presenciar um intenso embate acerca da participação das mais variadas tendências político-partidárias nas instâncias decisórias do novo partido.

Em matéria publicada pelo jornal Zero Hora após a primeira convenção realizada pela legenda, o tema central é a luta por espaços dos grupos no Diretório e Executiva Regional, o que leva o encontro a durar 14 horas até que as partes chegassem a uma chapa de comum acordo²⁵⁹. Segundo Xausa & Ferraz (1981, p. 186), apesar de todo o embate ocorrido, do total de 101 membros eleitos para o Diretório Regional da nova agremiação, 70 eram oriundos do PTB, 18 do MTR; 10 do PSD e três do PDC, demonstrando assim a predominância dos petebistas no interior do novinho MDB.

Mais expressivo ainda é quando se analisa a composição desta participação, tendo em vista que 55²⁶⁰ dos membros do novo Diretório – o que representa 54,55 por cento do total –

²⁵⁸ Dos 15 deputados federais da nova legenda, 13 são oriundos do PTB. Dos 28 deputados estaduais que compõe a primeira bancada do MDB na Assembleia Legislativa, 25 são oriundos do PTB.

²⁵⁹ UNIÃO do MDB levou 14 horas. Zero Hora, Porto Alegre, 25 de abril de 1966, página 6.

²⁶⁰ São eles: Adylio Martins Vianna, Alberto Martins da Silva, Alcides Costa, Aldo Fagundes, Álvaro Petracco da Cunha, Amadeu Weinmann, Anselmo Francisco do Amaral, Antônio Bresolin, Ayrton Barnasque, Carlos da Silva Santos, César Prieto, Croacy Cavalheiro de Oliveira, Darcilo Ivo Giacomazzi, Ephrain Pinheiro Cabral,

já haviam participado do Diretório Regional do PTB²⁶¹, demonstrando a importância daquela agremiação, bem como do seu grupo dirigente, na formatação e organização da nova legenda.

Confirma-se ainda claramente a predominância dos membros oriundos do Partido Trabalhista Brasileiro no âmbito da nova agremiação quando se constata a presença de membros do antigo partido nos principais cargos da Executiva Regional eleita. Além de elegerem seu ex-presidente para ocupar a Presidência Regional do MDB, deputado Siegfried Heuser, os petebistas ainda ocupam os principais cargos restantes na direção, como a primeira Vice-Presidência que fica com Marcílio Goulart Ribeiro; a Secretaria-Geral que fica com o deputado estadual Aldo Fagundes²⁶², e a Tesouraria que fica com Valdir Antônio Lopes²⁶³, enquanto alguns cargos de menor relevância foram ocupados por líderes oriundos de outras agremiações, como o caso da 2ª e 3ª Vice-Presidência que foram ocupados, respectivamente, por Hermes Pereira de Souza, oriundo do PSD, e Walter Von Muhlen, oriundo do MTR.

6.3.2) 1969

Na convenção realizada em 1969²⁶⁴, a primeira de renovação do corpo dirigente do MDB gaúcho, o predomínio dos petebistas amplia-se no interior da legenda. Este fato decorre como consequência da redução para 30 no número de membros do Diretório Estadual, fazendo com que a legenda privilegie os deputados estaduais e federais – que, como citado anteriormente, são em grande parte oriundos do extinto PTB - no momento na composição do novo colegiado²⁶⁵. Do total do novo corpo dirigente, 20 haviam participado do Diretório

Enilton Grill, Floriceno Paixão, Guerino Zugno, Harry Sauer, Hélio Carneiro da Fontoura, Henrique Henkin, Ivo Sprandel, João Brusa Neto, João Lino Braun, José Aloísio Filho, José César de Mesquita, José Fidelis Ramos Coelho, José Mandelli Filho, José Mariano Beck, José Vecchio, Lidovino Fanton, Marcílio Goulart Ribeiro, Matheus Schmidt, Moab Caldas, Moacyr Aquistapace, Mozart Bianchi Rocha, Nolly Joner, Norival Paranaguá de Andrade, Osmany Veras, Osmar Grafulha, Otávio Caruso Brochado da Rocha, Pedro Gomes Nunes, Pedro Simon, Raphael Martinez Risco, Renato Souza, Ruben Bento Alves, Seno Frederico Ludwig, Sigfried Emanuel Heuser, Suely Gomes de Oliveira, Unírio Carrera Machado, Valdir Antônio Lopes, Victor Issler, Walter Bertolucci, Walter Giordano Alves, Wilmar Córrea Taborda e Zaire Nunes Pereira.

²⁶¹ Destes 55 membros, 33 estiveram no Diretório Regional do PTB eleito em 1962; 53 estiveram no Diretório Regional do PTB eleito em 1965.

²⁶² Pelo PTB foi vice-prefeito de Alegrete e deputado estadual em 1962. Chega a Assembleia Legislativa junto com Pedro Simon, bem como ingressa na direção estadual do PTB somente em 1965, junto com este. Pelo MDB-RS elegeram-se deputado federal em 1966, 1970, 1974 e 1978. É um dos fundadores do PMDB-RS.

²⁶³ Pelo PTB foi candidato duas vezes à deputado estadual e não se elegeu (1954 e 1962). Pelo MDB-RS se elegeu deputado estadual em três eleições (1966, 1970 e 1974). É um dos fundadores do PMDB-RS.

²⁶⁴ 14 de setembro de 1969, em Porto Alegre/RS.

²⁶⁵ 26 dos 30 membros são deputados estaduais e federais eleitos pela legenda em 1966.

Estadual do PTB – o que representa 66,67 por cento do total -, demonstrando que, ainda em 1969, a elite dirigente petebista controlava a legenda.

Esta influência se traduz na Executiva Regional eleita que, diferente de 1966, onde contava com a participação de líderes de outros grupos políticos que não o PTB, é toda ela composta por remanescentes membros ilustres do trabalhismo gaúcho. Com isto, o novo Diretório Regional reelege Siegfried Heuser para a Presidência, Marcírio Goulart Ribeiro para a 1ª Vice-Presidência e Ney Brito²⁶⁶ para a 2ª Vice-Presidência, além de elevar os deputados estaduais Lidovino Fanton²⁶⁷ à condição de 1º secretário, Ivo Sprandel²⁶⁸ de 2º secretário e Ayrton Barnasque à Tesouraria do MDB-RS.

Com a cassação dos direitos políticos de Heuser no mês seguinte à convenção, em outubro de 1969, os membros da Executiva eleita renunciam aos seus cargos no interior da agremiação em solidariedade ao líder trabalhista. Em convenção extraordinária²⁶⁹, os líderes emedebistas resolvem entregar os principais postos da legenda aos deputados estaduais Pedro Simon, que é eleito presidente pela primeira vez²⁷⁰, Moisés Velasquez²⁷¹, que é eleito 1º secretário e Aristides Bertuol²⁷², que será eleito 2º secretário. Denota-se o fato de que apesar da similaridade da trajetória das lideranças que agora representam o comando oposicionista oficial do estado, onde nenhuma destas ocupou postos de destaque no PTB gaúcho até o golpe

²⁶⁶ Aposentado do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, foi figura ilustre do trabalhismo gaúcho. Foi Chefe da Casa Civil no governo Brizola (1959-1962). Pelo MDB-RS foi candidato à suplente de senador junto a Paulo Brossard na campanha vitoriosa de 1974. Faleceu durante o mandato pelo qual foi eleito suplente.

²⁶⁷ Natural de Farroupilha, concorre nas eleições gerais de 1958 e 1962 à deputado estadual pelo PTB, ficando em ambas na suplência. É eleito membro do Diretório Estadual da legenda tanto em 1962, quanto em 1965. Pelo MDB-RS se elege deputado estadual em dois pleitos (1966 e 1970), e deputado federal em outros dois (1974 e 1978). É um dos fundadores do PDT-RS.

²⁶⁸ Pelo PTB elegeu-se prefeito de Sarandi no final da década de 1950 e foi candidato a deputado estadual em 1962, onde ficou na suplência. Eleito membro do Diretório Estadual do PTB em 1965, migra para o MDB onde se elege para a Assembleia Legislativa em 1966, 1970 e 1974. Em 1978 concorre como Suplente de senador junto a Pedro Simon, em campanha que se sagram vitoriosos.

²⁶⁹ Realizada em 15 de novembro de 1969.

²⁷⁰ Cargo que ocupará durante toda a existência do MDB gaúcho, bem como dos primeiros anos de existência do sucedâneo, o PMDB.

²⁷¹ Funcionário do Banco do Brasil, conquista uma cadeira na Câmara de Vereadores em 1962 pelo PTB. Nunca participou da direção do PTB gaúcho. Pelo MDB-RS chega a Assembleia Legislativa em 1966, sendo que nos pleitos de 1970 e 1974 tem os mandatos renovados. Em 1978 fica na primeira suplência. É um dos fundadores do PDT-RS.

²⁷² Piloto de automóveis, foi vereador e prefeito de Bento Gonçalves pelo PTB. Nunca participou da direção do PTB gaúcho. Conquista em dois pleitos uma cadeira na Assembleia Legislativa pelo MDB-RS, em 1966 e 1970. Faleceu em novembro de 1979.

civil-militar de 1964²⁷³, o caminho partidário adotado a partir da extinção do MDB não é o mesmo.

Este fato terá consequências profundas no desenvolvimento da legenda, tendo em vista que o MDB gaúcho passa, pela primeira vez, a ser comandado pela nova geração de petebistas que, por serem figuras coadjuvantes dentro do PTB até o golpe civil-militar de 1964, não partilharam do convívio com Leonel Brizola e a elite petebista no Rio Grande do Sul. Entretanto a preocupação destes jovens emedebistas com a integração dos tradicionais e históricos líderes trabalhistas ao MDB gaúcho aparece já na primeira reunião comandada por este novo grupo, que ocorre dois dias depois da posse dos mesmos. Um dos pontos de pauta, aprovado pelos presentes, é a “criação de uma comissão para visitar os antigos líderes trabalhistas, procurando a sua integração no partido, visando dar maior dinamismo à oposição, trazendo para seus quadros nomes de grande projeção no estado”²⁷⁴, demonstrando assim a relevância da participação destes no âmbito oposicionista gaúcho.

6.3.3. 1972

Na convenção regional de 1972²⁷⁵, passados oito anos do regime estabelecido no Brasil a partir de abril de 1964, o MDB continua seu processo de reestruturação interna. Este processo se reflete já no grupo de comando da legenda, como poderemos averiguar na análise da composição do Diretório Estadual e Executiva Estadual eleita no encontro.

Além de reeleger o então Deputado estadual Pedro Simon na Presidência do MDB, a Executiva eleita traz uma série de lideranças que, apesar de oriundas do antigo PTB gaúcho, ocupavam, até abril de 1964, uma posição coadjuvante no âmbito da legenda a nível estadual, normalmente cargos eletivos municipais.

Com isto, líderes como os Deputados estaduais Eloy Lenzi²⁷⁶, Waldir Walter²⁷⁷, Carlos Giacomazzi²⁷⁸ e Celso Testa são eleitos, respectivamente, para a 2ª Vice-Presidência,

²⁷³ Enquanto Pedro Simon debutava na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Moisés Velasquez e Aristides Bertuol haviam atuado até 1964 nas disputas municipais, respectivamente em Santa Maria e Bento Gonçalves.

²⁷⁴ Diretório Estadual do MDB-RS. Ata da reunião da comissão executiva. 17 de novembro de 1969, Palácio Farroupilha. Páginas 1 e 2.

²⁷⁵ Realizada em 26 de março de 1972.

²⁷⁶ Natural de Lagoa Vermelha, foi vereador por dois mandatos na cidade pelo PTB. Concorreu a deputado federal em 1970 pelo MDB obtendo êxito na disputa. Reelege-se em 1974 e 1978, também pelo MDB. Será um dos fundadores do PDT gaúcho.

1ª secretário, tesoureiro e vogal da Executiva da seção gaúcha. Todos estes têm trajetórias semelhantes, pois emergem no cenário político estadual somente após os acontecimentos de abril de 1964; não participaram das instâncias decisórias dos trabalhistas gaúchos, bem como somente tornar-se-ão deputados pelo MDB gaúcho. Entretanto, quando se verifica a decisão acerca do rumo partidário, a partir do retorno do pluripartidarismo em 1979, constata-se que as decisões são difusas, levando-se em conta que enquanto Lenzi migrará para o PDT, Waldir Walter, Giacomazzi e Testa migrarão para o sucedâneo, o PMDB.

No âmbito do Diretório Regional eleito, constata-se que, apesar do contínuo aparecimento de lideranças trabalhistas que já ocupavam espaços no grupo dirigente do então PTB gaúcho, esta diminui se comparada com as composições anteriores do MDB-RS. Enquanto que em 1966 cerca de 55 por cento dos membros haviam participado dos Diretórios Regionais eleitos pelo PTB em 1962 e/ou 1965, percentual que aumenta para cerca de 66 por cento em 1969, tem-se, somente em 1972 o primeiro Diretório Regional em que a presença destas lideranças não constitui a maioria do colegiado, ficando em cerca 47 por cento a presença destes.

6.3.4. 1975

Esta renovação nos quadros opositoristas gaúchos acentua-se na Convenção Regional de 1975²⁷⁹, onde o MDB gaúcho, embalado pelo expressivo resultado eleitoral obtido nas eleições gerais em 1974, terá uma mudança significativa no seu grupo diretivo regional. As urnas, além de levarem um liberal convicto e desafeto declarado de Leonel Brizola ao Senado Federal pelo MDB gaúcho, Paulo Brossard, elevando a importância desta figura para a oposição gaúcha e, conseqüentemente, no âmbito do MDB, acabam por renovar metade da bancada estadual do partido²⁸⁰.

²⁷⁷ Natural de Santa Maria, foi vereador por dois mandatos em Santo Augusto pelo PTB. Em 1968 torna-se prefeito da cidade pelo MDB. Concorre a deputado estadual em 1970 também pelo MDB, consagrando mais uma vitória. Reelege-se para a Assembleia Legislativa em 1974, sendo que em 1978 conquista uma cadeira na Câmara dos Deputados. Será um dos fundadores do PMDB gaúcho.

²⁷⁸ Natural de Erechim, fez carreira política em Canoas sempre pelo MDB. Elege-se Prefeito da cidade em 1968, entretanto não pôde assumir porque o regime civil-militar transforma, dez dias antes de sua posse, o município em área de Segurança Nacional, fazendo assim com que o novo Prefeito fosse nomeado pelo regime. Elege-se em 1970, 1974 e 1978 Deputado Estadual. Será um dos fundadores do PMDB gaúcho.

²⁷⁹ Ocorre em agosto daquele ano.

²⁸⁰ Dos 24 deputados estaduais eleitos pelo MDB, 12 estreiam na Assembleia Legislativa, são eles: Américo Copetti, César Schirmer, Romildo Bolzan, Fernando Guedes do Canto, Algir Lorenzon, Jorge Bandarra, Julio Costamilan, Porfírio Peixoto, Walter Troina, João Satte, Sedenir Rodrigues Martins, Júlio de Oliveira Vianna, Victorio Trez, Aldo Pinto e Elygio Meneghetti.

Apesar de manter Pedro Simon na Presidência, o partido alça os deputados estaduais Carlos Loureno Giacomazzi para a 1ª Vice-Presidência, Romildo Bolzan²⁸¹ para a Secretaria-Geral e Porfírio Peixoto²⁸² para a Tesouraria da Executiva Regional. A composição do Diretório Regional, entretanto, demonstra quão expressiva foi esta modificação do MDB, tendo em vista que somente 11 dos 44 membros eleitos – 25% do total – participaram das instâncias decisórias do antigo PTB gaúcho. Da mesma forma como abordado anteriormente, verifica-se que, apesar de Giacomazzi, Bolzan e Peixoto surgirem no cenário estadual somente no âmbito do MDB gaúcho, tomarão caminhos diferentes no retorno ao pluripartidarismo, tendo em vista que enquanto Giacomazzi ingressa no PMDB, os outros dois serão figuras importantes na fundação do PDT.

6.3.5. 1979

Em outubro de 1979 o MDB gaúcho realiza sua última convenção regional²⁸³ visando eleger seu corpo diretivo. Impulsionado por uma nova vitória em eleição majoritária no Rio Grande do Sul, a que levou o seu presidente, Pedro Simon, ao Senado Federal com expressiva votação, o encontro se dará sob a ampla discussão a respeito do retorno do pluripartidarismo no país²⁸⁴ que, aliado ao retorno às atividades político-partidárias de mais de 100 líderes oposicionistas, dentre eles a maior figura do trabalhismo gaúcho, Leonel Brizola que havia retornado ao país apenas 37 dias antes desta convenção²⁸⁵, ocasionará um encontro que, diferente dos anteriores, seja bastante tenso. A cobertura da imprensa na época²⁸⁶ aborda esta discussão entre os intitulados “trabalhistas”, que defendiam o retorno ao PTB, e convencionais que pregavam a unidade do MDB e criticavam abertamente as supostas

²⁸¹ Natural de Cachoeira do Sul, fez carreira política em Osório, sendo vereador e prefeito pelo PTB. Chega a Assembleia Legislativa em 1974, elegendo-se pelo MDB. Reelege-se em 1978 também pela legenda. Será um dos fundadores do PDT gaúcho.

²⁸² Natural de São Luiz Gonzaga, iniciou a carreira política na cidade como vereador pelo PTB elegendo-se em 1963. Pelo MDB-RS disputa com êxito vaga na Assembleia Legislativa em 1974 e 1978. Será um dos fundadores do PDT gaúcho.

²⁸³ Realizada no dia 14 de outubro de 1979.

²⁸⁴ Que se efetiva com a publicação da Lei 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Esta extinguirá as legendas até então existentes, bem como regravará a organização das novas legendas.

²⁸⁵ Retorna do exílio dia 7 de setembro de 1979.

²⁸⁶ Jornal Zero Hora, 15 de outubro de 1979, página 14.

declarações do ex-governador Leonel Brizola no seu retorno ao país, quando declara que “não existiu oposição nos últimos 15 anos no Brasil”²⁸⁷.

Sob esta conjuntura o MDB gaúcho elege os líderes que irão articular a transição para o sistema pluripartidário. Haja vista ter ocorrido consenso na composição tanto da nominata do Diretório quanto da Executiva Regional, percebe-se claramente a participação dos mais variados grupos abrigados no MDB e que foram contemplados com a participação na direção da seção gaúcha.

Desta forma, dentre os 44 eleitos para o Diretório Regional, 11 são líderes que eram membros da direção do antigo PTB – 25% do total. Destes, seis foram cassados e, com a retomada dos seus direitos políticos, retornam a vida partidária diretamente para a direção do MDB²⁸⁸. Além destes quadros históricos do trabalhismo, o restante da chapa é composto por inúmeras lideranças que emergiram no cenário estadual durante o período da Ditadura Civil-Militar, grupo este que, além de majoritário no Diretório, controla a Executiva Regional da legenda.

Com isto, além da recondução de Pedro Simon, Carlos Loureno Giacomazzi e Porfírio Peixoto respectivamente para a Presidência, 1ª Vice-Presidência e Tesouraria da seção gaúcha, outras duas jovens figuras são alçadas a espaços importantes no comando da legenda. Para a Secretaria-Geral foi eleito o então deputado estadual Rospide Neto²⁸⁹, e para a 1ª Secretaria o então presidente da Juventude do PMDB, Paulo Ziulkoski²⁹⁰, demonstrando que, apesar da ampla composição feita entre as mais variadas tendências para a eleição da chapa emedebista, lideranças que viriam a ser fundamentais no processo de estruturação do PMDB, como Neto e Ziulkoski, galgam espaços no comando da legenda oposicionista.

A partir destas informações, uma análise mais geral do comando emedebista no período verificará uma gradual redução da presença de líderes regionais do antigo PTB no âmbito da nova legenda, conforme tabela abaixo.

²⁸⁷ Jornal Zero Hora do dia 9 de setembro de 1979, na página 10, que trata da cobertura do retorno de Brizola ao país, repercute a declaração do ex-governador.

²⁸⁸ São eles, João Brusa Neto, Siegfried Heuser, Armando Temperani Pereira, que com a retomada do pluripartidarismo migram para o PMDB, e Henrique Henkin, Wilson Vargas e Marcos Klassmann, que migram para o PDT.

²⁸⁹ Natural de Iraí, iniciou a carreira política como vereador em Três de Maio em 1963 pelo PTB. Pelo MDB-RS concorre em três eleições para a Assembleia Legislativa (1970, 1974 e 1978), logrando sucesso em todos. Será um dos fundadores do PMDB gaúcho.

²⁹⁰ Era presidente do Setor Jovem do MDB Nacional. Será um dos fundadores do PMDB gaúcho.

Tabela 6 – Participação dos membros remanescentes dos Diretórios Estaduais do PTB em 1962 e/ou 1965 no âmbito dos Diretórios Regionais formados pelo MDB gaúcho no período que compreende 1966 a 1979.

INSTÂNCIAS EMEDEBISTAS	QUANTIDADE	%
DIRETÓRIO MDB - 1966	55	54,46%
DIRETÓRIO MDB - 1969	20	66,67%
DIRETÓRIO MDB - 1972	14	46,67%
DIRETÓRIO MDB - 1975	11	25,00%
DIRETÓRIO MDB - 1979	11	25,00%

Fonte: Atas do Diretório Regional do MDB-RS. Documentos cedidos pela direção estadual do PMDB gaúcho.

Igualmente, redução semelhante, e também consequente a partir da tabela acima²⁹¹, se dá no grupo que comanda durante o período a Executiva Regional do MDB (Tabela 7). Constatando-se uma queda mais acentuada no período de 1966 a 1972, pode-se supor que esta ocorre pelo fato das inúmeras cassações do período, que irão retirar da atividade política legal uma série de lideranças oposicionistas, bem como pela mudança geracional ocorrida no quadro de líderes oposicionistas, algo que não é anormal em um período de nove anos²⁹² em que os opositores foram submetidos a privações e perseguições de toda ordem, fazendo com que, a partir deste período, os trabalhistas históricos deixem de representar a maioria dos representantes dos colegiados da seção oposicionista gaúcha, conforme tabela abaixo.

Tabela 7 – Participação dos membros remanescentes dos Diretórios Estaduais do PTB em 1962 e/ou 1965 no âmbito das Executivas Regionais formadas pelo MDB gaúcho no período que compreende 1966 a 1979

INSTÂNCIAS EMEDEBISTAS	QUANTIDADE	%
EXECUTIVA MDB – 1965 ²⁹³	7	63,64%
EXECUTIVA MDB – 1969	6	100,00%
EXECUTIVA MDB - 1969 (1)	4	66,67%
EXECUTIVA MDB – 1972	3	37,50%
EXECUTIVA MDB – 1975	3	37,50%
EXECUTIVA MDB – 1979	3	37,50%

Fonte: Atas do Diretório Regional do MDB-RS. Documentos cedidos pela Direção Estadual do PMDB gaúcho.

²⁹¹ Neste caso supõe-se que, tendo em vista a Executiva Regional da legenda ser eleita pelos membros do Diretório Regional, esta perda da supremacia dos trabalhistas históricos no interior da legenda levará a uma menor representação também no órgão executivo.

²⁹² Até a convenção realizada em 1975, que consolidará a mudança gradual ocorrida nos últimos anos no MDB.

²⁹³ Cabe ressaltar que, neste caso, os números e percentuais são inferiores pela necessidade de negociação dos petebistas com membros de outras legendas para que migrassem para o MDB. Desta forma, dois membros do extinto MTR irão participar da primeira Executiva Regional do MDB (Osmar Lautenschleiger e Walter Von Muhlen), um do extinto PSD (Hermes Pereira de Souza), e um do PDC (Leônidas Xausa).

Da mesma forma, cabe analisar (tabela 8) como se posicionarão os 22 líderes petebistas que participaram em algum momento do comando do MDB gaúcho²⁹⁴, no período que compreende 1969 a 1979²⁹⁵, quando expostos à necessidade de se decidirem pelo retorno à legenda que os alçou ao cenário político regional. Isso tendo em vista que ocuparam espaços no comando petebista do Rio Grande do Sul, retomando assim às origens trabalhistas e as relações estabelecidas com Leonel Brizola e demais protagonistas do trabalhismo gaúcho, ou se darão preferência às relações e redes de lealdade²⁹⁶ estabelecidas no período da Ditadura Civil-Militar no âmbito do MDB com Pedro Simon, ingressando assim no PMDB.

Tabela 8 – Definição partidária dos membros remanescentes dos Diretórios Estaduais do PTB em 1962 e/ou 1965 que participaram em algum momento dos órgãos diretivos do MDB gaúcho no período que compreende 1966 à 1979

DEFINIÇÃO PARTIDÁRIA EM 1979/1980	QUANTIDADE	%
PMDB ²⁹⁷	11	50,00%
PDT ²⁹⁸	11	50,00%

Fonte: Atas do Diretório Regional do MDB-RS. Documentos cedidos pela direção estadual do PMDB gaúcho.

²⁹⁴ O número total de membros da direção do PTB que participaram do comando do MDB gaúcho é de 30, entretanto oito destes ou deixarão a vida pública antes de 1979 (casos de Antônio Bresolin, José Mandelli Filho e Suely Gomes de Oliveira), ou falecem antes deste período (casos de Marcírio Goulart, Osmany Veras, Victor Issler, Moacyr Avelar Aquistapace e Ney Brito).

²⁹⁵ Não se utiliza, neste caso, o primeiro Diretório eleito pelo MDB como instrumento de análise por não entendermos que a totalidade dos membros deste exercerá influência no desenvolvimento do MDB no Rio Grande do Sul, além de compreendermos que o ingresso e atuação na legenda destes não se deram de forma espontânea. Tendo em vista a brutalidade da extinção dos antigos partidos e o curto prazo para reorganização partidária entre 1965/1966. Desta forma o corte temporal se dá da segunda direção eleita, em 1969, até a quinta e última eleita, em 1979. Neste período, foram 148 vagas no Diretório Regional preenchidas por 76 lideranças diferentes.

²⁹⁶ Reis (2001) afirma que “os indivíduos, tendo em vista a multiplicidade de *sites* nos quais transitam, constroem elos flexíveis e plurais entre sí. Assim, trata-se de analisar o processo de constituição de cadeias de interdependências entre agentes ao longo de suas trajetórias individuais e coletivas, bem como a interferência dessas relações variadas e variáveis na conquista de posições sociais, nas concepções compartilhadas e nos posicionamentos assumidos (apud Elias, 1999, 1994, 1993; Sawicki, 1997; Gribaldi, 1988, entre outros). [...] mediante a reconstituição de laços, alianças e tensões, bem como seus efeitos nos itinerários, pode-se verificar os condicionantes da afirmação de novos recursos e repertórios de mobilização política, enfim da dinâmica cujo resultado é a coagulação de uma gama de recursos e tomadas de posição relacionais entre as gerações de militantes estudados.” (REIS, 2001, p. 62-63).

²⁹⁷ Migrarão para o PMDB os seguintes líderes trabalhistas: João Carlos Gastal, Alcides Costa, Harry Sauer, Siegfried Heuser, Aldo Fagundes, Armando Temperani Pereira, Ivo Sprandel, João Brusa Neto, Ney Brito, Pedro Simon e Valdir Antônio Lopes.

²⁹⁸ Migrarão para o PDT os seguintes líderes trabalhistas: Wilson Vargas da Silveira, Anselmo Francisco do Amaral, Ayrton Barnasque, Henrique Henkin, José Fidelis Ramos Coelho, Leocádio de Almeida Antunes, Lidovino Fanton, Raul José de Campos, Amarílio Moreira, Carlos da Silva Santos e Nolly Joner.

Verifica-se que, apesar destas lideranças terem emergido ao cenário político-partidário estadual ainda no âmbito do Partido Trabalhista, fazendo parte da direção daquela agremiação, este fator não será preponderante quando da decisão de retornar as hostes trabalhistas na legenda patrocinada por Leonel Brizola após seu regresso ao país em 1979. Ainda assim, cabe análise do momento de ingresso destas lideranças no âmbito da direção do PTB gaúcho, verificando se aquelas que emergem, ainda em 1962, e com isto partilham da convivência e relação com Leonel Brizola no comando do partido do Rio Grande do Sul até abril de 1964, irão dar preferência ao retorno ao PTB (PDT), e se aqueles que ingressam no comando petebista somente em 1965, junto com Pedro Simon e sem a presença de Leonel Brizola, já no exílio, darão preferência ao ingresso no MDB, tendo em vista as redes de lealdades estabelecidas na nova legenda²⁹⁹.

Tabela 9 – Definição partidária dos membros remanescentes do Diretório Estadual do PTB em 1962 que participaram em algum momento dos órgãos diretivos do MDB gaúcho no período que compreende 1966 a 1979.

DEFINIÇÃO PARTIDÁRIA EM 1979/1980	QUANTIDADE	%
PMDB ³⁰⁰	4	33,33%
PDT ³⁰¹	8	66,67%

Fonte: Atas do Diretório Regional do MDB-RS. Documentos cedidos pela direção estadual do PMDB gaúcho.

Tabela 10 – Definição partidária dos membros remanescentes do Diretório Estadual do PTB em 1965 que participaram em algum momento dos órgãos diretivos do MDB gaúcho no período que compreende 1966 a 1979.

DEFINIÇÃO PARTIDÁRIA EM 1979/1980	QUANTIDADE	%
PMDB ³⁰²	7	70,00%
PDT ³⁰³	3	30,00%

Fonte: Atas do Diretório Regional do MDB-RS. Documentos cedidos pela direção estadual do PMDB gaúcho.

²⁹⁹ Cabe recordar que este grupo de líderes esteve oficialmente no comando do PTB por somente cinco meses, quando as legendas criadas a partir de 1945 serão extintas pelo Ato Institucional de número 2.

³⁰⁰ São eles: João Carlos Gastal, Alcides Costa, Harry Sauer e Siegfried Heuser.

³⁰¹ São eles: Wilson Vargas da Silveira, Anselmo Francisco do Amaral, Ayrton Barnasque, Henrique Henkin, José Fidelis Ramos Coelho, Leocádio de Almeida Antunes, Lidovino Fanton e Raul José de Campos.

³⁰² São eles: Aldo Fagundes, Armando Temperani Pereira, Ivo Sprandel, João Brusa Neto, Nolly Joner, Pedro Simon e Valdir Antônio Lopes.

³⁰³ São eles: Amarílio Moreira, Carlos da Silva Santos e Otávio Brochado da Rocha.

Constata-se assim que enquanto o momento de ingresso no comando petebista pode sinalizar tendências de padrões para a definição partidária, somente o fato de ter sido membro da direção do PTB gaúcho não é uma variável explicativa da decisão para filiação no PDT ou PMDB. Enquanto a ampla maioria daqueles que participaram por mais tempo da direção dos trabalhistas e partilharam da relação com Leonel Brizola neste âmbito migra para o PDT, a maioria daqueles que ingressam na direção do PTB somente em 1965 e, por isto, não partilharam de ampla relação na elite petebista, inclusive com Leonel Brizola, tendo maior convívio com a figura de Pedro Simon, bem como similaridade na trajetória partidária com o mesmo, e mais tempo de relação com a elite emedebista, migra para o PMDB.

Como forma de concluir a análise do comando emedebista no período estabelecido, buscando construir padrões de trajetórias partidárias e a relação destas com as decisões a respeito da escolha pelo PDT ou PMDB, no início da década de 1980, resta a análise do grupo de líderes que ingressam no comando partidário regional somente no âmbito do MDB e que, por isto, supõe-se que, tendo em vista os espaços ali conquistados, as redes de lealdades estabelecidas e a proximidade de trajetória com Pedro Simon, migrarão para o PMDB.

No total são 46 lideranças³⁰⁴ que farão parte do comando emedebista no período e que, entretanto, não haviam participado da direção do PTB gaúcho. Este número é representativo dentro do MDB, haja vista que corresponde mais de sessenta por cento dos líderes³⁰⁵ que comporão os quadros diretivos da legenda oposicionista. Quanto à definição partidária quando da extinção do bipartidarismo, constata-se que a quantidade daqueles que escolheram o PMDB ou o PDT não é tão discrepante, não se confirmando a hipótese de que estes privilegiariam o PMDB pelas relações construídas naquela agremiação.

Tabela 11 – Definição partidária dos membros que participaram em algum momento dos órgãos diretivos do MDB gaúcho no período que compreende 1966 a 1979 que não participaram dos Diretórios Regionais do PTB em 1962 e/ou 1965.

DEFINIÇÃO PARTIDÁRIA EM 1979/1980	QUANTIDADE	%
PMDB ³⁰⁶	27	60,00%

³⁰⁴ Faremos a análise sobre a definição partidária de 45 destes membros, tendo em vista não terem sido descobertas as informações acerca da carreira política de Enio Peracchi.

³⁰⁵ 60,53% do total.

³⁰⁶ São eles: Eloar Guazelli, Jairo Brum, Nivaldo Soares, Celso Testa, Carlos Giacomazzi, Rosa Flores, Aristides Bertuol, Lino Zardo, José Sanfêlice Neto, Plínio Dutra, Waldir Walter, Rospide Neto, Jusara Gauto Guariglia, Paulo Steinhaus, Paulo Brossard, Alcides Saldanha, Mauá Benjamin Ferreira, Paulo Ziulkoski, Solismar Gomes Gonçalves, Jorge Uequet, Helio Musskopf, Ibsen Pinheiro, César Schirmer, Lélío Souza, Luis Madeira, Nicéia Brasil e Sérgio Weigert.

PDT³⁰⁷

18

40,00%

Fonte: Atas do Diretório Regional do MDB-RS. Documentos cedidos pela direção estadual do PMDB gaúcho.

Além da dispersão relativamente equilibrada, verifica-se que estes terão papel fundamental na criação das duas novas legendas que se intitulam herdeiras do trabalhismo no Rio Grande do Sul, a julgar por 21 destas lideranças fazerem parte dos primeiros Diretórios formados pelo PMDB/PDT em 1980 e 1981, sendo que oito estarão no comando do PDT³⁰⁸, enquanto 13 do PMDB³⁰⁹. Cabe destacar ainda a relevância desta representação, considerando-se que seis destes farão parte da Executiva Regional dos novos partidos³¹⁰, sendo cinco no PMDB e um no PDT.

Desta forma, apesar dos membros deste grupo de emedebistas ter se transferido em maior número ao PMDB, não se pode afirmar que o fato destes líderes chegarem à elite partidária somente no âmbito do MDB estabelecerá um padrão de migração para o sucedâneo, conforme demonstram os números da tabela acima.

Entretanto é indispensável à análise ainda do momento de ingresso destes na elite emedebista, considerando-se a hipótese de que aqueles que foram alçados no início das atividades do partido e, por isto, estiveram mais tempo expostos a atuação na legenda, bem como na relação com Pedro Simon, dariam preferência a uma migração para o PMDB.

Tabela 12 – Momento de ingresso dos emedebistas na elite dirigente da seção a nível estadual no período que compreende 1966 a 1979 e a definição partidária dos mesmos com o fim do bipartidarismo.

ANO DE INGRESSO NA ELITE EMEDEBISTA	TOTAL	NOVOS PARTIDOS	
		PMDB	PDT
1966	4	4	-
1969	8	6	2
1972	8	2	6
1975	12	7	5
1979	13	8	5

³⁰⁷ São eles: Nadir Rossetti, Moisés Velasquez, Edgar Marques de Mattos, Eloy Lenzi, Alberto André, Amaury Muller, Nelson Natálio Rodenbusch, Olímpio Albrecht, Aldo Pinto, Gil Cunegato Marques,

³⁰⁸ São eles: Alberto André, Aldo Pinto, Darci José Corbelini, Edgar Marques de Mattos, Gil Cunegato Marques, João Satte, Porfírio Peixoto e Romildo Bolzan.

³⁰⁹ São eles: Alcides Saldanha, Carlos Giacomazzi, César Schirmer, Ibsen Pinheiro, Lélío Souza, Luis Carlos Lopes Madeira, Jusara Gauto Guariglia, Nivaldo Soares, Paulo Brossard, Paulo Ziulkoski, Rosa Flores, Rospide Neto e Waldir Walter.

³¹⁰ No PMDB: César Schirmer, Rospide Neto, Paulo Ziulkoski, Alcides Saldanha e Nivaldo Soares. No PDT: João Satte, que é o primeiro presidente eleito pelo partido.

TOTAL	45	27	18
--------------	-----------	-----------	-----------

Fonte: Atas do Diretório Regional do MDB-RS. Documentos cedidos pela direção estadual do PMDB gaúcho.

Verifica-se assim que as lideranças que ingressam no comando emedebista logo após a fundação da legenda e, com isto, permanecem por mais tempo na militância no âmbito estadual, privilegiam o ingresso no PMDB em detrimento do PDT, fato que se supõe pela relação de compromisso dos mesmos, tanto com a agremiação, a qual acompanhará desde seu desenvolvimento inicial até o ciclo de vitórias em 1974/1978, quanto pela proximidade com Pedro Simon, que assumirá o comando da legenda em 1969 junto a estes e organizará a mesma durante todo o período da Ditadura Civil-Militar. Esta tendência já havia sido encontrada no âmbito do PTB, onde 75 por cento dos membros do Diretório do PTB de 1962 que irão participar da formação das duas novas legendas preferiram o PDT em detrimento do PMDB, privilegiando assim as relações estabelecidas e construídas no âmbito da antiga legenda trabalhista, principalmente no período de convívio com o ex-governador gaúcho.

Assim, verifica-se que enquanto a hipótese, isolada, do tempo de permanência no interior da elite partidária é insuficiente para estabelecermos uma regularidade acerca da migração partidária, isto porque conforme dados expostos nos quadros acima, teremos inúmeras lideranças que atuam somente no comando do MDB e que migrarão para o PDT, bem como lideranças influentes do trabalhismo gaúcho que, na iminência da decisão partidária, resolvem aderir ao PMDB e não a legenda capitaneada por Leonel Brizola, demonstra-se necessário a inclusão de outras variáveis que poderão colaborar na elucidação dos fatores que influenciaram as decisões dos mesmos. Como exemplo a proximidade e relação da elite emedebista com os dois líderes, bem como seus grupos, que capitanearam a criação do PMDB e PDT, Simon e Brizola. Entretanto, cabe análise da dinâmica dos parlamentares opositoristas visando encontrar padrões que possibilitem estabelecermos regularidades acerca das trajetórias político-partidárias da totalidade da elite emedebista.

6.4. OS PARLAMENTARES DO MDB GAÚCHO

A análise da trajetória dos parlamentares eleitos pelo MDB gaúcho³¹¹, no período de 1966 a 1978, constitui-se fator importante para buscar elucidar se existem padrões de carreira político-partidária, que vieram a moldar as decisões pelo PMDB ou PDT, ao final da década

³¹¹ Considerar-se-á todos os deputados estaduais e federais eleitos pela legenda nos pleitos de 1966, 1970, 1974 e 1978.

de 1970. O exercício parlamentar no âmbito do MDB está intrinsecamente ligado à existência e ao poder no âmbito da legenda, tendo em vista os critérios que exigiam para criação das legendas após 1965 um número mínimo de parlamentares, o que acabou por supervalorizar a participação destes no interior do MDB³¹².

Desta forma, buscar-se-á verificar as nominatas eleitas pelo MDB gaúcho visando, inicialmente, constatar a intensidade da presença de lideranças regionais do antigo PTB nas cadeiras conquistadas pelo MDB no período mencionado. A análise dos parlamentares eleitos pelo MDB permitirá também examinar a posição destes antes de 1964, buscando assim questionar se aqueles que já ocupavam local de destaque nas disputas eleitorais pelo PTB gaúcho³¹³ visarão, com o retorno de Leonel Brizola e a recriação da legenda, retomar a mesma, bem como se aqueles que emergiram nas disputas estaduais somente no âmbito do MDB³¹⁴ irão privilegiar a filiação ao PMDB, tendo em vista terem construído sólida relação com esta legenda e com as lideranças que lá militavam.

No total foram 178 cadeiras conquistadas pelo MDB no período, sendo 64 na Câmara dos Deputados e 114 na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, distribuídas conforme a Tabela 13.

Tabela 13 – Quantidade de cadeiras conquistadas pelo MDB gaúcho na Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados no período que compreende 1966 a 1978.

ANO DO PLEITO ELEITORAL	QUANTIDADE MDB	
	CÂMARA	ASSEMBLEIA
1966	15	28
1970	12	23
1974	19	32
1978	18	31
TOTAL	64	114

Fonte: Atas das eleições gerais do Rio Grande do Sul de 1966, 1970, 1974 e 1978 disponíveis no site do TRE-RS

³¹² Considera-se aqui útil a abordagem de Duverger (1970), quando, ao salientar a influência da origem no desenvolvimento da legenda, classifica os partidos de duas maneiras, os de “criação interna” e de “criação externa”. Quanto ao primeiro caso, ao qual poderíamos citar o MDB, o autor ressalta que conquistar assentos nos parlamentos é fundamental, sendo assim maximizada a Arena eleitoral e parlamentar.

³¹³ Consideram-se, neste caso, aqueles líderes que já haviam disputado eleições a nível estadual pelo PTB gaúcho, seja como candidatos à Assembleia Legislativa e/ou Câmara dos Deputados.

³¹⁴ Consideram-se, neste caso, aqueles que só ingressaram nas disputas a nível estadual, ou seja, buscando cadeiras na Assembleia Legislativa e/ou Câmara dos Deputados, pelo MDB.

Estas foram conquistadas por 92 lideranças diferentes no período que, junto aos membros do Diretório e Executiva Estadual, compuseram a elite dirigente emedebista do Rio Grande do Sul no período³¹⁵, conforme o Quadro 3:

Quadro 3 – Relação nominal dos 92 parlamentares que foram eleitos Deputados estaduais e/ou Deputados federais pelo MDB gaúcho no período que compreende 1966 a 1978.

Adylio Martins Vianna	Floriceno Paixão	Matheus Schmidt
Alceu Collares	Gabriel Mallmann	Moisés Velasquez
Alcides Costa	Getúlio Dias	Mozart Rocha
Aldo Fagundes	Gil Cunegatto Marques	Nadyr Rossetti
Aldo Pinto	Harry Sauer	Nivaldo Soares
Algir Lorenzon	Hélio Corbellini	Nolly Joner
Aluizio Paraguassu	Henrique Henkin	Odacir Klein
Amarílio Borges Moreira	Ibsen Pinheiro	Osmany Veras
Amaury Muller	Ivo Mainardi	Oswaldo Barlem
Américo Copetti	Ivo Sprandel	Otávio Caruso da Rocha
Antenor Ferrari	Jairo Brum	Paulo Brossard
Antônio Bresolin	João Carlos da Silva Severiano	Pedro Gomes Nunes
Aristides Bertuol	João Carlos Gastal	Pedro Simon
Ayrton Barnasque	João Gilberto Lucas Coelho	Plínio Dutra
Brusa Netto	João Satte	Porfírio José Peixoto
Caetano Peruchin	Jorge Bandarra	Renato Souza
Carlos Augusto de Souza	Jorge Uequet	Rospide Netto
Carlos da Silva Santos	José Fogaça	Romildo Bolzan
Carlos Giacomazzi	José Antônio Albrecht	Rosa Flores
Celso Testa	José Cardoso Frepagani	Rubem Machado Lang
César Schirmer	José Mandelli Filho	Sedenir Rodrigues
Darcilo Giacomazzi	José Sanfelice Neto	Suely Gomes Oliveira
Dorival Cândido Oliveira	Júlio Costamilan	Teresinha Irigaray
Edgar Marques de Mattos	Júlio de Oliveira Vianna	Unírio Machado
Eloar Guazzelli	Lauro Hagemann	Valdir Antônio Lopes
Eloy Lenzi	Lauro Pereira Rodrigues	Victor Issler
Elton Fensterseifer	Lélio Souza	Victorio Trez
Elygio Albino Meneghetti	Lidovino Fanton	Waldir Walter
Erasmus Dias Chiapetta	Lino Zardo	Walter Troina
Fernando do Canto	Magnus Guimarães	Zaire Nunes Pereira
Flávio Ramos	Mariano Beck	

³¹⁵ Conforme demonstrado na seção anterior, ampla maioria dos parlamentares foram também membros dos órgãos diretivos do MDB gaúcho, desta forma foram objeto de análise tanto na perspectiva de dirigentes partidários, bem como serão nesta seção analisados a partir da perspectiva de candidatos às eleições estaduais no Rio Grande do Sul.

Fonte: Atas das eleições gerais do Rio Grande do Sul de 1966, 1970, 1974 e 1978 disponíveis no site do TRE-RS

6.4.1. 1966

Os resultados das eleições gerais de 1966 demonstram a predominância de líderes estaduais trabalhistas no seio da nova legenda. Isto porque, no caso da bancada federal eleita pelo novo partido, 12³¹⁶, dos 15 parlamentares eleitos, já haviam disputado eleições estaduais pelo PTB³¹⁷. Destes trabalhistas, nove já haviam exercido mandatos de deputados pela legenda³¹⁸ e outros três haviam disputado eleições estaduais pelo partido³¹⁹.

Na bancada eleita pelo partido para a Assembleia Legislativa, apesar da grande quantidade de lideranças estaduais do PTB, o amplo predomínio encontrado na bancada federal não se repete, apesar do número ser significativo. Metade dos 28 parlamentares eleitos pelo MDB já ocupavam espaços importantes nas nominatas petebistas, sendo que sete já haviam exercido mandatos de deputados pela legenda³²⁰, e outros sete já haviam disputado cadeiras na Câmara dos Deputados ou Assembleia Legislativa pelo PTB³²¹.

No caso da bancada estadual eleita pelo MDB, verifica-se uma renovação significativa se comparada com a última bancada eleita pelo PTB, ainda em 1962. Isto decorre, em grande

³¹⁶ Inclui-se neste caso Jairo Brum, que foi deputado estadual pelo PTB mas que, entretanto, estava no MTR quando da extinção do pluripartidarismo em 1965.

³¹⁷ Os três parlamentares eleitos em 1966 pelo MDB, que não haviam disputado eleições estaduais pelo PTB são: Paulo Brossard, que foi por três mandatos deputado estadual pelo PL; Nadyr Rossetti, que foi vereador pelo PTB em Caxias do Sul, além de Otávio Caruso da Rocha, que inicia as disputas eleitorais somente neste pleito, entretanto o mesmo é de uma família tradicional do trabalhismo gaúcho, tendo seu pai (Francisco de Paula Brochado da Rocha) participado da Revolução de 1930, sendo, inclusive, primeiro-ministro do Governo João Goulart em 1962, e seu tio (José Diogo Brochado da Rocha) que foi deputado federal por dois mandatos pelo PTB gaúcho.

³¹⁸ São eles: Floriceno Paixão (eleito dep. federal em 1958/1962); Antônio Bresolin (eleito deputado federal em 1962), Mariano Beck (deputado estadual em 1954 pelo PTB); Adylio Martins Vianna (eleito deputado estadual em 1950 e deputado federal em 1954, 1958 e 1962), Henrique Henkin (eleito deputado estadual em 1962), Jairo Brum (eleito deputado estadual em 1954 e 1958 pelo PTB e deputado federal em 1962 pelo MTR), Unírio Machado (eleito deputado federal em 1954, 1958 e 1962), Aldo Fagundes (eleito deputado estadual em 1962) e Zaire Nunes Pereira (eleito deputado estadual em 1958 e deputado federal em 1962).

³¹⁹ São eles: Matheus Schmidt (candidato à deputado federal em 1962); José Mandelli Filho (candidato à deputado federal em 1962); Victor Issler (candidato à deputado federal em 1962).

³²⁰ São eles: Pedro Simon (eleito deputado estadual em 1962); Harry Sauer (eleito deputado estadual em 1958 e 1962); Brusa Netto (eleito deputado estadual em 1962); Carlos Santos (eleito deputado estadual em 1962); Suely Gomes de Oliveira (eleita deputada estadual em 1950, 1954, 1958 e 1962); Ayrton Barnasque (eleito deputado estadual em 1954, 1958 e 1962), além de Alcides Costa (eleito deputado estadual em 1958).

³²¹ São eles: Ivo Sprandel (candidato à deputado estadual em 1962); Valdir Antônio Lopes (candidato à deputado estadual em 1954 e 1962); Lidovino Fanton (candidato à deputado estadual em 1958 e 1962); Nolly Joner (candidato à deputado estadual em 1962); Mozart Rocha (candidato à deputado estadual em 1962); Osmany Veras (candidato à deputado estadual em 1958 e 1962), além de Darcilo Ivo Giacomazzi (candidato à deputado estadual em 1958 e 1962).

parte, pelo fato de que, 10 dos 23 membros eleitos daquela bancada trabalhista tiveram seus direitos políticos cassados pela ditadura civil-militar no período que compreende o golpe de 1964³²² e o pleito de 1966, retirando assim petebistas tradicionais da disputa e abrindo espaços para inúmeras novas lideranças que chegarão a Assembleia Legislativa pela primeira vez filiados ao MDB gaúcho.

Quando se verifica qual foi o caminho partidário que os remanescentes destes grupos tomaram a partir de 1979, percebe-se um movimento difuso se compararmos os caminhos seguidos pelos membros destas bancadas. Enquanto na Bancada Federal ocorre uma tendência de migração daqueles que já ocupavam espaços no cenário político estadual do Rio Grande do Sul pelo PTB para o PDT, sendo que setenta por cento destes seguiram Leonel Brizola na nova legenda, na Bancada Estadual ocorre um movimento inverso, com ampla maioria daqueles membros ingressando no MDB após 1979, conforme a Tabela 14.

Tabela 14 – Posição no quadro político-partidário anterior dos Deputados federais eleitos pelo MDB gaúcho em 1966 e a definição partidária dos mesmos a partir do fim do bipartidarismo.

POSIÇÃO ANTERIOR A 1964	DEFINIÇÃO PARTIDÁRIA		
	TOTAL	PMDB	PDT
DEPUTADO PELO PTB ³²³	9	2	4
CANDIDATO À DEPUTADO PELO PTB ³²⁴	3	-	1
SEM RELAÇÃO COM DEPUTAÇÃO PELO PTB	3	1	2
TOTAL	15	3	7

Fonte: Atas das eleições gerais do Rio Grande do Sul de 1950, 1954, 1958, 1962, 1966, 1970, 1974 e 1978 disponíveis no site do TRE-RS.

³²² São eles: José Lamaison Porto (cassado em 7 de maio de 1964); João Caruso Scuderi (cassado em 7 de maio de 1964); Wilson Vargas da Silveira (cassado em 7 de maio de 1964); Justino da Costa Quintana (cassado em 7 de maio de 1964); Hélio Ricardo Carneiro da Fontoura (cassado em 4 de julho de 1966); Antonio Visintainer (cassado em 7 de maio de 1964); Beno Orlando Burmann (cassado em 7 de maio de 1964); Wilmar Taborda (cassado em 4 de julho de 1966); Álvaro da Cunha (cassado em 7 de junho de 1966) e Rubens Dário Porciúncula (cassado em 7 de maio de 1964). Neste caso não foi contabilizada a cassação de Sereno Chaise, eleito deputado estadual em 1962, tendo em vista a cassação ter se dado quando este já era prefeito de Porto Alegre, cargo que assumiu após renunciar ao mandato sufragado nas urnas em 1963.

³²³ Não foram contabilizados: Mariano Beck, Antônio Bresolin e Adylio Martins Vianna que, segundo o que consta, abandonaram a vida pública durante a década de 1970 e não voltam a ter militância partidária logo após 1979.

³²⁴ Não foi contabilizado José Mandelli Filho que, o segundo o que consta, abandonou a vida pública pouco antes da reorganização partidária que se dá no final da década de 1970, além de Victor Issler, que falece em 1976.

Tabela 15 – Posição no quadro político-partidário anterior dos Deputados estaduais eleitos pelo MDB gaúcho em 1966 e a definição partidária dos mesmos a partir do fim do bipartidarismo.

POSIÇÃO ANTERIOR A 1964	DEFINIÇÃO PARTIDÁRIA		
	TOTAL	PMDB	PDT
DEPUTADO PELO PTB ³²⁵	7	5	1
CANDIDATO À DEPUTADO PELO PTB ³²⁶	7	4	2
SEM RELAÇÃO COM DEPUTAÇÃO PELO PTB ³²⁷	14	9	2
TOTAL	28	18	5

Fonte: Atas das eleições gerais do Rio Grande do Sul de 1950, 1954, 1958, 1962, 1966, 1970, 1974 e 1978 disponíveis no site do TRE-RS.

Os resultados acima podem ocorrer devido a uma série de fatores que somente a hipótese de que aqueles que já exerciam liderança estadual dentro das nominatas do PTB seguiriam o PDT não pode explicar, conforme apresentado.

No caso da bancada federal, pode-se supor que o fato de grande parte daqueles que ali se encontram ter trajetórias mais longas no interior do PTB, se comparado com os membros da bancada estadual, acaba por criar laços e relações, inclusive com Leonel Brizola, que serão reativadas quando do restabelecimento do PTB, criado como PDT. Verifica-se, por exemplo, que dentre os cinco deputados federais eleitos pelo MDB, que já haviam sido candidatos ou eleitos pelo PTB e que migram para o PDT, quatro haviam disputado mais de uma eleição estadual pelo partido³²⁸, enquanto que os dois que migram para o PMDB têm histórico menor de disputas pelo PTB³²⁹. Entretanto, se compararmos as duas nominatas, veremos que aqueles com maior tempo de atuação no âmbito do trabalhismo gaúcho e que foram eleitos pelo MDB em 1966 para a Assembleia Legislativa, migrarão, em ampla maioria, para o PMDB, contradizendo a hipótese trabalhada.

³²⁵ Não contabilizado: Suely Gomes de Oliveira que abandona a vida pública no início de 1975.

³²⁶ Não contabilizado: Osmany Veras que falece em 1974.

³²⁷ Não contabilizados: Rubem Machado Lang, que abandona a vida pública; Aristides Bertuol que falece em 1979 e Oswaldo Barlem que falece em 1968.

³²⁸ Conforme os casos de Floriceno Paixão, que já havia sido eleito deputado federal em 1958 e 1962; Henrique Henkin, que foi candidato à deputado estadual em 1958 e 1962, saindo vitorioso na segunda tentativa; Unírio Machado, que desde 1955 era um dos representantes do PTB na Câmara, além de Zaire Nunes Pereira, que foi se eleger deputado estadual em 1958 e deputado federal em 1962.

³²⁹ Conforme os casos de Aldo Fagundes, que disputou – e venceu – somente o pleito de 1962 para a Assembleia Legislativa e Jairo Brum que, apesar de ser uma liderança histórica do PTB (foi prefeito de Guaporé e duas vezes deputado federal pela legenda), havia migrado para o MTR acompanhando a dissidência trabalhista comandada por Fernando Ferrari.

Desta forma, a análise de outros fatores será fundamental para compreender os fatores que levaram os atores a tomarem suas decisões. No caso da bancada estadual, a presença de Pedro Simon neste grupo e o convívio praticado entre os mesmos no âmbito da “resistência” ao regime civil-militar, além de grande parte destes membros não ter relação mais profunda com o antigo PTB³³⁰, pode ser um fator explicativo para a decisão de migrarem para o PMDB em detrimento do PDT em 1980/1981, principalmente para aqueles que, como Pedro Simon, já haviam disputado - alguns com êxito – pleitos estaduais pelo PTB, mas que, só no MDB, é que irão alcançar protagonismo, assemelhando assim suas trajetórias e histórico de lutas com o aquele que liderará o MDB e o PMDB, Pedro Simon.

Cabe também destacar que muitos destes que migram para o sucedâneo do MDB chegam aos postos mais altos de suas carreiras exatamente pelo MDB, enquanto que no PTB gaúcho, recheado de líderes tradicionais, não passavam de lideranças locais³³¹ da legenda. Exemplo é que oito dos deputados estaduais do MDB, eleitos em 1966 e que migram para o PMDB, irão estrear nas disputas estaduais somente nesta eleição. Destaca-se também a posição desta bancada como precursora e “fundadora” do noviço partido. Sendo este grupo, principalmente, que atuava junto às bases eleitorais e na organização do MDB gaúcho, fato que, haja vista a relação afetiva dos mesmos para com a organização, pode ter colaborado na decisão de migrar para o sucedâneo, o PMDB.

6.4.2. 1970

As bancadas eleitas pelo MDB gaúcho em 1970 não trazem muitas novidades do que já ocorrera no pleito anterior, exceto o fato da redução do número de representantes da oposição, tanto na Assembleia Legislativa, quanto na Câmara dos Deputados³³². No caso da escolha partidária, a partir da extinção do MDB, verifica-se a mesma dinâmica das bancadas eleitas em 1966. Enquanto a maioria dos deputados federais eleitos em 1970 migra para o PDT, a ampla maioria dos deputados estaduais eleitos migra para o PMDB.

No que tange a Bancada Federal da legenda, verifica-se que dos 12 parlamentares eleitos em 1970, 10 disputaram as eleições gerais de 1966 pelo MDB, sendo nove para a

³³⁰ Várias haviam disputado somente pleitos locais antes de se elegerem para a Assembleia Legislativa pelo MDB.

³³¹ Normalmente ocupavam os cargos de vereador, vice-prefeito ou prefeito.

³³² A representação do MDB gaúcho foi reduzida em três cadeiras na Câmara dos Deputados e cinco na Assembleia Legislativa.

Câmara dos Deputados e um para a Assembleia Legislativa³³³. Formada na sua maioria por líderes do trabalhismo gaúcho, a bancada é composta por quatro ex-parlamentares do PTB³³⁴, além de três líderes que já haviam disputado eleições estaduais pela legenda trabalhista³³⁵. A participação daqueles que não haviam concorrido em pleitos regionais até 1966 aumenta em comparação a este ano em 5 pessoas³³⁶, demonstrando que enquanto na bancada estadual a renovação se dá de forma mais rápida, atingindo metade dos eleitos já em 1966, no caso da federal a substituição dos quadros se dará de forma lenta e gradual até 1978.

Tabela 16 – Posição no quadro político-partidário anterior dos Deputados federais eleitos pelo MDB gaúcho em 1970 e a definição partidária dos mesmos a partir do fim do bipartidarismo.

POSIÇÃO ANTERIOR A 1964	TOTAL	DEFINIÇÃO PARTIDÁRIA	
		PMDB	PDT
DEPUTADO PELO PTB ³³⁷	4	3	-
CANDIDATO À DEPUTADO PELO PTB ³³⁸	3	-	-
SEM RELAÇÃO COM DEPUTAÇÃO PELO PTB	5	-	5
TOTAL	12	3	5

Fonte: Atas das eleições gerais do Rio Grande do Sul de 1950, 1954, 1958, 1962, 1966, 1970, 1974 e 1978 disponíveis no site do TRE-RS.

Quando se analisa a definição partidária dos membros desta Bancada, refuta-se completamente a hipótese de que, o fato das lideranças terem sido alçadas ao cenário político estadual nos quadros do PTB ou do MDB, definiriam as posições dos mesmos em 1979 pelo PDT ou PMDB. Tendo em vista que todos aqueles que foram eleitos parlamentares pelo PTB e ainda permaneciam na vida pública em 1979 migram para o PMDB, enquanto que aqueles que emergiram somente nas disputas estaduais filiados ao MDB migram para o PDT. Desta forma, conforme abordaremos nos próximos capítulos, o contexto da decisão por umas das

³³³ Os que disputaram uma cadeira na Câmara dos Deputados em 1960 se elegeram, e se reelegeram em 1970: Antônio Bresolin, Jairo Brum, Aldo Fagundes, Nadyr Rossetti, Victor Issler e José Mandelli Filho. Os que disputaram uma cadeira na Câmara dos Deputados pelo MDB gaúcho e ficaram na suplência em 1966, elegendando-se em 1970, são: Alceu Collares, Lauro Rodrigues e Getúlio Dias. Além de Harry Sauer, eleito deputado estadual em 1966.

³³⁴ São eles: Antônio Bresolin, Jairo Brum, Aldo Fagundes e Harry Sauer.

³³⁵ São eles: Victor Issler, Lauro Rodrigues e José Mandelli Filho.

³³⁶ Todos eles militavam no antigo PTB, sem, entretanto, disputar eleições estaduais: São eles: Eloy Lenzi, Amaury Muller, Getúlio Dias, Alceu Collares e Nadyr Rossetti.

³³⁷ Antônio Bresolin abandona a vida pública no início de 1979.

³³⁸ Lauro Rodrigues falece em 1978; Victor Issler falece em 1976 e José Mandelli Filho abandona a vida pública no início de 1979.

novas agremiações criadas a partir do restabelecimento do pluripartidarismo, bem como os vínculos e relações pessoais estabelecidos entre os líderes políticos ao longo das décadas anteriores, poderá colaborar na elucidação dos motivos que levaram estes líderes a definir por suas novas agremiações.

No caso da Bancada Estadual eleita no pleito, em um total de 23, 15 são remanescentes da nominata apresentada pelo MDB em 1966, sendo que 13 foram eleitos naquele pleito³³⁹ – e reeleitos em 1970 – e dois ficaram na suplência, chegando à Assembleia Legislativa somente neste pleito³⁴⁰, demonstrando a dificuldade da oposição gaúcha em ampliar seus quadros nos anos iniciais da ditadura civil-militar instalada desde 1964. Quanto à relação com o quadro político-partidário anterior a este período, verifica-se que diminui a presença daqueles que já haviam disputado pleitos estaduais pelo PTB até a eleição ocorrida em 1962, haja vista que enquanto estes representavam metade da bancada eleita em 1966 pelo MDB, daqueles eleitos pela legenda oposicionista no pleito de 1970 representam pouco menos de 40 por cento³⁴¹.

Tabela 17 – Posição no quadro político-partidário anterior dos Deputados estaduais eleitos pelo MDB gaúcho em 1970 e a definição partidária dos mesmos a partir do fim do bipartidarismo.

POSIÇÃO ANTERIOR A 1964	TOTAL	DEFINIÇÃO PARTIDÁRIA	
		PMDB	PDT
DEPUTADO PELO PTB ³⁴²	5	4	-
CANDIDATO À DEPUTADO PELO PTB	4	3	1
SEM RELAÇÃO COM DEPUTAÇÃO PELO PTB	14	9	4
TOTAL	23	16	5

Fonte: Atas das eleições gerais do Rio Grande do Sul de 1950, 1954, 1958, 1962, 1966, 1970, 1974 e 1978 disponíveis no site do TRE-RS.

Da mesma forma como constatado na bancada estadual eleita pelo MDB em 1966 e a federal eleita em 1970, não se confirma a hipótese de uma migração dos antigos líderes

³³⁹ São eles: Pedro Simon, Rosa Flores, Suely Gomes de Oliveira, Lino Zardo, Celso Testa, Nolly Joner, Ivo Sprandel, Carlos da Silva Santos, Valdir Antônio Lopes, Moisés Velasquez, Lidovino Fanton, Alcides Costa e Aristides Bertuol.

³⁴⁰ São eles: Amarílio Moreira e Nivaldo Soares.

³⁴¹ Nove deputados, em um total de 23 eleitos, representando 39,13% da bancada, já haviam disputado à deputação pelo antigo PTB. São eles: Pedro Simon, Suely Gomes de Oliveira, Carlos da Silva Santos, João Carlos Gastal e Alcides Costa, que foram deputados eleitos pelo PTB em pleitos realizados até 1966, além de Nolly Joner e Aluizio Paraguassu, Valdir Antônio Lopes e Lidovino Fanton, que conquistado à suplência.

³⁴² Não foi contabilizada a deputada Suely Gomes de Oliveira, que abandona a vida pública no início de 1975.

estaduais petebistas para o PDT, junto a Leonel Brizola. Dos nove eleitos neste pleito, que já haviam concorrido – eleitos ou não – à deputação pelo antigo PTB, somente um acompanha o líder máximo do trabalhismo gaúcho em 1979, enquanto outros sete acompanham Pedro Simon rumando para o PMDB.

Este contingente é menor, inclusive, do que aquele registrado na análise dos novatos na disputa estadual em 1970. Enquanto somente 12 por cento³⁴³ dos líderes estaduais remanescentes do antigo PTB rumam para o PDT, o percentual dos novatos que acompanham a Leonel Brizola é de mais de 30 por cento³⁴⁴, demonstrando, conforme constatado também na análise das bancadas anteriores, que a relação causal estabelecendo o ingresso nas disputas estaduais por uma determinada legenda, como fator fundamental para a definição partidária futura acaba não se confirmando.

6.4.3. 1974

O pleito deste ano demonstra pela primeira vez na história, um avanço eleitoral significativo do MDB no Rio Grande do Sul, tendo em vista a vitória na única disputa majoritária disponível pelo voto direto, o triunfo na disputa a uma cadeira no senado federal com Paulo Brossard, além da conquista de 16 cadeiras a mais do que o último pleito, sendo sete cadeiras a mais na Câmara dos Deputados e nove na Assembleia Legislativa, avanço este similar ao do MDB no restante do país no pleito de 1974.

No caso da bancada federal eleita pela legenda, 15 dos 19 parlamentares eleitos, já haviam concorrido e vencido às disputas em 1970 pelo MDB, sendo 11 para uma cadeira na Câmara dos Deputados³⁴⁵, e quatro para a Assembleia Legislativa³⁴⁶, demonstrando assim que, apesar do expressivo crescimento da bancada e do partido neste pleito, são lideranças do MDB com *recall* eleitoral, a nível estadual, que ocuparão em grande parte estes espaços ampliados nas urnas.

Entretanto, nota-se que, apesar da baixa renovação, se comparada esta bancada federal com a eleita em 1970, ela é significativa quando se verifica a atuação política-eleitoral dos deputados federais eleitos em 1974 no âmbito do sistema pluripartidário encerrado em 1965.

³⁴³ Exatos 12,50%.

³⁴⁴ Exatos 30,77%.

³⁴⁵ São eles: Alceu Collares, Antônio Bresolin, Getúlio Dias, Nadyr Rossetti, Lauro Pereira Rodrigues, Eloy Lenzi, Aldo Fagundes, Amaury Muller, Harry Sauer, José Mandelli Filho e Jairo Brum.

³⁴⁶ São eles: Rosa Flores, Aluizio Paraguassu Ferreira, Lidovino Fanton e Carlos da Silva Santos.

Diferente das nominatas eleitas pelo MDB para a Câmara dos Deputados desde sua fundação, onde lideranças estaduais do antigo PTB predominavam, este será o primeiro pleito onde lideranças que foram alçadas as disputas eleitorais estaduais já no âmbito do MDB serão maioria entre os eleitos, conforme tabela abaixo:

Tabela 18 – Posição no quadro político-partidário anterior dos Deputados federais eleitos pelo MDB gaúcho em 1974 e a definição partidária dos mesmos a partir do fim do bipartidarismo

POSIÇÃO ANTERIOR A 1964	TOTAL	DEFINIÇÃO PARTIDÁRIA	
		PMDB	PDT
DEPUTADO PELO PTB	5	4	-
CANDIDATO À DEPUTADO PELO PTB	3	-	1
SEM RELAÇÃO COM DEPUTAÇÃO PELO PTB	11	4	7
TOTAL	19	8	8

Fonte: Atas das eleições gerais do Rio Grande do Sul de 1950, 1954, 1958, 1962, 1966, 1970, 1974 e 1978 disponíveis no site do TRE-RS.

Assim sendo, nada menos do que cerca de 58 por cento da nova bancada federal do MDB gaúcho não disputou eleições a nível estadual pelo antigo PTB, certificando assim, agora também no âmbito federal, o processo gradual de renovação dos quadros eleitos pelo MDB gaúcho e, conseqüentemente, a presença cada vez menor de lideranças tradicionais petebistas na elite política emedebista.

Da mesma forma, verifica-se que a migração partidária deste grupo também refuta a hipótese estabelecida, tendo em vista que enquanto a maioria daqueles que surgirão no cenário eleitoral do Rio Grande do Sul, a partir do MDB, migrarão para o PDT, a maioria daqueles que iniciaram as disputas pelo PTB, migrarão para o PMDB.

Quanto à bancada estadual, eleita pela legenda oposicionista, a renovação dos quadros unguídos pelos emedebistas em 1974 é ainda mais expressiva. De um total de 32 parlamentares que foram eleitos naquele pleito à Assembleia Legislativa pelo MDB, somente cinco haviam disputado eleições estaduais pelo antigo PTB³⁴⁷, conforme tabela abaixo:

³⁴⁷ São eles: Pedro Simon e João Carlos Gastal, que foram eleitos pelo PTB para a Assembleia Legislativa, além de Ivo Sprandel, Valdir Antônio Lopes e Nolly Joner, que foram suplentes nas disputas das cadeiras na Assembleia Legislativa quando estavam filiados ainda ao PTB.

Tabela 19 – Posição no quadro político-partidário anterior dos Deputados estaduais eleitos pelo MDB gaúcho em 1974 e a definição partidária dos mesmos a partir do fim do bipartidarismo

POSIÇÃO ANTERIOR A 1964	TOTAL	DEFINIÇÃO PARTIDÁRIA	
		PMDB	PDT
DEPUTADO PELO PTB	2	2	-
CANDIDATO À DEPUTADO PELO PTB	3	3	-
SEM RELAÇÃO COM DEPUTAÇÃO PELO PTB	27	17	10
TOTAL	32	22	10

Fonte: Atas das eleições gerais do Rio Grande do Sul de 1950, 1954, 1958, 1962, 1966, 1970, 1974 e 1978 disponíveis no site do TRE-RS.

Se somados os deputados federais eleitos, que também estiveram nesta posição de destaque nos pleitos regionais ainda pelo PTB, veremos que somente 13 de um total de 51 parlamentares aclamados nas urnas pelo MDB gaúcho em 1974³⁴⁸ haviam alcançado o cenário de disputas estaduais, ainda pelo antigo partido, dado que demonstra a ampla renovação que acometeu a elite emedebista, apenas oito anos depois de sua criação.

Este grupo significativo de jovens lideranças que emergem para as disputas eleitorais estaduais no interior do MDB, distante do trabalhismo varguista-brizolista e alçados a lideranças estaduais a partir dos vínculos e redes estabelecidos no interior do MDB, poder-se-ia supor que seriam, com a possibilidade do retorno de Brizola e uma série de líderes tradicionais do trabalhismo gaúcho, aquelas que, na disputa pelo protagonismo no papel oposicionista no Rio Grande do Sul, privilegiariam em sua grande maioria o ingresso no PMDB em detrimento do PDT. Buscando assim, tanto manter seus espaços intactos, quanto sustentar uma caminhada construída por eles que, aos poucos, enfraquecia a ditadura instalada em 1964, porém os dados acima contradizem esta hipótese.

Ao passo que, daqueles 10 parlamentares eleitos em 1974 – estaduais e federais – que haviam participado de pleitos estaduais ainda pelo PTB, 90 por cento dos remanescentes no cenário político em 1980/1981 migram para o PMDB gaúcho³⁴⁹, o caminho tomado por aqueles que ingressam no cenário estadual no âmbito do MDB é distinto, tendo em vista que 21 migrarão para o PMDB e 17 para o PDT, asseverando assim o que foi afirmado na análise das bancadas eleitas nos pleitos anteriores, ou seja, que o momento de ingresso nas disputas estaduais não pode ser utilizado como variável explicativa para a decisão acerca do futuro partidário.

³⁴⁸ Exatos 25,49% do total.

³⁴⁹ Dos 10 remanescentes, 9 ingressam no PMDB, enquanto somente um no PDT.

6.4.4. 1978

A última eleição sob a camisa de força do bipartidarismo no Rio Grande do Sul repete, em grande parte, o feito emedebista do pleito anterior, haja vista a vitória na eleição majoritária disputada sob o voto popular, alçando o presidente do MDB gaúcho, Pedro Simon, ao Senado Federal, bem como elegendo um alto número de parlamentares tanto para a Câmara dos Deputados quanto para a Assembleia Legislativa³⁵⁰.

A análise dos emedebistas eleitos neste pleito é fundamental para a compreensão do debate a respeito do retorno ao pluripartidarismo iniciado já no primeiro semestre de 1979, período em que os eleitos neste pleito tomaram posse em seus mandatos.

Quanto a bancada federal eleita, a consistente renovação gradual que vinha sendo apresentada desde a primeira composição da mesma, em 1966, torna-se ainda mais vigorosa. Dos 18 parlamentares eleitos, nenhum havia sido deputado federal pelo antigo PTB, sendo que somente três destes haviam sido eleitos deputados estaduais ainda pela legenda³⁵¹ e outros dois disputaram eleições estaduais junto aos trabalhistas³⁵², conforme Tabela 20.

Tabela 20 – Posição no quadro político-partidário anterior dos Deputados federais eleitos pelo MDB gaúcho em 1978 e a definição partidária dos mesmos a partir do fim do bipartidarismo.

POSIÇÃO ANTERIOR A 1964	TOTAL	DEFINIÇÃO PARTIDÁRIA	
		PMDB	PDT
DEPUTADO PELO PTB	3	3	-
CANDIDATO À DEPUTADO PELO PTB ³⁵³	2	-	1
SEM RELAÇÃO COM DEPUTAÇÃO PELO PTB	13	8	5
TOTAL	18	11	6

Fonte: Atas das eleições gerais do Rio Grande do Sul de 1950, 1954, 1958, 1962, 1966, 1970, 1974 e 1978 disponíveis no site do TRE-RS.

Na análise da migração partidária destes após a extinção do MDB, constata-se que, pela primeira vez desde 1966, a maioria dos membros da bancada federal optam pelo PMDB. Poderia se supor que este fato ocorre tendo em vista exatamente a ampla renovação da

³⁵⁰ Comparando as eleições proporcionais nos dois pleitos (1974 e 1978), o MDB gaúcho perde duas cadeiras em 1978, sendo uma cadeira na Câmara e uma na Assembleia Legislativa.

³⁵¹ São eles: Jairo Brum, Carlos da Silva Santos e Aldo Fagundes.

³⁵² São eles: Lidovino Fanton e Lauro Pereira Rodrigues.

³⁵³ Não contabilizado Lauro Pereira Rodrigues, que falece logo após as eleições de 1978.

bancada, o que levaria estes a buscarem a manutenção dos laços estabelecidos no interior da legenda e migrar para o sucedâneo, o PMDB, entretanto, somente estabelecer esta correlação não explicam a contento a decisão de filiar-se a uma das duas legendas em 1980/1981, haja vista que enquanto aqueles que já exerciam liderança estadual ainda no PTB acompanharão em maior número Pedro Simon no PMDB, o contingente daqueles “novatos” emedebistas que migrarão para a legenda capitaneada por Leonel Brizola é significativo.

No que tange a bancada eleita pelo MDB para a Assembleia Legislativa, a renovação constatada na bancada federal é ainda mais ampla. Dos 31 deputados estaduais, eleitos no último pleito disputado pelo MDB gaúcho antes da sua extinção, nenhum havia sido eleito para deputação pelo PTB ou sequer concorrido a tais cargos antes de 1966, conforme tabela abaixo:

Tabela 21 – Posição no quadro político-partidário anterior dos Deputados estaduais eleitos pelo MDB gaúcho em 1978 e a definição partidária dos mesmos a partir do fim do bipartidarismo.

POSIÇÃO ANTERIOR A 1964	DEFINIÇÃO PARTIDÁRIA		
	TOTAL	PMDB	PDT
DEPUTADO PELO PTB	-	-	-
CANDIDATO À DEPUTADO PELO PTB	-	-	-
SEM RELAÇÃO COM DEPUTAÇÃO PELO PTB	31	18	13
TOTAL	31	18	13

Fonte: Atas das eleições gerais do Rio Grande do Sul de 1950, 1954, 1958, 1962, 1966, 1970, 1974 e 1978 disponíveis no site do TRE-RS.

Sendo assim, da mesma forma como já abordado no decorrer deste capítulo, confirma-se a renovação nos quadros emedebistas que compunham a elite partidária oposicionista do Rio Grande do Sul em 1966, corroborando assim que os trabalhistas tradicionais já não mais comandavam a agremiação, tendo em vista a emergência de uma série de atores no interior do MDB durante seus 13 anos de existência. Além do que fora verificado na composição das bancadas eleitas em 1978 pelo MDB, onde dos 49 eleitos somente cinco ocuparam posições de destaque nas campanhas estaduais pelo PTB, a mudança na elite emedebista também se constata quando os dois senadores eleitos pela legenda no período, Pedro Simon e Paulo Brossard, não eram figuras de proa do petebismo gaúcho. Sendo o primeiro alçado ao grupo dirigente do PTB somente após o ingresso de Leonel Brizola no exílio, já em 1965, e o segundo uma figura reconhecida no cenário político gaúcho como

liberal, simpática de início ao golpe civil-militar de 1964 e antagônica ao petebismo varguista-brizolista.

Com esta formatação chega o MDB gaúcho nos seus derradeiros dias. No entanto, como vimos, ela foi sendo moldada ao longo do período analisado, com a estrutura dirigente de quadros eleitos pelo partido sofrendo alterações significativas, conforme tabela abaixo:

Tabela 22 – Relação completa dos Deputados estaduais e Deputados federais eleitos pelo MDB gaúcho no período que compreende 1966 a 1978 e a posição no quadro político anterior ao bipartidarismo

POSIÇÃO NO QUADRO PARTIDÁRIO ANTERIOR	TOTAL	ELEIÇÕES ANALISADAS			
		1966	1970	1974	1978
DEPUTADO PELO PTB	35	16	9	7	3
CANDIDATO À DEPUTADO PELO PTB	25	10	7	6	2
SEM RELAÇÃO DEPUTAÇÃO PELO PTB	118	17	19	38	44
TOTAL	178	43	35	51	49

Fonte: Atas das eleições gerais do Rio Grande do Sul de 1950, 1954, 1958, 1962, 1966, 1970, 1974 e 1978 disponíveis no site do TRE-RS.

À medida que na primeira eleição disputada pelo MDB gaúcho os parlamentares eleitos eram em sua maioria lideranças estaduais do antigo PTB, refletindo em mais de 60 por cento da representação emedebista em 1966³⁵⁴, esta participação vai diminuindo gradativamente até o último pleito disputado pelo partido, onde aquelas lideranças que emergem para o cenário estadual nas fileiras do MDB, durante a segunda metade da década de 1960 e no decorrer da década de 1970, representarão quase 90 por cento dos parlamentares eleitos em 1978³⁵⁵, confirmando assim a ampla renovação por que passa a legenda no período.

Da mesma forma, cabe destacar que, dentre as 178 cadeiras conquistadas pelo partido no período, somente 60³⁵⁶ serão ocupadas por lideranças que já haviam disputado mandatos legislativos em nível de estado pelo PTB – fossem eleitos ou não. Fato esse que reforça a necessidade de se analisar o MDB gaúcho como uma agremiação político-partidária de fato, ou seja, que se organizou, desenvolveu quadros no seu interior, capitaneou a oposição legal e criou laços com a sociedade gaúcha. Desempenho este que incluirá uma série de implicações no debate sobre o futuro partidário destes, respostas que não poderiam ser encontradas se este

³⁵⁴ Exatos 60,45%.

³⁵⁵ Exatos 89,79%.

³⁵⁶ O que representa 33,78% do total.

trabalho ficasse restrito a análise da disputa pelo espólio trabalhista, como se poderia supor, a partir da forma como foi organizado o MDB nos seus primórdios, bem como pela tônica apresentada por Leonel Brizola quando da sua volta ao país.

Cabe análise geral ainda da migração partidária destes 178 parlamentares eleitos pelo MDB nos quatro pleitos analisados, conforme tabela abaixo:

Tabela 23 – Posição no quadro político-partidário anterior dos Deputados estaduais e Deputados federais eleitos pelo MDB gaúcho no período que compreende de 1966 a 1978 e a definição partidária dos mesmos a partir do fim do bipartidarismo

POSIÇÃO ANTERIOR A 1964	TOTAL	DEFINIÇÃO PARTIDÁRIA	
		PMDB	PDT
DEPUTADO PELO PTB	28	23	5
CANDIDATO À DEPUTADO PELO PTB ³⁵⁷	16	10	6
SEM RELAÇÃO COM DEPUTAÇÃO PELO PTB	114	66	48
TOTAL	158³⁵⁸	99	59

Fonte: Atas das eleições gerais do Rio Grande do Sul de 1950, 1954, 1958, 1962, 1966, 1970, 1974 e 1978 disponíveis no site do TRE-RS.

Desta forma, conforme abordado no decorrer deste capítulo, qualquer correlação entre a agremiação por qual se inicia a atividade eleitoral a nível estadual e a migração partidária com a extinção do MDB é refutada, tendo em vista que daqueles que ingressaram neste cenário ainda no âmbito do PTB, exatos 75 por cento acompanham Pedro Simon e migram para o PMDB.³⁵⁹ Enquanto que naquele grupo de lideranças que emergem no cenário eleitoral gaúcho no âmbito do MDB, a proporção daqueles que escolhem cada uma das legendas é muito mais próxima, sendo que cerca de 58 por cento migram para o PMDB, enquanto 42 por cento preferem ingressar na nova legenda trabalhista³⁶⁰.

É fundamental ainda elucidar melhor a hipótese de que aqueles que tinham maior tempo de relação com as legendas – seja PTB ou MDB – pelo qual foram alçados à disputa estadual darão preferência às relações estabelecidas no interior destas – incluindo aí,

³⁵⁷ Não contabilizado Lauro Pereira Rodrigues, que falece logo após as eleições de 1978.

³⁵⁸ Não foram contabilizados aqui os 20 mandatos obtidos por Adylio Martins Vianna, Antônio Bresolin (3 mandatos), Aristides Bertuol (2 vezes), José Mandelli Filho (3 vezes), Lauro Pereira Rodrigues (3 vezes), Mariano Beck, Osmany Veras, Oswaldo Barlem, Rubem Machado Lang, Suely Gomes de Oliveira (2 vezes) e Victor Issler (2 vezes), tendo em vista estes ou terem abandonado a vida pública antes de 1979, ou terem falecido no período.

³⁵⁹ 33 de um total de 44 parlamentares.

³⁶⁰ Exatos 57,89% migram para o PMDB e 42,11% para o PDT.

principalmente, com Pedro Simon e Leonel Brizola – acompanhando estes na reorganização partidária estabelecida a partir de 1979.

Este fato é importante, tendo em vista que mesmo alguns parlamentares eleitos pelo MDB, que nos dados apresentados anteriormente surgem no âmbito do PTB para as disputas estaduais, podem ter alcançado este posto somente em 1962, ano em que Brizola, findando seu mandato de governador do Rio Grande do Sul, passa a dedicar maior parte do seu tempo a política no âmbito nacional, fazendo com que estas lideranças fossem privadas de uma relação maior com o líder trabalhista, tal como ocorria com as lideranças que disputaram os pleitos anteriores pelo PTB gaúcho.

Da mesma forma como poderia se supor que, aquelas lideranças que emergem no MDB gaúcho só nas eleições de 1978, por exemplo, poderiam nutrir uma relação menor com a legenda, e conseqüentemente com Pedro Simon, e, por isto, ter maior disponibilidade em acompanhar o PDT na sua fundação. Sendo assim, visando equacionar estas eventuais lacunas na análise feita até então, a tabela 24 fará a análise minuciosa do momento do ingresso dos 92 líderes que se elegeram pelo MDB nas disputas estaduais no Rio Grande do Sul:

Tabela 24 – Posição no quadro político-partidário anterior dos Deputados estaduais e Deputados federais eleitos pelo MDB gaúcho no período que compreende de 1966 a 1978 e a definição partidária dos mesmos a partir do fim do bipartidarismo

MOMENTO/AGREMIACÃO DE INGRESSO NAS DISPUTAS ELEITORAIS ESTADUAIS	DEFINIÇÃO PARTIDÁRIA		
	TOTAL	PMDB	PDT
PTB – 1950	3	-	-
PTB – 1954	6	3	2
PTB – 1958	11	4	4
PTB – 1962	8	5	2
MDB - 1966 ³⁶¹	23	11	9
MDB – 1970	14	10	4
MDB – 1974	15	9	6
MDB – 1978	12	7	5
TOTAL ³⁶²	92	49	32

³⁶¹ Neste caso, três lideranças, que foram candidatas em pleitos anteriores por legendas que não o PTB, foi considerado que ingressaram no âmbito do MDB em 1966. São elas: Paulo Brossard, que fora deputado estadual pelo PL, além de Nivaldo Soares e Flávio Ramos, que foram candidatos pelo MTR a deputado estadual em 1962. Todos os três migrariam para o PMDB após a extinção do MDB.

³⁶² Não foram contabilizados Adylio Martins Vianna, Antônio Bresolin, Aristides Bertuol, José Mandelli Filho, Lauro Pereira Rodrigues, Mariano Beck, Osmany Veras, Oswaldo Barlem, Rubem Machado Lang, Suely Gomes de Oliveira e Victor Issler, tendo em vista estes ou terem abandonado a vida pública antes de 1979, ou terem falecido no período.

Fonte: Atas das eleições gerais do Rio Grande do Sul de 1950, 1954, 1958, 1962, 1966, 1970, 1974 e 1978 disponíveis no site do TRE-RS.

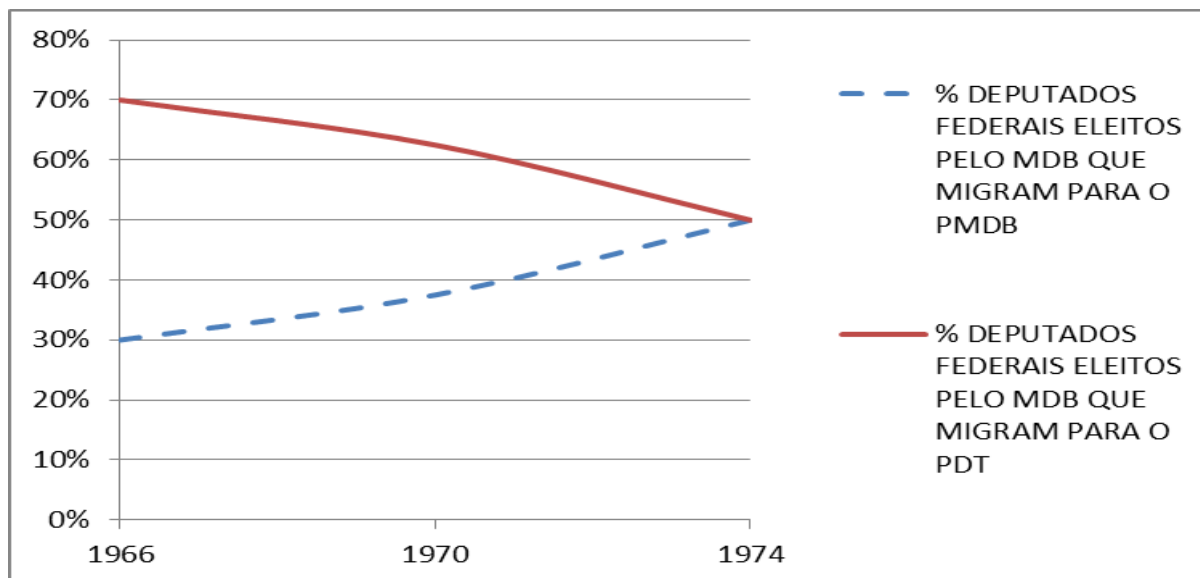
A partir da análise dos dados constantes na tabela 24, pode-se confirmar que o momento de ingresso nas disputas eleitorais estaduais não tem correlação direta com a decisão partidária. Mesmo aquelas lideranças com maior tempo de atuação nas legendas, por qual iniciaram suas atuações a nível estadual tem decisões difusas em 1980/1981. Vide o caso dos petebistas que ingressam no cenário estadual ainda em 1954 e, com isto, partilham da atuação junto a líderes como Leonel Brizola e João Goulart, constroem redes de relações no âmbito desta e escrevem suas histórias de luta junto a líderes do trabalhismo gaúcho, como João Goulart e Leonel Brizola, e, mesmo assim, se dividem entre PMDB e PDT.³⁶³ Bem como os emedebistas que iniciam suas trajetórias no âmbito da política estadual em 1966, assumindo posições de destaque na desfalcada oposição gaúcha junto a Pedro Simon e que conviveriam somente no âmbito do MDB a nível estadual até 1979, não partilhando assim de relação de influência junto ao PTB estadual, acabam também por dividir-se quando da necessidade de caminhar para uma das duas legendas criadas após o fim do bipartidarismo³⁶⁴.

Entretanto, como vimos, cabe destaque a única regularidade encontrada na migração partidária, sendo esta nas bancadas estaduais e federais eleitas nos pleitos de 1966, 1970 e 1974. Enquanto observaremos a maioria dos deputados estaduais eleitos nestes pleitos rumando para o PMDB, acompanhando assim o projeto capitaneado pelo ex-colega de parlamento, Pedro Simon, encontraremos a maioria dos deputados federais eleitos no mesmo período buscando o caminho inverso e, com isto, rumando para o PDT, conforme os Gráficos 1 e 2 abaixo:

³⁶³ Dos cinco remanescentes no cenário político em 1980/1981, dois migram para o PDT, Unírio Machado e Ayrton Barnasque, e três para o PMDB, João Carlos Gastal, Jairo Brum e Valdir Antônio Lopes. A diferença substancial entre o início da trajetória dos mesmos neste ano, é que enquanto os dois que migrariam para o PDT foram eleitos em 1954, Machado para deputado federal e Barnasque para deputado estadual, os dois que migrariam para o PMDB ficaram na suplência para a Deputação Estadual naquele pleito.

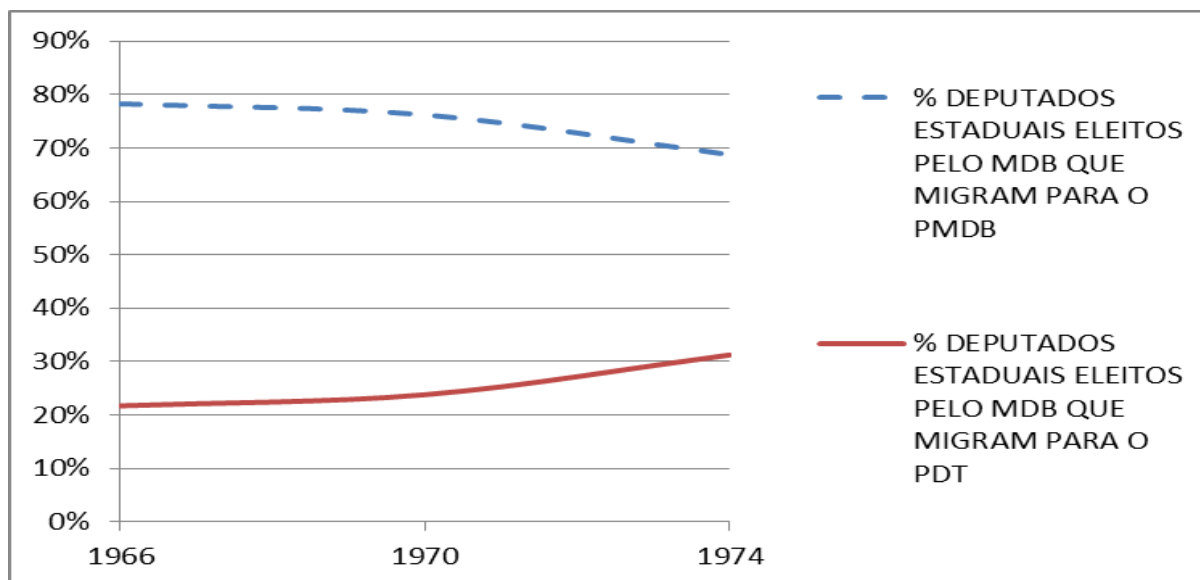
³⁶⁴ Onze migram para o PMDB (Lauro Hagemann, Pedro Gomes Nunes, Renato Souza, Plínio Dutra, Celso Testa, José Sanfelice Neto, Lino Zardo, Rosa Flores, além de Flávio Ramos, Nivaldo Soares e Paulo Brossard) e nove para o PDT (Teresinha Irigaray, Alceu Collares, Aluizio Paraguassu, Amarílio Borges Moreira, Getúlio Dias, José Satte, Moisés Velasquez, Nadyr Rossetti e Otávio Caruso da Rocha).

Gráfico 1 - Percentual de migração dos Deputados federais eleitos pelo MDB para o PMDB/PDT



Fonte: Atas das eleições gerais do Rio Grande do Sul de 1966, 1970 e 1974 disponíveis no site do TRE-RS.

Gráfico 2 – Percentual de migração dos Deputados estaduais eleitos pelo MDB para o PMDB/PDT.



Fonte: Atas das eleições gerais do Rio Grande do Sul de 1966, 1970 e 1974 disponíveis no site do TRE-RS.

Estabelece-se, a partir das regularidades apontadas nos dois gráficos analisados, a centralidade da figura de Pedro Simon para a migração destes líderes para as futuras legendas. Enquanto nas bancadas estaduais emedebistas eleitos nos pleitos de 1966, 1970 e 1974, grupo este que contava com a presença de Pedro Simon, ampla maioria acompanhará seu ex-colega

no projeto do sucedâneo, os deputados federais eleitos pela legenda nestes pleitos farão caminho inverso, migrando em maior número para o PDT. Nestes casos, a relação mais próxima e/ou mais distante do líder peemedebista com os parlamentares, como no caso de convívio e relação diária com os deputados estaduais no âmbito da Assembleia Legislativa, pode ser configurado como fator preponderante para a decisão destes de acompanhá-lo no projeto do sucedâneo. Este grupo de deputados estaduais será, junto a seu colega Pedro Simon, aquele que irá atuar no MDB no seu momento mais crítico, organizando e estruturando *in loco* a legenda em todo o Rio Grande do Sul, função assim diferente dos deputados federais da mesma que, tendo em vista a distância “das bases” até a capital federal, privilegiavam o debate parlamentar e a atuação no âmbito do Congresso como forma de amplificar seus mandatos e posicionar-se perante o eleitorado oposicionista.

Ainda se faz necessária análise também com relação à idade dos parlamentares quando da necessidade de escolha entre uma nova legenda para atuar no pluripartidarismo, que se instalaria após 1979. É recorrente nos debates acerca da divisão dos quadros do MDB gaúcho entre PMDB e PDT atribuir como um dos fatores importantes para a cisão no final da década de 1970, o fato de que jovens, sem relação política com o quadro anterior, assumiram postos no MDB gaúcho e, com a extinção do MDB, não aceitariam estarem submetidos aos tradicionais líderes trabalhistas, que, seja retornando do exílio ou retomando as atividades político-partidárias com o fim das suas suspensões, bem como o fato de estarem marginalizados no interior do MDB gaúcho, exigiriam outra vez o protagonismo no novo PTB. Desta forma, se daria uma divisão geracional no âmbito da oposição gaúcha, com os políticos mais jovens ingressando no PMDB e os demais migrando para o PDT junto a Leonel Brizola.

Entretanto, quando se analisa a idade daqueles 49 parlamentares eleitos pelo MDB gaúcho que migram para o sucedâneo, o PMDB, verifica-se que os mesmos tinham, em 1979, 48,7 anos de idade/média, enquanto que aqueles 32 que preferem o PDT tinham uma média de 48,2 anos, demonstrando assim que não houve uma divisão de gerações de líderes políticos quando da formação dos novos partidos instalados pós-bipartidarismo.

Como vimos ao longo deste capítulo, a trajetória política da elite emedebista não possibilita estabelecermos padrões que possam justificar a migração para as duas seções oposicionistas que irão protagonizar o cenário gaúcho na década de 1980. Isto pode ser comprovado na análise dos parlamentares da seção gaúcha, tendo em vista que em todas as hipóteses testadas teremos uma maioria migrando para o PMDB em detrimento do PDT, refutando assim a hipótese de que aqueles líderes que surgem nas disputas estaduais por

determinada legenda, e com isto estabelece laços de lealdades e compromissos no interior da mesma, migrará para a “sucessora” quando da imposição da decisão de escolha partidária.

Sendo assim, teremos, além de 82 por cento daqueles que já haviam sido deputados pelo antigo PTB acompanhando Pedro Simon no novicho PMDB, cerca de 62 por cento daqueles líderes que haviam sido candidatos à deputação pela legenda antiga trabalhista, também acompanhando o então Senador, percentuais que negam a possibilidade de estabelecermos que aqueles líderes que surgem no âmbito do PTB irão dar preferência, quando da possibilidade de retorno da legenda no início da década de 1980, de migrar para esta. Cabe ainda destaque que, justamente no contingente daqueles que só chegaram a Assembleia Legislativa e/ou Câmara dos Deputados no âmbito do MDB, encontraremos o menor percentual – 58 por cento - daqueles que preferem o sucedâneo, o PMDB, do que o PDT – 42 por cento.

Da mesma forma, vimos que, quando da análise do caminho partidário adotado pelos dirigentes das seções estaduais do PTB ou do MDB, não encontraremos padrões que possam justificar a decisão de migrarem para o PMDB ou PDT, isto porque, enquanto os membros dos Diretórios Estaduais eleitos pelo antigo PTB em 1962 e/ou 1965 e que, em algum momento, participaram da direção do MDB gaúcho irão dividir-se, sendo que exatos 50 por cento migram para cada uma das novas legendas, o contingente daqueles que só participaram da direção do MDB e que irão para o sucedâneo, apesar de representativo, não é tão expressivo, tendo em vista que enquanto 60 por cento irão para o PMDB, outros 40 por cento acompanharão Leonel Brizola na empreitada de recriação do PTB.

Os dados apresentados demonstram que, apesar de constatarmos algumas tendências, tais como o maior tempo de participação na elite partidária poderia resultar alguma preferência por determinada legenda, quando da decisão partidária a ser tomada, as trajetórias político-partidárias de forma isoladas não podem ser utilizadas como parâmetro para justificarmos o porquê uma elite que construiu e estruturou uma legenda, obtendo avanços eleitorais, venha a cindir-se em duas legendas. São necessárias que sejam incluídas outras variáveis, como a relação mais próxima/distante com os principais líderes das duas novas legendas, Simon e Brizola, para que possamos encontrar regularidades de migração partidária, demonstrando assim que as redes de relações político-partidárias estabelecidas por cada um dos membros da elite emedebista, além das afinidades pessoais e familiares construídas com os dois protagonistas da cisão, da mesma maneira que com seus grupos, foram fatores mais significativos do que a simples atuação no interior de uma das legendas. Outros pontos devem ser abordados ainda, tais como a atipicidade do contexto político na época e as limitações que

esta impõe a atuação da legenda, bem como o desenvolvimento da seção desde o momento criação até o momento da cisão, analises estas tratadas no próximo capítulo e que demonstram que o MDB gaúcho que se cinde em 1979, tanto no que tange a seu grupo dirigente, quanto à temática priorizada na abordagem pública, era uma legenda que se diferenciava substancialmente do PTB que lhe deu origem em 1965.

Logo, considerando-se as hipóteses discutidas refutadas, cabe análise do contexto da decisão, verificando quais motivos foram alegados como importantes pelos atores para a tomada de decisão. Esta é fundamental, tendo em vista que os mesmos estavam expostos a uma série de questionamentos e opções quanto ao futuro partidário com o retorno do pluripartidarismo, opções estas que, como vimos, não pode ser explicado a contento a partir da análise da trajetória da elite emedebista no período.

Sendo assim, com base na cobertura política dos principais jornais do Rio Grande do Sul, Zero Hora e Folha da Tarde, a partir de junho de 1979, período que antecede a realização do Congresso de Lisboa, evento este que reintroduzirá o debate público acerca da recriação do PTB no cenário nacional, até o final do mesmo ano, data em que as lideranças estaduais já terão definido seus caminhos partidários, dedicando-se a partir deste momento a estruturação das duas legendas, buscaremos encontrar quais os argumentos utilizados pelos atores para justificar suas decisões³⁶⁵, mapeando assim como estes justificam suas escolhas.

³⁶⁵ Seja construindo uma narrativa baseada nos argumentos ideológicos, ou os incentivos coletivos conforme abordagem de Panebianco (2005), ou então priorizando o pragmatismo e evidenciando aquilo que o autor intitula de “incentivos seletivos”.

7. A DINÂMICA DO DEBATE OPOSICIONISTA

O ano de 1979 inicia sob a expectativa da posse do general João Figueiredo na Presidência da República³⁶⁶, cargo para qual havia sido eleito de forma indireta, em outubro do ano anterior, sob o compromisso de que faria do país uma democracia, encaminhando assim o que parecia ser a continuidade do processo de abertura política que, entre idas e vindas, o Brasil vinha presenciando desde 1974. A entrada em vigor da revogação de todos os Atos Institucionais da Ditadura Civil-Militar, bem como a restauração do *habeas corpus* e outros direitos políticos³⁶⁷, pondo fim assim ao famigerado AI-5, dava novo fôlego a oposição, seja ela legal ou no exílio que, neste ambiente, vislumbrava um terreno fértil para sua reestruturação.

Da mesma forma, o crescimento junto à sociedade civil de movimentos a favor da anistia “ampla, geral e irrestrita” no ano anterior, o que permitiria o retorno ao país e/ou a atividade política legal de inúmeras lideranças oposicionistas, e a sinalização por parte do governo de que aceitaria debater o tema, desde que fosse elaborado nos moldes desejados pelo regime³⁶⁸, inspirava grupos oposicionistas a debater a sua organização frente a um novo e desejado cenário que, ao que tudo indicava, se aproximava.

Neste novo momento, um dos primeiros grupos a mobilizar-se na sua reorganização foram os “trabalhistas históricos” que, concluindo estarem alijados de poder dentro da legenda oposicionista, retomam o debate acerca da recriação da antiga legenda. Este diálogo é estimulado pela possibilidade de retorno do maior líder trabalhista vivo, Leonel Brizola, que, do exterior, convocava e liderava seus antigos companheiros a retomarem as discussões e a organização do Partido Trabalhista Brasileiro, buscando assim retomar o fio da história de lutas da agremiação extinta pelo regime instalado em 1964 no país³⁶⁹. O ex-governador advogava, após as eleições parlamentares de 1978, que as vitórias plebiscitárias da oposição não bastavam para resolver o impasse político, econômico e social que se vivia no país. Era preciso, segundo o mesmo, partir para a organização política do povo brasileiro. Ainda para o

³⁶⁶ Tomou posse dia 15 de março de 1979.

³⁶⁷ Emenda Constitucional de número 11, promulgada pelo Congresso Nacional e que entrou em vigor dia 1 de janeiro de 1979.

³⁶⁸ Texto aprovado acabou saindo a termo para os membros do regime, tendo em vista que impediu que crimes de tortura e assassinato de presos políticos fossem a julgamento, beneficiando assim os militares responsáveis pelos atos.

³⁶⁹ Para uma análise deste período que antecede ao Congresso de Lisboa e de busca da retomada do PTB, ver capítulo: BRIGAGAO, Clovis; RIBEIRO, Trajano. Esquentando a chaleira do chimarrão. In: _____. **Brizola**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

líder trabalhista, a política dos últimos 13 anos era marcadamente elitista, parlamentar e eleitoral, sendo que a recriação do PTB seria condição necessária para incorporar as amplas massas à política brasileira.

Do mesmo modo, lideranças abrigadas no interior do MDB discutiam internamente o caminho a ser adotado diante da iminência de um novo quadro político que, com a recepção aos velho-conhecidos atores, poderia alterar a correlação de forças dentro do campo oposicionista, terreno este conquistado pelos emedebistas a partir da expurgação dos principais líderes petebistas na década anterior.

Estes debates, que por um determinado período ocorriam somente no ambiente intraorganizacional oposicionista, tornam-se públicos a partir da proximidade da realização pelos trabalhistas do Congresso de Lisboa, em junho de 1979³⁷⁰. A partir deste momento os embates permanecem acentuados, principalmente até o momento da sanção da nova legislação, Lei esta que estabelecia as regras para a criação e funcionamento de legendas no país, abrindo assim a oportunidade para o retorno do pluripartidarismo, em dezembro de 1979³⁷¹.

O mesmo não ocorre com a mesma intensidade em todo o país, tendo em vista o antigo PTB ter organizado bases fortes em alguns estados, como o Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, porém mantendo na maioria dos estados estruturas frágeis. No caso gaúcho, principalmente, o embate público dentre os grupos oposicionistas era bastante movimentado, tendo em vista ter sido, conforme vimos ao longo deste trabalho, o PTB gaúcho tanto o celeiro das principais lideranças trabalhistas no país, como a legenda que, a partir de suas cinzas, se daria a organização e estrutura inicial do MDB no estado, o que acabou por acarretar uma ampla discussão acerca do espólio trabalhista e emedebista, bem como em relação às clivagens existentes em torno das principais figuras daquele episódio, principalmente Leonel Brizola.

Antes mesmo da realização do Congresso em Lisboa que definiu pelos movimentos para reorganização do Partido Trabalhista Brasileiro, analistas políticos no Rio Grande do Sul já debatiam o impacto destes movimentos no cenário oposicionista, prevendo aquilo que, ao longo do tempo, se confirmaria, ou seja, a dificuldade de conciliação dos interesses/projetos entre as principais lideranças oposicionistas e seus grupos no estado, estando Leonel Brizola de um lado, Pedro Simon e Paulo Brossard de outro, conforme consta na íntegra da coluna

³⁷⁰ Realizada nos dias 15, 16 e 17 de junho de 1979, em Lisboa, Portugal.

³⁷¹ Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos sancionada em 20 de dezembro de 1979.

abaixo, assinado por Ana Amélia Lemos, que, apesar de longa, busca traduzir, segundo interpretação da jornalista³⁷², o contexto da reorganização da oposição no estado:

Nos meios políticos, a grande indagação que se faz, no momento, é como vai ocorrer a aliança entre Leonel Brizola e o Senador Paulo Brossard de Souza Pinto. Este último, como se sabe, foi um inimigo histórico do ex-governador do PTB, quando exercia o mandato de deputado estadual pelo Partido Libertador (PL). Hoje, ambos navegam nas águas da oposição, mas correndo por caminhos paralelos. Aparentemente, será mais fácil a aproximação entre Leonel Brizola e Paulo Brossard, do que uma aliança entre o ex-governador e o Senador Pedro Simon, presidente do MDB do Rio Grande do Sul.

De fato, coube ao Senador Pedro Simon, logo após a cassação do ex-presidente do PTB, deputado Sigfried Heuser, promover a arregimentação partidária e a estruturação do MDB no Estado. As missões foram cumpridas com grande empenho pelo senador, que vê seu trabalho frutificado na excelente estrutura montada pelo seu partido, em todo o Rio Grande do Sul, onde conta com diretórios municipais em praticamente todos os municípios gaúchos.

Ao mesmo tempo em que desenvolvia sua liderança política no Rio Grande do Sul, através da consolidação do MDB, o senador Pedro Simon foi assumindo destacada posição nacional, após sua votação para o Senado em 1978. Mantendo sob seu comando a presidência do Diretório Regional do MDB gaúcho, onde as raízes do ex-PTB são as mais firmes, deve-se concluir que será bem mais complicada a aliança do Senador Pedro Simon com o ex-governador Leonel Brizola, do que entre o senador Paulo Brossard e o ex-governador gaúcho.

Difícilmente o senador Pedro Simon aceitará dividir sua liderança com Leonel Brizola, em termos regionais, mesmo porque o ex-governador não admite divisão de poder. É de se perguntar se o Senador Pedro Simon aceitará, depois de ter exercido essa liderança durante 14 anos, exercer o papel de capataz, e não como líder em si, que agora entrega a estância ao dono que retorna. (LEMOS, Ana Amélia. A difícil aliança Simon-Brizola. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 de junho de 1979, p. 4).

Com isto, membros de ambos os grupos irão construir suas narrativas que fundamentarão as escolhas partidárias a partir da extinção dos partidos políticos e da retomada do pluripartidarismo no país. Sendo assim, cabe análise dos argumentos utilizados pelos mesmos, verificando encontrar subsídios que colaborem na elucidação dos motivos que levaram a cisão emedebista, bem como estes justificaram suas escolhas pelo PMDB ou pelo PDT. Cabe verificar ainda se algum dos grupos construiu sua narrativa somente fundamentada em incentivos coletivos, ou se, mesmo publicamente, incentivos seletivos e redes de relações

³⁷² Cabe destacar aqui que não utilizaremos estas fontes como documentos incontestáveis, somente narrando os mesmos, aproximando-se assim do determinismo histórico. Isto pelo fato de que tanto os veículos, bem como os jornalistas, podem, a partir da utilização dos espaços que lhes cabem, utilizar-se dos periódicos visando incentivar/instigar ações que atendam interesses empresariais, pessoais ou mesmo político-governamentais. Conforme abordaremos ao longo deste capítulo, por exemplo, é latente a “antipatia” dos principais veículos de imprensa do Rio Grande do Sul para com a figura de Leonel Brizola e, conseqüentemente, o projeto de reorganização do PTB. No caso especificamente da colunista citada, Ana Amélia Lemos, sem juízo de mérito a respeito do que fora abordado na coluna referida, compete informar que a mesma ingressaria na política-partidária em 2009 ao filiar-se na legenda que sucedeu a Arena, o Partido Progressista, concorrendo no Rio Grande do Sul e conquistando uma cadeira no Senado Federal no pleito do ano seguinte.

e laços pessoais e partidários foram os fatores explicitados como fundamentais para a migração para uma das duas legendas que surge a partir da extinção do MDB.

Sendo assim, com base na cobertura política dos principais periódicos do Rio Grande do Sul na época, Zero Hora e Folha da Tarde, verificaremos as manifestações públicas dos principais atores no período que compreende os meses de junho até dezembro do ano de 1979, temporada fundamental do debate a respeito da definição partidária por parte da oposição gaúcha, principalmente aquela abrigada no guarda-chuva do MDB.

7.1. O EMBATE OPOSICIONISTA

Os trabalhistas iniciam o mês de junho do ano de 1979 ocupando grande parte da cobertura política nos principais periódicos, tendo em vista a iminência da realização do encontro em Lisboa, Portugal, grande fato político do período que reuniria as principais lideranças do grupo no continente europeu. A imprensa dá ênfase nos posicionamentos, contribuições e temas que serão debatidos no evento, tratado pela mesma como “marco para a reorganização do PTB”³⁷³. Denota-se que, neste momento, ainda pairava no estado a ideia de que o retorno de Leonel Brizola e a organização do PTB convergiriam toda, ou quase toda, a oposição gaúcha para uma só legenda, retomando assim o protagonismo petebista do período pré-1964 ao cenário político-partidário gaúcho. Esta percepção era reforçada inicialmente pela distância do senador Paulo Brossard das bases do MDB gaúcho, tendo em vista que este, apesar de ser uma figura de grande expressão para os opositores, marcava sua atuação estritamente no âmbito do Congresso Nacional, não se ocupando assim com a estruturação do MDB no Rio Grande do Sul e sua organização. Brossard, que era uma das figuras que poderia fazer, desde já, o enfrentamento ao petebismo ou a Leonel Brizola, tendo em vista seu histórico de divergências com o PTB, cumpre, inicialmente, um papel de pouco relevo no combate a iniciativa trabalhista de reorganizar a antiga legenda, mantendo-se distante dos fatos.

Da mesma forma o outro senador da seção gaúcha do MDB, o seu presidente Pedro Simon, manteve, pelo menos publicamente, também distância do debate acerca da reorganização partidária nos seus primórdios, tendo em vista sua posição ambígua, onde advogava a favor da unidade oposicionista³⁷⁴, sendo que ao mesmo tempo flertava com

³⁷³ BRIZOLA prepara reunião do novo PTB. Zero Hora, Porto Alegre, 10 de junho de 1979, p. 12.

³⁷⁴ SIMON: hora é de manter a unidade. Zero Hora, Porto Alegre, 4 de junho de 1979, p. 10.

Leonel Brizola e seus liderados com um possível retorno ao PTB, partido pelo qual havia iniciado sua trajetória política³⁷⁵. Esta relação do, então senador, com os trabalhistas naquele momento, pode ser verificada em entrevista de Leonel Brizola ao jornal Zero Hora as vésperas do evento em Lisboa, ao ser questionado se havia convidado Pedro Simon para o congresso:

Convidei. Tive a oportunidade de convidá-lo, conversei com ele pelo telefone, ele nos honraria muito com a sua presença. Não sei se irá. Mas eu fiz um grande empenho para que ele estivesse presente, já que ele vai a Europa agora a convite do governo alemão e bem que poderia passar em Lisboa e dar um abraço nos seus companheiros, não é?

Esse foi o sentido assim do empenho que fiz. Ainda temos esperança que o Senador Pedro Simon passe lá por Lisboa. Ele sem nenhum compromisso, embora ele seja um trabalhista histórico também, ele começou a sua vida política como trabalhista no PTB, aliás ele tem se referido muito a isto. Nós, na reconstrução do PTB, contamos com o Senador Simon. (BRIZOLA exclusivo: vamos entregar esta causa às novas gerações. Zero Hora, Porto Alegre, 14 de junho de 1979, p. 26).

Desta forma, a ausência momentânea das duas principais lideranças que viriam a organizar a resistência à recriação da legenda trabalhista no Rio Grande do Sul propiciou, junto à expectativa criada pelo possível retorno de Leonel Brizola ao país depois de 15 anos, um terreno fértil para a ampla cobertura com que as ações dos trabalhistas fossem, até a realização do evento em Portugal, amplamente difundidas, deixando a impressão de que o partido, se e quando retomado, seria um caminho irresistível para os opositoristas no estado que era considerado o berço do trabalhismo no país³⁷⁶.

A cobertura inicial do evento em Portugal aborda os debates realizados e, principalmente, a defesa do socialismo junto ao programa do futuro partido³⁷⁷, algo que diferenciaria o noviço PTB da legenda extinta em 1965 pelo AI-2, atualizando o programa do mesmo depois de 14 anos de inatividade da legenda, conforme matérias abaixo:

³⁷⁵ Cabe destaque que, em entrevistas posteriores, Simon afirmou que, desde sempre, pensou em migrar para partido que sucederia o MDB e jamais prometeu migrar para o PTB. Sendo assim, compreende-se que “indecisão” do Senador nos primórdios do debate visava ganhar tempo e articular o projeto do sucedâneo junto às lideranças nacionais da legenda.

³⁷⁶ Periódicos analisados no período que compreende 1 a 15 de junho, data que se iniciaria o evento, demonstram a ampla cobertura do Congresso que viria a ocorrer, raramente tratando de qualquer abordagem a respeito da manutenção do MDB ou reorganização deste em uma nova legenda que não fosse o PTB.

³⁷⁷ Para uma análise da importância da estadia de Brizola em Portugal e da relação deste com o chefe de governo do país, o socialista Mário Soares, para formulação do “novo trabalhismo”, ver: T. C. S. Marques, L. P. Gonçalves – A fundação do Partido Democrático Trabalhista no exílio. Revista Civitas, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 399-416, jul.-set. 2016.

Parece claro que a essa altura o encontro do PTB em Lisboa marcou um momento de definição política importante para a reconstrução do Partido Trabalhista Brasileiro. As declarações de Brizola e os documentos divulgados são claros nesse sentido: se trata de construir um partido de massa, pluriclassista e socialista. (LIDERANÇAS se surpreendem com os rumos do Encontro. Zero Hora, Porto Alegre, 18 de junho de 1979, p. 12).

As primeiras diretrizes tomadas no encontro de trabalhistas em Lisboa encaminham o futuro PTB para o fortalecimento da linha socialista. Pelo menos foi o que garantiu ontem o porta-voz, Flávio Tavares, num encontro com a imprensa. Ele inclusive lembrou que o ex-governador gaúcho Leonel Brizola tinha se manifestado, primeiramente, “por um socialismo de participação que defenda a autogestão, a cogestão e o cooperativismo”. Esse caminho foi ratificado, segundo ele, pelos diversos oradores, inclusive os considerados da “ala direita”. Outra questão deixada clara por Leonel Brizola, e que pode parecer um paradoxo, “é que o PTB não deverá lutar pela nacionalização das multinacionais”, mas sim combater sua ‘ação deformadora”, por intermédio de uma maior intervenção do estado. (COMO pretende agir o novo partido. Zero Hora, Porto Alegre, 18 de junho de 1979, p. 12).

Era notória, desta forma, a tentativa do grupo reunido em Lisboa, de demonstrar a contemporaneidade do projeto trabalhista³⁷⁸, bem como a atualidade de seu maior líder, Leonel Brizola, que, ao remodelar algumas posições defendidas no período pré-1964, buscava adequar seu discurso tanto visando posicionar-se no cenário político-partidário nacional³⁷⁹, quanto fugir de eventuais “radicalismos” que poderiam atrapalhar seu projeto de retorno imediato ao Brasil e afastar potenciais parceiros da reorganização do PTB³⁸⁰.

Entretanto, lideranças refratárias ao projeto trabalhista, principalmente abrigadas no MDB, usavam todos os espaços institucionais que lhes cabiam, para propagar eventuais posicionamentos e/ou declarações do líder trabalhista que o rotulasse como o “agente da discórdia”, visando apresentar que o Leonel Brizola, que retornaria ao país, era o “mesmo de sempre”, com suas virtudes, mas, sobretudo, evidenciando seus “defeitos” que, para muitos destes líderes, foram vitais no desenrolar dos fatos que culminaram no golpe civil-militar de 1964³⁸¹. Desta forma, manifestações de Brizola durante o evento³⁸² são interpretadas pelas

³⁷⁸ Cabe ressaltar que, apesar do destaque inicial dado ao socialismo como projeto do novo PTB, o assunto não fora mais abordado publicamente pelos trabalhistas após o evento de Lisboa, sendo que o embate intraoposicionista rumou para questões de ordem tática, bem como formatada através dos laços pessoais e redes de relações políticas com os maiores líderes das duas legendas oposicionistas que viriam a surgir das cinzas do MDB, Brizola e Pedro Simon.

³⁷⁹ Parte significativa da pregação do novo PTB, apesar de não se creditar isto nos periódicos da época, é muito próxima à abordagem pasqualinista, principalmente no que tange a questões de ordem econômica.

³⁸⁰ Para uma análise deste processo de reinvenção de Brizola e do trabalhismo, ver Costa (2012).

³⁸¹ Pedro Simon, após declarar sua opção de migrar para o PMDB, teceu críticas semelhantes a Brizola, ao responder os ataques do mesmo ao passado político de Ulysses Guimarães, ressaltando: “se formos começar a olhar para trás, poderíamos retroceder até o governo de Jango, e lembrar que ele tinha a nossa cobertura, a fim de levar adiante as suas ideais, mas alguns correligionários seus o criticavam abertamente e o descreditaram, até que veio o golpe”, em uma crítica velada ao líder trabalhista Leonel Brizola. (SIMON: Brizola confia na intenção do governo. Zero Hora, Porto Alegre, 10 de dezembro de 1979, p. 14).

lideranças locais a gosto, sendo que enquanto os líderes que pretendem rumar para o PTB alegam que a cobertura da imprensa distorceu conversas informais do mesmo, setores que defenderiam a manutenção do MDB exploram as mesmas visando construir suas narrativas, que tinham como um dos principais focos, agudizar a recusa ao projeto petebista através da figura de Leonel Brizola, buscando demonstrar que o ex-governador que retornava ao país depois de 15 anos era o mesmo “radical e incendiário” do período pré-1964³⁸³, conforme demonstram as manifestações dos deputados federais João Gilberto Lucas Coelho e Rosa Flores, que migrariam para o PMDB, e também deputado federal Alceu Collares, que rumaria para o PDT.

Enquanto o jovem parlamentar João Gilberto rechaça por completo uma eventual adesão ao PTB, salientando que “[...] se Simon for para o PTB com Brizola, eu procuro outro partido. Para o PTB eu não vou, mesmo que me liquide politicamente.”³⁸⁴, deixando implícita tanto o peso da decisão do presidente emedebista a respeito do futuro partidário quanto do cálculo eleitoral que estava posto naquele momento a todos os líderes, Rosa Flores, antigo membro do MTR, resgata a história de lutas do MDB, afirmando que “se o Brasil está rumando para a democracia, deve isso ao MDB”³⁸⁵. O deputado mais votado do MDB gaúcho para a Câmara dos deputados em 1978, Alceu Collares, que havia sido Vereador pelo PTB em Porto Alegre, busca dar uma conotação diferente as manifestações de Brizola,

³⁸² Principalmente esta, que se refere a maior liderança nacional do MDB, Ulysses Guimarães: “o Sr. Ulysses Guimarães está agindo, agora, como um novo Salazar. Diz que não pode aceitar, agora, a ruptura do MDB, que é uma federação das Oposições, enquanto não redemocratizar o Brasil. Salazar também dizia que não era tempo de descolonizar. Ele quer ficar com o povo nas axilas do MDB, talvez na expectativa de tirar proveito político-eleitoral da situação. Os liberais, afinal, nem sempre são os melhores defensores da democracia. Respeito-os, mas acho que eles cometem erros cíclicos. No Brasil, por sinal, está a repetir-se o que houve em 1945. A UDB vivia a pregar a anistia, porque mantinha a massa comunista sobre seu controle. O Getúlio antecipou-se e a UDB perdeu a massa” (Zero Hora, 14 de junho de 1979, página 23).

³⁸³ A cobertura do jornal Estado de São Paulo analisou a fala de Brizola, salientando: “ao acusar o deputado Ulysses Guimarães de egoísta, inflexível e antidemocrata, comparando-o a Oliveira Salazar, o ex-governador Leonel Brizola não apenas deu mais uma prova de imaturidade política e despreparo para reingressar a pronto na vida partidária nacional: despertou, em paralelo, manifestações de euforia no Palácio do Planalto, pois era exatamente o que pretendia o General Golbery do Couto e Silva, quando, há meses, se lançou na empreitada de dividir a oposição, inclusive incentivando o trabalhismo a correr em faixa separada do MDB” (trecho de matéria citado na ZH do dia 14 de junho de 1979. Uma bomba no MDB: a fala de Brizola).

³⁸⁴ UMA BOMBA no MDB: a fala de Brizola. Zero Hora, Porto Alegre, 14 de junho de 1979, p. 14).

³⁸⁵ Outro parlamentar, Jorge Uequet, foi ainda mais incisivo na defesa do MDB e críticas ao projeto petebista: “é um partido (o MDB) que se formou na luta, o único existente e legalizado. Enfrentou uma ditadura na sua fase mais ferrenha, e enquanto outros fugiam, aderiam ou se escondiam, o MDB esteve na frente de luta sem nunca fazer concessões ou benesses. Não é um partido criado à sombra do Ministério do Trabalho ou de nomeações, tampouco teve seu partidários arregimentados em troca de Ministérios ou de governo de Estado. Ninguém de boa fé pode negar a tradição de luta do MDB. É claro que alguns não podem se incorporar nessa luta, pois ela traz a marca dos que reagiram contra o arbítrio com espírito democrático, dos que não aceitaram ser pelegos da ditadura e nem estão dispostos ao beija-mão e cultuar personalidades”. (UEQUED: O PMDB sempre foi agredido por inocentes úteis. Zero Hora, Porto Alegre, 3 de dezembro de 1979, p. 14).

destacando que estas foram dirigidas a algumas posições da legenda, e não diretamente a Ulysses, ressaltando que “foi a posição da direção do MDB, que não está acompanhando a realidade, tendo abandonado o povo em sua luta pelos direitos sociais”³⁸⁶, reforçando assim o discurso em torno da crítica ao oficialismo emedebista, utilizando a mesma para destacar a temática social que havia caracterizado sua antiga legenda.

O debate público intraoposicionista manteria, nos próximos dias, a guerra de versões a respeito de supostas manifestações de Brizola, debate este que interessava aos líderes emedebistas, que utilizavam de cada declaração para estigmatizar o líder trabalhista e, com isto, seu projeto. Em cobertura sobre a reorganização do PTB, o jornal Zero Hora do dia 18 de junho, Brizola teria afirmado aos presentes no Encontro de Lisboa que, recordando a reconciliação com João Goulart no exílio, lhe disse textualmente que “nós vamos curtir muito tempo no exílio se dependermos do MDB. E quando nós morreremos eles vão enterrar nossos ossos e fazer discursos”, salientando ainda que “nós (trabalhistas) somos uma área reprimida do MDB”³⁸⁷. As manifestações do líder petebista evidenciavam aquilo que foi destacado ao longo desta dissertação, ou seja, o incômodo dos trabalhistas com o gradual isolamento dos remanescentes no interior do emedebismo e as críticas dos mesmos a excessiva “moderação” dos líderes oposicionistas no combate ao regime³⁸⁸.

Enquanto os principais atores – Simon e Brizola – estruturavam suas narrativas visando angariar apoio a seus projetos³⁸⁹, sendo que também continuavam, após o Encontro de Lisboa, a manifestar publicamente o interesse em reunir a oposição gaúcha, dentro do possível, em somente uma agremiação, a elite emedebista aprofundava a cisão interna e começava a moldar as duas agremiações que iriam polarizar a atenção do eleitorado oposicionista gaúcho na década de 1980, o PMDB e o PDT. Em quatro de julho, o jornal Zero Hora informa que “Oposição gaúcha começa a se separar MDB do novo PTB”³⁹⁰,

³⁸⁶ UMA BOMBA no MDB: a fala de Brizola. Zero Hora, Porto Alegre, 14 de junho de 1979, p. 14).

³⁸⁷ CORRENTES trabalhistas evitam choques após reunião com Brizola. Zero Hora, Porto Alegre, 18 de junho de 1979, p. 12.

³⁸⁸ Segundo Gutemberg (2001, p. 117): “Brizola não escondia sua impaciência com a ação política convencional desenvolvida por seus antigos companheiros do PTB., agora no MDB. Achava-os equivocados e chegava a considera-los ingênuos politicamente. Quando não, os acusava de, agarrados aos salários de senadores, deputados e prefeitos, servir ao regime militar”.

³⁸⁹ Ainda em 4 de junho, Simon já dava sinais do caminho que tomaria, ao ressaltar que “só temos uma obrigação: nos manter unidos, *não em torno do nome de Simon ou de ninguém*, mas em torno do *patrimônio oposicionista* conseguido em muitos anos de luta e sofrimento”, (ZH, 4 de junho de 1979, página 10), afirmando ainda que “se enganam ainda os que acham que um interesse pessoal vai passar por cima disto”, tecendo crítica velada ao projeto capitaneado por Leonel Brizola e reforçando o legado de lutas do MDB gaúcho, narrativa que seria adotada por aqueles que o acompanharão no futuro PMDB.

³⁹⁰ Zero Hora, Porto Alegre, 4 de julho de 1979, p. 10.

ressaltando, a partir deste momento, a importância da articulação do senador Paulo Brossard na mobilização dos companheiros que repudiavam o ingresso na mesma legenda de Leonel Brizola³⁹¹. Cabe destaque que, neste momento, ainda pairava no cenário político-partidário gaúcho a possibilidade de Pedro Simon rumar para o PTB, o que fazia com que demais lideranças³⁹², mesmo sem o apoio público do presidente emedebista, se organizassem visando resistir às iniciativas dos trabalhistas sobre as hostes do emedebismo gaúcho que buscavam reorganizar a antiga legenda.

Brossard, apesar de ressaltar a importância da união da oposição gaúcha, visando enfrentamento ao regime, retoma a tônica emedebista quando destacava que estava: “chocado com as manifestações de desdém ao trabalho realizado pelo MDB durante os anos de exceção” e, ainda fazendo referência a suposta fala de Leonel Brizola, salientava que o “desconhecimento deste trabalho significava um gesto de ingratidão”³⁹³, estabelecendo assim um distanciamento das posições do líder trabalhista e reafirmando a narrativa dos grupos que comporiam o MDB, ou seja, encetar uma repulsa dos emedebistas para com Brizola e seu projeto, e, no plano de ação, defender a necessidade da manutenção da união oposicionista, visando continuar a vitoriosa mobilização frente a ditadura instaurada em 1964, o que permitia aos líderes emedebistas manter o controle do campo de oposição no Rio Grande do Sul.

Na mesma data, outro parlamentar defensor da manutenção do MDB, Nivaldo Soares, antigo Trabalhista Renovador, mantém a narrativa destacada pelo senador Brossard, ressaltando que o MDB não era contrário ao pluripartidarismo, conforme havia dado a entender Leonel Brizola quando supostamente criticou a atuação do líder emedebista Ulysses Guimarães, salientando, entretanto, que:

Sua extinção (do MDB) deve ser adotada pelo próprio partido, à hora oportuna, atingidos todos os objetivos pelos quais se bate, em prol da redemocratização do País e da libertação do nosso povo. O instrumento político das forças populares, dos liberais, dos intelectuais, da Igreja, dos trabalhadores foi o MDB e, como ele cresceu, a despeito de tudo, das perseguições, cassações, suspensões de direitos, demissões e outras truculências oficiais, mister se fazia impedir sua ascensão ao

³⁹¹ Matérias de datas posteriores destacam a peregrinação do senador Paulo Brossard pelo interior defendendo a manutenção do MDB. BROSSARD: MDB não será extinto. Zero Hora, Porto Alegre, 26 de julho de 1979, p. 12.

³⁹² A organização e estruturação das legendas se deve, muito, a atuação dos 31 deputados estaduais eleitos pelo MDB em 1978. Jornais da época destacam que a discussão se iniciou dentro deste colegiado, sendo, a partir desta decisão, organizadas as legendas no interior de todo o Rio Grande do Sul, conforme destaca matéria no jornal Zero Hora de 4 de julho, “Operações desacomplagem”. OPERAÇÕES desacomplagem, Zero Hora, Porto Alegre, 4 de julho de 1979, p. 10.

³⁹³ BROSSARD faz reunião pregando união. Zero Hora, Porto Alegre, 5 de julho de 1979, p. 13.

governo, já a esta altura inevitável. E a formula dos laboratórios oficiais foi a extinção do MDB. (DEPUTADOS do MDB buscam fórmula que assegure a unidade. Zero Hora, Porto Alegre, 5 de julho de 1979, p. 13).

Nota-se que, nos primórdios do debate acerca da reorganização partidária nas hostes oposicionistas se dava, até este momento, fundamentado a partir da clivagem em torno de Leonel Brizola e da tática a ser adotada pela oposição nos futuros combates frente ao regime instalado no país desde abril de 1964. Esta narrativa interessava aos emedebistas e futuros peemedebistas que, estando em grande parte na atividade de seus mandatos parlamentares, lhes permitia o amplo acesso as tribunas parlamentares e, conseqüentemente, a imprensa, utilizando-se de todos os espaços visando tanto defender o legado emedebista e a sua história de enfrentamento a Ditadura Civil-Militar³⁹⁴, quanto fustigar o projeto trabalhista capitaneado por Brizola.

Verifica-se ainda a ausência, até este momento, de uma abordagem ideológica para justificar as incipientes posições dos líderes a respeito do PMDB ou PDT. Enquanto aqueles que defendiam a permanência no/do MDB pregavam principalmente a importância de se manter a trajetória de conquistas da legenda, sem fundamentar qualquer ponto relevante que justificasse a manutenção da frente oposicionista, em um cenário de pluralidade partidária, poucos daqueles que acompanhariam Leonel Brizola na reorganização do PTB abordavam também quaisquer tema que fundamentasse programaticamente a necessidade de se criar uma nova legenda³⁹⁵, exceto pela esparsa pregação do socialismo e as críticas ao “imobilismo” e “elitismo” emedebista, conforme ressalta Américo Copetti:

O povo quer um partido que represente seus interesses, e o MDB se esgota no institucional. Não ofereceu alternativa, só quer a redemocratização, anistia, e isto é indispensável. Mas todas as suas propostas são institucionais e representam uma terraplanagem.

Por exemplo, eu não sei o que pensa o MDB sobre as multinacionais, a participação nos lucros das empresas ou a reforma agrária, ele não se define sobre isto.

É ingenuidade ficar esperando que se dê a democracia plena para depois criar partidos políticos. Alguém deve estar errado nessa discussão. Eu não concebo que outros partidos pudessem prejudicar o projeto de uma democracia qualificada, plena e absoluta. (A REUNIÃO de Nova Iorque. Zero Hora, Porto Alegre, 24 de julho de 1979, p. 12).

³⁹⁴ Buscando, como vimos, demonstrar que este seria a opção mais segura para a reconquista da democracia no país, tema de grande apelo popular e principal bandeira de atuação da legenda oposicionista durante a década de 1970,

³⁹⁵ Cabe destacar aqui, a justificativa do então deputado estadual, Romildo Bolzan, que ao aderir ao PTB ressaltou sua relação com a antiga legenda e afirmou se tratar de: “uma ideologia que atende a meu modo de ser”, sustentando que voltar ao PTB no momento em que ele ressurgue “é uma questão de lógica e bom-senso”. BOLZAN adere formalmente ao bloco trabalhista. (Zero Hora, Porto Alegre, 8 de novembro de 1979, p. 12).

Enquanto os membros que defendiam a manutenção da oposição unida em uma só agremiação ainda debatiam a respeito de como proceder para a organização desta, os líderes que trabalhavam pela reorganização do PTB intensificavam, após o Encontro de Lisboa, os movimentos para fortalecimento da sua legenda, deixando claro para os emedebistas que uma eventual junção dos grupos, se ocorresse, teria de ser feita dentro da legenda idealizada por Leonel Brizola.

Isto fica claro no manifesto lançado publicamente em 25 de julho, em ato realizado para criação do Movimento Estadual de Organização do PTB, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, com linhas básicas da nova legenda, documento este que contaria com a adesão de 95 líderes que integrariam o futuro PTB. O documento visava orientar os “companheiros trabalhistas” e a classe trabalhadora do Rio Grande do Sul para o esforço e importância da reorganização de uma legenda que, junto à unidade do campo oposicionista, defendesse o legado da “Carta Testamento” de Getúlio Vargas. Salientando que, o momento, a partir do lançamento deste movimento, era de ampla mobilização onde “todos devem passar a ação, conclamando os jovens, as mulheres e os trabalhadores, das cidades e do interior, com coragem e determinação, sem vacilações nem dúvidas, para a vitalização ideológica e a articulação do trabalhismo”³⁹⁶.

Afora as afirmações do documento, a ausência da citação ao MDB ou a qualquer um dos seus principais líderes no manifesto, deixa claro que a estratégia trabalhista implicava em tratar com certa indiferença a atuação emedebista, sobretudo quando no mesmo documento é destacada, por diversas vezes, a necessidade da defesa do legado de Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola e das ideias de Alberto Pasqualini, demarcando assim o campo que os trabalhistas buscariam e poderiam atuar, ou seja, a retomada do fio da história do projeto trabalhista interrompido em 1965. O manifesto ainda reitera a necessidade da “unidade das oposições”, termo utilizado por duas vezes no documento trabalhista. Cabe destacar que este argumento é utilizado, neste momento, por ambos os grupos, entretanto cada um utiliza de definições diferentes a respeito dos princípios balizadores para a possibilidade desta união oposicionista. Enquanto os trabalhistas que estavam imbuídos da reconstrução do PTB ressaltavam que esta unidade era importante, porém não poderia acontecer em uma legenda “elitista” e que não representava os interesses sociais do povo brasileiro, aqueles que defendiam a criação do sucedâneo destacavam a necessidade de se priorizar, naquele momento, a continuidade das lutas travadas pelo MDB, visando o restabelecimento da

³⁹⁶ COM o manifesto, novo lance para formar o PTB. Zero Hora, Porto Alegre, 26 de julho de 1979, p. 13.

democracia no país, conforme frisa o líder da Bancada do MDB na Assembleia Legislativa, o Deputado Lélío Souza, defensor e articulador da manutenção do MDB/PMDB, ao destacar que “muito importante, portanto, esta reafirmação tática (ressaltando, neste caso, a citação do documento petebista), porque é preciso frustrar o inequívoco propósito do governo de fragmentar essa chamada unidade das oposições”³⁹⁷.

Logo após o lançamento do documento, a Associação de Estudos e Debates do novo PTB lança outro manifesto que reforça a narrativa trabalhista, ressaltando que:

Considera-se oportuna a articulação imediata do PTB em escala nacional, tendo em vista a falência do MDB em liderar o avanço das lutas populares por pão e liberdade. Assentadas sobre o espaço político dos partidos, as lideranças liberais-conservadoras do MDB não conseguem transformar o simulacro parlamentar, restrito a um limitado conceito de política, em instrumento de luta pela democracia e pelo socialismo. É curioso observar também a pobreza do argumento da unidade, independentemente de quem o defenda, pois além de esconder uma análise mais profunda da natureza do MDB e sua própria origem, escamoteia uma questão de princípio – a de que a unidade perseguida deve resguardar sempre o direito a livre associação. De resto, soa ridícula a ideia de amarrar pela força o que está desamarrado pela vontade popular, bem como o argumento de tudo ou nada. (ASSOCIAÇÃO do PTB divulga documento. Zero Hora, Porto Alegre, 14 de agosto de 1979, p. 12).

Destaca-se, desta forma, os principais trunfos utilizados até este momento, tendo em vista que enquanto os defensores da reorganização do PTB buscarão no legado trabalhista as bases para a refundação da legenda, utilizando a Carta Testamento como princípio e a liderança de Leonel Brizola como guia, defendendo ainda uma atuação mais intensa frente ao Regime Militar com críticas ao imobilismo do MDB³⁹⁸ e o estabelecimento de uma legenda que não trate apenas das questões institucionais, mas sobretudo sociais. Os emedebistas destacavam o legado de lutas e vitórias parciais da legenda frente aos arbítrios praticados pela Ditadura instalada no país e a decisão tática de manutenção da legenda visando à vitória final e a conquista da redemocratização, ressaltando que a fragmentação da oposição interessaria diretamente aos promotores da reorganização partidária instalados no Palácio do Planalto.

Entretanto, outros pontos também estiveram presentes no debate público do campo oposicionista, como a questão do populismo. Objeto de críticas veladas por parte de setores

³⁹⁷ LÉLIO chama a atenção para preocupação com unidade. Zero Hora, Porto Alegre, 26 de julho de 1979, p. 13.

³⁹⁸ Com relação ao imobilismo da legenda, Brizola ressaltou ao tratar sobre a atuação do MDB frente ao debate a respeito do retorno do pluripartidarismo no país: “Como a oposição do MDB atuou de novembro para cá? O que fez o MDB? Individualmente foi feito o possível, mas o conjunto do MDB ficou perplexo, ficou parado. Não tomou qualquer iniciativa. O próprio projeto de anistia que elaboraram excluía a mim e ao Arraes. É tal a diversidade interna do MDB que sua direção não anda. As correntes se digladiam, cada uma querendo ficar com o espólio do partido. Se ficássemos só com o MDB, teríamos que ficar parados até a eleição de 1982. Teríamos que ir para casa, vendo a política se reduzir as notas e aos discursos parlamentares”. (BRIZOLA acusa a oposição e diz que o MDB parou em novembro. Zero Hora, Porto Alegre, 12 de novembro de 1979, p. 12).

emedebistas ao projeto trabalhista e, principalmente, a Leonel Brizola³⁹⁹, este debate pairava no cenário brasileiro em 1979 como reflexo do período pré-1964, sendo objeto de uma série de críticas, entendido pelas elites emedebistas da época como “uma espécie de aberração da história, alimentada apenas pela propaganda e pela capacidade de manipulação dos de cima, graças à suposta estupidez dos de baixo”. A narrativa oficial após abril de 1964 a respeito dos governos petebistas, especialmente as experiências trabalhistas do segundo governo de Getúlio Vargas e o governo de João Goulart na Presidência da República, bem como o governo de Leonel Brizola à frente do Palácio Piratini. Sendo estes, considerados exemplos típicos do populismo no Brasil, aliado a uma crescente revisão de posições de setores da esquerda brasileira, que também combatem o populismo em nome da independência do trabalhador do Estado brasileiro, acaba por tornar a expressão compreendida de forma pejorativa, colaborando assim para que grande parte dos atores da época buscasse distanciar-se da mesma. Entretanto, tendo em vista a presença de Leonel Brizola no contexto de retorno do pluripartidarismo, setores que buscavam a manutenção da unidade das oposições abrigadas no MDB enfatizavam, mesmo que de forma sutil, as críticas ao que salientavam ser o *modus operandi* do trabalhismo brasileiro, ressaltando que estas práticas retornariam ao cenário político-partidário brasileiro com a recriação do PTB⁴⁰⁰.

³⁹⁹ Segundo Ferreira (2001), na primeira fase de estudos, entre os anos 50 e 60, o populismo era considerado uma espécie de *desvio* da evolução "natural" da sociedade brasileira em direção ao socialismo e ao enraizamento do sindicalismo operário. Esse desvio populista teria acontecido durante o processo de transformação da sociedade tradicional em moderna, ou de economia eminentemente rural em urbana, a partir dos anos trinta. Trata-se da fase de explicações estruturais para o populismo, na qual se considera que a passagem de sociedade tradicional para sociedade moderna ocorreu paralelamente a um rápido processo de urbanização e de industrialização, mobilizando as massas populares. Uma vez mobilizadas, elas exigem participação política e social, atropelando, com suas pressões, os canais institucionais clássicos. A solução dos problemas gerados pelas transformações estruturais da sociedade deu-se por golpes militares ou revoluções nacional-populares, sendo as últimas nomeadas de populismo. Com isto, segundo Gomes (2001), o sentido de "populismo" que passou para a história tem uma carga semântica altamente negativa. Os políticos populistas são estigmatizados como enganadores do povo, por suas promessas jamais cumpridas e como aqueles capazes de articular retórica fácil com falta de caráter. O sentido negativo não diz respeito apenas à figura do político populista, mas ao fenômeno como um todo, pois só é possível a eleição de um populista por eleitores que não sabem votar ou que sempre se comportam de maneira dependente, como se estivessem à espera do "príncipe encantado". Para mais detalhes sobre o assunto, ver: CERVI, E. U. As sete vidas do populismo. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba. Número 17, 2001.

⁴⁰⁰ Cabe destaque ao discurso de dois parlamentares do MDB na Assembleia Legislativa: Elygio Meneghetti, um dos maiores defensores da criação do sucedâneo, a respeito do assunto, destaca que foi bastante corrente nas hostes emedebistas que defendiam a manutenção do MDB, quando afirma que os trabalhistas “estão voltando a velha demagogia do passado, quando se diziam representantes das classes oprimidas, mas nunca executaram atos para libertar estas classes. Mantinham latente no pensamento do povo a ideia da libertação e da reforma agrária, mas atos concretos nunca aconteceram nesse sentido, creio que o real objetivo era utilizar o pessoal como massa de manobra”. PARA Meneghetti: novo PTB será igual ao antigo. Zero Hora, Porto Alegre, 8 de outubro de 1979, p. 12. Jorge Uequet: “Nós fazemos oposição pela via democrática e colocamos os interesses do povo acima do culto a personalidade, do saudosismo, e dos que se julgam donos do povo”. (UEQUED: O PMDB sempre foi agredido por inocentes úteis. Zero Hora, Porto Alegre, 3 de dezembro de 1979, p. 14).

Além das questões relacionadas acima, cabe destaque também a outro elemento que colaborou na decisão acerca do futuro político-partidário da elite emedebista, o cálculo eleitoral. Com o evento “fundador” do PDT no exílio e o iminente retorno do maior líder trabalhista vivo ao país, o debate se intensifica na imprensa e é arraigado por todo o interior da legenda, sendo que os principais líderes da mesma, principalmente os deputados estaduais e federais, resolvem, antes de tomar qualquer decisão acerca do caminho a ser seguido, consultar suas bases eleitorais buscando constatar a tendência dos seus apoiadores acerca da iminente divisão entre os emedebistas e petebistas. Matéria do jornal Zero Hora do dia 12 de julho, salienta que “muitos – referindo-se a deputados da legenda - estão fazendo viagens isoladas com o único propósito de auscultar se a tendência do seu eleitorado é pelo MDB ou pelo PTB, para depois fazer sua opção”⁴⁰¹. Da mesma forma, abordando o debate realizado na Vila Bethânia entre políticos do MDB, sindicalistas e intelectuais⁴⁰², onde foi debatido o caminho a ser tomado pelos presentes com a reformulação partidária, outra matéria cita discurso do então vereador de Pelotas da legenda, Flávio Koswig, que critica a postura dos deputados emedebistas:

O PTB está se organizando com força em todo o estado. Os deputados estão na moita, com medo das bases, com medo de não se elegerem. Não sabem se apoiam Simon ou se apoiam Brizola. Se querem a manutenção do MDB que sejam claros, que digam isso e que trabalhem para isso. Não é possível que fiquem esperando para ver como as coisas vão se dar, esperando para ver o próximo passo do regime. (NOS DEBATES, a incômoda posição dos parlamentares do MDB, Zero Hora, 23 de julho de 1979, p. 10).

O debate interno espriava-se por todo o interior do estado. Com a ampla cobertura da imprensa a respeito do retorno ao pluripartidarismo, aliada a proximidade do retorno de Leonel Brizola ao país, as lideranças abrigadas no interior do MDB em todo o Rio Grande do Sul articulavam-se principalmente a partir da ligação com a elite estadual emedebista na estruturação das novas legendas. Com isto, grupos formavam-se em cada uma das cidades visando angariar apoio à manutenção do MDB ou então a favor do retorno do PTB. As convenções municipais realizadas pelo MDB em 26 de agosto de 1979, cerca de 10 dias antes do retorno de Brizola ao Brasil, evidenciaram esta cisão no interior do emedebismo, conforme demonstra matéria publicada pelo jornal Zero Hora que trata da cobertura destas convenções,

⁴⁰¹ SIMON “abandonou o barco” em uma hora difícil? Zero Hora, Porto Alegre, 12 de julho de 1979, p. 14.

⁴⁰² Matéria cita que, apesar da presença maciça dos emedebistas, aqueles que estavam organizando o PTB, exceto Alceu Collares, não estavam presentes. (O DEBATE da Vila Bethânia, Zero Hora, 23 de julho de 1979, p. 10).

ao informar que “em todas as cidades a convenção marcou certa disputa entre políticos que desejam a manutenção do MDB como bloco oposicionista, e os que defendem a ideia da formação de novos partidos, em especial a restauração do antigo PTB”, informando ainda sobre o contexto de algumas localidades em que duas chapas disputaram o comando da seção oposicionista local, os emedebistas e os trabalhistas⁴⁰³.

No período que precede a chegada de Leonel Brizola ao país, marcado para dia 7 de setembro de 1979, os embates públicos entre as lideranças oposicionistas foram abrandados em detrimento dos preparativos para a recepção ao ex-governador gaúcho em São Borja, organização esta que contou com o apoio e participação das principais lideranças do MDB gaúcho, dentre estes Pedro Simon.

No seu primeiro discurso em território brasileiro após 15 anos de exílio, Brizola reafirmou a narrativa petebista estabelecida ainda no evento fundador de Lisboa, demarcando o território de atuação da legenda ao defender o legado da carta-testamento de Getúlio Vargas e estabelecer a nova legenda como detentora do espólio trabalhista. Da mesma forma atenuou o papel da legenda oposicionista na abertura política no país, ressaltando tanto que a abertura política brasileira se devia ao povo⁴⁰⁴, quanto que não houve oposição no país nos últimos 15 anos⁴⁰⁵, situando assim seu projeto como o mais capaz de mobilizar a população brasileira para o enfrentamento ao regime militar, visando com isto não somente a retomada plena dos direitos civis e políticos dos brasileiros, mas principalmente a retomada dos avanços sociais que outrora foram capitaneados pelo projeto petebista⁴⁰⁶.

As manifestações de Brizola foram utilizadas pelos líderes emedebistas para cessar a quietude que havia se estabelecido nos dias que antecederam o regresso do mesmo⁴⁰⁷, período

⁴⁰³ NO INTERIOR, uma surpresa em Santa Maria. Zero Hora, Porto Alegre, 27 de agosto de 1979, p. 10.

⁴⁰⁴ “Na minha opinião, o que levou o regime a perder cada vez mais a credibilidade, a exaustão, foi o desprezo do nosso povo, que retirou-lhe todo o conteúdo ético e moral em sucessivas reprovações. A este povo devemos o clima de abertura”. (OS DIREITOS democráticos e sociais do povo brasileiro. Folha da Tarde, Porto Alegre, 11 de setembro de 1979, p. 12).

⁴⁰⁵ A frase citada por Brizola literalmente foi: “esse regime fez o que lhe deu na cabeça. Hoje, estamos na frente de um fracasso, de uma dívida externa assustadora, e este regime nunca teve oposição”. (Zero Hora, Porto Alegre, 9 de setembro de 1979, p. 10).

⁴⁰⁶ O então deputado estadual, Gabriel Mallmann, um dos maiores críticos a Leonel Brizola, ressaltou que: “A abertura, Dr. Brizola, não foi uma dádiva, mas sim fruto do confronto direto do MDB ao governo”. NO PLENÁRIO, começa o debate entre PTB e MDB. Zero Hora, Porto Alegre, 30 de novembro de 1979, p. 12.

⁴⁰⁷ Na Convenção Regional do MDB, que ocorreria dias depois da chegada de Leonel Brizola, matéria cita discurso de uma liderança municipal do MDB, Vinicius Pitágoras, a respeito da fala de Leonel Brizola, ressaltando o mesmo que “esperávamos que o ex-governador chegasse e fizesse como Miguel Arraes, que respeitou o sacrifício dos que combateram ao longo dos 15 anos. Fui a São Borja pois achava que ele tinha chance de transformar a oposição numa casa só. Mas ali, o que vi, foi que o MDB não é o PTB, este voltou agora, e muito atrás do MDB”. (CONVENCIONAIS pedem uma definição de Simon. Zero Hora, Porto Alegre, 15 de outubro de 1979, p. 14).

este em que os oposicionistas e a população estavam anestesiados com o fato político e impacto sentimental – e principalmente dentro dos quadros emedebistas – do retorno do ex-governador ao estado.

O deputado federal Eloar Guazelli, que migraria para o PMDB, criticou Brizola reforçando a narrativa emedebista do passado de glórias da legenda, sua resistência e luta frente ao regime civil-militar que teriam de ser mantidas mesmo com o advento do pluripartidarismo, neste caso entendido pelos emedebistas como “casuístico”, pois era patrocinado e desejado pelos articuladores do Palácio do Planalto visando postergar a sobrevivência do regime:

[...] aos que estão retornando ao Brasil tenham a responsabilidade política, reconhecendo que o MDB, que ficou no país, não curvou sua cabeça, embora tivesse vários companheiros com as cabeças ceifadas, não apenas no sentido figurado, mas também através do trucidamento, da tortura e do assassinio pelos famosos traumatismos cranianos inexplicáveis. (FREITAS Nobre: Brizola desinformado. Zero Hora, Porto Alegre, 11 de setembro de 1979, p. 11).

Salientando que suas afirmações foram mal interpretadas, Brizola não deixou de afirmar que considerava “o MDB uma frente, e não um partido político”⁴⁰⁸, e que os trabalhistas e tantos outros grupos políticos a integravam tendo em vista o contexto e o regime de exceção por qual o país vivia, ressaltando, porém, que o novo cenário político que se avizinhava demandava uma agremiação que fosse além da luta institucional e avançasse nas lutas sociais e populares, e que isto fundamentava a desvinculação dos trabalhistas remanescentes do MDB e a recriação imediata do PTB:

[...], no entanto, procuramos expressar a nossa posição através da nossa própria fisionomia, como trabalhistas, como uma área oprimida no próprio campo de oposição, porque o regime nos cassou muito, prescreveu todas as nossas lideranças, todos os trabalhistas representativos, que permaneceram dentro do MDB como força de apoio apenas. Agora, nós queremos nos expressar como uma corrente da oposição. (BRIZOLA diz que sua declaração foi mal interpretada: existiu oposição. Folha da Tarde, Porto Alegre, 11 de setembro de 1979, p. 12).

Após o impacto sentimental e político da chegada de Brizola ao país depois de 15 anos, aliada a iminência da extinção do MDB e conseqüente necessidade de reorganização das novas agremiações, os ânimos do debate entre os principais líderes oposicionistas se exaltam na imprensa. Cada um dos grupos lança de mão dos argumentos necessários para fortalecer suas narrativas, seja vitimando-se frente aos “intransigentes líderes” do MDB e do PTB, ou então auto intitulado-se detentores do espólio de legados políticos locais, buscando com isto

⁴⁰⁸ BRIZOLA diz que sua declaração foi mal interpretada: existiu oposição. Folha da Tarde, Porto Alegre, 11 de setembro de 1979, p. 12

no passado de lutas e vitórias a justificativa pública tanto para manutenção do MDB quanto para a retomada do PTB.

Uma semana após o retorno de Leonel Brizola ao país, os petebistas realizam o 3º Seminário Trabalhista de São Borja, no Rio Grande do Sul, evento este que geraria a “carta de São Borja”. Este documento além de conter uma série de críticas aos líderes da legenda oposicionista, principalmente o seu Presidente Nacional, Ulysses Guimarães, a quem é acusado pelos trabalhistas de estar “retardando o processo de redemocratização do país”, serve também como chamado a ação dos mesmos e, principalmente, a convocação a desvinculação dos mesmos das hostes emedebistas, conforme ressalta matéria publicada no jornal Zero Hora, salientando que ela reflete “a síntese do pensamento de Brizola sobre as relações dos trabalhistas com os emedebistas, terá uma importância maior do que se imaginou de início, pois se trata do primeiro documento orientado por Brizola, desde que retornou ao país”⁴⁰⁹. Enquanto isto, líderes que advogavam a unidade oposicionista no âmbito do MDB acusavam a Brizola de “dividir a oposição”, fazendo assim o “jogo do regime”, ressaltavam que o projeto trabalhista se fundamentava na “ vaidade de um homem”, neste caso Brizola, em detrimento dos “interesses nacionais”⁴¹⁰. Desta forma os líderes emedebistas imputavam a seus interesses e o projeto emedebista de “despojados de interesses particulares e/ou partidários”, defendendo assim a manutenção do MDB como “benéfico para a sociedade brasileira”, enquanto o outro projeto capitaneado por Brizola atenderia somente a “suas próprias pretensões políticas e pessoais”, bem como do regime civil-militar.

A singularidade da formação da seção gaúcha faz com que o debate se dê, da mesma forma, sobre a herança trabalhista, sendo que o líder petebista ressalta que o MDB “apossou-se do espólio do PTB, aproveitou-se que alguns dos legítimos herdeiros estavam sem condições de reclamar sua parte e, agora, nega-se a fazer a partilha dos bens”⁴¹¹, salientando ainda que:

A situação é clara como água. Simplesmente trocaram as placas do PTB pelas do MDB. Copiaram nossa bandeira. As cadeiras de muitos diretórios do MDB ainda são as do velho PTB, assim como as sedes. Há um patrimônio do PTB que precisa ser devolvido. Entramos com a maior parte do capital e cortaram nossas cabeças e

⁴⁰⁹ BRIZOLA abre guerra contra o MDB e seu comando. Zero Hora, Porto Alegre, 17 de setembro de 1979, p. 8.

⁴¹⁰ O Deputado estadual do MDB, Elygio Meneghetti, afirmaria isto ao destacar que “nos primeiros dias após a chegada do ex-governador, tudo estava bem, mas quando se viu a vaidade de um homem, provocando a divisão na oposição, provocando a divisão na oposição, mais preocupado com a criação de seu partido do que com os interesses nacionais”. MENEGHETTI: PTB ataca Simon e Brossard. Zero Hora, Porto Alegre, 3 de novembro de 1979, p. 9.

⁴¹¹ Ibidem.

não nos deixaram fazer parte da direção da sociedade. Queremos apenas recuperar o que é nosso. Não queremos dissolver a sociedade, só o que por direito é nosso. O PTB é uma espécie de espólio, o povo trabalhista é um espólio com muita gente sentada em cima. Há muita gente que se elegeu às custas do PTB que não vai mais se eleger, gente que não fez nada quando o dr. João Caruso estava na cadeira vestindo uniforme de presidiário. Gente que se elegeu com os nossos votos e depois bota o smoking para ir a posse de Figueiredo⁴¹².

O ex-governador gaúcho ainda defende-se da narrativa oficial emedebista de que o “PTB fazia o jogo do regime ao dividir a oposição”, afirmando que:

Há muita conversa ao pé do ouvido de que não há liberdade, de que a oposição precisa continuar unida, de que depois basta trocar a placa do MDB pelo do PTB. São argumentos divisionistas, sofismas, usados principalmente por muita gente que, no MDB, passou a ter um grande eleitorado. A oposição não se dividirá, que vai haver divisão do eleitorado não tenho dúvidas. Eu apelo aos nossos companheiros trabalhistas que estão no MDB por uma definição. Quem sentir vergonha de ser trabalhista, muito que bem, continuaremos amigos. Mas queremos dos trabalhistas que não apenas se declarem trabalhistas, que nos ajudem a reestruturar o partido. Não nos iludamos nesta caminhada. Há muitas personalidades que criaram projeção na política no momento em que estávamos sendo perseguidos, massacrados, em que não podíamos falar em nosso chefe e na Carta Testamento⁴¹³.

A partir daí o debate público entre emedebistas e trabalhistas ingressa na narrativa desejada pelos líderes do partido oposicionista, ou seja, enquanto estes ressaltavam a necessidade tática de “manter a oposição unida em uma só agremiação visando restabelecer a democracia” no país para, somente depois disto, se discutir a criação de tantas legendas quanto fossem necessárias⁴¹⁴, ressaltando ainda que a reformulação proposta era antidemocrática, pois estava condicionada aos interesses e articulações do regime, visando atrelar o projeto petebista aos interesses oficialistas e, com isto, afastar este do campo/eleitorado oposicionista gaúcho, os trabalhistas defendiam-se afirmando que não estavam “fazendo o jogo do regime”, salientando ainda que os demais partidos que estavam para ser criados, como, por exemplo, o Partido dos Trabalhadores (PT), não estavam sendo criticados pelo divisionismo do campo oposicionista vide o que ocorria com os petebistas⁴¹⁵.

Este embate manteve-se na imprensa local até o final de dezembro, com os emedebistas consistentemente acusando “Brizola de confiar nas intenções do governo”⁴¹⁶,

⁴¹² Ibidem.

⁴¹³ Ibidem.

⁴¹⁴ O líder do MDB na Assembleia Legislativa, Lélío Souza, tratando da cisão entre Simon e Brizola, bem como dos projetos capitaneados por ambos, ressaltou que “não houve um rompimento. O que houve foi uma divergência tática”. LÉLIO: cisão foi culpa de Brizola. Zero Hora, Porto Alegre, 1 de dezembro de 1979, p. 12.

⁴¹⁵ “Por que não se diz que o PT vai dividir?”. Zero Hora, Porto Alegre, 25 de setembro de 1979, p. 12.

⁴¹⁶ NA REUNIÃO com o MDB, a confirmação do PTB. Zero Hora, Porto Alegre, 26 de setembro de 1979, p. 11.

mantendo a narrativa da existência um conluio de interesses entre Brizola/Golbery⁴¹⁷, e o ex-governador afirmando que o “MDB devia sua existência ao antigo PTB”, sendo que os petebistas foram, ao longo do tempo, jogados para o “fundo do porão da legenda oposicionista”⁴¹⁸.

Esta narrativa emedebista pode ser encontrada também, pela primeira vez, publicamente, no discurso do senador Pedro Simon ao anunciar que ficaria no MDB, depois de meses de especulações a respeito do seu futuro partidário⁴¹⁹, quando “denuncia o plano da reforma partidária do governo como um esquema para manter-se no poder”, afirmando ainda que:

Após 15 anos em que o governo diversas vezes anunciou A e faz B, suas palavras tem pouco significado. Não vejo por que, por exemplo, eu tenha que confiar mais no General Figueiredo do que em Geisel, Médici, Costa e Silva e Castello Branco. Todos são generais, tem a mesma origem, inclusive o atual Presidente, como Médici, é oriundo do SNI. (Simon define: - Vou ficar no MDB. Zero Hora, Porto Alegre, 01 de outubro de 1979, p. 6).

Apesar de publicamente resistir em aderir a uma das legendas, ressaltando que “enquanto o MDB existisse não iria discutir suposições”, Simon sempre trabalhou internamente pela criação do sucedâneo. O seu afastamento do debate intraoposicionista gaúcho acerca do futuro partidário por diversos meses, deixando Brizola discutindo publicamente com seus correligionários do MDB, pode ter sido parte da estratégia emedebista de arquitetar um contraste entre os líderes e, com isto dos projetos que lideravam, visando reforçar a retórica emedebista. Para esta narrativa, Brizola seria o líder de um projeto adepto do “unipessoalismo decisório”, com cunho “personalista” e que o histórico de “radicalismos” do seu líder seria uma demonstração da atuação do “agente da discórdia”, buscando com isto apresentá-lo como uma “cópia fiel” do líder trabalhista que teria “incendiado o Brasil” no período que antecede ao golpe de 1964, visando demonstrar os “problemas e/ou perigos” que

⁴¹⁷ O então deputado estadual do MDB, César Schirmer, visando criticar veladamente o PTB que: “não somos e não vamos ser oposição confiável. Nem mudaremos nosso comportamento ao longo dos anos. Oposição ontem, oposição hoje, oposição amanhã. Sem acertos com o governo e sem fé na ditadura”. (DIVERGÊNCIAS entre MDB e PTB aumentam. Zero Hora, Porto Alegre, 14 de novembro de 1979, p. 14).

⁴¹⁸ BRIZOLA abre guerra contra o MDB e seu comando. Zero Hora, Porto Alegre, 17 de setembro de 1979, p. 8. Elygio Meneghetti, deputado estadual do MDB, respondeu a Brizola salientando que: “foi o governo quem colocou os trabalhistas no porão do navio e não o MDB, se eles não saíram de lá foi porque não se preocuparam em sair, se esconderam e deixaram o MDB sozinho na luta, preocupando-se apenas com a campanha do voto em branco. PARA Meneghetti: novo PTB será igual ao antigo. Zero Hora, Porto Alegre, 8 de outubro de 1979, p. 12.

⁴¹⁹ Cabe destaque que apesar do título da matéria sugerir uma decisão do senador, a mesma ficou ainda em aberta por mais de dois meses, sendo que só foi anunciado oficialmente em 3 de dezembro.

poderiam acarretar o retorno deste projeto ao atual cenário de avanços democráticos que o Brasil vivia. Sendo assim, Simon, ao afastar-se, buscava construir a imagem do antídoto a Brizola, sendo que representava um projeto, por ora exitoso eleitoralmente, em que se desprendia de interesses pessoais em nome da luta pelos interesses do país, que advogava pela “democracia” em todos os âmbitos e que era adepto do “diálogo” e da “moderação”, enfatizando assim tanto a suposta atualidade deste, quanto da importância de uma liderança com este perfil para as batalhas que a oposição ainda teria de enfrentar.

A decisão do futuro partidário do senador era compreendida pela imprensa local como fundamental para a viabilidade do projeto do sucedâneo no Rio Grande do Sul⁴²⁰. Isto decorria pelo fato do reconhecimento do trabalho de Pedro Simon nos 10 anos em que esteve à frente da seção oposicionista gaúcha, onde estruturou a legenda em todos os municípios do Rio Grande do Sul, transformando a seção local em modelo para o MDB Nacional. Além disto, Simon conseguiu, à sua maneira, tanto atrair setores liberais para a legenda, como o grupo de ex-libertadores que aos poucos ingressariam no MDB, quanto os diversos grupos da esquerda gaúcha que, ao alterarem suas estratégias, encontraram na seção gaúcha, bem como junto a seu presidente, espaço para atuação e abrigo institucional adequado para a manutenção da ação política.

A partir da definição do senador gaúcho, o quadro partidário do campo oposicionista estabelecia-se, sendo que Simon, junto a Brossard e tantos outros líderes emedebistas, capitaneariam o processo de organização das bases do novo partido com relativo sucesso. Levando-se em conta que a maioria dos deputados estaduais e federais da legenda oposicionista migraria para o sucedâneo, bem como as lideranças com cargos eletivos municipais da legenda⁴²¹. A partir da confirmação desta decisão, diversas lideranças trabalhistas que, enquanto da suposta indecisão do Senador, haviam poupado o mesmo de questionamentos públicos, passaram a criticar abertamente Pedro Simon, discussão esta que

⁴²⁰ Tal passagem, que tratava da impossibilidade de uma aliança Simon e Brizola na mesma legenda, é emblemática da importância da decisão do senador Pedro Simon: “contudo, para alguns políticos da bancada do MDB vem resolver um problema sério que estavam tendo com suas bases, que diariamente cobravam uma atitude com vistas à organização das bases do sucedâneo, o que não podia ser feito já que aguardavam o resultado das negociações entre trabalhistas e emedebistas. Mas para pelo menos 10 Deputados do MDB gaúcho, a definição do Senador é muito importante, porém não fundamental, já que havia a intenção de formar o sucedâneo no estado, com ou sem a participação de Simon, muito embora essa hipótese fosse considerada absurda. SIMON confirma: Esgotadas negociações com Brizola. Zero Hora, Porto Alegre, 29 de novembro de 1979, p. 12.

⁴²¹ Matéria de 30 de dezembro cita números aproximados desta migração das lideranças municipais do MDB, afirmando que enquanto 14 prefeitos e 380 vereadores rumaram para o PTB/PDT, 55 prefeitos e 750 vereadores acompanharam Pedro Simon no sucedâneo, o PMDB. A MAIORIA do PMDB. Zero Hora, 30 de dezembro de 1979, p. 8.

perpassou todo o último mês do ano de 1979⁴²², sendo que enquanto seus aliados na organização do novo MDB ressaltavam o caráter “conciliador” de Simon, salientando que o senador “envidou de todos os esforços para a união da oposição”, e que esta cisão só se deu por “culpa da insistência de Leonel Brizola”, os trabalhistas, além de enfatizarem a “traição trabalhista” patrocinada por Pedro Simon⁴²³, lembraram ainda que:

Simon no passado formava a ala direita do PTB que, ao longo dos anos que dirigiu o MDB gaúcho, se caracterizou por uma política de conciliação entre as diversas correntes que formavam o MDB, por uma habilidade muito parecida com a de Tancredo Neves para conviver e encaminhar os conflitos enfrentados pelos emedebistas, com o regime e a nível interno. Logo no início do debate sobre a reorganização do PTB, Simon se aliou aos velhos trabalhistas que preferiam se organizar como corrente dentro do MDB, ao invés de partirem para a formação independente do Partido. Enquanto o ex-governador defendia a unidade das oposições centradas em partidos, Simon insistia na unidade de todos numa nova frente, sem organicidade. (PMDB e PTB apresentam programas diferentes. Zero Hora, Porto Alegre, 2 de dezembro de 1979, p. 14).

Desta forma, podemos constatar que o debate público a respeito da decisão partidária a partir da extinção – ou expectativa desta – do MDB, bem como da defesa desta escolha, foi feita por ambos os grupos tanto ao se auto intitular intérpretes e sucessores de determinadas tradições políticas, visando assim se posicionar no novo cenário político-partidário que se avizinhava, quanto a partir das clivagens em torno dos principais líderes das duas novas legendas que iriam surgir, Leonel Brizola e Pedro Simon.

No caso dos trabalhistas, as redes – sociais e/ou políticas - com Leonel Brizola, bem como com os principais líderes trabalhistas, serão sempre relevantes para compreender a escolha pelo PDT, entretanto, no debate público, outros temas são utilizados como trunfos para a escolha pela agremiação, tais como a defesa da carta-testamento de Getúlio Vargas, utilizada como documento base e guia do trabalhismo brasileiro, e, a partir disto, a luta pelos direitos sociais sonegados a população brasileira, conquistas estas que só poderiam ocorrer

⁴²² Junto a este debate, mantiveram-se as acusações dos emedebistas de que estariam “fazendo o jogo do governo ao dividir a oposição”. Exemplo é que duas das maiores matérias especiais do jornal Zero Hora no mês de dezembro a respeito da “crise das oposições” trazem como título: “Simon é um dissidente trabalhista”, em 6 de dezembro; “Brizola reage: não estou fazendo o jogo do governo”.

⁴²³ Em resposta a estas críticas, Pedro Simon salientou que: “o trabalhismo e o ideal trabalhista não são propriedade de ninguém. Representam uma convicção que se pode defender em partidos diferentes. Vargas e Pasqualini não são patrimônio de ninguém, e sim da Nação. Defendo que devemos ter até o desejo, com ideal e não com interesses eleitoreiros, de que essas ideias sejam defendidas pelo maior número de pessoas. Por isso estou tranquilo. Se foi difícil a criação do PTB em 47, também foi difícil para nós defender a sobrevivência desse partido em 65, antes de sua extinção definitiva. Acho que o debate não poderá ser levado para esse rumo, no sentido de uma cobrança. Ninguém poderá dizer que não defendo as ideias de Pasqualini, o que, inclusive, constou de meu primeiro pronunciamento no Senado”. TRABALHISTAS já começam a criticar fala de Simon. Zero Hora, Porto Alegre, 4 de dezembro de 1979, p. 15.

através da agremiação que historicamente marcou sua atuação pela relação com as classes sociais menos favorecidas, o PTB. Esta narrativa, é claro, excluía a possibilidade de uma legenda intitulada pelos petebistas de “elitista”; que estava “imobilizada” pela diversidade de atores que a habitava, e que não conseguia fazer outro debate que não o institucional, como o MDB, ser um projeto viável para as lideranças oposicionistas de todo o Rio Grande do Sul.

Do lado dos peemedebistas, as relações e redes estabelecidas no interior do MDB e/ou com Pedro Simon e os principais líderes também serão fundamentais para a decisão de migrar para o sucedâneo. Da mesma forma, denota-se na narrativa peemedebista a intenção de apresentar a legenda como a única capaz de dar continuidade nas ações pela redemocratização no país, fazendo com que a agremiação, inclusive, se contradiga quando critica o fim da camisa-de-força do bipartidarismo imposto pelo regime a partir do AI-2. Para estes, o Brasil só poderia retomar a democracia pelas mãos do MDB, agremiação que já havia demonstrado “coragem e força” para enfrentar e obter vitórias frente ao regime, destacando que a tática da oposição deveria manter-se a mesma, ou seja, conservar sua unidade, desde que fosse sob o controle dos caciques da legenda, vencer finalmente o regime e, depois disto, discutir acerca da reformulação partidária. Com isto, os posicionamentos dos emedebistas visavam, principalmente, evidenciar para a sociedade gaúcha o que para estes eram “características nocivas do projeto petebista”, ou seja, a tendência ao “radicalismo, populismo e ao personalismo”, destacando ainda que uma legenda como o PTB, que desconsiderava toda a história de lutas do MDB frente ao regime, não teria espaço naquela conjuntura política do país, sendo assim, a escolha pelo PMDB a mais adequada para aquele período político de exceção que o país atravessava.

Entretanto, como vimos, o debate público acaba por se encaminhar para ambos os grupos buscarem preferencialmente desconsiderar os potenciais adversários, visando assim macular o líder e/ou o projeto capitaneado. Desta forma, verifica-se que parte significativa da cobertura da imprensa se deu através de embates públicos a respeito de críticas frontais a ações dos grupos ou de seus líderes, tornando assim o debate desprovido de fundamento programático, a não ser quando este fosse necessário para reivindicar filiações que facilitassem a adesão de eventuais líderes ou grupos a seus projetos.

Ainda assim, ficam claras no capítulo algumas questões que, por mais que estejam por vezes implícitas nos discursos dos emedebistas, demonstram-se bastante relevantes. A primeira é a centralidade da figura de Leonel Brizola na decisão da legenda a seguir com a extinção do MDB. Enquanto muitos daqueles que caminhariam junto ao líder trabalhista no retorno do petebismo no estado tem no ex-governador o “chefe”; o líder incontestado a quem

simbolizam toda a história de lutas do antigo PTB, bem como o sucessor natural de Getúlio Vargas, o que estabelece em Brizola um polo onde os mais variados grupos que se intitulam “trabalhistas” se unem, parcela significativa daqueles que buscariam uma alternativa na oposição, neste caso o PMDB, também o faz destacando a importância da presença do líder trabalhista para esta decisão, entretanto, neste caso, salientando as “desavenças e discordâncias” quanto à natureza política de Brizola, supostos desentendimentos que levaram os mesmos a preferir migrar para uma agremiação que não fosse comandada pelo líder trabalhista.

Muitos destes, apesar de publicamente salientarem as discórdias com Brizola para justificarem suas posições a partir da extinção do MDB, tinham, provavelmente, interesses político-eleitorais na manutenção da legenda oposicionista, tendo em vista esta agremiação, a partir do monopólio do discurso oposicionista, ter avançado eleitoralmente a cada eleição plebiscitária frente ao regime. O ingresso de um novo partido no mesmo campo político no Rio Grande do Sul, junto ao retorno de inúmeras lideranças⁴²⁴ que foram cassadas pelo regime e que, a partir da anistia, poderiam retomar a militância política no ambiente legal atemorizava, conforme salientava corretamente Leonel Brizola, parcela das lideranças emedebistas que, desta forma, utilizavam-se do subterfúgio da unidade tática da oposição até a reconquista plena do processo democrático do país - sendo esta entendida como “a causa” emedebista no período - para manter seus espaços de poder intactos, bem postergar a divisão da oposição e, conseqüentemente, do eleitorado oposicionista gaúcho, confirmando assim a tese de Panebianco (2005, p. 50) quando ressalta que “a ideologia organizativa desempenha, dentre outras, a importante função de racionalizar e enobrecer as aspirações ao sucesso individual”.

Da mesma forma, as frequentes citações dos trabalhistas quanto ao papel coadjuvante que os mesmos detinham ao final da década de 1970 dentro da legenda oposicionista, demonstra que, apesar da retórica ideológica, a busca por espaços também por parte destes líderes exerceu significativa influência na decisão dos mesmos de reorganizar imediatamente a antiga legenda, ao invés de aderir ao MDB. Agremiação esta que se encontrava recheada de “caciques” regionais que, em um ambiente de ausência dos principais líderes petebistas, ascenderam política e eleitoralmente ocupando espaços, outrora ocupados por lideranças do antigo PTB.

⁴²⁴ Que em grande parte eram detentores de mandatos eletivos quando das suas condenações.

A segunda questão pertinente, e que se dá exatamente em contraste a Leonel Brizola para os trabalhistas, é a respeito do singular papel de Pedro Simon à frente do comando emedebista. Adotando o perfil de “conciliador”, Simon busca dentro do debate, acerca da reorganização partidária, posicionar-se utilizando dos flancos possibilitados pela narrativa emedebista, apresentando-se assim como um antídoto aos propalados “defeitos” do líder e do projeto petebista. A construção deste personagem foi possível graças também ao *know-how* adquirido pelo senador no convívio com os líderes nacionais do MDB, reconhecidos pela cautela e moderação. Além disto, Simon teve papel de destaque, inicialmente em estruturar a seção local do MDB em um momento de descrédito da legenda frente ao eleitorado gaúcho⁴²⁵, plantando assim frutos – digam-se alinhamentos e redes de lealdades – que colheria nos próximos anos, principalmente quando da extinção do MDB. Da mesma forma, exerceu papel fundamental em mediar o convívio das mais diversas frentes que, com o tempo, aderiram ao MDB gaúcho, alteraram seu formato e abordagem, porém encontrando sempre na figura de Pedro Simon a liberdade necessária para uma ação desprendida de qualquer coerção por parte do comando partidário. Isto foi possível, tendo em vista, a ausência de uma retórica ideológica por parte do presidente emedebista, o que facilitava o trânsito e diálogo com os mais variados setores da sociedade civil gaúcha, inclusive com os militares, e possibilitou que uma série de grupos, que faziam parte da frente emedebista no Rio Grande do Sul, como os comunistas, permanecessem, ainda por determinado período, atuando dentro do sucedâneo mesmo no âmbito do pluripartidarismo.

Sendo assim, ambos os grupos irão computar para seus líderes atributos que ajudariam a explicar, não somente o apoio a um destes, mas, principalmente, ao projeto capitaneado por eles, ocorrendo, neste caso, uma simbiose entre as figuras de Pedro Simon e do MDB/PMDB, bem como de Leonel Brizola e o PTB/PDT. Desta forma, para aqueles que defendiam o sucedâneo, Simon era o “mediador”, “ordeiro” e “não populista”, características fundamentais para o contexto que se apresentava no retorno ao pluripartidarismo no país. Enquanto isto atribuíam a Brizola as características que lhe colocavam como o antídoto do líder emedebista, salientando ser o ex-governador o “populista”, “incendiário” e “intransigente”, perfil “temerário” naquele contexto de avanços na pauta oposicionista obtidos pelo MDB⁴²⁶. Entretanto para os defensores da reorganização do PTB, Simon era “demasiadamente

⁴²⁵ E de ausência significativa dos maiores líderes trabalhistas.

⁴²⁶ Cabe destaque que estas críticas dos emedebistas se assemelhavam muito as análises feitas pelos setores conservadores quanto à figura de Brizola, quando estes atribuíam ao mesmo à responsabilidade dos acontecimentos decisivos para o golpe de 1964, bem como herdeiro das características nocivas do projeto trabalhista.

conservador”, “moderado” e considerado um líder “fraco” e, até mesmo, “ilegítimo”, tendo em vista ter, segundo a narrativa trabalhista, “tirado proveito” da expurgação dos principais líderes petebistas para assumir o controle da legenda oposicionista e modelá-la de forma que a tornasse incompatível com os “ideais trabalhistas”. Já Brizola era o “líder forte”, reconhecido como sucessor do “ícone” trabalhista Getúlio Vargas, e, por isto, “comandante legítimo” do petebismo. Todavia, como vimos ao longo deste capítulo, a narrativa emedebista acaba por predominar o noticiário político no estado, prevalecendo assim uma imagem positiva de Simon e, implicitamente, de seu projeto partidário, em detrimento de uma imagem negativa de Brizola, bem como do seu projeto de reestruturação do PTB.

Cabe destacar que, para este relativo sucesso dos emedebistas em “pautar” o debate público a respeito do futuro oposicionista, o grande destaque que os líderes da legenda recebiam dos principais veículos de imprensa situados no Rio Grande do Sul exerce papel fundamental. Ao longo da análise da cobertura dos periódicos fica clara tanto uma “certa simpatia” destes para com a figura de Pedro Simon, bem como com o projeto do sucedâneo capitaneado pelo então senador, quanto o constante questionamento acerca da figura de Leonel Brizola e os significados que eram atribuídos a ele, bem como com ao projeto petebista conduzido pelo ex-governador. Isto colaborou de forma decisiva para que o debate público ingressasse na seara desejada pelos emedebistas, ou seja, a forma de combater e vencer o regime estabelecido desde 1964. Convivendo a mais de 15 anos com o mesmo e granjeando vitórias parciais que, ao que indicava, encaminhava o país para o retorno da democracia, a legenda, bem como os líderes que defendiam sua manutenção, apresentavam-se como “sucessores” do “legado de vitórias emedebistas”, buscando assim situar este como o “mais adequado e preparado” para manter o padrão de lutas estabelecidas e conquistar a vitória final. Enquanto isto os futuros líderes peemedebistas buscavam demonstrar que o projeto alternativo, além de “dividir e enfraquecer” a oposição poderia colocar em xeque os avanços obtidos nos últimos anos, principalmente desde 1974. Da mesma forma, Pedro Simon, que havia obtido uma vitória eleitoral maiúscula para o senado federal meses antes, ainda surfava na onda do seu apoio popular, sendo tratado por grande parte da imprensa local como alguém que se manteve no país e “lutou diante da Ditadura Civil-Militar”, estruturando uma legenda dentro de um cenário adverso e obtendo vitórias eleitorais, individuais e da “sua” agremiação, o que lhe dava, naquele momento, uma certa imagem de “senhor da razão”, a qual a “moderação e cautela” implementada na luta política estava colaborando por levar o país de volta a democracia sem a necessidade de “rupturas” ou “agitações sociais”, e sim com

“paz e serenidade”⁴²⁷. Este contexto, ao que parece, colaborou de forma significativa para que a narrativa emedebista fosse sempre subentendida pela imprensa local como “a mais adequada”, livre de eventuais questionamentos, tal como fora tratado o projeto petebista e seu líder, Leonel Brizola.

⁴²⁷ Semelhante ao que fora abordado por Bastos (1978) quando ressalta que o Movimento Trabalhista Renovador defendia, por exemplo, a reforma agrária dentre outros temas que o PTB também abordava, porém estes objetivos teriam de ser promovidos “pela Lei e pela mediação serena da autoridade”. (BASTOS, 1978, p. 106).

8. CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como objetivo analisar a divisão do MDB gaúcho e buscar elucidar os fatores que podem explicar e justificar a cisão das lideranças que compunham a agremiação e a posterior criação das duas legendas que vieram a protagonizar o cenário oposicionista estadual ao longo da década de 1980, o PMDB e o PDT⁴²⁸. Conforme vimos ao longo do trabalho, não somente o PTB, mas também o MDB detinha significativa organicidade e as relações políticas e pessoais, lá estabelecidas, seja com o seu grupo dirigente ou com a militância partidária, bem como os incentivos distribuídos para seus membros, foram preponderantes na definição a respeito do caminho partidário a ser tomado no final da década de 1970, desmistificando a ideia de que as legendas gestadas no período da ditadura civil-militar eram somente abrigos partidários temporários enquanto durasse o regime de exceção no país.

Tal consideração demonstra a adaptabilidade do modelo analítico utilizado por Panebianco (2005) para lidar com o desenvolvimento organizativo dos partidos políticos. Isto porque, ao utilizar a abordagem do processo de *institucionalização* dos partidos, desenvolvendo assim a tese de “sucessão dos fins” de Michels (2001)⁴²⁹, o autor advoga que nas organizações institucionalizadas haveria um processo de articulações dos fins, por meio dos quais os objetivos oficiais seriam adaptados às exigências e transformações organizativas. Desta forma, no caso emedebista, em especial a seção gaúcha⁴³⁰, essa noção tem implicações fundamentais para a compreensão do mesmo, levando-se em conta que a meta originária da agremiação, ou seja, a realização da oposição ao regime civil-militar e a redemocratização do país, continuou a ser um objetivo a ser alcançado, afinal, destes temas, dependiam a identidade coletiva do movimento. Entretanto estas ocorrem de forma articulada e

⁴²⁸ Contata-se, desde já, que o Rio Grande do Sul é, possivelmente, o estado onde propalada intenção do governo de cindir a oposição teve maior sucesso, tanto, como vimos ao longo desta dissertação, pelo impacto da divisão junto aos quadros oposicionistas gaúchos, quando estes organizam/mobilizam duas grandes e robustas legendas, bem como pelos resultados eleitorais colhidos pelo regime nas eleições para o governo do estado em 1982, onde, para surpresa de muitos, o PDS vence os candidatos do PMDB (senador Pedro Simon), do PDT (deputado federal Alceu Collares) e do PT (Olívio Dutra), em um cenário em que os quadros oposicionistas juntos obtiveram 2,09 milhões de votos, enquanto o governador eleito, Jair Soares, recebeu 1,29 milhão de votos, em um processo eleitoral que ainda não estava instituído o instituto do segundo turno para as disputas majoritárias.

⁴²⁹ O autor ressalta que a institucionalização dos partidos políticos provocaria a substituição dos seus fins oficiais pela sobrevivência da organização.

⁴³⁰ Não cabe aqui analisar o grau de institucionalização da seção local do MDB. Esta poderia ser analisada tanto a partir do pouco controle que a mesma exercia sobre o próprio ambiente, demonstrando assim baixa autonomia, quanto um elevado grau de sistematicidade, tendo em vista as tendências, inclusive aquelas que irão ingressar ao longo do tempo na agremiação, apresentarem uma autonomia limitada frente ao partido, sendo subordinados a um controle centralizado.

subordinada à manutenção da estabilidade organizacional, quando o mesmo passa “de uma fase de fluidez estrutural inicial (...) a uma fase que se estabiliza, desenvolve interesses estáveis quanto à própria sobrevivência e lealdades organizativas igualmente estáveis” (PANEBIANCO, 2005, p. 56).

A contribuição inicial deste trabalho está em refutar hipóteses plausíveis e possíveis acerca da motivação que levou quadros da elite do MDB gaúcho a migrar para uma das duas agremiações. Para isto, utilizamos o método hipotético-dedutivo, conforme proposto por Karl Popper. Tal método tem uma abordagem que busca a eliminação dos erros de uma hipótese. Faz isso a partir da ideia de testar a falsidade de uma proposição, ou seja, a partir de uma hipótese, estabelece-se que situação ou resultado experimental nega essa hipótese e tenta-se realizar experimentos para negá-la. Assim, a abordagem do método hipotético-dedutivo é a de buscar a verdade eliminando tudo o que é falso. Sendo assim, buscamos verificar se é fato que a seção gaúcha do MDB passou por uma depuração interna que levou os antigos trabalhistas a uma posição “marginal” na legenda, fazendo com que estes, a partir da possibilidade de retorno do PTB, privilegiem o ingresso no seu antigo partido. Da mesma forma, esta afirmação sugere que os quadros que se constituíram somente no interior do MDB dariam preferência para migração para o sucedâneo quando do restabelecimento do pluripartidarismo.

Para verificar a veracidade destas hipóteses analisamos a trajetória das elites petebistas e emedebistas, bem como o posicionamento destas com relação ao PDT ou ao PMDB. Sendo assim, averiguou-se que a participação nos Diretórios Estaduais eleitos pelo PTB em 1962 e 1965 não resulta em uma preferência majoritária pela migração para o PDT, como supõe tal hipótese. Entretanto, se estratificarmos esta análise pela participação na elite petebista junto a Leonel Brizola, incluindo aqui a perspectiva da importância da relação e/ou proximidade com a figura do líder trabalhista na decisão acerca da nova legenda, observaremos que, enquanto aqueles líderes que compunham a nominata do Diretório petebista em 1962, e que por isto partilharam do convívio com o mesmo, irão migrar em ampla maioria para o PDT, exatos 75 por cento, aqueles eleitos em 1965, momento em que o ex-governador já se encontrava no exílio, irão dividir-se quanto a preferência pelo PMDB/PDT⁴³¹.

⁴³¹ Cabe salientar que no caso da análise dos Diretórios Estaduais do PTB eleitos em 1962 e 1965 analisou-se a migração destes para o PMDB ou PDT com base na participação dos mesmos nos primeiros Diretórios Estaduais eleitos pelas novas legendas em 1980/1981, e não com relação somente a filiação destes nas futuras legendas. Isto ocorre tendo em vista o enfoque deste trabalho se dar na elite emedebista, e não exatamente do PTB. Ainda assim, compreende-se aqui que a participação destes líderes do antigo PTB nos órgãos estaduais “fundadores” das novas legendas como simbólico da importância da antiga elite petebista na reconstrução do PMDB e/ou do PDT.

Igualmente, ao analisarmos a participação nos Diretórios Estaduais eleitos pelo MDB de 1966 a 1979, um exame pormenorizado daqueles líderes emedebistas, que também participaram da elite petebista em 1962 junto a Leonel Brizola, irá demonstrar a preferência destes pelo PDT, exato 67 por cento. Enquanto aqueles emedebistas que ingressaram na elite petebista, somente em 1965, neste caso acompanhando a ascensão à direção do PTB, junto com Pedro Simon, em um momento de ausência dos principais líderes trabalhistas, irão optar em preponderantemente pelo PMDB, exato 70 por cento. Desta forma, estabelece-se que enquanto somente a participação nos fóruns decisórios do petebismo gaúcho não é uma variável explicativa da migração partidária ao final da década de 1970, em especial para o PDT, as relações construídas no âmbito destes, em especial com Leonel Brizola, permitem estabelecermos uma regularidade para a migração, tendo em vista estes majoritariamente terem optado por acompanhar o projeto do líder trabalhista.

Esta perspectiva também poderá ser constatada na análise da trajetória daqueles membros da direção emedebista que surgem somente no interior desta, para a elite partidária a nível estadual. Isto porque apesar de verificarmos uma factível “tendência” da migração destes para o PMDB, o percentual encontrado, 60 por cento, não permite estabelecermos um padrão de migração para o sucedâneo. Entretanto, é possível constatar uma regularidade dentre o contingente de emedebistas, que ingressam na direção estadual nos seus primórdios, grupo este que estruturaria a seção oposicionista em todo o interior do estado junto a Pedro Simon⁴³², levando-se em conta que a ampla maioria destes caminhará para o sucedâneo, cerca de 83 por cento. Desta forma, enquanto somente o surgimento e participação na elite partidária a nível estadual seria insuficiente para explicar o futuro partidário, neste caso relacionando-se MDB/PMDB, as relações construídas no âmbito destas instâncias, compartilhando assim do convívio e atuação em especial junto a Simon na “fundação” e organização da nova legenda, permite interpretarmos a centralidade das relações constituídas com o líder emedebista para a decisão de caminhar, junto ao mesmo, para o sucedâneo.

No que tange aos parlamentares eleitos pelo MDB no período, refuta-se qualquer relação entre a agremiação por qual se inicia a atividade eleitoral a nível estadual e a migração partidária a partir da extinção do MDB, haja vista que, enquanto 75 por cento daqueles que

⁴³² Refere-se aqui aos líderes que não participaram de órgãos decisórios do PTB gaúcho e que ingressam na elite partidária estadual no âmbito do MDB, especificadamente nas nominatas eleitas pela legenda em 1966 e 1969. Estes controlaram a agremiação oposicionista nos seus seis anos iniciais, momento importante de organização e modelagem da mesma.

iniciaram as disputas eleitorais pelo PTB irão rumar para o PMDB⁴³³, somente 58 por cento daqueles que emergiriam no âmbito do emedebismo irão seguir para o sucedâneo. Entretanto, uma análise minuciosa da composição destas bancadas permite, tal como verificado anteriormente, encontrar regularidades que possam colaborar na elucidação dos fatores que levaram estes líderes a escolher por uma das duas agremiações. Isto porque enquanto nas bancadas eleitas pelo MDB para a Assembleia Legislativa nos três primeiros pleitos realizados, grupos este que contavam com a presença de Pedro Simon, a ampla maioria acompanharia o líder emedebista no sucedâneo, privilegiando assim as relações construídas com o mesmo no interior da legenda para a decisão sobre o futuro partidário, os deputados federais eleitos nos mesmos pleitos migrarão em maior número para o PDT. Nestes casos, a relação mais próxima e/ou mais distante do líder peemedebista com os parlamentares, como no caso de convívio e relação diária com os deputados estaduais no âmbito da Assembleia Legislativa, pode ser configurado como fator preponderante para a decisão destes de acompanhá-lo no projeto do sucedâneo.

Cabe destaque que, apesar das amplas mudanças que acometem em especial ao MDB gaúcho, a legenda irá manter traços oriundos ainda de sua origem. Isto pode ser constatado tanto na heterogeneidade encontrada na seção, ampliada pelo advento de ser o único abrigo legal para a oposição gaúcha, bem como no peso do exercício do mandato parlamentar (deputados estaduais e Federais) na organização emedebista, vestígio das regras estabelecidas pelo regime para criação das legendas pós-1965. Estas características da seção oposicionista confirmam o que fora abordado por Panebianco (2005), quando ressalta que as escolhas políticas iniciais da mesma acabam deixando “marcas indelévels” na agremiação. Entretanto, cabe ressaltar, a atipicidade de uma agremiação “autorizada” a fazer oposição e disputar eleições, ante um contexto autoritário, que acabou por forjar um movimento político que, depois de 13 anos de existência, tinha poucas marcas da sua gênese, não estando estes traços em condições de “condicionar” a vida da organização, conforme ressalta o autor.

A análise da composição da elite oposicionista que compunha a seção emedebista permite confirmar esta renovação significativa que acometeu ao MDB gaúcho. Estas alterações, apesar de não possibilitarem a confirmação da hipótese testada, que relacionava os possíveis vínculos entre o PTB/PDT e o MDB/PMDB, colaborarão definitivamente para a cisão ocorrida no seu interior, ao final da década de 1970, entre trabalhistas e emedebistas.

⁴³³ Refere-se aqui ao total de 44 deputados eleitos pelo MDB que já haviam sido deputados pelo PTB, em um total de 28, ou candidatos à deputação pela legenda, em um total de 16. Destes, 33 migraram para o PMDB, enquanto 11 para o PDT.

As mudanças se dão desde a base partidária, que com o tempo vê inúmeros grupos que, inicialmente negligenciavam sua existência, aderir ao abrigo partidário que possibilitava a luta dentro da esfera institucional-legal pela redemocratização do país, alterando assim a correlação de forças internas que havia se apresentado no início da legenda; passando por sua elite estadual, onde os resultados eleitorais de cada pleito estadual acabam por alçar uma série de novas lideranças opositoristas à Assembleia Legislativa e a Câmara dos Deputados, *locus* de atuação da elite emedebista, fazendo assim com que, gradativamente, a presença de lideranças estaduais oriundas dos partidos pré-1965 – principalmente petebistas - se desvançam no interior do MDB; chegando a seu grupo dirigente, que com a exclusão compulsória da cena política dos principais líderes petebistas, acaba por ser controlada por lideranças que, ou eram figuras coadjuvantes no antigo PTB, como Pedro Simon, ou então eram opositores frontais ao antigo partido, como Paulo Brossard, sendo que ambos nutriam divergências históricas com o maior líder trabalhista em atividade do país e organizador da refundação do PTB, ao final da década de 1970, Leonel Brizola.

Este corpo partidário acabou por, em conjunto a um modelo estabelecido pelos antigos dirigentes pessedistas, que controlaram o partido a nível nacional, forjar uma agremiação que privilegiava o debate legal-institucional, principalmente relacionado aos direitos políticos e civis, e a moderação como forma de ação, distanciando assim da atuação da antiga seção petebista que tinha em Leonel Brizola como seu grande líder e guia principalmente no que tange a política mobilizatória nos anos que antecedem ao golpe civil-militar de 1964. As pautas defendidas pelo MDB possibilitavam tanto a convivência pacífica dos mais variados grupos que se abrigavam no interior da legenda, afinal eram os únicos temas a quais lutavam lado-a-lado, quanto a responder a crescente demanda da sociedade brasileira para com a redemocratização do país. Os sucessivos avanços eleitorais da oposição, e consequente enfraquecimento do regime, reforçavam, para os líderes emedebistas, que o “jogo” visando a retomada da democracia no país estava sendo jogado da forma correta pela legenda, enfatizando assim o sucesso da “cautela emedebista” com as vitórias obtidas nos últimos anos e a iminência do fim do regime instalado no país a mais de 15 anos. Sendo assim, chega-se ao final da década de 1970, com a seção sucedânea do PTB gaúcho, o MDB, amplamente modificada, seja pela sua composição diversificada; seja pela sua plataforma que se esgotava no institucional; seja pela sua elite dirigente que não nutria simpatia pela figura de Leonel Brizola, gerando assim um ambiente inóspito para a retomada do projeto petebista no estado que era considerado o berço do trabalhismo brasileiro. Estas observações demonstram assim a conveniência de utilizarmos a abordagem de Panebianco (2005) quando ressalta que as

mudanças organizacionais são frutos de várias ações intervenientes, sendo que não há um caminho único para essa transformação. No caso emedebista, em especial a seção gaúcha, as pressões exercidas pelo ambiente acabaram por modelar a legenda, formatando assim tanto as relações de poder existentes na organização quanto os temas a serem abordados em sua plataforma política-eleitoral.

Esta constatação confirma, desde já, a importância do debate realizado por este trabalho, levando-se em conta que, mesmo diante de um MDB gaúcho que transparecia conter um grau de heterogeneidade menor que as demais seções estaduais da agremiação, levando-se em conta as características citadas neste trabalho do quadro político-partidário gaúcho no período pluripartidário anterior, a seção local passa por uma mutação que irá gerar a mais expressiva cisão ocorrida dentre os quadros do emedebismo naquele período de reconfiguração partidária no país.

As modificações no interior emedebista fortaleceram os grupos que permaneceram no país e militaram na agremiação durante os anos de exceção. Estes aproveitaram o monopólio oposicionista legal viabilizado pela ditadura civil-militar através do MDB para organizar e estruturar a seção em todo o Rio Grande do Sul, tornando a mesma robusta e cada vez mais viável eleitoralmente, tendo como ápice os pleitos estaduais de 1974 e 1978, os dois últimos ocorridos antes do retorno de Leonel Brizola ao país, estando desta forma o MDB, quando da iminência de sua extinção, no momento de maior identificação para com a sociedade brasileira. Este grupo, com a perspectiva do restabelecimento do pluripartidarismo no país, se organiza de fato visando manter e/ou ampliar os espaços conquistados junto ao campo/eleitorado oposicionista nos últimos anos, agora no PMDB, alegando publicamente, sobretudo, que a melhor opção “tática” para a população era a manutenção da união das oposições sob o guarda-chuva do MDB até a reconquista plena dos direitos civis e políticos do povo brasileiro.

Da mesma forma, o grupo que advogava pela recriação imediata do PTB buscava reconquistar e/ou ampliar os espaços que foram ocupados pelos emedebistas no campo oposicionista nos últimos anos. No entanto, justificava publicamente a necessidade de reorganização do Partido Trabalhista a partir das críticas ao imobilismo do MDB e, principalmente, a atuação estritamente elitista que fora tônica da legenda desde a sua criação, pregando a necessidade da reorganização política do povo brasileiro. Para a confirmação destas escolhas, as figuras de Pedro Simon e, principalmente, Leonel Brizola foram fundamentais.

O primeiro, respaldado pelas urnas no ano anterior que lhe levou ao Senado Federal e a partir do controle absoluto da seção oposicionista, mobiliza seus vínculos e redes de lealdade, que foram tecidas nos últimos 10 anos de comando emedebista, para resistir às investidas dos trabalhistas e, junto aos líderes nacionais da legenda, organizar o sucedâneo. Para isto, Simon constrói sua narrativa reforçando seus laços sociais e pessoais com o “ícone” Alberto Pasqualini, buscando assim estabelecer-se como herdeiro do legado deste. Isto possibilitava a Pedro Simon manter-se próximo de uma abordagem trabalhista, ainda muito atraente em solo gaúcho, porém defendendo uma agremiação distante do “personalismo, das negociatas e das agitações sociais”, bem como desatrelado do Estado, algo próximo ao que alegava ser o seu MDB, enfatizando assim críticas que outrora haviam sido feitas internamente à direção do PTB⁴³⁴ seja por Pasqualini e pela tendência *doutrinários trabalhistas*, bem como por outro líder dissidente trabalhista, Fernando Ferrari⁴³⁵. O que difere o sucesso de um destes grupos capitaneados pelo dissidente trabalhista na estruturação de uma legenda, no caso do peemedebismo, é que, diferente de Ferrari, foi possível a utilização do recurso do controle da seção emedebista e do uso desta para frear as tentativas de retomada do petebismo pelos “trabalhistas históricos”, tornando assim capital a bifurcação em duas siglas⁴³⁶.

No entanto, o relativo sucesso da migração de quadros do MDB para o sucedâneo, o PMDB, deve-se também a partir do protagonismo de Leonel Brizola no processo de reorganização do PTB. Como vimos ao longo deste trabalho, o líder trabalhista foi figura chave para a decisão partidária não somente daqueles que preferiram acompanhá-lo no renovado PTB, mas também teve papel crucial para aqueles que preferiram militar em outra sigla, que não a mesma do ex-governador gaúcho. A presença de Leonel Brizola no debate

⁴³⁴ Diga-se, inicialmente, ao modus operandi de Getúlio Vargas, baseado no unipessoalismo decisório e ostensiva ocupação de cargos públicos, e posteriormente a seus herdeiros, João Goulart e Leonel Brizola.

⁴³⁵ Também no caso da cisão do MTR, Bastos (1978) ressalta mais uma similaridade com a criação do PMDB, quando ressalta que a legenda capitaneada por Ferrari criava uma espécie de força política de “centro”, modernizante, reformista, sem admitir, no entanto, uma política mobilizatória que pudesse implicar em possibilidades de “revolução social”, ou seja, as soluções sociais deveriam ser encontradas pelo caminho do menor conflito possível, com ações “desde cima” realizados pelo Estado.

⁴³⁶ Confirma-se assim a abordagem de Michels, quando salienta as dificuldades encontradas pelos aspirantes a “novos dirigentes”, tendo em vista o caminho para o controle da legenda “estar pejado de espinhos e tortuosidades de toda espécie” (MICHELS, 2001, p. 38). O autor ainda ressalta que a oligarquia dirigente tem sempre à mão recursos suficiente para vencer a disputa. Com tal intuito, podem recorrer com facilidade a uma série de expedientes, tais como o de cercear o acesso dos oposicionistas à imprensa, colocar em descrédito os dirigentes dessas minorias (taxando-os de “inexperientes”, “irresponsáveis”, “demagogos”, etc., a partir da privilegiada posição que ocupam enquanto dirigentes consolidados), ainda partilhar o poder dentro de limites bastante estritos, domesticando e apaziguando os novos dirigentes ao colocá-los em cargos importantes e honrosos dentro do partido, sem, contudo, abrir mão da preponderância no poder de que já dispunham (MICHELS, 2001, p. 229-238).

acaba por retomar o fio da história do antigo partido, e, com isto, trazer a tona novamente as clivagens e divergências que sacudiram o PTB gaúcho e o Rio Grande do Sul, principalmente após sua assunção do mesmo ao governo do Estado, em 1959, até o momento da sua ida ao exílio, em 1964.

Enquanto aqueles que caminhariam junto ao líder trabalhista no retorno do petebismo no estado, tem no ex-governador o “chefe”; o líder incontestado a quem simbolizam toda a história de lutas do antigo PTB, bem como o sucessor natural de Getúlio Vargas, e que, a partir das relações dos próprios e/ou de suas famílias com Brizola e demais líderes trabalhistas, viam na nova legenda o caminho mais adequado, e talvez natural, para retomarem ou continuarem suas carreiras políticas. Entretanto, pairava entre aqueles que preferiram o sucedâneo tanto o receio do retorno do líder “radical e incendiário” que muitos haviam visto ou ouvido falar, o que possibilitaria, segundo os mesmos, retrocessos na luta pela redemocratização no país, quanto o temor de, em uma nova sigla, comandada em parte por líderes, e especificamente Leonel Brizola, que não tinham grande relação com a maioria dos quadros que emergiram no MDB, não terem a mesma relação e liberdade de ação, e consequentemente espaços políticos, que haviam conquistado no MDB comandado por Pedro Simon.

Sendo assim, verifica-se que a elite emedebista analisou o passado e prospectou o futuro a partir das inúmeras variáveis a que estavam expostos no momento da decisão, privilegiando assim as redes de lealdades, laços pessoais e partidários estabelecidos ao longo de suas trajetórias partidárias para definir pragmaticamente o caminho a ser seguido a partir do retorno do pluripartidarismo no país.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2005.
- AYDOS, Eduardo Dutra. **As Eleições de 1982 no Rio Grande do Sul**. Texto para Discussão (Mestrado em Ciência Política, UFRGS), n. 3, jul., 1988.
- BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BASTOS, Suely. A Cisão do MTR com o PTB. In: FLEISCHER, David V. (org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. Vol. 1. Brasília: UNB, 1981.
- BATTISTELA, Alessandro. O trabalhismo Getulista-reformista do antigo PTB e o “novo trabalhismo” do PDT: continuidades e descontinuidades. **Aedos**, Porto Alegre, n° 12, vol. 5, p. 116 – 132, Jan/Jul. de 2013.
- BENEVIDES, Maria Victoria. **O PTB e o Trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BIZZARRO, Fernando Augusto. **PMDB: organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)**. São Paulo: Unicamp, 2013.
- BODEA, Miguel. **A Greve Geral de 1917 e as Origens do Trabalhismo Gaúcho**. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- _____. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- BOMBARDELLI, Maura. **A trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da formação do partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- BONES, Elmar. **A conciliação impossível: a candidatura Ruy Cirne Lima ao governo do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Carmen Langaro Produção Cultural, 2014.
- BRIGAGAO, Clovis; RIBEIRO, Trajano. **Brizola**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- CALDEIRA, Teresa P. Para que serve o voto? As eleições e o cotidiano na periferia de SP. In: LAMOUNIER, Bolivar (Org). **Voto de desconfiança: as eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.
- CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional (1945-1965)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- CORADINI, Odacir Luiz. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e política no Rio Grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 32, p. 125-144, 2003.
- CORTÉS, Carlos E. **Política Gaúcha (1930-1964)**. Tradução de Amy Caldwell de Farias. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

COSTA, Izabel Cristina Gomes da. A hora da travessia: reinventando o brizolismo e o trabalhismo. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, vol. 4, n° 7, p. 121-145, janeiro-junho 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. São Paulo: Editora Relume Dumará, 1994.

DE GRANDI, Celito. **Loureiro da Silva: o charrua**. Porto Alegre: Literalis, 2002.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 167-203.

DINIZ, Eli. **Voto e Máquina política: Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DUARTE, José Bacchieri. **A fascinante história de Pedro Simon: Sua vida. Seu tempo**. Porto Alegre: AGE, 2001.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

FERRARI, Fernando. **Minha Campanha**. Porto Alegre: Globo, 1961.

FERREIRA, Denise Paiva. **PFL x PMDB: Marchas e Contramarchas (1982-2000)**. Goiânia: Editora Alternativa, 2002.

FERREIRA, Denise; RIBEIRO, Pedro. O voto e a máquina: as trajetórias de implementação local de PT e (P)MDB em perspectiva comparada. In: BAQUERO, Marcelo; CREMONESE, Dejalma. (Org.). **Eleições Municipais de 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro**. Ijuí: Editora Ijuí, 2009.

FIGUEIREDO, Cesar Alessandro Sagrillo. **A relação dos PC's com o MDB-PMDB no cenário da transição e as eleições de 1982 no RS**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FREIRE, Americo; FERREIRA, Jorge. **Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GAVA, Luiza Costa. **Rearticulação partidária na redemocratização: as bases de fundação do PMDB no Rio Grande do Sul no ano de 1980**. Monografia (Graduação). Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história**. Debate e crítica, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

_____. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. v. 2. (Coleção As Esquerdas no Brasil), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **As Esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. v. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 83-100.

GRILL, Igor Gastal. **As bases sociais dos compromissos: a constituição de um espaço de concorrência eleitoral no sul do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

_____. **Parentesco, Redes e Partidos: As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. Bases sociais e intérpretes da “tradição trabalhista” no Rio Grande do Sul. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 3, p. 525 a 557, 2005.

_____. **“Heranças políticas” no Rio Grande do Sul**. São Luís: EDUFMA, 2008.

GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório. Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) - 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009,

GUTEMBERG, Luiz. **Moisés, codinome, Ulysses Guimarães: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GUTEMBERG, Luiz. **Quem é... Pedro Simon. Uma biografia**. Brasília: Edições Dédalo, 2001.

HIPPOLITO, Lucia. **De Raposas e Reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)** (2nd ed.). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 2012.

IANNI, Octavio; SINGER, Paul; COHN, Gabriel; Weffort, Francisco. **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB – 1966/1979**. São Paulo: Editora Vértice, 1988.

_____. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **Revista São Paulo em perspectiva**. São Paulo, vol. 4, n. 14, 2001.

KLÖCKNER, Luciano. **O diário político de Sereno Chaise: 60 anos de história**. Porto Alegre: AGE, 2007.

KRIEGER, Daniel. **Desde as missões... saudades, lutas, esperanças**. 2 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.

LAMOUNIER Bolívar e MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação democrática - o caso brasileiro**, São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Forense, 1948.

LEITE FILHO, Francisco das Chagas. **El caudillo: Leonel Brizola: um perfil biográfico**. São Paulo: Aquariana, 2008.

LINZ, Juan J. Una interpretación de los regímenes autoritarios. **Papers: Revista de Sociologia**, Madrid, n. 8, 1978.

LOVE, Joseph. **O Regionalismo Gaúcho e as origens da Revolução de 30**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACEDO, Michelle Reis de. **Recusa do passado, disputa no presente. Esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MACIEL, Natalia. **Velhas Raposas, Novos Governistas: o PMDB e a Democracia Brasileira**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MADEIRA, Rafael Machado. **ARENA ou ARENA 's? A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____. **Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. Dinâmica eleitoral e partidária em um contexto ditatorial: a relação entre elites políticas e o regime (1965-1979). **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v.47, n. 2, p.125—162, jul./dez., 2016.

MANFFRE, Daniel Capucci. **O comportamento dos partidos políticos em um contexto de autoritarismo: os casos da Arena e do MDB**. I Semana de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Transições Políticas na América Latina em perspectiva comparada. **Pensamento Plural**. Pelotas, p.57-69, jan/jun. de 2010.

MELHEM, Celia Soibelman. **Política de botinas amarelas: o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MICHELS, Robert. **Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna: Investigação sobre as tendências oligárquicas na vida dos agrupamentos políticos**. Trad. José M. Justo. Lisboa: Antígona, 2001.

MORAES, Dênis de; **A esquerda e o golpe de 64**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Héliogio. **Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul: 1945-1994**. Porto Alegre: Editora da Universidade/Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. 1995.

_____. **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul – 1823/2002**. Porto Alegre, Editora da UFRGS/Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. **Em busca da esquerda esquecida: San Tiago Dantas e a Frente Progressista**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, Lisiane Medianeira. **O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido: Organização e Poder nos Partidos Políticos**. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

PASQUALINI, Alberto. **Bases e sugestões para uma política social**. Porto Alegre: Editora São José, 1958.

PASQUARELLI, Bruno; BIZARRO, Fernando Augusto. O PMDB no centro do sistema político brasileiro (1986/2010). **Eleições e representação política**. 8º Encontro da ABCP, agosto, 2012. Gramado, 2012.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Eliana Tavares dos. **Juventude, Intelectualidade e Política: espaços de atuação e repertórios de mobilização no MDB dos anos 70**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

_____. **Constestação, Engajamento e Militantismo: da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção no RS.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários.** Brasília: Editora UNB, 1976.

SENTO-SÉ, João Trajano. **“Brizolismo”.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SHARE, Donald; MAINWARING, Scott. Transição pela transação: a democracia no Brasil e na Espanha. **Revista Dados.** Rio de Janeiro, V. 29, n. 2. 1986.

SIMON, Pedro. Pasqualini, o Mestre e o Exemplo. SIMON, Pedro. (Org.). **Alberto Pasqualini: Obra Social e Política.** Brasília: Editora do Senado Federal, 1994. p. 19-53.

SKIDMORE, Thomas. **O Brasil de Getúlio a Castelo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **O Brasil de Castelo a Tancredo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964).** São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski. **A divisão das oposições e as oposições divididas: a rivalidade PDT x PMDB na campanha eleitoral de 1982 no Rio Grande do Sul.** Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

TRINDADE, Hégio. Padrões e Tendências do Comportamento Eleitoral no Rio Grande do Sul (1950/1974). In LAMOUNIER, Bolivar e CARDOSO, Fernando Henrique (Org.). **Os Partidos e as Eleições no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: Economia e política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

_____. Eleições e Partidos no Rio Grande do Sul: do Sistema Multipartidário à Criação do Bipartidarismo (1950-1976). In. FLEISCHER, David V. (Org.). **Os Partidos Políticos no Brasil.** v. 2. Brasília: UNB, 1981.

TSEBELIS, George. Processo decisório em sistemas políticos: *veto players* no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, v. 12, n. 34, p. 89-117, jun. 1995.

WAGNER, Carlos e PEREIRA, André. **Fernando Ferrari.** Coleção esses gaúchos. 2 e d, Porto Alegre: Tchê! Comunicações LTDA, 1985

VALLS, Luiz Fernando Montenegro. **Brossard: 80 anos na história política do Brasil.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicatos no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

XAUSA, Leônidas. FERRAZ, Francisco. O Surgimento do Bipartidarismo no Rio Grande do Sul e nas Eleições de 1966. In. FLEISCHER, David V. (Org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. v. 2. Brasília: UNB, 1981.

APÊNDICES

Anexo 1 - Diretório estadual do PTB eleito em 1962

ADYLIO MARTINS VIANNA	JOÃO MORAIS POMAR
ALBERTO MARTINS DA SILVA	JOÃO NUNES DE CAMPOS
ALCEU GUERREIRO DIAS	JOÃO PEDRO AGOSTINI
ALCIDES COSTA	JOSÉ FIDELIS RAMOS COELHO
ALTER CINTRA DE OLIVEIRA	JOSÉ MANDELLI FILHO
ALVARO PETRACCO DA CUNHA	JOSÉ MANOEL DOS SANTOS
ANSELMO FRANCISCO DO AMARAL	JOSÉ MARIANO DE FREITAS BECK
ANTONIO BRESOLIN	JOSÉ VECCHIO
ANTONIO CHIARELO	JUSTINO COSTA QUINTANA
ANTÔNIO MÂNICA	LEOCÁDIO DE ALMEIDA NUNES
ANTÔNIO VISINTAINER	LEÔNCIO VALÉRIO DA SILVEIRA
ARMANDO TEMPERANI PEREIRA	LEONEL DE MOURA BRIZOLA
ATHAIDE PACHECO MARTINS	LEOPOLDO MACHADO SOARES
AYRTON D'AVILA BARNASQUE	LIDOVINO ANTÔNIO FANTON
BELEROPHONTE ALBUQUERQUE	LUIZ ALVES ROLIM SOBRINHO
BENO ORLANDO BURMANN	LUIZ MILLER PICARELLI
BRUNO BORN	MANOEL CORREIA SOARES
CANDIDO WESTPHALEN	MANOEL ANTÔNIO VARGAS
CARLOS DA SILVA MARQUES	MARCÍRIO GOULART RIBEIRO
CARLOS PINTO MENNET	MÁRIO VIEIRA MARQUES
CÉSAR JOSÉ DOS SANTOS	MÁRIO BANDEIRA
CÉSAR PRIETO	MATURINO RABELLO
CRISTIANO COSTA	MILTON GARCIA DUTRA
CROACY CAVALHEIRO DE OLIVEIRA	MILTON SERRES RODRIGUES
DANIEL BARNEWITZ RIBEIRO	NEY ORTIZ BORGES
DANILO GROFF	NICANOR ALMEIDA
DARCILIO IVO GIACOMAZZI	NISSIO CASTIEL
DOMINGOS SPOLIDORO	NORIVAL PARANAGUA DE ANDRADE
EGYDIO MICHAELSEN	OSMANY MARTINS VERAS
EPHRAIN PINHEIRO CABRAL	OSMAR DA ROCHA GRAFULHA
ERNESTO DORNELLES	ORESTES JOSÉ LUCAS
ERNESTO JOSÉ ANONI	PAULO COSTA DA SILVA COUTO
ERNESTO LAVRATTI NETO	PAULO MINCARONE
FLORICENO PAIXÃO	RAPHAEL MARTINEZ RISCO
FREDERICO BAIOCCHI	RAUL JOSÉ DE CAMPOS
GUERINO ZUGNO	RENATO ALVES DE OLIVEIRA
HARRY SAUER	RUBEN BENTO ALVES
HENRIQUE DE SOUZA GOMES	RUI VITORINO RAMOS
HENRIQUE HENKIN	SENO FRANCISCO LUDWIG
HERMANO SPERB	SERENO CHAISE
HIMDEMBURG BRASIL CABRAL	SIGFRIED EMANUEL HEUSER
HOMERO MENEZES	SUELY GOMES DE OLIVEIRA
HUMBERTO GOBBI	THEOBALDO NEUMANN
ILDEFONSO JOSÉ BANDEIRA	UNIRIO CARRERA MACHADO
JAIME MARQUES RUIVO	VICTOR ISSLER
JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART	WALDEMAR RODRIGUES DA SILVA
JOÃO CARLOS GASTAL	WALTER BERTOLUCCI
JOÃO CARUSO SCUDERI	WALTER GIORDANO ALVES
JOÃO CHAVES CAMPELO	WILSON VARGAS DA SILVEIRA
JOÃO LINO BRAUN	ZAIRE NUNES PEREIRA

Anexo 2 - Diretório estadual do PTB eleito em 1965

ADAIR NILTON BURMANN	JOSÉ VECCHIO
ADYLIO MARTINS VIANNA	JURACY CUNHA GONÇALVES
AYRTON D'AVILA BARNASQUE	LEOCÁDIO DE ALMEIDA ANTUNES
ALCIDES COSTA	LEOPOLDO MACHADO SOARES
ALDO FAGUNDES	LIDOVINO ANTÔNIO FANTON
ALDO SCHLICHTING	LUIZ MILLER PICARELLI
ALTER CINTRA DE OLIVEIRA	MANOEL CÔRREA SOARES
ALVARO PETRACCO DA CUNHA	MANOEL JOÃO MACHADO
AMADEU WEINMANN	MANOEL ANTÔNIO VARGAS
AMARÍLIO BORGES MOREIRA	MARCÍRIO GOULART RIBEIRO
ANSELMO FRANCISCO DO AMARAL	MÁRIO BANDEIRA
ANTÔNIO BRESOLIN	MÁRIO FLORIAN
ARTIGAS CASTILHO PULGNOU	MATHEUS SCHMIDT
BELEROPHONTE ALBUQUERQUE	MILTON ROSA
BENJAMIN OSÓRIO	MILTON SERRES RODRIGUES
CÂNDIDO WESTPHALEN	MOAB CALDAS
CARLOS PINTO MENNET	MOACYR AQUISTAPACE
CARLOS SANTOS	MOZART BIANCHI ROCHA
CÉSAR JOSÉ DOS SANTOS	NEY BRITO
CÉSAR PRIETO	NICANOR ALMEIDA
CASSIANO PAIM MOTTA	NILO VARGAS
DANILO GROFF	NISSIO CASTIEL
DARCILIO IVO GIACOMAZZI	NOLLY JONER
DAVID BONDER	NORY HAMILTON ILHA
EGYDIO MICHAELSEN	NORIVAL PARANAGUÁ DE ANDRADE
ELBERTO MADRUGA	OSMANY MARTINS VERAS
ENILTON GRILL	OSMAR DA ROCHA GRAFULHA
EPHRAIN PINHEIRO CABRAL	OTÁVIO BROCHADO DA ROCHA
ERNESTO LAVRATTI NETO	OTÁVIO HIPOLITO
FIRMINO CAMARGO BRANCO	ORESTES JOSÉ LUCAS
FLORICENO PAIXÃO	PAULO COSTA DA SILVA COUTO
GETÚLIO SOARES DE CHAVES	PEDRO JORGE SIMON
GIL CUNEGATO MARQUES	PEDRO GOMES NUNES
GUERINO ZUGNO	RAPHAEL MARTINEZ RISCO
HARRY SAUER	RAUL JOSÉ CAMPOS
HÉLIO CARNEIRO DA FONTOURA	RENATO SOUZA
HENRIQUE HENKIN	RUBEN BENTO ALVES
HERMANO SPERB	SALVADOR GOULART
HOMERO MENEZES	SANTIAGO GUSMÃO
IZABELINO ABAD	SENO FREDERICO LUDWIG
IVO SPRANDEL	SIEGFRIED EMANUEL HEUSER
JOÃO BRUSA NETO	SOLON LOUREIRO FILHO
JOÃO CHAVES CAMPELLO	SUELY GOMES DE OLIVEIRA
JOÃO FABRÍCIO DE MORAES	UNÍRIO CARRERA MACHADO
JOÃO LINO BRAUN	VICTOR ISSLER
JOSÉ ALOÍSIO FILHO	VALDIR ANTÔNIO LOPES
JOSÉ FIDELIS RAMOS COELHO	WALTER BERTOLUCCI
JOSÉ CÉSAR DE MESQUITA	WALTER GIORDANO ALVES
JOSÉ MANDELLI FILHO	WILMAR CORRÊA TABORDA
JOSÉ MARIANO DE FREITAS BECK	ZAIRE NUNES PEREIRA

Anexo 3 - Diretório estadual do MDB eleito em 1966

ADYLIO MARTINS VIANNA	JOSÉ MANDELLI FILHO
ALCIDES COSTA	JOSÉ MARIANO BECK
ALDO FAGUNDES	JOSÉ VECCHIO
ÁLVARO PETRACCO DA CUNHA	LAURO HAGEMANN
AMADEU WEINMANN	LIDOVINO FANTON
ANSELMO FRANCISCO DO AMARAL	LONI RIBEIRO
ANTÔNIO BRESOLIN	MARCÍRIO LOUREIRO
ARISTÍDES BASÍLIO DE CAMPOS	MARCIONÍLIO KOCH TEIXEIRA
ARTÊMIO CAMARGO	MATHEUS SCHMIDT
AYRTON BARNASQUE	MOAB CALDAS
CARLOS PESSOA DE BRUM	MOZART BIANCHI ROCHA
CARLOS SANTOS	NOLLY JONER
CELSO TESTA	OSMANY VERAS
CROACY DE OLIVEIRA	OSMAR GRAFULHA
DARCILIO IVO GIACOMAZZI	OSMAR LAUTENSCHLEIGER
DARCY VON HOONHOLTZ	OSVALDO MILLER BARLEM
ELBERTO MADRUGA	OTÁVIO BROCHADO DA ROCHA
ENILTON GRILL	PEDRO SIMON
FLÁVIO RAMOS	RAPHAEL RISCO
FLORICENO PAIXÃO	RAYMUNDO CHAVES
FRANCISCO ASSIS CÔRREA	RENATO SOUZA
GETÚLIO DIAS	RUBEM BENTO ALVES
HARRY SAUER	SENO LUDWIG
HÉLIO CARNEIRO DA FONTOURA	SIGFRIED MANUEL HEUSER
HERMES PEREIRA DE SOUZA	SUELY DE OLIVEIRA
IVO SPRANDEL	VALDIR LOPES
JAIRO BRUM	VICTOR ISSLER
JOÃO BRUSA NETO	VICTOR PATRICK
JOÃO LINO BRAUM	VALDIR MOZAQUATRO
JOSÉ ALOÍSIÓ FILHO	WALTER VON MUHLEN
JOSÉ BACCHIERI DUARTE	WILMAR TABORDA
JOSÉ CÉZAR DE MESQUITA	ZAIRE NUNES PEREIRA
JOSÉ FIDELIS RAMOS COELHO	ZALMON RICACHNEWSKI

Anexo 4 - Diretório estadual do MDB eleito em 1969

SIGFRIED MANUEL HEUSER
NEY BRITO
JOÃO CARLOS GASTAL
DEP. ESTADUAL PEDRO SIMON
DEP. ESTADUAL HARRY SAUER
DEP. ESTADUAL CELSO TESTA
DEP. ESTADUAL IVO SPRANDEL
DEP. ESTADUAL JOSÉ SANFELICE NETO
DEP. ESTADUAL MOISÉS VELASQUEZ
DEP. ESTADUAL VALDIR ANTÔNIO LOPES
DEP. ESTADUAL LIDOVINO FANTON
DEP. ESTADUAL NOLLY JONER
DEP. ESTADUAL CARLOS DA SILVA SANTOS
DEP. ESTADUAL SUELY GOMES DE OLIVEIRA
DEP. ESTADUAL PLÍNIO DUTRA
DEP. ESTADUAL AYRTON BARNASQUE
DEP. ESTADUAL LINO ZARDO

DEP. ESTADUAL OSMANY VERAS
DEP. ESTADUAL ALCIDES COSTA
DEP. ESTADUAL ARISTIDES BERTUOL
DEP. ESTADUAL ROSA FLORES
DEP. ESTADUAL MARCÍRIO GOULART LOUREIRO
DEP. FEDERAL VICTOR ISSLER
DEP. FEDERAL ALDO FAGUNDES
DEP. FEDERAL JAIR BRUM
DEP. FEDERAL ANTÔNIO BRESOLIN
DEP. FEDERAL JOSÉ MANDELLI FILHO
DEP. FEDERAL NADIR ROSSETTI
CARLOS LOURENO GIACOMAZZI
DEP. FEDERAL OTÁVIO FRANCISCO CARUSO DA ROCHA

Anexo 5 - Diretório estadual do MDB eleito em 1972

DEP. ESTADUAL PEDRO SIMON
ALBERTO ANDRÉ
DEP. ESTADUAL AMARÍLIO MOREIRA
DEP. FEDERAL AMAURY MULLER
ANSELMO FRANCISCO DO AMARAL
DEP. ESTADUAL NIVALDO SOARES
DEP. FEDERAL ANTÔNIO BRESOLIN
DEP. ESTADUAL ROSA FLORES
DEP. ESTADUAL CARLOS LOURENO GIACOMAZZI
DEP. ESTADUAL CARLOS DA SILVA SANTOS
DEP. ESTADUAL CELSO TESTA
DEP. ESTADUAL EDGAR MARQUES DE MATTOS
DEP. FEDERAL ELOY LENZI
ÊNIO PERACCHI
DEP. FEDERAL HARRY SAUER
DEP. ESTADUAL IVO SPRANDEL
JAIR BRUM
DEP. ESTADUAL JOÃO CARLOS GASTAL
JOSÉ FIDELIS RAMOS COELHO
DEP. ESTADUAL LIDOVINO FANTON
DEP. ESTADUAL LINO ZARDO
MOACYR AVELAR AQUISTAPACE
DEP. ESTADUAL MOISÉS VELASQUEZ
NELSON NATÁLIO RODENBUSCH
DEP. ESTADUAL NOLLY JONER
OLÍMPIO SÉRGIO ALBRECHT
DEP. ESTADUAL ROSPIDE NETTO
DEP. ESTADUAL SUELY GOMES DE OLIVEIRA
DEP. ESTADUAL VALDIR ANTÔNIO LOPES
DEP. ESTADUAL WALDIR WALTER

Anexo 6 - Diretório estadual do MDB eleito em 1975

ALBERTO ANDRÉ	DEP. FEDERAL ANTÔNIO BRESOLIN
ALCIDES JOSÉ SALDANHA	DEP. FEDERAL JAIRO BRUM
ANSELMO FRANCISCO DO AMARAL	DEP. FEDERAL LIDOVINO FANTON
DEP. ESTADUAL ALDO PINTO DA SILVA	DEP. FEDERAL NADIR ROSSETTI
DEP. ESTADUAL AMARÍLIO BORGES MOREIRA	DEP. FEDERAL ROSA FLORES
DEP. ESTADUAL CARLOS LOURENO GIACOMAZZI	GIL CUNEGATTO MARQUES
DEP. ESTADUAL CELSO TESTA	ILMO SANTOS
DEP. ESTADUAL EDGAR MARQUES DE MATTOS	LEOCÁDIO DE ALMEIDA ANTUNES
DEP. ESTADUAL IVO SPRANDEL	MARCOS PALOMBINI
DEP. ESTADUAL JOÃO CARLOS GASTAL	MARIA JUSARA GAUTO GUARIGLIA
ENIO PERACCHI	MÁRIO DE ALMEIDA LIMA
DEP. ESTADUAL LEO BERNHALD RIFFEL	MAUÁ BENJAMIN DA COSTA FERREIRA
DEP. ESTADUAL LINO ZARDO	NORMA ERICHSEN TESTON
DEP. ESTADUAL MOISÉS VELASQUEZ	OTÁVIO CARUSO BROCHADO DA ROCHA
DEP. ESTADUAL NIVALDO SOARES	GERALDO BROCHADO DA ROCHA
DEP. ESTADUAL PEDRO SIMON	PAULO ROBERTO STEINHAUS
DEP. ESTADUAL PORFÍRIO PEIXOTO	PAULO ZIULKOSKI
DEP. ESTADUAL ROMILDO BOLZAN	PEDRO BERNAOLA LAIRIHOY
DEP. ESTADUAL ROSPIDE NETTO	RAUL JOSÉ DE CAMPOS
DEP. ESTADUAL VALDIR ANTÔNIO LOPES	SENADOR PAULO BROSSARD
DEP. ESTADUAL WALDIR WALTER	SOLISMAR GOMES GONÇALVES
ERASMO JOSÉ DIAS CHIAPETTA	VINÍCIUS PITÁGORAS GOMES

Anexo 7 - Diretório estadual do MDB eleito em 1979

SENADOR PEDRO SIMON	ALBERTO ANDRÉ
SENADOR PAULO BROSSARD	GERALDO BROCHADO DA ROCHA
SENADOR SUPLENTE ALCIDES SALDANHA	LEOCÁDIO DE ALMEIDA ANTUNES
DEPUTADO CARLOS GIACOMAZZI	EX-DEPUTADO JOÃO CARLOS GASTAL
DEPUTADO WALDIR WALTER	MARIA JUSARA GAUTO GUAGIGLIA
DEPUTADO ELOAR GUAZZELLI	MAUÁ BENJAMIN DA COSTA FERREIRA
DEPUTADO JORGE UEQUED	PAULO ZIULKOSKI
EX-DEPUTADO HARRY SAUER	RAUL JOSÉ DE CAMPOS
DEPUTADO ALDO PINTO	SOLISMAR GOMES GONÇALVES
DEPUTADO NIVALDO SOARES	DARCI JOSÉ CORBELINI
DEPUTADO CELSO TESTA	HÉLIO MUSSKOPF
DEPUTADO EDGAR MARQUES DE MATTOS	JOÃO BRUSA NETO
DEPUTADO GIL CUNEGATO DE MARQUES	WILSON VARGAS DA SILVEIRA
DEPUTADO PORFÍRIO PEIXOTO	SIEGFRIED EMANUEL HEUSER
DEPUTADO ROSPIDE NETO	ARMANDO TEMPERANI PEREIRA
DEPUTADO ROMILDO BOLZAN	HENRIQUE HENKIN
DEPUTADO LÉLIO SOUZA	MARCOS KLASSMANN
DEPUTADO CÉSAR SCHIRMER	LUIS CARLOS LOPES MADEIRA
DEPUTADO IBSEN PINHEIRO	NICÉIA IRIGARAY BRASIL
DEPUTADO AMÉRICO COPETTI	JOÃO BATISTA LUCCHESI
EX-DEPUTADO JOÃO SATTE	SÉRGIO WEIGERT
ANSELMO FRANCISCO DO AMARAL	PAULO EDUARDO STEINHAUS

Anexo 8 - Diretório estadual do PMDB eleito em 1980

SENADOR PEDRO SIMON	ADVOGADO LUIZ MADEIRA
SENADOR PAULO BROSSARD	ADÃO HAGSTRAM
EX-DEPUTADO SIEGFRIED HEUSER	EX-DEPUTADO LAURO HAGEMANN

EX-DEPUTADO ARMANDO TEMPERANI PEREIRA	PROFESSORA THEREZA NORONHA
EX-DEPUTADO BRUSA NETO	RICARDO BALBINO
PROFESSOR LEÔNIDAS XAUSA	WALTER IRBER
SUPLENTE SENADOR ALCIDES SALDANHA	LUCENIR POHLMANN
SUPLENTE SENADOR IVO SPRANDEL	PROFESSORA GERALDINA DA SILVA
DEPUTADO CARLOS GIACOMAZZI	CAIO LUSTOSA
DEPUTADO LÉLIO SOUZA	WENCESLAU FONTOURA
DEPUTADO ROSPIDE NETO	JORNALISTA MÁRIO LIMA
DEPUTADO CARLOS SANTOS	DAVID FIALKOW
DEPUTADO WALDIR WALTER	LUIZ KRAETZIG
DEPUTADO ROSA FLORES	PAULO ZIULKOSKI
PREFEITO EUGÊNIO RITZEL	KLEBER FRANZEN
PREFEITO IRAJÁ RODRIGUES	DAVI LIMA
PREFEITO JAURI GOMES DE OLIVEIRA	DEPUTADO IBSEN PINHEIRO
VEREADORA JUSARA GAUTO	DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA
VEREADOR ODILON LIMA	DEPUTADO ELYGIO MENEGHETTI
VICE-PREFEITO JOSÉ GONÇALVES	DEPUTADO WALTER TROINA
EX-PREFEITO ELEMAR GRUENDLING	DEPUTADO CESAR SCHIRMER
EX-PREFEITO MARCOS PALOMBINI	DEPUTADO NIVALDO SOARES

Anexo 9 - Diretório estadual do PDT eleito em 1981

ALBERTO ANDRÉ	DEPUTADO GETÚLIO DIAS
ADILSON ALUTHGAMA FARIAS	DEPUTADO GIL CUNEGATTO MARQUES
ALBERTO MARTINS DA SILVA	JOÃO ANTÔNIO SATTE
DEPUTADO ALCEU COLLARES	JOÃO PAULO BAPTISTA MARQUES
DEPUTADO ALUIZIO PARAGUASSU	JOÃO VICENTE GOULART
DEPUTADO ALDO PINTO	DEPUTADO JOSÉ ANTÔNIO ALBRECHT
ALVARO PETRACCO DA CUNHA	LEÔNCIO VALÉRIO DA SILVEIRA
ANTÔNIO MARCELO CARLOS DE CARVALHO	LÍCIA MARGARIDA MACEDO DE AGUIAR PERES
BENO ORLANDO BURMANN	DEPUTADO MAGNUS GUIMARÃES
CALINO FERREIRA PACHECO FILHO	MANSUETO DE CASTRO SERAFINI FILHO
DEPUTADO CARLOS AUGUSTO DE SOUZA	MATHEUS SCHMIDT
CARLOS ARAÚJO	NELSON AMARELLI VIANNA
CLEON GUATIMOZZIN	OSMAR JOSÉ MALLMANN
CLÓVIS BRUM	ORLANDO MULLER
DARCI JOSÉ CORBELLINI	OSVALDO NASCIMENTO DA SILVA
DEPUTADO EDGAR MARQUES DE MATTOS	PAULO PINTO
EDUARDO ANTÔNIO RECH	PEDRO JOSÉ MACHADO
ELOI FRANCISCO PEDROSO GUIMARÃES	DEPUTADO PORFÍRIO PEIXOTO
ERASMO CHIAPETTA	DEPUTADO ROMILDO BOLZAN
FRANCISCA BRIZOLA ROTTA	SERENO CHAISE
FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES	WILSON VARGAS DA SILVEIRA
GETÚLIO DORNELLES VARGAS NETO	ZULMIRA GUIMARÃES CAUDURO

Anexo 10 - Executiva estadual do PTB eleita em 1962

PRESIDENTE - JOÃO GOULART
1º VICE-PRESIDENTE - JOÃO CARUSO SCUDERI
2º VICE-PRESIDENTE - RUI VITORINO RAMOS
3º VICE-PRESIDENTE - SIGFRIED EMANUEL HEUSER
4º VICE-PRESIDENTE - OSMAR DA ROCHA GRAFULHA
SECRETÁRIO-GERAL - LEONEL BRIZOLA
1º SECRETÁRIO - RAPHAEL MARTINEZ RISCO
2º SECRETÁRIO - PAULO COSTA DA SILVA COUTO

3º SECRETÁRIO - RUBEM BENTO ALVES
TESOUREIRO GERAL - AYRTON D'AVILA BARNASQUE
1º TESOUREIRO - NORIVAL PARANAGUÁ DE ANDRADE
2º TESOUREIRO - JUSTINO COSTA QUINTANA
3º TESOUREIRO - SERENO CHAISE

Anexo 11 - Executiva estadual do PTB eleita em 1965

PRESIDENTE - SIGFRIED EMANUEL HEUSER
1º VICE-PRESIDENTE - AYRTON D'AVILA BARNASQUE
2º VICE-PRESIDENTE - NORIVAL PARANAGUÁ DE ANDRADE
3º VICE-PRESIDENTE - HENRIQUE HENKIN
4º VICE-PRESIDENTE - JOSÉ MARIANO DE FREITAS BECK
5º VICE-PRESIDENTE - UNÍRIO CARRERA MACHADO
6º VICE-PRESIDENTE - ÁLVARO PETRACCO DA CUNHA
SECRETÁRIO-GERAL - RAPHAEL MARTINEZ RISCO
1º SECRETÁRIO - JOÃO BRUSA NETO
2º SECRETÁRIO - MOZART BIANCHI ROCHA
3º SECRETÁRIO - ALDO FAGUNDES
4º SECRETÁRIO - ANSELMO FRANCISCO DO AMARAL
TESOUREIRO - MARCÍRIO GOULART RIBEIRO
1º TESOUREIRO - VALDIR ANTONIO LOPES
2º TESOUREIRO - PEDRO JORGE SIMON
3º TESOUREIRO - WILMAR CÔRREA TABORDA
4º TESOUREIRO - OTÁVIO BROCHADO DA ROCHA

Anexo 12 - Executiva estadual do MDB eleita em 1966

PRESIDENTE - SIGFRIED MANUEL HEUSER
VICE-PRESIDENTE - MARCÍRIO GOULART LOUREIRO
VICE-PRESIDENTE - HERMES PEREIRA DE SOUZA
VICE-PRESIDENTE - WALTER VON MUHLEN
SECRETÁRIO-GERAL - ALDO FAGUNDES
TESOUREIRO - VALDIR LOPES
VOGAL - JOÃO BRUSA NETO
VOGAL - LEÔNIDAS XAUSA
VOGAL - JOSÉ MARIANO BECK
VOGAL - OTÁVIO CARUSO DA ROCHA
VOGAL - OSMAR LAUCHTENSCHLEIGER

Anexo 13 - Executiva estadual do MDB eleita em 1969

PRESIDENTE - SIGFRIED MANUEL HEUSER
1º VICE-PRESIDENTE - MARCÍRIO GOULART LOUREIRO
2º VICE-PRESIDENTE - NEY BRITO
1º SECRETÁRIO - LIDOVINO FANTON
2º SECRETÁRIO - IVO SPRANDEL
TESOUREIRO - AYRTON BARNASQUE

Anexo 14 - Executiva estadual do MDB eleita em 1969

PRESIDENTE - PEDRO SIMON
1º VICE-PRESIDENTE - IVO SPRANDEL
2º VICE-PRESIDENTE - OTÁVIO BROCHADO DA ROCHA

1º SECRETÁRIO - MOISÉS VELASQUEZ
2º SECRETÁRIO - ARISTIDES BERTUOL
TESOUREIRO - HARRY SAUER

Anexo 15 - Executiva estadual do MDB eleita em 1972

PRESIDENTE - PEDRO SIMON
1º VICE-PRESIDENTE - IVO SPRANDEL
2º VICE-PRESIDENTE - ELOY LENZI
SECRETÁRIO-GERAL - NIVALDO SOARES
SECRETÁRIO - WALDIR WALTER
TESOUREIRO - CARLOS LOURENO GIACOMAZZI
VOGAL - CELSO TESTA
VOGAL - ANSELMO FRANCISCO AMARAL

Anexo 16 - Executiva estadual do MDB eleita em 1975

PRESIDENTE - PEDRO SIMON
1º VICE-PRESIDENTE - CARLOS LOURENO GIACOMAZZI
2º VICE-PRESIDENTE - LIDOVINO FANTON
SECRETÁRIO-GERAL - ROMILDO BOLZAN
1º SECRETÁRIO - SOLISMAR GOMES GONÇALVES
TESOUREIRO - PORFÍRIO JOSÉ PEIXOTO
VOGAL - ANSELMO FRANCISCO DO AMARAL
VOGAL - ROSPIDE NETTO

Anexo 17 - Executiva estadual do MDB eleita em 1979

PRESIDENTE - PEDRO SIMON
1º VICE-PRESIDENTE - CARLOS LOURENO GIACOMAZZI
2º VICE-PRESIDENTE - ARMANDO TEMPERANI PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL - ROSPIDE NETTO
1º SECRETÁRIO - PAULO ZIULKOSKI
TESOUREIRO - PORFÍRIO JOSÉ PEIXOTO
VOGAL - ANSELMO FRANCISCO AMARAL
VOGAL - LUIS CARLOS LOPES MADEIRA

Anexo 18 - Executiva estadual PMDB eleita em 1980

PRESIDENTE - PEDRO SIMON
1º VICE-PRESIDENTE - SIEGFREID HEUSER
2º VICE-PRESIDENTE - CESAR SCHIRMER
SECRETÁRIO-GERAL - ROSPIDE NETO
1º SECRETÁRIO - PAULO ZIULKOSKI
TESOUREIRO - ALCIDES SALDANHA
VOGAL - NIVALDO SOARES
VOGAL - TEREZA NORONHA

Anexo 19 - Executiva estadual do PDT eleita em 1981

PRESIDENTE - JOÃO SATTE
1º VICE-PRESIDENTE - SERENO CHAISE
2º VICE-PRESIDENTE - JOÃO PAULO BAPTISTA MARQUES
SECRETÁRIO-GERAL - CARLOS AUGUSTO DE SOUZA

1º SECRETÁRIO - ZULMIRA GUIMARÃES CAUDURO
TESOUREIRO - ERASMO JOSÉ DIAS CHIAPETTA
VOGAL - JOÃO VICENTE GOULART
VOGAL - GETÚLIO DORNELLES VARGAS NETO